



Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

# V COLÓQUIO BRASILEIRO EM ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO

## ANAIS

8 E 9 DE AGOSTO DE 2011

UNICAMP

CAMPINAS – SP – BRASIL

## LIMITE ECONÔMICO OU METAMORFOSES DO CAPITALISMO?

RESUMO: Para compreender a dinâmica do sistema capitalista no longo prazo este artigo sugere a construção de um diálogo entre as abordagens relativas às “ondas longas do desenvolvimento capitalista” (Freeman e Louçã, 2001) e aos “ciclos sistêmicos de acumulação” (Arrighi, 1994). Esse diálogo organiza este artigo, dividido em quatro seções, com os seguintes objetivos: 1) associar as metamorfoses do capitalismo à operação das contratendências à queda da taxa de lucro; 2) articular essas metamorfoses com mudanças no Estado; 3) contextualizar a atual fase de “turbulência sistêmica” (ascensão e queda da hegemonia dos Estados Unidos); 4) articular a discussão sobre metamorfoses do capitalismo a pergunta sobre os limites do capitalismo.

ABSTRACT: Metamorphoses of capitalism may be investigated following a dialogue between two theoretical approaches: long waves of capitalist development (Freeman & Louçã, 2001) and systemic cycles of accumulation (Arrighi, 1994). This dialogue organizes this paper. The first section associates the metamorphoses of capitalism with the counteracting factors against the tendential fall in the profit rate. The second section presents the matching and mismatching between changes in the state and metamorphoses of capitalism. The third section evaluates the changes in the position of the United States as the hegemonic power. And the final section discusses the limits to capitalism.

Belo Horizonte,

13 de julho de 2011

---

<sup>(\*)</sup> Cedeplar-FACE-UFMG, Gabinete 3069, Av. Antonio Carlos 6627, Belo Horizonte (MG), CEP 31270-901, FAX: +55-31-34097203, Fone: +55-31-34097076, e-mail albuquerque@cedeplar.ufmg.br

## INTRODUÇÃO: BARREIRAS EM “ESCALA MAIS PODEROSA”?

Para compreender as metamorfoses do capitalismo é necessário lidar com pelo menos três diferentes dimensões: tecnologia, finanças e Estado (poder). Para lidar com essas três dimensões, este artigo propõe uma discussão integrada das abordagens relativas às “ondas longas do desenvolvimento capitalista” (Freeman e Louçã, 2001) e aos “ciclos sistêmicos de acumulação” (Arrighi, 1994). Sumariamente, a abordagem relativa às ondas longas contribui para a percepção das metamorfoses na dimensão tecnológica, enquanto a abordagem relativa aos “ciclos sistêmicos de acumulação” engloba as dimensões do dinheiro e do poder.

A possibilidade de diálogo existe porque as duas elaborações reconhecem a importância dos seus pontos fracos (dinheiro e poder nas “ondas longas” e tecnologia nos “ciclos sistêmicos de acumulação”). No esquema de Freeman e Soete (1997, pp. 65-70, coluna 13), há referências aos “aspectos dos regimes regulatórios internacionais”, nos quais a *Pax Britânica*, a *Pax Americana* e multipolaridade são mencionadas. Por sua vez, o esquema dos ciclos sistêmicos de acumulação enfatiza como o poder na escala mundial é baseado na indústria bélica, dependente da “aplicação da ciência à guerra”. Esses elementos devem ser integrados, necessariamente, à discussão sobre o Estado. Com essa integração, portanto, é possível lidar com as três dimensões aqui sugeridas: tecnologia, finanças e poder – Estado. Esse diálogo justifica-se, entre outras razões, pelos focos específicos das duas elaborações: tecnologia, em um caso; dinheiro e poder, em outro caso. Por isso, na articulação entre os respectivos pontos fortes e pontos fracos, ambos se reforçariam mutuamente. Além do mais, esse diálogo não foi até hoje realizado entre os autores mais importantes das duas abordagens.

De forma às vezes direta, às vezes indireta, um tema está presente nos debates em torno dessas elaborações sobre a dinâmica capitalista no longo prazo: há limites para o sistema capitalista? A história do capitalismo pode ser lida como uma dinâmica de repetição de crises e de subsequentes transformações estruturais para contê-las e superá-las, repetição que coloca uma questão sobre a renovação permanente da capacidade do capitalismo em contê-las. Essas questões podem ser sintetizadas em um diagnóstico de Marx sobre o capitalismo: “[a] produção capitalista procura constantemente superar essas

barreiras que lhe são iminentes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa” (Marx, 1894, p. 189).

Tratar da existência de limites econômicos para o capitalismo como uma questão acadêmica não é simples, mas este artigo busca esboçar elementos para discuti-la. Para tanto, é necessário lidar com elaborações capazes de integrar os elementos relacionados com a dinâmica de longo prazo. O ponto de partida em Marx (1894), que sintetiza e supera o tratamento dos clássicos da economia política, é a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Grossmann (1929), ao tratar da “teoria da derrocada” em Marx, sistematiza e avalia diversas contratendências à queda da taxa de lucro e à derrocada, que permite a elaboração de uma visão dinâmica do capitalismo, que o leva à vizinhança da elaboração sobre as ondas longas (ver, em especial, Grossmann, 1929, pp. 92-95). Por isso, Grossmann pode ser lido como um teórico das contratendências e da dificuldade da derrocada – sua análise contempla a flexibilidade do capitalismo e o vasto estoque de circunstâncias contrariantes à queda do lucro, que contribuem para moldar a forma do seu dinamismo a longo prazo. Além do mais, Grossmann (1929, p. 19 e p. 119) trabalha com a referência de Lênin sobre a “inexistência de situações sem saída”, inclusive para criticar elaborações que sugeririam um fim automático ou mecânico do capitalismo.

Uma apresentação mais detalhada das elaborações sobre ondas longas e ciclos sistêmicos de acumulação ultrapassa os objetivos específicos deste artigo, na medida em que o leitor tem à disposição farta literatura sobre o tema. Mas as suas relações teóricas com a obra de Marx merecem um comentário específico. Freeman e Louçã (2001) apresentam uma síntese atualizada, um conjunto amplo de referências sobre o tema, materializando um diálogo entre as elaborações de inspiração neo-schumpeterianas e a elaboração de Ernest Mandel (1972, 1995). Quanto aos ciclos sistêmicos de acumulação, a exposição de Arrighi, na introdução de *O longo século XX* (1994, pp. 1-26) é rica o suficiente para destacar uma síntese entre a elaboração de Marx e os estudos históricos de Braudel, além de enfatizar no próprio Marx (1894) elaborações relativas a transições de hegemonia históricas descritas com detalhe na obra de Braudel (1986). A percepção por Marx da transformação dos Estados Unidos no caso clássico do desenvolvimento

capitalista é uma indicação de outro possível diálogo em torno da mudança de centros hegemônicos.

Qual a melhor integração entre essas duas abordagens? De uma forma exploratória, é possível identificar como os pontos fortes de cada uma das abordagens podem enriquecer a outra.

Por um lado, a elaboração das ondas longas pode enriquecer a elaboração dos ciclos sistêmicos de acumulação através de uma melhor articulação entre revoluções tecnológicas, emergência de novos paradigmas e transições de hegemonia. Não é difícil a associação entre novas tecnologias e as realocações dos centros líderes no capitalismo mundial. Possivelmente, há uma lógica espacial nesses movimentos, associada às “vantagens do atraso” discutidas por Gerschenkron (1952), em que se combinam o esgotamento das oportunidades de investimento no centro hegemônico e o aparecimento de novas oportunidades e novos setores em centros emergentes. As diferenças de cronologia podem ser elucidativas - pois pelo menos nos dois últimos ciclos sistêmicos de acumulação (Inglaterra e Estados Unidos), há duas ondas longas que persistem sob um mesmo centro hegemônico (Inglaterra, nas duas primeiras ondas longas; Estados Unidos, na quarta e quinta ondas longas).

Por outro lado, a elaboração dos ciclos sistêmicos de acumulação traz inúmeras contribuições para a elaboração das ondas longas, especialmente, quanto à questão monetário-financeira e a questão do poder (Estado).

Na questão monetário-financeira, são importantes as questões relativas à expansão financeira como uma fase recorrente desses ciclos e ao poder do centro hegemônico derivado da emissão do dinheiro mundial. Essas duas questões estão fortemente associadas, na medida em que o país destinatário dos capitais excedentes do centro em declínio – a expansão financeira como “sinal do outono” (Braudel, 1986, pp. 225-226) – é aquele cuja moeda se tornará o dinheiro mundial. Ou, de outra forma, a “função de banco central de compensação” é “inseparável do papel de oficina do mundo” (Arrighi et al., 1999, p. 72).

A questão militar está associada com a natureza bélica do capital (Grossmann, 1929, p. 36) e o peso dos gastos em P&D de natureza militar é definidor da natureza do sistema nacional de inovação dos Estados Unidos (Mowery & Rosenberg, 1993). A

elaboração dos ciclos sistêmicos de acumulação incorpora o papel do poderio militar na constituição das hegemonias mundiais. Arrighi et al. (1999, p. 93) destacam o papel da “industrialização da guerra” na diferenciação entre as hegemonias dos dois lados do Atlântico. Para Arrighi et al. (1999), os Estados Unidos estão entre os pioneiros dessa aplicação. Essa articulação geopolítica fundamental na elaboração dos ciclos sistêmicos de acumulação oferece uma perspectiva mais abrangente para a própria elaboração sobre os sistemas nacionais de inovação.

Para a realização de um diálogo entre essas duas abordagens, a discussão da luta entre as tendências e contratendências à queda da taxa de lucro oferece um canal articulador que incorpora integralmente os efeitos contraditórios da aplicação da ciência à produção, do desenvolvimento do sistema de crédito e da atuação do Estado como um ator decisivo na contenção das possibilidades de crise.

#### I- CONTRATENDÊNCIAS À QUEDA DA TAXA DE LUCRO E A DINÂMICA DE LONGO PRAZO

A combinação entre a discussão da queda tendencial da taxa de lucro, ondas longas de desenvolvimento capitalista e ciclos sistêmicos de acumulação oferece um horizonte teórico para lidar com a questão de Marx sobre as “barreiras em escala mais poderosa”, ou seja, o horizonte do sistema capitalista é uma sucessão infinita de ondas longas e ciclos sistêmicos de acumulação?

Por que combinar essas discussões sobre a dinâmica de longo prazo na economia capitalista?

Primeiro, porque a aplicação tecnológica da ciência e o sistema de crédito cumprem o papel contraditório de contribuir para a tendência à queda da taxa de lucro, ao mesmo tempo contêm o colapso do valor. A ampliação do volume de capital fixo utilizado na produção é também resultado da aplicação tecnológica da ciência e dos mecanismos financeiros para lidar com essa ampliação, a sociedade anônima, em primeiro lugar. É uma forma de introduzir o tema deste artigo que demonstra a contínua luta entre as tendências e contratendências à queda da taxa de lucro. É uma luta sempre renovada que define problemas, limites, flexibilidade e fôlego do capitalismo.

Segundo, porque o enfoque da tendência decrescente da taxa de lucro, em especial a ênfase nas contratendências a essa queda, permite diversas articulações entre a elaboração das ondas longas e dos ciclos sistêmicos de acumulação. A aplicação tecnológica da ciência está na origem de um poderoso elemento de contraposição à queda da taxa de lucro - a abertura de novos setores industriais, que estão na raiz das revoluções tecnológicas que moldam as ondas longas do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento do sistema de crédito e o crescimento do sistema financeiro são um mecanismo que oferece ao capital uma enorme flexibilidade, manifestada nos deslocamentos que ocorrem durante as fases de expansão financeira, tão decisiva na definição dos períodos de turbulência sistêmica que caracterizam as transições de hegemonia.

Durante as fases de “expansão financeira”, por um lado, a queda da taxa de lucro no país hegemônico e a conseqüente rarefação de oportunidades para investimento levam à “superabundância de capital monetário” (Arrighi, 1994, p. 238). Estes capitais excedentes são estimulados a buscarem novas aplicações especialmente em regiões emergentes que eventualmente podem substituir o antigo centro hegemônico (Arrighi, 2005b, p. 89). Por outro lado, a busca de aplicações mais rentáveis e a mobilidade que a expansão financeira oferece ao capital social estão na raiz de movimentos gerais que determinam transições de hegemonias. A realização de lucros mais elevados em novas localizações é uma contribuição histórica recorrente das expansões financeiras. É importante reiterar que já na narrativa histórica de Braudel está presente a referência a essa busca de aplicações mais rentáveis. É o caso da elaboração de Braudel sobre as expansões financeiras como “sinal de outono” (Braudel, 1986, p. 225-226).

O progresso tecnológico, a aplicação da ciência à produção, está entre os principais determinantes da tendência à queda da taxa de lucro no capitalismo. Todas as menções de Marx, desde os *Grundrisse* (ver Albuquerque, 2010, capítulo 1), relacionam-se ao crescimento do peso e da sofisticação das máquinas utilizadas no processo produtivo (o mecanismo que incorpora a aplicação da ciência e do *general intellect*). A dinâmica de crescimento da composição orgânica de capital é conseqüência da busca na concorrência intercapitalista de superlucros, derivados da produção em condições técnicas melhores em relação aos outros capitalistas industriais.

Porém, o progresso tecnológico tem uma natureza contraditória também nesse aspecto. Ele está direta e indiretamente relacionado a diversos fatores que se contrapõem à queda da taxa de lucro. Entre as “causas contrariantes” da queda da taxa de lucro, há uma lista de seis causas, das quais três estariam diretamente relacionadas aos impactos da “aplicação da ciência à produção”: “barateamento dos elementos do capital constante”, “superpopulação relativa” e o “aumento do capital por ações”.

Grossmann (1929), por sua vez, no capítulo 3 de seu livro *A lei da acumulação e a derrocada do sistema capitalista*, discute exaustivamente as “contratendências modificantes” relativas à tendência à derrocada. A primeira parte do capítulo 3 trata do “restabelecimento da rentabilidade por modificações estruturais internas no mecanismo dos estados capitalistas”, enquanto a segunda parte trata do “mercado mundial: o restabelecimento da rentabilidade através do domínio do mercado mundial”. Entre os treze fatores envolvidos no “restabelecimento da rentabilidade” pelo menos sete deles estão diretamente relacionados ao progresso tecnológico (barateamento do capital constante, redução dos custos do capital variável pelo progresso da maquinaria, redução do tempo de rotação, barateamento dos elementos da produção, surgimento de novas esferas de produção com menor composição orgânica de capital, luta para eliminação do lucro comercial, influência das desvalorizações periódicas do capital existente,<sup>1</sup> o aumento do capital por ações). Em relação ao mercado mundial, para Grossmann (1929, p. 235), o peso do progresso tecnológico é uma condição elementar, pois “o avanço técnico constitui o único método para afirmar-se no mercado mundial”. Grossmann (1929, p. 217) explicitamente avalia “o surgimento de novas esferas de produção com menor composição orgânica de capital” – claramente se apoiando no que identifica em Marx – “o capital penetra sempre em novas esferas” (p. 217). Novamente, entre as contratendências, encontram-se elementos decisivos para a compreensão da mobilidade dos capitais, fuga para áreas de maior rentabilidade.

Na medida em que as ondas longas se sucedem, esses elementos centrais mudam de formato. Por exemplo: a emigração de capitais (Mill, 1848) ou o “comércio exterior” (Marx, 1894) – causas neutralizantes ou contrariantes da queda da taxa de lucro – estão

---

<sup>1</sup> Há uma referência a guerras (no tópico sobre desvalorizações periódicas), que é importante destacar a natureza bélica do capitalismo e por, indiretamente, tocar na associação entre tecnologia e a questão militar.

relacionados a uma dinâmica que, através do envolvimento de empresas com o comércio exterior, é o início de um processo relacionado à internacionalização das empresas (Dunning, 1994, pp. 193-208), processo típico das empresas líderes especialmente após a Segunda Guerra Mundial – e as empresas multinacionais tornam-se as empresas líderes da quarta onda longa no esquema de Freeman e Perez (1988).

A identificação das expansões financeiras como movimentos de capitais superabundantes (em busca de áreas de maior rentabilidade) é outra relação entre a elaboração dos ciclos sistêmicos de acumulação e a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Arrighi (1997, p. 157) esclarece que “...I rely on Marx’s hypothesis that the credit system has been a key instrument, both nationally and internationally, of the transfer of surplus capital from declining to rising organization centers of capitalist trade and production”. Trata-se, dessa forma, de um poderoso elemento de flexibilidade do sistema, do ponto de vista locacional: problemas de dinâmica econômica em um país líder não expressam uma “crise final do capitalismo” – nem naquele país -, mas apenas uma mudança geográfica e/ou setorial do centro hegemônico do sistema – o que fornece novo fôlego para o sistema como um todo, em novas bases – identificadas pela nova configuração da onda longa e do ciclo sistêmico de acumulação. Um novo patamar para o recomeço da operação dos fatores que impulsionam a queda da taxa de lucro.

Essa dinâmica relacionada às causas contrariantes da queda da taxa de lucro – em especial a busca por novas regiões ou incorporação de novos territórios – é bastante atual. Por exemplo, Richard Freeman (2007, p. 26) analisa a inclusão de 1,47 bilhão de trabalhadores no mercado internacional de trabalho – parte de um movimento de transição em curso – decorrente da incorporação, durante as décadas de 1980 e 1990, de países como a China e a Índia, em especial, ao mercado global. Essa “duplicação” do mercado global de trabalho (p. 25) relaciona-se com uma queda na relação capital-trabalho em termos globais.

Essa transição a uma economia mais internacionalizada pode também significar uma nova forma de superação da atual fase de turbulência sistêmica. Wood (1998, p. 45) sugere que uma espécie de “grande transformação” polanyiana estaria em curso, pois, agora, na esfera internacional, “capitalism is living alone with its internal

contradictions”.<sup>2</sup> Essa transformação – transnacionalização de mercados e do capital -, ressalta Wood, “relies on the state as its principal instrument” (p. 47).

Finalmente, a análise de Grossmann também auxilia identificar as mudanças na dinâmica capitalista pós-1930: o Estado e os seus recursos não estão colocados direta e explicitamente na extensa lista de contratendências à queda da taxa de lucro (pp. 187-373). A referência, entre as “funções econômicas do Estado”, ao papel “fundamental” como contradência está na obra de Poulantzas (1978, p. 199), para quem as intervenções do Estado deveriam ser investigadas como “recursos de contratendências a esta baixa tendencial em relação às novas coordenadas, na fase atual”. Essa posição é objeto de controvérsias, como a crítica de Przeworsky (1990, p. 105 e p. 109) comprova. Porém, esta crítica é suficiente para indicar o mérito de Poulantzas no tratamento da relação entre o Estado e as contratendências à queda da taxa de lucro. Relação que pode introduzir uma investigação sobre a associação entre metamorfoses do capitalismo e as mudanças no Estado.

## II- (DES)COMPASSO ENTRE AS METAMORFOSES DO ESTADO E DO CAPITALISMO

A questão do Estado é complexa e multidimensional, pois compreende toda uma agenda de pesquisa – que não será tratada aqui. Para os objetivos deste artigo, Habermas (1981) apresenta uma discussão abrangente e de longo prazo sobre o Estado - um quadro de sua evolução a partir das jornadas de juridificação, didática por indicar metamorfoses no Estado. Habermas (1981, v. 2, pp. 505-527) sugere a existência de quatro tipos de Estado ao longo da história do capitalismo: 1) o Estado Burguês (que se desenvolveu durante o Absolutismo); 2) o Estado de Direito (que corresponderia à monarquia constitucional alemã do século XIX); 3) o Estado Democrático de Direito (resultado da Revolução Francesa e da Revolução Americana) e 4) o Estado Social e Democrático de Direito, do século XX, fruto das lutas do movimento operário europeu. Nas metamorfoses entre esses quatro tipos de Estado, há questões diretamente relacionadas, tidas como questões legais (Estado e contratos), há movimentos nos quais o Estado

---

<sup>2</sup> Essa nova fase está relacionada também com uma nova fase do imperialismo – “imperialismo capitalista”-, distinta da fase clássica do imperialismo discutida por Hilferding, Lênin, Rosa Luxemburgo, entre outros (Wood, 2003, pp. 124-130).

necessariamente deve realizar em função de complexas articulações com demandas dos movimentos sociais que, uma vez incorporadas, transformam o Estado – dinâmica especialmente ressaltada pela tipologia de Habermas - , além da própria dinâmica econômica.

Nesse sentido, Habermas (1981, p. 520) é um autor que contribui para a compreensão da dinâmica combinada entre as metamorfoses do Estado e do capitalismo, ao mencionar que “os subsistemas Economia e Estado se tornam cada vez mais complexos em consequência do crescimento capitalista”.

Para tentar rastrear esse crescimento da complexidade do Estado, o objetivo desta seção é construir, através de uma resenha da literatura disponível, um quadro simplificado das suas transformações estruturais a longo prazo – quadro que pode ser cotejado com as outras transformações na tecnologia e nas finanças.

Uma lista sumária dos diversos papéis assumidos pelo Estado em relação à ciência e à tecnologia, às finanças e à história dos Estados Unidos pode ser um roteiro para captar essas transformações estruturais. Funções novas e diversificadas são assumidas pelo Estado ao longo do tempo: fornece a infraestrutura da economia – as condições gerais de produção, cada vez mais complexas -; canaliza recursos para a infraestrutura científica e educacional – que também são modernas condições gerais de produção -; estabelece políticas industriais; transfere recursos para empresas privadas – em setores ou posições estratégicas -; organiza a indústria bélica; organiza a(s) economia(s) de guerra; organiza a exploração espacial; contribui para a fundação e expansão de mercado de capitais (Sylla, 1999; Chesnais, 2004, p. 21). Também organiza o sistema monetário e financeiro; o sistema de bem-estar social – em sua versão mais pública ou mais privada –; provê serviços sociais e de saúde; estabelece mecanismos econômicos anticíclicos – chegando ao que Watkins (2010) denomina *Treasury-Wall Street Nexus* (o Estado como uma barreira de contenção da crise de 2007-2008) –; e contribui para a organização do capitalismo global (Wood, 1999 e 2003; Panitch e Gintis, 2005).

Há, dessa forma, uma dinâmica histórica de progressiva incorporação de novas funções e novas tarefas pelo Estado. Estudos que focalizam períodos históricos diferentes descrevem “novas funções do Estado” (Polanyi, 1944, p. 144) e “aumento e variedade

das funções econômicas do estado” (O'Connor, 1973, p. 81). Desde 1776 há um crescimento quantitativo do peso econômico do Estado para o caso dos Estados Unidos – crescimento sistemático, mas não linear, fortemente influenciado pela dimensão militar (Atack e Passell, p. 652). O resultado desse processo histórico é um Estado que – medido pelos gastos governamentais - alcança a 36,6% do PNB dos Estados Unidos (OECD, 2008, pp. 56-57), qualitativamente estabelece-se uma efetiva economia mista e uma articulação *sui generis* entre plano e mercado.<sup>3</sup>

Há uma dialética específica entre as metamorfoses do capitalismo e as metamorfoses do Estado. Afinal, o Estado é um ator que está na origem do capitalismo, contribuindo para a emergência combinada da moderna classe trabalhadora e da economia de mercado (Polanyi, 1944, p. 109). Foi parte da acumulação primitiva (Marx, 1867, tomo 2, pp. 285-286) e teve um papel-chave na preparação das bases da revolução industrial, através da articulação do sistema de crédito britânico em torno da dívida pública (Braudel, 1986).

Heckscher (1931, p. 767-768) investiga a construção do Estado durante a “época mercantilista” e explica a associação entre o mercantilismo e o liberalismo do século XIX: o Estado forte sonhado pelo mercantilismo se tornou realidade no século XIX, em função de uma delimitação das funções do Estado, estabelecidas pelo liberalismo.

Essa delimitação das funções do Estado pode ser articulada com a elaboração de Weber (1922), na qual o Estado Moderno (cuja emergência está descrita pela obra de Heckscher) foi resultado do processo mais geral de racionalização que esteve na origem do capitalismo e de suas instituições, que envolve a centralização dos meios administrativos e de coerção, que estabeleceram o monopólio legítimo do uso da violência (poder). Ao tratar da emergência do monopólio dos meios de violência, Weber refere-se a Trotsky, em uma reflexão sobre o “o Estado racional como associação de domínio institucional com o monopólio do poder legítimo” (p. 1056): “‘Todo Estado se basa en la fuerza’, dijo en su dia Trotsky en Brest-Litowsk. Y esto es efectivamente así” (Weber, 1922, p. 1056). Essa referência contém, de forma condensada, toda uma relação

---

<sup>3</sup> O peso do estado no caso dos Estados Unidos é parte de características definidas pela variedade de capitalismo que ele representa. Outras variedades de capitalismo também detêm expressivas participações do estado: Japão (36% do PNB), Alemanha (43,9%), França (52,4%) e Suécia (52,6%) (OECD, 2008, pp. 56-57).

teórica entre o que seria uma concepção de Estado, em Marx (e desenvolvimentos até o início do século XX), e a elaboração de Weber.

Essa delimitação de funções descrita por Heckscher (1931) também pode ser acompanhada pela obra de Adam Smith (1776) que, em seu Livro V, trata de “a receita do soberano ou do Estado”. Na discussão relativa aos “os gastos do soberano ou do Estado” (capítulo 1, Livro V), Smith menciona gastos com a “defesa”, com a “justiça”, com “as obras e as instituições públicas” (instituições para facilitar o comércio da sociedade, para a educação da juventude e para a instrução de pessoas de todas as idades) e com o “sustento da dignidade do soberano” (1776, vol. II, pp. 149-238). O terceiro capítulo do Livro V trata das “dívidas públicas” (pp. 313-344). É interessante anotar que Adam Smith indica a tendência de a defesa tornar-se, progressivamente, mais dispendiosa, na medida em que a civilização progride e há avanços na “arte bélica” (p. 163).

Polanyi (1944), discutindo a “civilização do século XIX”, refere-se às funções limitadas do Estado no tempo de Adam Smith e aponta como a instalação efetiva do *laissez-faire* – a criação do mercado de trabalho foi implementada pelo Estado - exigiria “um aumento enorme das funções administrativas do Estado” (p. 144) – em função da complexidade das cláusulas das leis do cercamento, o controle burocrático das *New Poor Laws*. Segundo Polanyi, “o caminho para o mercado livre estava aberto e se mantinha através de um intervencionismo contínuo, controlado e organizado de forma centralizada” (p. 146). Polanyi (p. 139) especifica o papel da legislação fabril e leis sociais, leis para a terra e tarifas agrárias e bancos centrais e gestão do sistema monetário para a autoproteção da sociedade em relação aos mercados autorregulados de trabalho, terra e dinheiro.

A elaboração de Polanyi descortina um elemento dinâmico importante na ampliação das funções do Estado, ao discutir o “duplo movimento” (p. 139, p. 153) relacionado à emergência dos mercados autorreguláveis e a reação espontânea de autoproteção da sociedade. Como afirma Polanyi, “o *laissez-faire* foi planejado, o planejamento não” (p. 146). Essa dinâmica de autoproteção da sociedade, no raciocínio de Polanyi, leva a um crescimento qualitativo de funções do Estado, como a legislação

fabril e as leis sociais, leis e tarifas para a terra, necessidade de bancos centrais para a gestão do sistema monetário (p. 139).

Ao avaliar as consequências da guerra que pôs fim aos Cem Anos de Paz descritos por Polanyi, Preobrajensky (1926, pp. 173-181) estuda mudanças estruturais ocorridas em torno da Primeira Guerra Mundial, avaliando os efeitos das mudanças dos tempos de guerra sobre a dinâmica econômica nos tempos de paz. De certa forma, Adam Smith antecipa essa formulação de Preobrajensky, ao chamar atenção para um fenômeno relacionado à forma de financiamento de guerras: “A redução da dívida pública em tempo de paz nunca manteve proporção alguma com o acúmulo da mesma em tempo de guerra” (1776, v. II, p. 324). Essa elaboração de Preobrajensky é parte de um raciocínio mais amplo sobre os limites à operação da lei do valor no capitalismo monopolista. Inicia-se com a identificação, por Preobrajensky, de quatro fases do capitalismo: clássico, monopolista, “capitalismo estatal alemão dos anos 1914-1918” e “as tendências muito acentuadas nesta mesma direção na economia da *Entente* durante a guerra” (p. 171). Avalia que “durante a guerra mundial”, em especial na Alemanha, “as tendências monopolistas do capitalismo receberam grande impulso em direção a um desenvolvimento ulterior que conduziu a economia de um país como a Alemanha até ao capitalismo estatal” – pois “as necessidades da defesa obrigaram o Estado a fazer um inventário de todas as possibilidades de produção do país”. Segundo Preobrajensky (pp. 173-4), “a regulação de toda a produção capitalista pelo Estado burguês atingiu uma profundidade sem precedentes na história do capitalismo”. Nos países da *Entente*, “o sistema econômico do período de guerra foi um capitalismo estatal num grau bem menor, mas aqui também as tendências nessa direção foram poderosas” (p. 174). Quando terminou a guerra, Preobrajensky ressalta que não havia uma volta à livre concorrência e que as tendências monopolistas do capitalismo entravam em uma fase mais avançada (p. 174) e a “limitação da lei do valor” adquiriu uma “força ainda maior” (p. 175).

Essa avaliação de Preobrajensky contribui também para a identificação da associação entre a natureza bélica do capitalismo e a conformação da ampliação do papel do Estado – que sempre traz as marcas do período anterior de sua expansão. É possível conjecturar que os países vencedores, ao rearticularem o cenário geopolítico internacional, preservam algumas características da economia da guerra, dados os

maiores compromissos militares. Arrighi (1994, p. 21) comenta este fenômeno nos Estados Unidos no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

Ao focalizar o efeito da Primeira Guerra Mundial sobre o papel do Estado na economia, esse raciocínio ressalta o seu aumento durante os confrontos e a ausência de recuo ao nível pré-guerra no período posterior. Essa observação de Preobrajensky é por gráfico apresentado por Atack e Passell (p. 652), no qual o salto do gasto público na economia americana – e o posterior não retorno ao nível do pré-guerra – implicou em uma mudança na tendência de ampliação da participação do Estado na economia.

A revolução keynesiana é parte de um movimento ideológico que prepara uma ampliação da participação do Estado na economia (Bold et al., 1998, p. 11). Esta revolução e o *New Deal* estabelecem um novo patamar de participação do Estado. Segundo Bold et al. (p. 19), o enorme papel do Estado, hoje, é consequência da crise dos anos 1930s. Um “momento decisivo” na história econômica que, para Polanyi (p. 202), fora um tardio movimento de autoproteção nos Estados Unidos – contramovimento retardado pelas condições específicas do país, com a livre provisão de terra, trabalho e dinheiro, impossibilitando a emergência de um mercado autorregulável. A Segunda Guerra Mundial significou um novo salto da participação do Estado – com a consequente operação do efeito discutido por Preobrajensky após a Primeira Guerra Mundial.

O quadro derivado dessa combinação entre os efeitos do *New Deal* e da Segunda Guerra Mundial foi captado pelas obras de O'Connor (1973) e Minsky (1982). A contribuição de Minsky destaca o chamado *big government* – um forte elemento anticíclico. O'Connor (1973), em um trabalho que é útil como uma descrição de novas funções que são assumidas pelo Estado no pós-guerra, intitula tal articulação o *Warfare-Welfare State* – traduzido para o português como “estado militarista previdenciário” (pp. 153-179). O'Connor escreveu em um contexto no qual o “as despesas governamentais totais dos Estados Unidos cresceram de menos de 8% para mais de 30% do PNB, entre 1890 e 1960” (p. 103). Para explicar essa elevação, O'Connor lista diversas causas: despesas com investimentos sociais, despesa com consumo social e despesas sociais de produção. Essas, relativas ao *Warfare-Welfare State* relacionam-se aos capitais excedentes (o *warfare state*) e à população excedente (o *welfare state*).

Habermas (1981) e Offe (1984) discutem as transformações estruturais no Estado. Habermas, que se apoia nas pesquisas de Offe, aponta um processo de “substituição de funções de mercado por funções do Estado”, processo submetido à restrição de não colocar em perigo “o nível de investimentos das empresas privadas, que em princípio deve assegurar” (p. 486). Discutindo características do Estado Social-Democrático de Direito – que em sua tipologia corresponde à quarta forma de organização - Habermas aponta três dimensões da intervenção estatal na economia: 1) garantia militar e jurídico-institucional das condições de existência das formas de produção; 2) influência sobre a conjuntura econômica e 3) política de infraestrutura tendente a manter as condições de realização do capital (1981, v. 2, p. 486).

As transformações estruturais do Estado capitalista possuem alguns elementos de irreversibilidade – por um lado, a complexidade crescente da economia determina esse papel estrutural nas interações entre o Estado e o capital; por outro lado, os movimentos polanyianos de autoproteção da sociedade parecem ser parte da dinâmica capitalista. Evidências dessa irreversibilidade encontram-se na preservação de elementos dos sistemas de bem-estar nas economias avançadas mesmo após os governos Thatcher e Reagan. Esping-Andersen (1999, p. 172), após o fim da Era Thatcher, avalia que, apesar das mudanças radicais em governos, “there is almost no case of sharp welfare regime transformation”.

Finalmente, entre a ampliação das funções do Estado está a sua articulação com o processo de “globalização”. Essas funções do Estado do país hegemônico (e dos Estados Nacionais em torno dele) foram apresentadas por Arrighi em relação a fases anteriores do capitalismo, na medida em que “a formação do mercado mundial e a conquista militar do não-Occidente avançaram *pari passu*” (1994, p. 21).

Panitch (2000, p. 8) chama atenção para uma relação entre a “globalização” e uma maior complexidade da natureza e da função do Estado. Wood (1999, p. 177), apoiada em sua análise do papel do Estado na origem do capitalismo, ressalta a dependência do “capital global” em relação aos Estados Nacionais – surgiria, assim, uma nova função para o Estado Nacional, para além daquelas relacionadas à manutenção de condições favoráveis à acumulação: “To help it navigate the global economy” (p. 177). Wood (2003, p. 141) sustenta que “[t]he world today is more than ever a world of nation states.

The political form of globalization is not a global state or global sovereignty....The very essence of globalization is a global economy administered by a global system of multiple states and local sovereignties, structured in a complex relation of domination and subordination”. Esse sistema de diversos estados tem problemas próprios, adverte Wood (2003, p. 141).

Esse papel do Estado Nacional é também destacado por Block e Evans (2005, p. 517): empresas transnacionais dependem de apoio dos Estados Nacionais de suas sedes. Panitch e Gindin (2005, p. 112), também investigando novas funções para o Estado dos Estados Unidos, discutem o seu papel na formação e no gerenciamento do capitalismo global. A construção atual do que Wood (1999) denomina “transnacionalização de mercados e do capital”, processo supervisionado pelos Estados Nacionais mais importantes, determina o surgimento de novas contradições.

A resenha aqui apresentada sustenta apóia a sugestão da relação entre as mudanças no capitalismo e no Estado. As metamorfoses no capitalismo implicam e são consequência de mudanças no Estado. Há, aqui, uma complexa causalidade, que explica o compasso e o descompasso entre as metamorfoses do capitalismo e do Estado. De uma forma bastante simples, há descompasso porque, por um lado, as crises vêm antes da resposta política que determina transformações no Estado; entretanto, por outro lado, o Estado pode assumir novas tarefas - investimentos em ciência e mesmo em pesquisa aplicada, que apoiaram, por exemplo, a origem da Internet (Fabrizio e Mowery, 2007) - que criam novos setores econômicos e/ou revoluções tecnológicas – e determinam toda uma cadeia de reações e novas mudanças.

Em compasso ou em descompasso, as metamorfoses do capitalismo e do Estado têm uma dinâmica conflituosa, embora relacionada, pois a metamorfose do Estado é pré-condição para a metamorfose no capitalismo.

### III- A POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

A transformação dos Estados Unidos em “caso clássico” do capitalismo já contém um importante elemento relacionado à ascensão e queda de países da posição de liderança ou de hegemonia. A articulação entre as abordagens das ondas longas e dos ciclos sistêmicos de acumulação estabelece um cenário propício para o retorno da

discussão sobre aos Estados Unidos. A substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos na posição hegemônica foi, de certa forma, antevista por Marx e identificada por diversos autores, a partir de posições as mais diversas. Preobrajensky (1926), por exemplo, apresenta uma descrição da ascensão da hegemonia dos Estados Unidos, em uma análise que envolva tanto elementos tecnológicos quanto creditícios (p. 178) e militares (p. 179). Weber, a partir do resultado da Primeira Guerra Mundial, identifica a abertura de uma nova era caracterizada pela liderança dos Estados Unidos<sup>4</sup>.

A elaboração de Freeman e Perez (1988) destaca, entre as características mais importantes da sucessão de ondas longas, os países “líderes tecnológicos” de cada fase. Os Estados Unidos aparecem entre os países líderes na segunda onda longa, atrás da Grã-Bretanha, França, Bélgica e Alemanha. Já na terceira onda longa, disputam a liderança com a Alemanha. E passam a liderar a quarta onda longa. Voltariam para a segunda posição, na quinta onda longa, atrás do Japão (1988, p. 55 e p. 57). Embora seja uma mera referência, ela indica a importância da questão.

A abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação tem na transição de hegemonias um elemento central (Arrighi, 1994). Essa elaboração tem insistido no declínio da condição hegemônica dos Estados Unidos e tem sistematicamente aperfeiçoado os argumentos em relação a este declínio. Em termos gerais, desde o seu livro *O longo século XX* Arrighi tem sugerido a abertura de um período de “turbulência sistêmica”, que caracterizaria a fase de transição de hegemonia.

Se, por um lado, o declínio dessa hegemonia pode ser identificado de diversas formas (e em especial pela posição do dólar na economia mundial), a dificuldade da transição de hegemonia em curso pode ser exemplificada pelos ajustes na avaliação de Arrighi em relação aos candidatos a centro hegemônico. Inicialmente, o candidato seria o Leste Asiático liderado pelo Japão (Arrighi, 1994, p. 344). Posteriormente, um bloco sino-nipônico (Arrighi e Silver, 1999, p. 296). Finalmente, Arrighi volta-se para a China como possível núcleo do bloco da Ásia Oriental (Arrighi et al., 2003; Arrighi, 2007).

A transição entre diferentes “dinheiros mundiais” não é simples nem destituída de atritos e choques. A transição entre a libra e o dólar completou-se com o resultado da

---

<sup>4</sup> Tal afirmativa está com carta apresentada por Marianne Weber em sua biografia (Max Weber, carta de 24/11/1918, transcrita por Mariane Weber, 1926, p. 745).

Segunda Guerra Mundial. O fim da hegemonia do dólar, possivelmente, uma característica do atual período de turbulência sistêmica, é muito mais complexo do que a perda dos Estados Unidos da posição de “oficina do mundo”. A persistência do peso do centro hegemônico em declínio como importante centro financeiro mundial é uma característica recorrente dos processos de transição de hegemonia (Braudel, 1986, p. 245; Arrighi et al., 1999, p. 94). No linguajar das ondas longas, é um descasamento institucional que é fonte importante de crises (Freeman e Perez, 1988). Essa persistência oferece uma margem de manobra residual – embora importante em termos conjunturais – à nação que está perdendo sua posição hegemônica que fornece fôlego para o seu posicionamento internacional (Wood, 2003, p. 133).

Possivelmente, a subestimação da questão do dinheiro mundial está por trás de um certo impressionismo em relação à emergência do Japão em elaborações de neoschumpeterianos como Nelson (Nelson e Wright, 1992) e Freeman (Freeman e Perez, 1988).

Inversamente, a localização da questão tecnológica, por Arrighi, em uma posição menos central do que ela possui na dinâmica capitalista, o leva a subestimar a capacidade de resistência dos Estados Unidos como centro hegemônico. A dimensão e a sofisticação do sistema de inovação dos Estados Unidos contribuem para a preservação de um papel importante, apesar de diversos sinais relativos ao início da perda de posição hegemônica. A liderança dos Estados Unidos, na revolução das tecnologias da informação e da comunicação dos anos 1990s, demonstra a força do sistema de inovação do país. Essa posição tecnológica pode determinar características singulares na atual fase de turbulência sistêmica, indicadas por um acompanhamento da forma como Arrighi tem elaborado e refinado as discussões sobre a atual fase de transição de hegemonia (Arrighi, 1994, Arrighi et al., 1999 e Arrighi, 2007).

A forma como Arrighi (2007, pp. 99-172) dialoga com a elaboração de Brenner (2002 e 2006) sobre os Estados Unidos no cenário atual é instrutiva – uma limitação da análise de Brenner, segundo Arrighi, seria exatamente a dificuldade para incorporar na análise os elementos que sinalizam essa perda da posição hegemônica e o quadro internacional de turbulência sistêmica.

Por diversas razões, o acompanhamento da emergência da China no cenário internacional é importante para avaliar as mudanças no papel internacional dos Estados Unidos. O processo na Ásia Oriental é complexo, pois, certamente, envolveria uma razoável articulação política e econômica entre a China, o Japão e a Coreia do Sul; além da solução de questões delicadas como, por exemplo, o destino do Taiwan. Dada a história da região no século XX e as diversas questões geopolíticas envolvidas, é possível sugerir que o cenário mais provável, em termos de uma combinação entre as abordagens das ondas longas e dos ciclos sistêmicos de acumulação, seja um período de turbulência sistêmica mais duradouro do que o usual. Essa conjectura deriva-se, por um lado, do peso da persistente liderança científica e tecnológica dos Estados Unidos (destacada pelos teóricos das ondas longas) – o que sinaliza a dificuldade de sua queda rápida – e, por outro lado, pelos movimentos na esfera financeira (destacados pelos teóricos dos ciclos sistêmicos de acumulação) – que sublinham as perdas atuais da sua liderança.

Isso significaria um cenário internacional multipolar, com toda uma série de fontes de tensões e de problemas daí resultantes. Em especial, dado ao descompasso entre a dimensão internacional de vários problemas (como as crises financeiras) e a inexistência de instituições internacionais capazes de intervenção suficiente para resolver esses problemas.

Um problema adicional da atual transição de hegemonia é a natureza da expansão financeira atual, centrada nos Estados Unidos. A natureza das expansões financeiras se transforma, porque os títulos e produtos financeiros que as caracterizam mudam com o tempo e as instituições que ancoram os movimentos dos capitais excedentes são diferentes. O arranjo institucional da atual expansão financeira é diferente do anterior, qualitativa e quantitativamente - massas de capitais fictícios que representam um valor de mercado das empresas listadas em bolsa nos Estados Unidos, em 2007 US\$ 19 trilhões, em 2008 US\$ 11,5 trilhões. A própria expansão anterior à crise do mercado “*subprime*” de hipotecas imobiliárias (Brenner, 2006, p. 316 e p. 322) pode ser interpretada como uma tentativa de encontrar canais de “valorização” interna das massas de capitais excedentes circulantes nos Estados Unidos – movimentos de capitais excedentes em busca de aplicação em ativos não direcionados à produção, dado os limites de rentabilidade existentes.

A atual fase de “turbulência sistêmica” caracteriza-se pela combinação de diversos elementos: declínio da hegemonia dos Estados Unidos, emergência da Ásia Oriental como “oficina do mundo”, fim do monopólio do dólar como divisa das reservas internacionais e inexistência de uma nação ou um grupo de nações como alternativa imediata à hegemonia dos Estados Unidos. Além deles, há o surgimento de dois elementos novos: 1) iniciativas internacionais concertadas entre os bancos centrais dos países avançados (superando uma fase em que as medidas nacionais eram o elemento fundamental) – iniciativas que indicam uma nova natureza das ações estatais anticrise; 2) um novo salto no *big government* para conter nacional e internacionalmente a difusão da crise. Essas iniciativas podem ter efeitos não desprezíveis sobre a velocidade da transição hegemônica e a duração da fase de turbulência sistêmica. Porque são iniciativas que postergariam o reencontro em um país (ou região) da “função de banco central de compensação” com o “papel de oficina do mundo” - características básicas de um novo centro de um ciclo sistêmico de acumulação (Arrighi et al., 1999, p. 72).

Há uma vasta polêmica em torno do diagnóstico de Arrighi: Panitch e Gindin (2005) consideram prematura a identificação do fim da hegemonia dos Estados Unidos. Porém, Panitch e Gindin reconhecem que a China tem potencial para emergir como rival do “US empire”, embora essa possibilidade ainda esteja distante (pp. 122-123). Um ponto de concordância entre a elaboração de Panitch (e mesmo de Wood) e Arrighi estaria no diagnóstico da “bifurcação” entre o poder econômico e militar aparentemente em curso. Arrighi e Silver (1999, p. 285) consideram que não há precedente nas transições anteriores. Wood (2003, p. xii), por sua vez, reconhece que a supremacia econômica dos Estados Unidos “is no longer unchallenged as it used to be”.

O maior peso da Ásia Oriental na dinâmica econômica atual já é expressão de uma mudança estrutural importante – e expressão da variedade de capitalismo. A natureza do capitalismo no Japão (Ohkawa e Kohama, 1989), na Coreia do Sul (Amsden, 1989) e em Taiwan (Wade, 1990) envolve uma nova forma de interação entre plano e mercado, dada a natureza da presença do Estado no desenvolvimento desses países. As características do desenvolvimento da China, após 1949 e 1978, acrescentam novas características à combinação entre plano e mercado nas economias capitalistas (Rawsky, 1979; Naughton, 1995; Kornai, 2000; King e Szelényi, 2005).

Ou seja, o eventual fim do período de hegemonia dos Estados Unidos implica também em novas características estruturais do capitalismo, a partir da natureza do capitalismo no novo centro hegemônico. Essas mudanças estruturais são, certamente, importantes desde o momento atual, dada a mudança de posição internacional dos Estados Unidos já imposta pela dinâmica econômica desses três países.

#### IV- CONCLUSÃO: TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS EM TRÊS DIMENSÕES

Na tentativa de articular três dimensões da dinâmica capitalista de longo prazo – tecnologia, finanças e poder – surgem elementos que indicam o crescimento da complexidade entre os seus determinantes – e da economia capitalista, portanto. Essa crescente complexidade interna a cada dimensão relaciona-se com uma maior complexidade na inter-relação entre essas três dimensões. Um exemplo dessa complexidade crescente e generalizada é a dificuldade de justapor as cronologias de duas abordagens – as cinco ondas longas posteriores à Revolução Industrial correspondem a dois ciclos sistêmicos completos. Certamente o que determinam essas cronologias são fatores centrais na análise de cada abordagem.

Há superposição e desencontro nessas cronologias, que refletem a complexidade dos processos que elas pretendem descrever. Na sucessão das tecnologias centrais das cinco ondas longas – mecanização da indústria têxtil, máquina a vapor, eletricidade e química, motor a combustão e eletrônica e, finalmente, as tecnologias de informação e comunicação – há por trás uma crescente complexidade das tecnologias, grosso modo, determinada por seu crescente conteúdo científico. Isto demanda um conjunto de articulações institucionais, sintetizadas nos sistemas de inovação. O sistema financeiro e o dinheiro mundial se rearticulam de forma que não se justapõe exatamente a essas mudanças técnicas – a cronologia dos ciclos sistêmicos de acumulação acompanha com mais precisão as mudanças no dinheiro mundial. O que é realmente útil na discussão entre essas duas abordagens é a percepção da sistemática ampliação da complexidade das atividades econômicas, com um possível corolário que é o desenvolvimento de sofisticadas interações entre mercado e planejamento, entre o privado e o público-estatal na dinâmica econômica. Essa dinâmica de longo prazo indica as metamorfoses, a riqueza de alternativas existentes para a dinâmica capitalista e o resultado atual: o capitalismo

como uma economia mista. Indica também o amplo espaço para a indeterminação, dada a multiplicidade e complexidade dos atores envolvidos.

Por outro lado, esse resultado e essa compreensão teórica podem ser contrapostos à elaboração de Hayek, que sugere que o mercado responderia à complexidade da atividade econômica – e deve ser deixado à sua própria regulação. Essa contraposição é um elemento importante para a discussão de alternativas ao capitalismo.

A ênfase na capacidade de transformação do sistema capitalista é um elemento de análise que muitas vezes falta em avaliações mais localizadas sobre o destino do atual modo de produção. A partir da ênfase colocada na capacidade de transformação e na capacidade de superação de barreiras, recoloca-se a questão: há um limite para esse processo? A escala dessas barreiras alcançaria um nível que não pode ser ultrapassado?

A literatura econômica trata desse tema em diversos momentos. Podem ser mencionados pelo menos quatro autores que têm alguma elaboração sobre o tema – Grossmann (1929), Schumpeter (1942), Minsky (1986) e Arrighi (1994).

Grossmann (1929) é o mais explícito na formulação da teoria da derrocada. Porém, como sugerido neste artigo, uma leitura cuidadosa desse livro revela o arsenal de “circunstâncias neutralizantes” à disposição do capitalismo para evitar a chegada da derrocada. O conjunto das contratendências à queda da taxa de lucro é vasto o suficiente para sempre – até aqui – conseguir se contrapor aos fatores determinantes da queda da taxa de lucro. Nesse sentido, Grossmann traz uma importante contribuição para as elaborações sobre ondas longas e ciclos sistêmicos.

Schumpeter (1942) é o autor mais explícito sobre o fim do capitalismo e a sua superação, em função do seu sucesso, pelo socialismo – que pode ser democrático e mais inovativo do que o capitalismo. Para um autor importante na elaboração da abordagem das ondas longas do desenvolvimento capitalista, é curioso que ele tenha realizado esse diagnóstico. A ênfase de Schumpeter na emergência das grandes sociedades anônimas no século XX, que tornaria obsoleta a função empresarial ao tornar a atividade inovativa rotineira, é a base desse diagnóstico sobre os limites do capitalismo. Porém, a dinâmica da aplicação da ciência à produção permite quebrar a lógica dos problemas derivados das consequências da monopolização, abrindo novas áreas para a dinâmica econômica – e a possibilidade de emergência de novas empresas que abririam novos setores, alimentando

novas revoluções tecnológicas e novo fôlego para a dinâmica capitalista. Nesse sentido, a quarta e a quinta ondas longas desmentem a previsão de Schumpeter.

Minsky (1986), com o seu foco na questão financeira e na inerente instabilidade que ela carrega, sugere apenas uma inevitável sucessão de crises ao longo do tempo e a solução dessas crises por mudanças institucionais específicas para superá-las.

Arrighi (1994), na medida em que pode avaliar o prognóstico de Schumpeter a partir do arcabouço teórico dos ciclos sistêmicos de acumulação, enfatiza a flexibilidade e discute a possibilidade de “acumulação sem fim”, mas deixa em aberto o resultado.

Em relação aos limites do capitalismo, a discussão deste artigo sugere: 1) a história do capitalismo confirma a avaliação de Marx (barreiras superadas por novas barreiras); 2) uma enorme flexibilidade institucional, transformações que envolvem a permanente criação de novas instituições e novos arranjos interinstitucionais (formas novas de interação entre as instituições existentes e as instituições criadas) e permanentes deslocamentos geográficos; 3) uma combinação de um diagnóstico mais econômico de Marx (1894) - superação de barreiras - com o diagnóstico político de Lênin (1920) - não há situação sem saída para a burguesia.<sup>5</sup>

Não é simples a questão sobre a “escala” das barreiras erguidas pelo capitalismo. Porque, por um lado, elas são de fato cada vez maiores – como este artigo apresentou. Por outro lado, porém, os recursos para se contrapor a essas barreiras mais poderosas também crescem de forma significativa – o Estado tem aqui um papel central. O que implica em um novo resultado indeterminado, em termos econômicos.

Esse resultado indeterminado, porém, deve ser cotejado com duas questões importantes em relação ao longo prazo, que contribuem para qualificar essa dinâmica de superação de barreiras a partir da criação de novas barreiras. Em primeiro lugar, não se deve subestimar o custo humano e social existente até aqui nas transições de hegemonia. Em segundo lugar, a dinâmica do capitalismo, a longo prazo, tem originado novos problemas que podem colocar um limite à existência humana: os riscos de uma catástrofe ambiental expressam uma nova escala dos problemas criados pelo capitalismo.

---

<sup>5</sup> Lênin apresenta esse balanço no informe ao Segundo Congresso da III Internacional, tratando de uma conjuntura que pode ser descrita como revolucionária – em especial na Alemanha (ver Broué, 1971). A ênfase nessa alta capacidade de manobra da burguesia em um contexto desfavorável é uma demonstração cabal da ausência de qualquer determinismo na transição para o socialismo. O informe de Lênin utiliza-se ampla e elogiosamente de um texto de Keynes (*As conseqüências econômicas da paz*).

O resultado indeterminado em relação aos limites econômicos do capitalismo e esses novos desafios introduzem a discussão sobre alternativas ao capitalismo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, E.. *A Agenda Rosdolsky*. Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG (Tese apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da UFMG para candidatura a professor titular), 2010.
- AMSDEN, A. H.. *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. New York/Oxford: Oxford University, 1989.
- ARRIGHI, G. (1994). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp (1996).
- ARRIGHI, G. (2005) Hegemony unravelling (II). *New Left Review*, 2005, v. 33, May-June, 2005.
- ARRIGHI, G. . *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. London: Verso, 2007.
- ARRIGHI, G. . Finacial expansions in world historical perspective: a reply to Robert Pollin. *New Left Review*, n. I/224, July-August, pp. 154-159, 1997
- ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDÉN, M. (eds). *The resurgence of East Asia*. London/New York: Routledge, 2003.
- ARRIGHI, G.; SILVER, B.J. (1999). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto/UFRJ (2001)
- ATAACK, J.; PASSELL, P.. *A new economic view of American history*. New York: W. W. Norton, 1996.
- BLOCK, F.; EVANS, P.. The state and the economy. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (eds) *The handbook of economic sociology*. Princeton/New York: Princeton University Press/Russel Sage Foundation (2<sup>nd</sup> edition), pp. 505-526, 2005.
- BOLD, M.; GOLDIN, C.; WHITE, E.. *The Defining Moment: the Great Depression and the American Economy in the Twentieth Century*. Chicago: The University of Chicago, 1998.
- BRAUDEL, F. (1986). *Civilização material, economia e capitalismo - séculos XV-XVIII*.: Volume 3 - O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes (1996).
- BRENNER, R.. *The economics of global turbulence: the advanced capitalist economies from long boom to long downturn, 1945-2005*. London/New York: Verso, 2006.
- CHESNAIS, F.. Le capital de placement: accumulation, internationalisation, effets économiques et politiques. In: CHESNAIS, F. (org.) *La finance mondialisée: racines sociales et politiques, configuration, conséquences*. Paris: Éditions La Découverte, pp. 15-50, 2004.
- DUNNING, J.. *Multinational enterprise and the global economy*. Alderhot: Edward Elgar, 1994.
- ESPING-ANDERSEN, G.. *Social foundations of postindustrial economies*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FABRIZIO, K. R.; MOWERY, D..The federal role in financing major innovations: information technology during the postwar period. In: LAMOREAUX, N.; SOKOLOFF, K. (eds) *Financing innovation in the United States, 1870 to the present*. Cambridge, Massachussets: The MIT Press, pp. 283-316, 2007.

- FREEMAN, C.; LOUÇÃ, F.. *As time goes by: from the industrial revolutions and to the information revolution*. Oxford: Oxford University, 2001.
- FREEMAN, C.; PEREZ, C.. Structural crisis of adjustment: business cycles and investment behaviour. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSON, R.; et al. (eds). *Technical change and economic theory*. London: Pinter, pp. 38-66, 1988.
- FREEMAN, C.; SOETE, L.. *The economics of industrial innovation*. London: Pinter, 1997.
- FREEMAN, R.. The challenge of the growing globalization of labor markets to economic and social policy. In: PAUS, E. *Global capitalism unbound: winners and losers from offshore outsourcing*. New York: PalgraveMacmillan, pp. 23-39, 2007.
- GERSCHENKRON, A. (1952). *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Harvard University, 1962.
- GROSSMANN, H. (1929). *La ley de la acumulación y el derrumbe del sistema capitalista*. México: Siglo XXI, 1984.
- HABERMAS, J. (1981). *La teoria de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1987.
- HECKSCHER, E. F. (1931). *La epoca mercantilista*. México: Fondo de Cultura Econômica (1943).
- KING, L. P.; SZELÉNYI, I.. Post-communist economic systems. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (eds) *The handbook of economic sociology*. Princeton/New York: Princeton University Press/Russel Sage Foundation (2<sup>nd</sup> edition), pp.205-229, 2005.
- KORNAL, J.. What the change of system from socialism to capitalism does and does not mean. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 1, pp. 27-42, 2000.
- LÊNIN, V. I. (1920). Report on the international situation and the fundamental tasks of the Communist International – July 19. *Collected Works*. Disponível em [www.marxists.org/achive/lenin/works/1920/jul/x03.htm](http://www.marxists.org/achive/lenin/works/1920/jul/x03.htm)). Acesso em 16/04/2010.
- MANDEL, E. (1972). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MANDEL, E. (1980). *Long waves of capitalist development: the Marxist interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MARX, K. (1867) *O Capital*. Volume I (tomos 1 e 2). São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, K. (1894) *O Capital*. Volume III. São Paulo (tomos 1 e 2): Abril Cultural (1984)
- MILL, J. S. (1848) *Princípios de economia política*, volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MINSKY, H. (1982). *Can "it" happen again? Essays on instability and finance*. New York: M. E. Sharp, 1984.
- MOWERY, D.; ROSENBERG, N. The United States system of innovation. NELSON, R. (ed.). *National innovation systems: a comparative analysis*. New York, Oxford: Oxford University, 1993.
- NAUGHTON, B.. *Growing out of the plan: Chinese economic reform, 1978-1993*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- NELSON, R.; WRIGHT, G. (1992) The rise and fall of American technological leadership: the postwar era in historical perspective. *Journal of Economic Literature*, v. 30, n. 4, pp. 1931-1964.
- O'CONNOR, J. (1973) *USA: a crise do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

- OECD. *OECD in figures 2008*. Paris: OECD, 2008.
- OFFE, C.. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OHKAWA, K; KOHAMA, H.. *Lectures on developing economics: Japan's experience and its relevance*. Tokyo: University of Tokyo, 1989.
- PANITCH, L.. The new imperial state. *New Left Review*, v. 2, Mar-Apr., pp. 5-20, 2000.
- PANITCH, L.; GINDIN, S.. Superintending global capital. *New Left Review*, v. 35, Sept-Oct., pp. 101-123, 2005.
- POLANYI, K. (1944) *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- POULANTZAS, N. (1978). *O estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1981
- PREOBRAJENSKY, E. (1926). *Nova economica*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.
- PRZEWORSKY, A. (1990). *Estado e economia no capitalismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dunará , 1995
- RAWSKI, T. G.. *Economic growth and employment in China*. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- SCHUMPETER, J. (1942) *Capitalism, socialism and democracy*. New York: HarperPerennial, 1975.
- SMITH, A. (1776) *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SYLLA, R.. Shaping the US financial system, 1690-1913: the dominant role of public finance. In: SYLLA, R.; TILLY, R.; TORTELLA, G. *The state, the financial system and economic modernization*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 249-270, 1999.
- WADE, R. . *Governing the market: economy theory and the role of government in East Asian industrialization*. Princeton: Princeton University, 1990.
- WATKINS, S. . Editorial – Shifting sands. *New Left Review*, n. 61, Jan-Feb., pp. 5-27, 2010.
- WEBER, M. (1922) *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- WOOD, E. M. (1999) *The origin of capitalism: a longer view*. London/New York: Verso, 2002.
- WOOD, E. M.. *Empire of capital*. London/New York: Verso, 2003.
- WOOD, E. M.. Modernity, postmodernity, or capitalism? In: McCHESNEY, R. W.; WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. *Capitalism and the information age: the political economy of the global communication revolution*. New York: Monthly Review Press, pp. 27-49, 1998.

# CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO NAS ANÁLISES SISTÊMICO-PRIGOGINEANAS DE IMMANUEL WALLERSTEIN E DE ISTVÁN MÉSZÁROS: CRISE INEXORAVELMENTE TERMINAL?

Guilherme Vieira Dias<sup>1</sup>, José Glauco Ribeiro Tostes<sup>2</sup> e Marcelo Silva Sthel<sup>3</sup>

A teoria sistêmica de Ilya Prigogine (Prêmio Nobel de Química), ou “ciência da complexidade”, vem sendo apropriada paulatinamente em ciências sociais. O caso da análise crítica do sistema-mundo capitalista do sociólogo Immanuel Wallerstein é um dos mais notáveis. Tal teoria prigogineana está debaixo do “guarda chuva” transdisciplinar maior do novo paradigma sistêmico da ciência, em conflito com o paradigma – ainda substancialmente hegemônico - newton-cartesiano da ciência. Um outro caso de uma apropriação filosófico-sociológica da teoria sistêmica prigogineana para uma análise crítica do “sistema do capital” é do filósofo marxista húngaro István Mészáros, tal como já argumentamos (Tostes, Cemarx 2007). Existem, a nosso ver, vários pontos em comum desta análise com aquela de Wallerstein, inclusive e principalmente quanto ao caráter estrutural (terminal) da atual crise – crescentemente socioambiental segundo nossa análise (Dias, Dissertação de Mestrado, PGCA/UFF 2009) – do capitalismo, em curso desde os anos 1970. Apresentaremos inicialmente alguns elementos prigogineanos da análise meszariana do sistema do capital, exibindo uma comparação esquemática com análise similar de Wallerstein e com destaque para a presente “crise estrutural” do capital, defendida por ambos. Em seguida, argumentaremos que tal crise socioambiental em curso do capitalismo não é necessariamente terminal. Tal argumentação está centrada na projeção de um cenário possível de saída capitalista de tal crise socioambiental, construído por analogia com a saída capitalista da crise de 29, mas com o sistema capitalista manipulando novos elementos não existentes naquela crise passada, particularmente ingredientes ambientais. Finalmente, agora em acordo com as análises sistêmicas de Mészáros e Wallerstein, defenderemos que mesmo que o projetado cenário de saída se cumpra, as contradições acumuladas serão, posteriormente, mais ameaçadoras potencialmente do que aquelas acumuladas pela saída da crise de 29.

## Introdução

*Partimos* de duas análises críticas – relativamente semelhantes – do capitalismo enquanto sistema complexo: a de Immanuel Wallerstein (2004) e a de István Mészáros (2002), provindas do fim do século XX e já bastante aprimoradas – em relação a Marx e a trajetória do marxismo até os anos 1970 – pelos próprios desdobramentos *históricos* do

---

<sup>1</sup> Professor de Sociologia do Instituto Federal Fluminense (IFF). [guiv.dias@gmail.com](mailto:guiv.dias@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). [glauco@uenf.br](mailto:glauco@uenf.br)

<sup>3</sup> Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). [sthel@uenf.br](mailto:sthel@uenf.br)

capitalismo e da *ciência* no período mencionado de oitenta anos. No caso dos desdobramentos históricos, ambas as análises convergem para a conclusão de que a crise – crescentemente *socioambiental* – que se inicia nos anos 1970 seria *estrutural* ou “terminal” para o capitalismo/capital. No caso da ciência temos a apropriação sociológica e interdisciplinar da teoria sistêmica rotulada de *ciência da complexidade* de Ilya Prigogine (1984a) – originalmente desenhada para a Termodinâmica de processos longe do equilíbrio (área da físico-química) nos anos 1960-70 – por parte de Wallerstein e Mészáros, enriquecendo suas respectivas análises *sistêmicas* do capitalismo\capital.

*Fechamos* o trabalho com possível cenário de saída capitalista de presente crise socioambiental em curso. Não temos a certeza de Wallerstein/Mészáros quanto ao caráter *necessariamente* terminal (ponto de bifurcação prigogineano) da atual crise (de cerca de 40 anos) do capitalismo; assim, estamos propondo, com base em analogias com a saída capitalista da crise de 1929 e com base nos “*novos ingredientes ambientais*” da trajetória da presente crise, um cenário de possível “saída” do capitalismo face a esta mencionada crise *socioambiental* em curso. Com a ressalva que, obedecendo às análises sistêmicas de Wallerstein e Mészáros, tal saída vai gerar posteriormente novas e mais gigantescas barreiras a sobrevivência do sistema capitalista, com destaque para barreiras *ambientais*.

## **Paradigma sistêmico e teorias sistêmicas**

### *O conceito de paradigma*

Podemos traçar uma trajetória, relativamente bem definida, pelo menos desde Aristóteles, da razão ocidental; apesar de rupturas e bifurcações de tempos em tempos. Uma primeira característica marcante de tal trajetória é que a filosofia (grega) foi deslocada, da condição de ponta avançada da razão ocidental, pela ciência moderna, em processo percorrendo os sécs. XVII e XVIII. Tratou-se de uma mudança “paradigmática”. O termo “paradigma” vem se prestando a múltiplas e desencontradas interpretações. Vamos entendê-lo aqui em um dos dois sentidos apresentados no “Posfácio” de 1969 que Kuhn fez à sua obra *Estrutura das Revoluções Científicas* de 1962, a saber, como um dado conjunto de crenças e valores<sup>4</sup> que orienta consensualmente a construção\utilização de teorias científicas em uma

---

<sup>4</sup> Respostas às perguntas sobre o ser e o conhecer ou, dito de outro modo, pressupostos implícitos que configuram a visão do mundo que “todo o mundo tem”.

dada comunidade científica. Assim: a) utilizaremos “paradigma” exclusivamente neste último sentido, apenas como “paradigma da ciência”; b) não o usaremos no outro sentido apresentado – também muito empregado na literatura – naquele mencionado “Pós-fácio”, a saber, no sentido de teoria científica ou “matriz disciplinar”. Cada teoria de um mesmo paradigma tem seu próprio conjunto de regras e padrões de práticas, constituindo, portanto *uma* “disciplina” específica. Já o paradigma é, por conseqüência, naturalmente *transdisciplinar*, atravessando todas as teorias dele “dependuradas”. A síntese sobre o conceito de paradigma deste presente parágrafo foi traçada a partir de Vasconcellos (2002).

Já o conceito de “epistemologia”, ainda segundo Vasconcellos (2002), será: a) usado essencialmente como sinônimo do conceito de “paradigma” – tal como acima selecionado; b) e não mais separável do conceito clássico de ontologia.

### *O paradigma tradicional ou cartesiano da ciência*

O paradigma cartesiano da ciência emergiu processualmente nos séculos XVII e XVIII como a ponta avançada de uma transição inter-paradigmática na trajetória da *razão ocidental*, onde este então novo paradigma foi destruindo a hegemonia do paradigma então vigente desde o século XIV: o paradigma aristotélico-tomista<sup>5</sup> ainda centrado na filosofia, não na ciência. Trata-se, portanto, de um processo com profundas raízes em transformações político-econômicas então em curso na Europa. A filosofia a partir de então começa, aos olhos do novo paradigma cartesiano da ciência, a perder qualquer pretensão a um papel “científico” e, portanto, *racional*. Uma maneira mais simples de dizer a mesma coisa é que filosofia e ciência teriam sido “separadas” a partir da modernidade ocidental. Este ponto é decisivo para se compreender as dificuldades – desde Hegel e Marx – provocadas pelo uso de uma *filosofia dialética* para apoiar uma visão *racional* da história. E é esta dificuldade que vai, entre outros fatores, ajudar a abrir a perspectiva de articulação, em curso, entre marxismo (e adjacências) e o novo paradigma sistêmico da ciência, conforme discutiremos mais adiante quando trabalharmos com Wallerstein e Mészáros.

O paradigma cartesiano da ciência foi, desde o século XVIII, o “guarda-chuva” de múltiplas teorias científicas ou “matrizes disciplinares”, seja, predominantemente, em ciências naturais, seja, em alguns casos, em ciências humanas, particularmente, desde a Mecânica Newtoniana e suas leis supostamente *universais*, até – desde o século XVIII até, em parte,

---

<sup>5</sup> Estamos aqui, apenas nesse parágrafo, expandindo o conceito de paradigma, ligando-o também à *filosofia grega* na guinada tomista do século XIV.

ainda hoje – as teorias *econômicas capitalistas*. Estas últimas foram construídas desde meados do século XVIII até meados do século XIX, a partir – em boa parte – de metáforas e analogias *mecânicas* (é a *science* inglesa, em última instância, é o paradigma cartesiano da ciência) e sob a total ausência de influência alemã (particularmente ausência do idealismo alemão e mais especificamente da *wissenschaft* hegeliana, relegada pelo paradigma cartesiano, como notamos no parágrafo anterior, à “mera e vã” filosofia em sua “nova e decadente” esfera não-científica).

Baseados em Vasconcellos (2002) temos as três grandes dimensões “epistemológicas” ou crenças – inextricavelmente entrelaçadas – no paradigma tradicional ou cartesiano da ciência:

### 1. Simplicidade

O pressuposto da *simplicidade* [do mundo]: a crença em que, separando-se o mundo complexo em partes, encontram-se os elementos simples, [a crença] em que é preciso separar as partes para entender o todo, ou seja, o pressuposto de que “microscópico é simples”. Daí decorrem entre outras coisas, a atitude de *análise* [cartesiana] e a busca de *relações [causais] lineares* [grifos nossos nessa última frase].

### 2. Estabilidade

O pressuposto da *estabilidade* do mundo: a crença em que o mundo é estável, ou seja, em o “mundo é”. Ligados a esse pressuposto estão a crença no *determinismo* – com a consequente previsibilidade dos fenômenos – e a crença na *reversibilidade* - com a consequente controlabilidade dos fenômenos [grifos nossos nessa última frase].

### 3. Objetividade

O pressuposto da *objetividade*: a crença em que é possível conhecer objetivamente “o mundo tal como ele é na realidade” e a exigência de objetividade com critério de cientificidade. Daí decorrem os esforços para colocar *entre parênteses a subjetividade* do cientista, para atingir o *uni-verso* ou versão única do conhecimento [grifos nossos nessa última frase].

## *Paradigma sistêmico da ciência*

O paradigma sistêmico da ciência tem seus lampejos iniciais na segunda metade do século XIX, na *física*, com a termodinâmica de equilíbrio e a sua famosa segunda lei (entropia). Esses lampejos prosseguem na primeira metade do século XX. Seja na *matemática* de Poincaré, antecipando a futura *teoria do caos*, seja na *física* através da interpretação de Copenhague da nova Mecânica Quântica, com sua incomum participação do *observador* no ato de medida e com as correlações de Einstein-Podolsky-Rosen que *prescindem* do conceito de “objeto” quando associado às partículas quânticas, já antecipando a primazia das *relações*

sobre *objetos* no novo paradigma, seja – agora dentro do horizonte da *biologia* – com o primeiros estudos (*cibernética*) nas relações entre seres vivos e máquinas com uma causalidade não linear dos laços de realimentação (*feedback*) e com os primeiros estudos de *princípios gerais sistêmicos* do biólogo von Bertalanffy (devidamente antecedido pelo russo Bogdonov no início do século XX).

Mas é apenas na segunda metade do século XX, quando as intensas e “instabilizantes” transformações sociais dos anos 1960, inclusive na área da informática, abrem oportunidades de inovação/contradição em múltiplas direções, que o paradigma sistêmico da ciência ganha em consistência e em robustez suficientes para conflitar com o paradigma cartesiano hegemônico, na medida em que este já apresentava sinais de “cansaço” diante de uma série crescente de problemas, particularmente no que tange ao binômio disciplinar *biologia/ecologia*. Podemos resumir a importância dessas duas últimas disciplinas na emergência do novo paradigma por uma espécie de um já bem conhecido aforismo: assim como a *física* (particularmente a mecânica newtoniana) foi a disciplina central na construção do paradigma cartesiano da ciência, a *biologia* o foi na construção do novo paradigma sistêmico da ciência.

Vamos apresentar, sempre segundo Vasconcellos (2002), as três dimensões do novo paradigma, por contraste com aquelas três acima apresentadas do paradigma cartesiano. Somente então poderemos nomear teorias sistêmicas orientadas pelo novo paradigma da ciência, dentre as quais será encontrada aquela que diz respeito diretamente ao presente trabalho.

### 1. Complexidade

Do pressuposto da simplicidade para o pressuposto da *complexidade* [do mundo]: o reconhecimento de que a simplificação obscurece as inter-relações de fato existentes entre todos os fenômenos do universo e de que é imprescindível ver e lidar com a complexidade do mundo em todos em todos os seus níveis. Daí decorrem, entre outras, uma atitude de *contextualização* [objetos perdem a primazia] dos fenômenos e o reconhecimento [das relações de] *causalidade* [não linear] *recursiva* [grifos da última frase são nossos].

### 2. Instabilidade

Do pressuposto da estabilidade para o pressuposto da *instabilidade* do mundo: o reconhecimento de que “o mundo está em processo de tornar-se” [e não de simplesmente “ser”]. Daí decorre necessariamente a consideração da *indeterminação* [indeterminismo], com a conseqüente imprevisibilidade de alguns fenômenos, e da sua *irreversibilidade* [temporal], com a conseqüente incontrolabilidade dos fenômenos [grifos nossos na última frase].

### 3. Intersubjetividade

Do pressuposto da objetividade para o pressuposto da *intersubjetividade* na constituição do conhecimento do mundo: o reconhecimento de que “não existe uma realidade independente do observador” e de que o conhecimento do mundo é construção social, em espaços consensuais, por diferentes sujeitos/observadores. Como consequência, o cientista coloca [ao contrário do cientista cartesiano] a “objetividade entre parênteses” e trabalha admitindo autenticamente o *multi-versa*: múltiplas versões da realidade, em diferentes domínios lingüísticos de explicações [grifos nossos na última frase].

Queremos ser mais cautelosos quando à dimensão 3. Vamos reter “o pressuposto da intersubjetividade na constituição do *conhecimento* do mundo”, mas consideraremos, como enfatiza Vasconcellos, a teoria sistêmica – biológica – da *autopoiesis* de Maturana-Varela de que “*não* existe uma *realidade* independente do observador, não necessariamente humano” (ou melhor, a vida – não apenas a vida humana – *é* cognição) como apenas uma dentre duas possibilidades *ontológicas*; a outra que estamos admitindo seria aquela que Vasconcellos detecta, mas rechaça, na constituição do paradigma sistêmico realizada em Capra e Morin: existe uma (ou “a”) realidade independente do observador. Vamos manter também essa segunda possibilidade sem abirmos, repetimos, mão do “pressuposto da intersubjetividade na constituição do *conhecimento* do mundo” como terceira dimensão do novo paradigma da ciência. Nessa segunda possibilidade, até certo ponto, também *construímos* o objeto de nosso conhecimento. Teríamos aí uma objetividade “fraca”. Mas *sem* a tradicional crença no progresso linear ou cumulativo da ciência, com sua suposta aproximação assintótica do conhecimento limite “verdadeiro” da realidade. Essa crença acabou incorporada ao paradigma *cartesiano* da ciência.

Queremos também cautelosamente afirmar que não estamos excluindo *ontologicamente* as duas possibilidades extremas e opostas de mundo: i) a crença na objetividade, “pura”, “contemplativa” e “forte”, de uma realidade *plenamente* acessível à observadores neutros (isto é, aí temos a chamada “teoria cognitiva do reflexo perfeito” da realidade externa uni-versa ou da verdade como adequação) e ii) a crença na afirmação de que “tudo é cultura”, inclusive quaisquer teorias *biológicas* da cultura, como uma posição construtivista demasiado reducionista e antropocêntrica. Num extremo (i) “tudo é *descoberta*”, noutra extremo (ii), “tudo é *construído* socialmente”. Simplesmente estamos excluindo (i) e (ii) da terceira dimensão (epistemológica) do paradigma *sistêmico* da ciência; (i) e (ii) são mais aderentes ao paradigma *cartesiano* da ciência: se na crença (i) restringirmos “realidade objetiva” à *natureza* do paradigma cartesiano – separada visceralmente do sujeito *humano* – recaímos na separação cartesiana sociedade-natureza, onde “sociedade” estaria

contida na crença (ii) e “natureza” na crença (i). Agora, porém, com a novidade de que cada uma das duas crenças defende-se a si própria como fonte “única” de conhecimento, por meio de respectivas operações *reduccionistas* radicais. De qualquer modo, sujeito e objeto estão sempre separados aí (quando não chegam até a se excluir mutuamente).

As duas possibilidades ontológicas, do penúltimo parágrafo, retidas por nós na terceira dimensão epistemológica acima são intermediárias entre tais dois extremos opostos. Ambas, ainda que diferentemente, envolvem alguma forma de composição – mesmo que tensa ou “dialética” – entre elementos de *descoberta* e de *construção* de objetos\relações.

Uma vez partindo-se do *paradigma* (transdisciplinar) sistêmico da ciência, chegamos ao patamar das suas *teorias* (disciplinas) sistêmicas. Existem várias dessas teorias disponíveis hoje: i) teoria das estruturas dissipativas de Prigogine (ou “complexidade” de Prigogine), fundamentadas na termodinâmica longe do equilíbrio, que levou Prigogine ao Nobel de química de 1977; ii) teorias cibernéticas que em estágio mais avançado na segunda metade do século XX procuram relacionar inteligência humana e máquinas trabalhando em redes (sistêmicas) sob causalidade recursiva (realimentação), além de perspectivas (que Vasconcellos denomina de “cibernética da cibernética”, inicialmente sob responsabilidade de Von Foerster) que levariam à terceira dimensão intersubjetiva do paradigma sistêmico no entendimento de Vasconcellos, isto é, “não existe realidade independente do ou não construída pelo observador”, crença consubstanciada segundo ela – não para os autores do presente trabalho – apenas na teoria autopoietica biológica de Maturana e Varela; iii) teoria da complexidade de Morin etc.

Diversos autores, marxistas e não-marxistas, vêm se apropriando de teorias sistêmicas para suas abordagens em ciências sociais. Dentre autores marxistas (ou próximos ao marxismo) destacamos o sociólogo I. Wallerstein e o filósofo I. Mészáros que vêm se apropriando da teoria sistêmica *prigogineana*, o primeiro deles para suas análises do sistema-mundo capitalista e o segundo para suas análises do sistema do Capital. Em particular, tais análises de ambos os levam – ainda que por argumentos diferenciados – a mesma conclusão de que a atual crise socioambiental em curso do capitalismo (disparada, segundo ambos, no início dos anos 70) seria uma crise estrutural ou *terminal* do capitalismo.

Ao invés de construir um esboço preliminar da teoria sistêmica de Prigogine, em termos da físico-química da termodinâmica longe do equilíbrio, preferimos, tendo em visto nosso leitor da área das ciências sociais, introduzir tal teoria pelo próprio uso qualitativo que dela fazem Wallerstein e Mészáros. É isto que faremos no próximo tópico.

## **A ciência da complexidade de Ilya Prigogine e sua “apropriação sociológica” na crítica ao capitalismo: notas sobre as análises sistêmicas de Immanuel Wallerstein e István Mészáros**

A teoria sistêmica ou *ciência da complexidade* de Ilya Prigogine<sup>6</sup> (1984a) foi elaborada originalmente para investigações e aplicações na área das ciências naturais. No entanto, desde os anos 1980, ela vem sendo apropriada por diversos autores da área das ciências sociais, sob um diversificado leque de interesses<sup>7</sup>. Nesse sentido, destacamos dois intelectuais respeitados mundialmente pela qualidade de suas obras que têm adotado perspectivas sistêmicas apoiadas na complexidade prigogineana, a saber, o filósofo húngaro István Mészáros e o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein.

No “campo marxista”, Mészáros vem utilizando, desde final dos anos 1980, certos traços da ciência da complexidade prigogineana que podem ser reconhecidos implicitamente em sua vasta e robusta crítica ao capitalismo, ainda que, conforme veremos adiante, o autor não faça referência explícita à Prigogine (Tostes, 2007).

No “campo braudeliano” (escola ligada ao historiador Fernand Braudel), e com bastantes afinidades com o marxismo, Wallerstein vem desde os anos 1980 utilizando centralmente a complexidade prigogineana para uma também profunda crítica ao capitalismo. Ambos, Mészáros e Wallerstein, convergem suas respectivas críticas para uma suposta “crise terminal” do capitalismo que já estaria em curso desde os anos 1970 e apontam algumas causas sistêmicas semelhantes para tal crise.

Pretendemos gerar, nesse presente tópico, uma síntese da apropriação dessa nova ciência da complexidade por parte de Wallerstein e Mészáros. Com maior destaque, enfocaremos nesses autores uma *crise estrutural* ou *sistêmica* do capitalismo do último quarto do século XX e início do XXI descrita via complexidade, expondo alguns conceitos-chave de Prigogine tal como utilizados para descrever a “trajetória” capitalista e suas crises.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Prêmio Nobel de Química em 1977.

<sup>7</sup> Podemos citar como exemplos Pablo G. Casanova, Enrique Leff, entre outros.

<sup>8</sup> O ambiente adquire cada vez mais centralidade no que diz respeito às crises conjunturais e (possível) crise estrutural e, conseqüentemente, o ambiente torna-se crescentemente um elemento central para a possível superação (ou não) do atual sistema capitalista.

*Wallerstein e a complexidade (articulação Braudel-Marx-Prigogine): a análise dos sistemas-mundo*

Wallerstein defende um padrão comum, não obstante as especificidades de cada sistema, para cada um dos grandes e sucessivos sistemas históricos (ao menos os ocidentais). Em particular, a etapa ou processo final de “crise sistêmica”, de cada sistema histórico, seguiria um mesmo padrão de complexidade prigogineano. Grande parte da obra de Wallerstein consiste em aprofundar a aplicação deste padrão ao que ele denomina de “crise sistêmica” do capitalismo, para distingui-la de todas as suas crises anteriores, apenas “conjunturais” ou “superáveis” (essencialmente o mesmo para Mészáros). Vamos, a partir de agora, explicitar esse padrão prigogineano de crise, dentro de uma abordagem sistêmica do capitalismo, tanto em Wallerstein como em Mészáros.

Além de apresentar textos de Wallerstein pertinentes ao nosso tema central, vamos nos aproveitar da sua própria e didática utilização em ciências sociais da ciência da complexidade de Prigogine nestes mesmos textos, para apresentar qualitativamente certos conceitos fundamentais dessa teoria sistêmica da complexidade. Eis uma boa síntese, relativa ao sistema-mundo capitalista, construída pelo próprio Wallerstein (2002, pp. 67-68):

- O sistema-mundo moderno é uma economia-mundo capitalista, o que significa que é governado pelo ímpeto de acumulação incessante de capital;
- Este sistema-mundo nasceu ao longo do século XVI e sua divisão internacional do trabalho original incluía grande parte da Europa e partes das Américas [...] e se expandiu ao longo de dois séculos, incorporando sucessivamente outras partes do mundo em sua divisão do trabalho [...] até a Ásia Oriental ser [a ele] incorporada em meados do séc. XIX [...]: o sistema-mundo adquiriu [então] uma extensão verdadeiramente mundial, sendo o primeiro sistema-mundo a integrar o globo;
- O sistema-mundo capitalista é constituído por uma economia mundial dominada por relações centro-periferia e uma estrutura política formada por Estados soberanos dentro de uma estrutura de um sistema inter-estados;
- As contradições fundamentais do sistema capitalista se expressaram no bojo do processo sistêmico através de uma série de *ritmos cíclicos*, os quais têm servido para conter essas contradições;

- Os *ritmos cíclicos* resultaram em *deslocamentos* geográficos lentos, mas significativos, nos lócus de acumulação de capital e poder, sem, entretanto, mudar as relações fundamentais de desigualdade no interior do sistema;
- Tais *ciclos* nunca foram perfeitamente simétricos; em vez disso, cada novo ciclo levou a cabo *deslocamentos* pequenos, mas significativos, nas direções particulares que constituíram as *tendências seculares* do sistema;
- O sistema-mundo moderno, como todos os sistemas, é finito em duração e chegará ao fim quando suas *tendências seculares* alcançarem o ponto em que suas *flutuações* se tornarão suficientemente amplas e *erráticas*, deixando [tais flutuações] de poder garantir a viabilidade renovada das instituições do sistema. Quando este ponto for atingido, ocorrerá a *bifurcação*, e o sistema será substituído por outro ou vários outros através de um período (*caótico*) de transição.

Colocamos em *itálico* acima – e nos próximos textos desse mesmo autor – aqueles conceitos diretamente apropriados, para sistemas históricos, da ciência da complexidade de Prigogine, elaborada originalmente para sistemas naturais. Apresentamos a seguir novos textos de Wallerstein, daqui em diante com o duplo intuito de focarmos – agora especificamente – sua teoria da crise estrutural do capital e de aprofundar o entendimento de sua apropriação explícita de certos conceitos de Prigogine, que tem seu ponto de aplicação justamente em tal crise. Eis o primeiro texto (Wallerstein & Hopkins, 1996, p. 8):

A historical system is both systemic and historical [...] it has enduring structures that define it as a system – enduring, but not of course eternal. At the same time, the system is evolving second by second such that it is never the same at two successive points in time. [...] Another way to describe this is to say that a system has cyclical rhythms (resulting from its enduring structures as they pass through their normal fluctuations) and secular trends (vectors which have direction, resulting from the constant evolution of the structures). Because the modern-world system (like any other historical system) has both cycles and trends – cycles that restore “equilibrium” and trends that move “far from equilibrium”- there must come a point when the trends create a situation in which the cyclical rhythms are no longer capable of restoring long-term (relative) equilibrium. When this happens, we may talk of a crisis, a real “crisis”, meaning a turning point so decisive that the system comes to an end and is replaced by one or more alternative systems. Such a “crisis” is not a repeated (cyclical) event. It happens only once in life of any system, and signals its historical coming to an end. And it is not a quick event but a “transition”, a long period lasting a few generations.

Aprendemos aqui que a ampliação descontrolada de *flutuações* internas, geradas e enfrentadas pelo capitalismo, se dá quando esse sistema é levado, pelo acúmulo de suas próprias contradições, para *longe do equilíbrio* que até então conseguira sustentar, quando final e inevitavelmente as *tendências seculares* não mais serão “re-equilibráveis” pelos *ritmos cíclicos* do capitalismo. Aqui Wallerstein lança mão de uma metáfora geométrica, traduzindo essa evolução do sistema através de uma “trajetória” ou “curva da vida do sistema histórico”. Enquanto há condições de sustentar-se dinamicamente o “equilíbrio sistêmico”, tal curva é ascendente assintoticamente (isto é, seu crescimento é cada vez mais amortecido). O texto a seguir explicará que essa tendência ao desequilíbrio na “trajetória” desse sistema implicará em um processo *caótico* (deslanchado pela ampliação descontrolada de suas *flutuações sistêmicas*) que provocará abrupto e irreversível declínio daquela “trajetória” e finalmente desembocará em uma *bifurcação* que extinguirá – a partir daí – a própria “trajetória” do sistema-mundo capitalista e abrirá para novas possibilidades sistêmicas, cuja seleção é ainda, nesta etapa, “imprevisível”:

All systems (physical, biological and social) depend on cyclical rhythms to restore a minimum equilibrium. [...] But systems have [also] secular trends [which] always exacerbate the contradictions (which all systems contain). There comes a point when the contradictions become so acute that they lead to larger and larger fluctuations. In the language of the new science, this means the onset of chaos (which is merely the widening of the normal fluctuations in the system, with cumulative effects), which in turn leads to bifurcations, whose occurrence is certain but whose shape is inherently unpredictable. Out of this a new system order emerges (Wallerstein, 1995, p. 27).

Há algum papel da intervenção ou escolha humana na decisão entre mais de uma nova possibilidade de ordem sistêmica (excluindo ao mesmo tempo a sustentação do atual sistema histórico), possibilidades essas que vão se desenhando nesse processo caótico que culmina numa bifurcação? Wallerstein resume a sua resposta à questão:

A chaotic situation is, in a seeming paradox, that which is most sensitive to deliberate human intervention. It is during periods of chaos, as opposed to periods of relative order, that human intervention [or choice] makes a significant difference. Chaotic situation is, in a seeming paradox, that which is most sensitive to deliberate human intervention. It is during periods of chaos, as opposed to periods of relative order, that human intervention [or choice] makes a significant difference (*ibidem*, p. 44).

Ou, de um ponto de vista inerente à matemática de sistemas não lineares, um outro texto (Wallerstein, 2002, p. 33) aponta que nestes pontos de bifurcação, ao contrário de períodos de relativa ordem, “insumos pequenos geram grande produto (em oposição ao tempo de desenvolvimento normal do sistema, quando grandes insumos geram pequeno produto)”.

*Mészáros e a complexidade (articulação Marx-Prigogine): o sistema do capital*

Mészáros é um autor bem conhecido na área acadêmica marxista. O autor está em pleno acordo com o que Marx denominava de “contradição central e irreconciliável do capitalismo” (contradição capital-trabalho) e expõe tal e mesma contradição ora centrada no fator trabalho, ora na lei do valor (Mészáros, 2002). O núcleo de seu próprio pensamento crítico sobre o capitalismo – estando este englobado por Mészáros no sistema do capital – talvez resida numa grande comparação entre uma “fase I” do capitalismo onde a produção ainda atenderia progressiva e essencialmente às necessidades humanas e exigiria expansão planetária do círculo produção-consumo (de acordo com Marx) e uma “fase II” – desencadeada a partir da resposta do capital à crise de 1929 – da “produção destrutiva” (não prevista por Marx) caracterizada pela *taxa de uso decrescente* (TUD) da produção via, originalmente, o complexo industrial-militar, isto é, com o Estado agora assumindo o papel de “consumidor” de tal produção militar. Trata-se da nova era da “obsolescência programada”. Essa nova via “produtiva” do capitalismo teria conseguido deslocar, com relativo sucesso, a contradição central da superprodução – desencadeada pela crise de 1929 – apenas por algum tempo, durante a “Era do Ouro” (Hobsbawm, 1995) que dura aproximadamente de 1945 ao final dos anos 1960. A partir daí delinear-se-ia uma “fase III”, que seria uma etapa de restrição (também não prevista por Marx, nem admitida por Wallerstein) à expansão geográfica do círculo produção-consumo, excluindo-se dele camadas crescentes de trabalhadores da periferia e mesmo do centro (tanto como força produtiva, como na condição de consumidor, dois aspectos indissociáveis). Isto é, a TUD passa a aplicar-se também à “mercadoria força de trabalho” como meio imperioso de se continuar sustentando a auto-reprodução destrutiva do capital.

Estariam assim sendo ativados, nessa mesma “fase III”, segundo a obra fundamental de Mészáros (2002), os “limites absolutos do capital” e o conseqüente desencadeamento de sua “crise estrutural ou sistêmica”, uma crise insolúvel do sistema do capital. Aqui temos a forma – ainda simplificada – pela qual se desenvolve esse processo de crise para Mészáros

que, segundo nossa interpretação a seguir, tem muito a ver com a complexidade de Prigogine e, portanto, aproxima ao menos parcialmente as perspectivas de Mészáros e Wallerstein. Para Mészáros (*ibidem*, p. 797), em termos genéricos:

Uma crise estrutural afeta a totalidade de um *complexo social* em todas as relações com suas partes constituintes ou *sub-complexos*, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão e, assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode por em risco a sobrevivência contínua da *estrutura global*. Sendo assim, o *deslocamento das contradições* só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo *sistema*, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – no interior – do próprio sistema [ainda] relativamente autônomo. Justamente, por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo [...] Por conseguinte, quanto maior a *complexidade* de uma estrutura fundamental e das relações entre elas e outras com as quais é articulada, mais variadas e flexíveis serão suas possibilidades objetivas de ajuste e suas chances de sobrevivência até mesmo em condições extremamente severas de crise. Em outras palavras, contradições parciais e “*disfunções*”, ainda que severas, podem ser *deslocadas* e tornadas *difusas* – dentro dos limites últimos ou estruturais do sistema – e neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças ou tendências contrárias, que podem até mesmo ser transformadas em forças que ativamente sustentam o *sistema* em questão (*grifos nossos*).

Aí estão expostas algumas características sistêmicas centrais do pensamento de Mészáros perfeitamente relacionáveis a ciência da complexidade de Prigogine. Em primeiro lugar, as partes de um *complexo* também podem possuir características *sistêmicas* (“sub-complexos”). Por sua vez, a “totalidade sistêmica” considerada pode, ela própria, formar parte dinâmica de um “super-sistema” (que congregaria essa “totalidade” e “outros complexos” articulados à ela). Em segundo lugar, na citação acima está claramente exposta a forma de “auto-organização” de *sistemas complexos*, que pode também ser exibida (Prigogine, 1984) sob certas circunstâncias na matéria inanimada e, necessariamente, nos seres vivos.<sup>9</sup> Em terceiro lugar, temos o apelo a uma metáfora de processo físico-químico de *difusão* de *flutuações sistêmicas* (flutuações essas, como em Wallerstein, trazidas para o campo social pelo rótulo de “contradições sistêmicas”). Em suma, temos – metaforicamente – um

---

<sup>9</sup> Note-se a metáfora – ainda biológica – da “sobrevivência sistêmica” empregada por Mészáros.

mecanismo prigogineano de “difusão de flutuações” como instrumento de amortecimento ou dissipação interna de certas flutuações perigosas a um sistema complexo.

Até aqui focamos mais em como Mészáros entende as formas de amortecimento/dissipação de contradições perigosas ao sistema complexo capitalista. Veremos agora como ele entende, sistemicamente, o processo de “crise estrutural” do capital, onde não seria mais possível a esse próprio sistema amortecer as “contradições perigosas” que ele mesmo engendra. Inicialmente, Mészáros (*ibidem*, p. 798) nos recorda que:

No curso do desenvolvimento histórico, as três dimensões fundamentais do capital – produção, consumo e circulação/distribuição/realização – tendem a se fortalecer e a se ampliar por um longo tempo, provendo também a motivação interna para a sua reprodução dinâmica recíproca em escala cada vez mais ampliada.

Mas a seguir, o autor aponta para o fim deste relativo “equilíbrio” sistêmico do capital:

A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 [...] significa simplesmente que a tripla dimensão interna [do texto anterior] de *auto-expansão do capital* exhibe *perturbações* cada vez maiores. Ela [tal crise] não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de *deslocar as contradições* acumuladas no *sistema* [...]. A situação muda radicalmente quando [...] os interesses de cada uma [daquelas três dimensões] deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise [leia-se: tal “falta de coincidência” não é mais apenas conjuntural]. A partir desse momento, as *perturbações* [...], ao invés de serem absorvidas/*dissipadas*/desconcentradas e desarmadas, tendem a ser tornar cumulativas e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas o perigoso bloqueio ao *complexo mecanismo de deslocamento de contradições*. Desse modo, aquilo com que [agora] nos confrontamos [...] é [...] potencialmente muito explosivo. Isto porque o capital jamais resolveu sequer a menor de suas contradições. Nem poderia fazê-lo, na medida em que, por sua própria natureza o capital nelas prospera (até certo ponto, com relativa segurança). Seu modo normal de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou país diferente (*ibidem*, pp. 799-800; *grifos e colchetes nossos*).

Agora, tal como na descrição de Wallerstein, as turbulências/flutuações/perturbações impostas ao sistema capitalista tendem a se tornar cumulativas, o que na linguagem sistêmica

(absorvida na ciência da complexidade) significa “mecanismo dinâmico, não-linear de realimentação (feedback) positiva” de uma pequena flutuação inicial no sistema.

Quando dizemos “realimentação negativa” referimo-nos a mecanismos sistêmicos que contrabalançam e superam uma relativamente pequena (para as dimensões do sistema) flutuação inicial; já a “realimentação positiva” refere-se ao processo inverso, justamente aquele em tela agora, de uma “crise estrutural”. Uma pequena flutuação se amplifica descontroladamente pelo sistema e termina por gerar um processo de transição *caótico* que por sua vez o leva a um *ponto de bifurcação* que extingue esse sistema até então vigente, conforme já analisamos anteriormente através da aplicação da ciência da complexidade à “crise estrutural” do sistema capitalista por Wallerstein. Novamente encontramos, agora em Mészáros, uma causalidade típica de sistemas não-lineares (em “crise”) já acima apontadas por Wallerstein: nesse mencionado processo *caótico*, pequenas causas (perturbações “microscópicas” no sistema) podem gerar grandes efeitos no sistema total. Em outro texto o pensador húngaro trabalha esse mesmo processo de ruptura sistêmica por um ângulo muito semelhante ao da “curva da vida do sistema histórico” de Wallerstein, curva essa crescente de forma assintótica (isto é, crescimento cada vez mais amortecido) fruto de “tendências seculares e contraditórias” do próprio sistema, com um abrupto e irreversível declínio a partir de uma (única) crise estrutural do sistema. Compare agora com o texto de Mészáros (2002, pp. 217-219):

Quanto mais mudam as próprias circunstâncias históricas, apontando na direção de uma mudança necessária das contraditórias e cada vez mais devastadoras premissas estruturais irracionais do sistema do capital, mais categoricamente os imperativos de funcionamento devem ser reforçados e mais estreitas devem ser as margens dos ajustes aceitáveis [...]; a margem de deslocamento das contradições do sistema se torna cada vez mais estreita.

Finalmente, em texto originário de 1989, Mészáros (1996, pp. 391-393) utilizou a linguagem da complexidade de modo significativo através de uma dada específica relação complementar (“reciprocidade dialética” nas suas próprias palavras) de tendências opostas (tendência x contra-tendência): é a relação equilíbrio x colapso do equilíbrio. Mészáros distingue o inter-relacionamento “conjuntural” entre tais pares de tendências, que pode levar inclusive à alternância de dominância de uma ou outra das tendências, de seu relacionamento nos limites do desenvolvimento de capitalismo global, onde acaba se estabelecendo “em

última instância” o que Marx denominava de “momento (ou tendência) dominante”. No caso da relação específica de tendências “equilíbrio x colapso do equilíbrio”, Mészáros conclui que naqueles “limites” do capitalismo que acabamos de comentar a desorganização e o colapso do equilíbrio vem a ser a tendência fundamentalmente dominante do sistema do capital, em lugar da tendência complementar do equilíbrio.

Note-se aqui mais uma das semelhanças de Mészáros com texto de Wallerstein (Wallerstein e Hopkins, 1996, p. 8) quando esse último autor tratou de “tendências seculares” e intrinsecamente contraditórias de longo prazo (e, em última instância, dominantes) do capitalismo, tendências dominantes essas que terminariam inexoravelmente por arrastar a “trajetória” do sistema histórico “para longe do seu equilíbrio” e, assim, para condições “caóticas” de “crise estrutural”<sup>10</sup>.

### **A crise estrutural do sistema capitalista a partir dos anos 1970: tendências seculares, limites absolutos do capital**

Resumiremos – para cada um dos dois autores em tela – a trajetória do sistema capitalista com suas contradições intrínsecas/fundamentais (principalmente a contradição capital x trabalho), de efeitos cumulativos no longo prazo, e suas conseqüentes gerações de crises e respectivas “soluções” cíclicas ou de curto prazo (que efetivamente não resolvem jamais aquelas contradições nucleares mas simplesmente as *deslocam*, por exemplo, do “centro” para a “periferia” do sistema até que tais mecanismos “dissipadores” de crises se esgotem ou saturem, por exemplo, quando se alcançam os *limites* de exploração destrutiva dos recursos naturais/energia *planetários* e, por fim, uma crise terminal do sistema). Esse resumo da trajetória sistêmica capitalista em cada um dos dois autores será configurado de modo a facilitar comparação/contraste com nossa própria e posterior crítica daquela suposta “terminalidade inexorável”, por eles defendida.

*Immanuel Wallerstein*

---

<sup>10</sup> As semelhanças entre Wallerstein e Mészáros serão aprofundadas em futura publicação

Começamos por Wallerstein (2004a). Nele, a “economia-mundo capitalista” (sistema-mundo que ao contrário dos impérios-mundo tem mais de um centro político) se desenvolveu nos últimos quinhentos anos a partir de ingredientes sistêmicos (permanentes) denominados de “tendências seculares”, principalmente a tendência (econômica) central de acumulação ilimitada de capital a partir de exploração de trabalho: estavam dadas as condições para a emergência de uma contradição cumulativa – e, *no limite*, insolúvel – capital x trabalho. Estas tendências levaram o sistema cada vez para mais longe do equilíbrio e, daí, aumentaram as chances de que instabilidades/flutuações originalmente pequenas ou “locais” (para as dimensões do sistema) – ao invés de serem facilmente compensáveis, quando o sistema ainda estava próximo do seu saudável equilíbrio original – pudessem se tornar suficientemente grandes a ponto de se espalharem incontrolavelmente por todo o sistema, levando-o a uma “crise terminal”, isto é, ao seu fim.<sup>11</sup> Porém, ainda que tal desenlace sistêmico seja “inevitável” no tempo, ele pode ser retardado, levando a trajetórias sistêmicas de longo prazo. Assim, o sistema capitalista vem desde suas origens lançando mão de mecanismos de deslocamento/dissipação/inversão (nunca de plena resolução) de suas sucessivas crises político-econômicas. Para Wallerstein tais mecanismos são essencialmente agrupados dentro do que ele denomina de “ritmos cíclicos”, que se apresentam em duas grandes modalidades: sucessivos ciclos econômicos “curtos” tipo Kondratieff com fase econômica ascendente (A) e descendente (B) – com períodos invariavelmente menores que cem anos - e ciclos (políticos) hegemônicos de sucessivas potências ou Estados dentro de um sistema inter-estatal maior capitalista (nos últimos quatrocentos anos, sucessivamente: Holanda, Inglaterra, EUA) – com períodos que podem alcançar cem anos ou mais. Embora até aqui eficientes em debelar as crises periódicas do sistema, tais mecanismos não podem debelar as contradições associadas as “tendências seculares” do sistema: em particular, não conseguem eliminar a tendência irreversível (no longo prazo) de queda da taxa de lucros, na contramão da necessidade central do capitalismo de expansão ilimitada da acumulação. Paradoxalmente, os “avanços”/ “progressos” (urbanização/ industrialização, democratização/ livre-mercado, colonialismo “civilizador”, progresso científico-tecnológico de exploração da natureza, etc.) fomentados pelo sistema capitalista para sustentar aquela acumulação crescente (o que são capazes de fazer até certo ponto, deslocando obstáculos à tal acumulação), terminam por tender sistematicamente a frear a acumulação. Em termos de metáfora geométrica, usada por

---

<sup>11</sup> Aqui salta aos olhos a metáfora da “metástase” cancerígena, que na linguagem sistêmica corresponde à chamada “realimentação positiva” (*positive feedback*).

Wallerstein, a curva representativa da trajetória do sistema capitalista começa crescendo rapidamente (inclinação aguda) e continua crescendo com inclinações cada vez mais suaves (é uma curva chamada de “assintótica” pelos matemáticos, isto é, aproxima-se de um limite final onde acaba completamente o crescimento). Na teoria wallersteiniana do capitalismo esse limite e, portanto, a crise terminal do sistema, teria finalmente começado a ser alcançada no final dos anos 60, quando o principal sustentáculo ideológico do capitalismo – o liberal-centrismo e sua promessa de um futuro sempre melhor para as grandes massas, ideologia essa também compartilhada à esquerda com o leninismo – teria entrado em colapso a partir da “revolução (cultural) de 68” nos países centrais (Wallerstein, 1993). Segundo ele, uma vez plenamente desenvolvida a crise terminal (fim esse que ele projeta para algo em torno de 2050-2070), a trajetória do capitalismo será simplesmente extinta e daí começam a se desenvolver – na linguagem sistêmica de Prigogine – sucessivas *bifurcações* onde a opção por cada elemento do par de cada uma delas é imprevisível.<sup>12</sup>

#### *István Mészáros*

Vejamos agora Mészáros, com sua análise marxista do capitalismo, também calcada em uma teoria sistêmica do tipo prigogineano.<sup>13</sup> O núcleo do pensamento crítico de Mészáros sobre o capitalismo talvez resida numa robusta comparação entre três fases do capitalismo, a saber: a) *fase I* – fase de *produção civilizadora*, que iria grosso modo da Revolução Industrial até os anos 20, onde a produção ainda atenderia progressiva e essencialmente, ao mesmo tempo à acumulação de capital (sua auto-reprodução) e às necessidades humanas (de acordo com Marx) e exigiria expansão planetária do círculo produção-consumo (ainda de acordo com Marx); b) *fase II* – desencadeada a partir da resposta do capital à crise de 29 e que se estenderia até o final dos anos 60 – é a fase da *produção destrutiva* caracterizada por uma TUD *permanente* (não prevista por Marx) na ponta do consumo de mercadorias implementada inicialmente via CIM, com o Estado assumindo o papel de “consumidor” de tal produção militar. Como ressaltamos, essa estratégia conseguiu *deslocar* (por certo tempo e de modo original) uma gigantesca crise (ainda cíclica) de superprodução e um correspondente e

---

<sup>12</sup> Adiante veremos que para Mészáros – de modo extremamente simples – a extinção da curva capitalista desaguará numa única e simples bifurcação: socialismo ou barbárie.

<sup>13</sup> Lembremos que já existem elementos de tal teoria em Marx (Mészáros, 2002) e mais ainda em Engels (Branco de Moura et. al, 2007).

ameaçador incremento no desemprego, conseguindo desse modo sustentar novos e impressionantes índices de acumulação e ao mesmo tempo conseguindo incluir (“globalizar”), no círculo produção-consumo, uma periferia em rápido processo de industrialização/urbanização nos anos 1950-60, até que esse ciclo positivo esgotou-se na sua trajetória acumulativa; c) *fase III – crise terminal ou sistêmica* – desencadeada a partir dos anos 1970 e atualmente em curso – onde, para sustentar-se o processo de crescimento acumulativo e a taxa de lucros, a mesma produção destrutiva, calcada na TUD e inovadoramente aplicada na fase II para “salvar” o emprego agora volta-se *contra* ele, ou seja, é aplicada agora também à própria mercadoria força de trabalho. Mais especificamente, segundo Mészáros, para manter a sua auto-reprodução capitalista, delinear-se-ia uma etapa (final) de restrição (também não prevista por Marx) à própria expansão geográfica do círculo produção-consumo, excluindo-se dele camadas crescentes de trabalhadores (tanto como produtor, como na condição de consumidor, dois aspectos indissociáveis e crescentemente/mortalmente contraditórios do fator trabalho no capitalismo) da periferia e mesmo do centro. Sendo assim, agora o capital vai preferir ampliar ou acelerar a velocidade de trocas dentro de um círculo já dado ao invés de – como antes – preferir arriscar-se a ampliar o próprio círculo; assim, com a produção destrutiva aplicada à própria mercadoria força de trabalho, com o aprofundamento articulado – a essa “destruição de trabalho” – da crise *ambiental* e com mais outros dois ingredientes, todos os quatro articulados entre si<sup>14</sup>, ativam-se, segundo Mészáros (2002), os até então latentes *limites absolutos do capital* e o conseqüente desencadear-se de sua crise *terminal*. Essa crise, por sua vez, levará a completa extinção da “curva” ou trajetória do capitalismo, desaguando-se então numa única e simples bifurcação sistêmica não determinista, tipicamente prigogineana: socialismo ou barbárie.

Pergunta-se: fornecerá Mészáros, tal com já vimos acontecer com Wallerstein, alguma previsível característica da trajetória desta crise “terminal”, mesmo afirmando que seu clímax – entre socialismo ou barbárie – é imprevisível? Sim, ele o faz, mas de modo algo oscilante

---

<sup>14</sup> Segundo Mészáros (2002), os *limites absolutos* do sistema do capital: a) a incapacidade do sistema em criar sua formação estatal global e a manutenção e intensificação da contradição entre o capital transnacional e os Estados nacionais; b) a crise ecológica ou ambiental, ou seja, a eliminação das condições da reprodução sociometabólica da relação homem-natureza; c) a liberação da mulheres, com a questão da igualdade substantiva; d) aplicação da TUD à mercadoria força de trabalho, isto é, o desemprego crônico ou estrutural. Embora todos esses limites absolutos se relacionem e sejam importantes para explicar a *crise estrutural* do sistema do capital na perspectiva de Mészáros, destacamos no presente trabalho o “item b”, ou seja, o aprofundamento dos problemas socioambientais que tendem à eliminação das condições da reprodução sociometabólica.

(portanto involuntário) entre duas alternativas de trajetória da crise, como discutiremos agora. A primeira alternativa, já constante em pequeno texto (Mészáros, 1989), cuja publicação deve ter-se dado entre 1983-84 e depois literalmente transportada para parte do cap. 15 e para todo o cap. 16 de *Para além do capital* (2002), prevê que ao contrário de todas as convulsivas crises anteriores, a crise final será uma lenta e contínua decaída (*continuum depresso*). Ao mesmo tempo, em várias outras partes da mesma obra (certamente faltou aqui maior cuidado editorial), escritos a partir do fim dos anos 80/início dos 90, ele parece adotar uma perspectiva mais *sistêmica* de crise terminal: no par dialeticamente articulado dos momentos de equilíbrio/desequilíbrio ao longo da trajetória capitalista, Marx aponta claramente que no limite a fatal tendência ao *desequilíbrio* prevalecerá. Pois bem, quando Mészáros adota no texto de 2002 uma perspectiva sistêmica semelhante à de Prigogine/Wallerstein, aquela fatal tendência se desenvolve através de uma trajetória de *longa duração* que transporta o sistema capitalista *para cada vez mais longe do seu saudável equilíbrio original* (esta tendência predominará apesar, como reconhece Mészáros, de todas as oscilações ao longo dessa trajetória, onde, em processos bem sucedidos de deslocar/dissipar crises cíclicas, pode-se até, local ou momentaneamente, *inverter-se* o processo em favor do momento do equilíbrio, ou, numa linguagem sistêmica mais rigorosa, em favor de uma certa estabilidade – dinâmica – ainda que cada vez mais afastada e qualitativamente diferente do “equilíbrio primitivo”). Ora, nesse caso, quando a tendência ao desequilíbrio finalmente predominar, sem mais válvulas de escape que o dissipem/desloquem, pequenas perturbações/flutuações poderão ser enormemente amplificadas, gerando uma trajetória final *caótica/incontrolável* que muito dificilmente se coadunaria com uma trajetória de queda final previsível do capitalismo, por Mészáros em 1983-84, como sendo linear, contínua (sem grandes saltos) e lenta. De fato, Mészáros nos mencionados trechos mais recentes (2002), abre novamente a possibilidade de *grandes convulsões* também nessa queda ou crise “final”, mesmo que ele ainda pareça tentar combinar as duas alternativas (depressão lenta e convulsões).

### **Possível cenário de “saída” capitalista da crise terminal: o crescente papel do ambiente**

O cenário será construído a partir:

a) das duas respostas articuladas do capitalismo à *crise de 1929*;

b) do caráter *crescentemente* socioambiental da crise em curso (admitida começada no início dos anos 1970);

c) da hipótese de que o sistema capitalista só vai tentar superar realmente tal crise socioambiental próximo do *limite* de saturação da própria crise.

O principal ponto do cenário é admitir-se o recurso a uma estratégia dupla, com os seus dois termos devidamente articulados, e análoga (não idêntica) à estratégia de saída da crise de 1929:

*Iniciativa “civilizadora”:*

Por analogia com a iniciativa civilizadora de saída da crise de 1929 (absorção sistêmica de ingredientes socialistas do rival soviético), teremos, no limite de saturação da atual crise, a possível absorção sistêmica (via intervenção do Estado) de ingredientes *ambientalistas* (ou até mesmo *ecossocialistas*), que – também tal e qual os ingredientes socialistas – terão que, depois de deslocada a ameaça maior de extinção do próprio sistema, ser em parte ao menos eliminados do metabolismo sistêmico, pois que naturalmente são também – tal como os ingredientes socialistas – *irracionais do ponto de vista da acumulação de capital privado*, pela provavelmente pesada “internalização” de custos da degradação industrial do ambiente recaindo sobre os capitalistas. Isto quer dizer que parte ao menos dos benefícios socioambientais inicialmente trazidos por medidas ambientalistas, serão posteriormente eliminados, naturalmente sob a justificação de que a fórmula (preferida pelo ex-presidente Bush) “novas tecnologias (progresso) + mercado” acabará prescindindo daquelas medidas que *bloqueiam* as válvulas da acumulação capitalista.

*Iniciativa “anticivilizadora”:*

Também por analogia com a iniciativa anticivilizadora da saída da crise de 1929 (apelo ao CIM e a uma permanente obsolescência programada da produção), teremos dessa vez, no limite de saturação da atual crise, o possível recurso não apenas à exclusão de boa parte da humanidade do círculo agora *necessariamente* restrito do estágio de hiper-consumismo predatório/poluidor (só temos ainda apenas *uma* Terra), mas também o possível recurso a processos de *eliminação* de parte ao menos dessa periferia, que por motivos de pura sobrevivência contribuirá também – somando-se ao centro hiper-consumidor – para acelerar graves efeitos climáticos globais. Em suma, uma (possível) postura de inédita *barbárie* contra uma periferia “improdutiva/poluidora”.

## Síntese

Em síntese, apresentamos – de um modo que nos parece *original* – um possível “cenário de saída capitalista” para a sua crise crescentemente socioambiental e, portanto, em contraposição a Wallerstein e Mészáros, para os quais tal crise já é estrutural ou “terminal” desde a década de 1970, como já vimos no decorrer do trabalho. Tal cenário aponta para a adoção de medidas ambientalistas (e talvez socialistas) por parte do capitalismo – em outras palavras, aponta para a internalização de custos ambientais ou socioambientais – no momento em que o sistema atingir algo como um limite de saturação diante do qual não possa mais evitar o uso de mecanismos de dissipação/deslocamento de crise. A questão do aquecimento global – mas não só ele, pois existem inúmeros outros problemas socioambientais – poderá fazer com que aquele limite se torne mais próximo do que poderia se supor há algumas décadas atrás.

## Referências

BRANCO DE MOURA, M.C.; FERREIRA, M.; MORENO, R. *Friedrich Engels e a ciência contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2007.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. São Paulo: Cultrix, 2006.

\_\_\_\_\_. *Teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASANOVA, Pablo González. *As novas ciências e as humanidades: da academia a política*. São Paulo: Boitempo, 2006.

CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DIAS, Guilherme Vieira. *Contribuição à crítica ao desenvolvimento sustentável*. Campos dos Goytacazes, 2007. 59 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2007.

\_\_\_\_\_. *Immanuel Wallerstein e o debate ecológico: o desenvolvimento em questão – alguns apontamentos*. Campos dos Goytacazes, 2008. 48 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2008.

DIAS, Guilherme Vieira; TOSTES, José Glauco Ribeiro. Capitalismo: crise terminal ou não terminal? In: I JORNADAS INTERNACIONALES DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE POLÍTICO, 1ª, 2008, Buenos Aires, Argentina. *Resumo expandido, Anais eletrônicos da “I Jornadas”*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. Disponível em: <http://www.razonyrevolucion.org/jorn/>. Acesso em: 15 dez. 2008.

\_\_\_\_\_. O sistema do capital e o ambiente: sociedade e natureza a partir da obra de István Mészáros. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS (CEMARX), 6º, 2009, Campinas. *Comunicação*. Campinas: Universidade de Campinas (Unicamp), 2009. DVD.

DIAS, Guilherme Vieira; TOSTES, J.G.R.; STHEL, M. Troca desigual e questão ambiental: a inserção brasileira no atual estágio da trajetória do sistema-mundo capitalista. In: III COLÓQUIO BRASILEIRO DE ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO, 3º, 2009, Brasília. *Resumo expandido*. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2009a.

\_\_\_\_\_. A trajetória de longa duração do sistema capitalista e suas mini-trajetórias: um estudo sobre as tendências da acumulação de capital no século XXI. In: II JORNADAS INTERNACIONALES DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE POLÍTICO, 2ª, 2009, Buenos Aires, Argentina. *Resumo expandido*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2009b.

FAUSTO, R. *Marx: lógica e política*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2005.

GEORGESCU-ROEGEN. *The entropy law and the economic process*. Harvard University Press, 1971.

GOULDNER, A.W. *The two marxisms*. London: MacMillan, 1980.

GUIMARÃES, J. *Marxismo e democracia*. São Paulo: Xamã, 1999.

MÉSZÁROS, István. *Estado capitalista e produção destrutiva*. São Paulo: Ensaio, 1989.

\_\_\_\_\_. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. *O século XXI: socialismo ou barbárie?*. São Paulo, Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. *O desafio e o fardo do tempo histórico: socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONOD, J. *O acaso e a necessidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

PINGUELLI ROSA, Luiz. *Tecnociências e Humanidades*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Tecnociências e Humanidades*. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *A nova aliança: a metamorfose da ciência*. Brasília: UNB, 1984a.

\_\_\_\_\_. *Order out of chaos*. New York: Bantam, 1984b.

TOSTES, José Glauco Ribeiro. Os dois marxismos de Marx. *Cadernos CEMARX*, vol.2, nº2, 2005.

\_\_\_\_\_. Capitalismo no século XX: aspectos civilizadores e anti-civilizadores. In: CARVALHO E SILVA, J.A. *Estresse no trabalho: machismo e papel da mulher*. Niterói: Muiraquitã, 2006.

\_\_\_\_\_. Crise no capitalismo e ciência da complexidade. In: V COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS (CEMARX), 5º, 2007, Campinas. *Comunicação*. Campinas: Universidade de Campinas (Unicamp), 2007. DVD.

VASCONCELLOS, M.J.E. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. São Paulo: Papyrus, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system: I-III*. Academic Press, 1974-1989.

\_\_\_\_\_. O conceito de desenvolvimento nacional. In: RIBEIRO, Darcy. *Carta' 8: falas, reflexões, memórias/ informe de distribuição restrita do Senador Darcy Ribeiro*. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. *After Liberalism*. New York: The New Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

\_\_\_\_\_. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004a.

\_\_\_\_\_. *O declínio do poder americano: os Estados Unidos em um mundo caótico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel; HOPKINS, Terence. (orgs.). *The age of transition: trajectory of the world-system, 1945-2025*. London: Zed Books, 1996.

# Notas Comparativas Sobre as Ondas Longas em Kondratiev, Braudel e Arrighi<sup>1</sup>

*Luiz Eduardo Simões de Souza<sup>2</sup>*

## RESUMO

As flutuações econômicas são parte do cerne analítico de Fernand Braudel e Giovanni Arrighi. Em ambos, a referência primária é o estudo de Nikolai Kondratieff sobre os ciclos econômicos seculares, escrito no início do século XX. Adicionalmente, a visão de ondas longas de Braudel é extremamente cara a Arrighi em boa parte de sua obra. Dessa forma, o presente estudo intenta apresentar e comparar as definições de ciclo econômico nos três autores, apontando algumas de suas semelhanças e diferenças.

Palavras-Chave: Ciclos Econômicos; Ondas Longas; Nikolai Kondratiev; Fernand Braudel; Giovanni Arrighi.

## ABSTRACT

Economic fluctuations are part of the analytical core of Fernand Braudel and Giovanni Arrighi. In both, the primary reference is the Nikolai Kondratiev's study of long economic cycles, written in the early twentieth century. Additionally, the vision of long waves of Braudel is extremely keen to Arrighi in a significant part of his work. Thus, this study intends to present and compare the definitions of the economic cycle in the three authors, pointing out some of their similarities and differences.

KEYWORDS: Business Cycles; Long Waves; Nikolai Kondratiev; Fernand Braudel; Giovanni Arrighi.

---

<sup>1</sup> Este artigo faz parte da pesquisa « Crise e Território no Pensamento Econômico », a qual recebe apoio técnico do CNPq.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Coordenador do Grupo de Economia Política e História Econômica (GEEPHE). E-mail: [luizedu@hotmail.com](mailto:luizedu@hotmail.com)

# Notas Comparativas Sobre as Ondas Longas em Kondratiev, Braudel e Arrighi

Luiz Eduardo Simões de Souza

## Introdução

As flutuações econômicas são parte do cerne analítico de Fernand Braudel e Giovanni Arrighi. Em ambos, a referência primária é o estudo de Nikolai Kondratiev sobre os ciclos econômicos seculares, escrito no início do século XX (KONDRATIEV, 1935). Adicionalmente, a visão de ondas longas de Braudel é extremamente cara a Arrighi em boa parte de sua obra (ARRIGHI, 1994). Dessa forma, o presente estudo intenta apresentar e comparar as definições de ciclo econômico tomando os três autores como eixos principais, apontando algumas de suas semelhanças e diferenças.

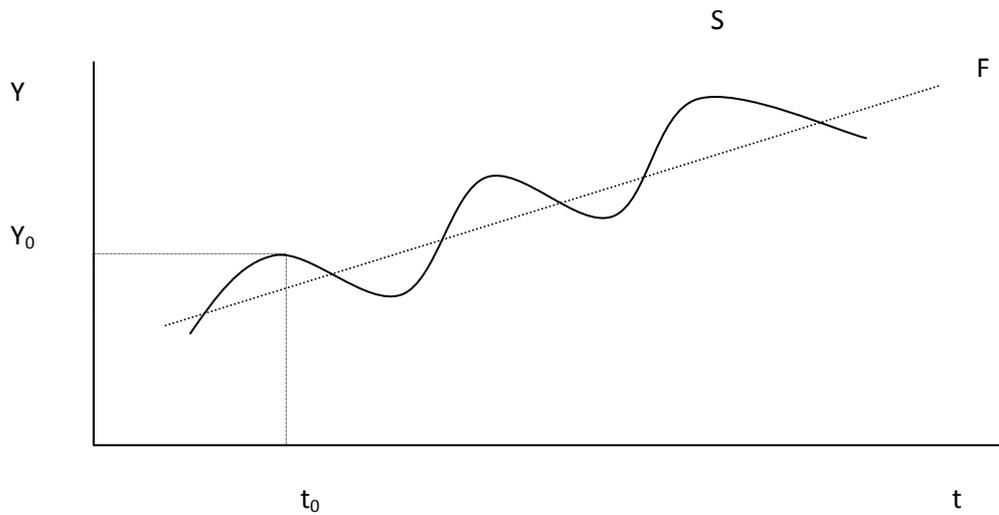
## Sobre Ciclos Econômicos

As atividades econômicas, reconhecidamente, possuem um caráter de fluxo circular<sup>3</sup>, cujas regularidades obedecem a fatores externos à economia (sazonalidades climáticas, por exemplo), a fatores ligados ao uso de tecnologia, às variações demográficas, à eficiência dos fatores produtivos, à oferta e demanda creditícia e à taxa de lucro. Em sua obra, *Business Cycles* (1939), J. A. Schumpeter define as fases dos ciclos econômicos – ascensão, recessão, depressão e recuperação. Graficamente, a produção ao longo do tempo pode ser representada como um movimento ondulatório, como a curva S, na figura I. O movimento ondulatório dá-se em torno de uma tendência crescente, o que significa a continuidade do crescimento da produção, mesmo com oscilações, como se vê pela tendência representada pela reta F.

---

<sup>3</sup> Para tanto, veja-se o capítulo 1 – “O fluxo circular da vida econômica” – da *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, de J. A. Schumpeter.

Figura I: Ciclo Econômico Renda (Y) X Tempo (t)

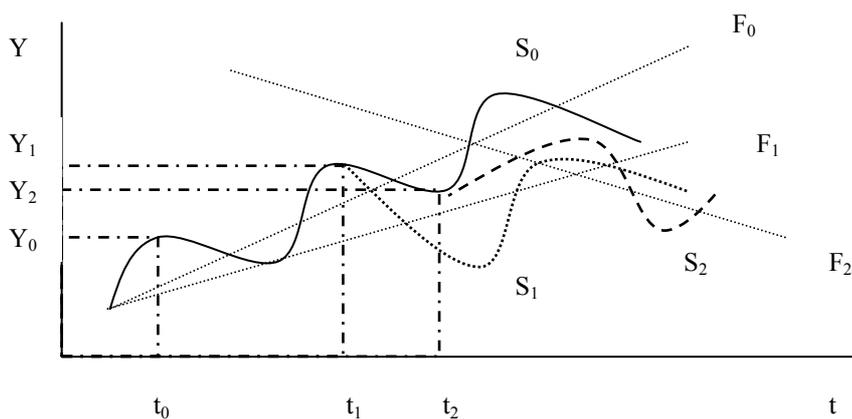


Explicar o comportamento da produção no decorrer do tempo implicaria observar: (a) a pontualidade do dado nível de renda  $Y_0$  no ano  $t_0$ ; (b) o próprio comportamento oscilatório da curva  $S$ , que representa a evolução da renda, e (c) a tendência crescente da renda, representada em  $F$ .

Assim, uma *flutuação cíclica* pode se dar em uma tendência ascendente (como a observada na Figura I), sem alterar sua inclinação. Uma *crise*, por outro lado, manifesta-se quando: (i) a amplitude das fases recessivas e depressivas do ciclo econômico afetam a inclinação da tendência; ou (ii) as fases de recuperação e ascensão não apresentam amplitude ou volume à altura das outras fases cíclicas.

Tomando-se como ponto inicial o padrão cíclico da Figura I, temos o caso (i), de recessões e depressões elevadas, e o caso (ii) de recuperações e ascensões insuficientes,

Figura II: Crises Econômicas no Ciclo Renda (Y) X Tempo (t)



Legenda: S1 = crise cíclica do tipo (i); S2 = crise cíclica do tipo (ii)

na Figura II.

Em (i), quando  $\frac{\partial Y_1}{\partial t_1} < \frac{\partial Y_0}{\partial t_0}$ , em  $S_1$ , dá-se uma depressão tal que o crescimento  $S$

da economia desloca-se da tendência  $F_0$  para  $F_1$ . Em (ii), quando  $\frac{\partial Y_2}{\partial t_2} < \frac{\partial Y_0}{\partial t_0}$ , em  $S_2$ ,

temos um refreamento no crescimento da economia que a conduz da tendência de crescimento  $F_0$  para a tendência decrescente  $F_2$ .

A variável estratégica na explicação do nível de atividade econômica, seja no período de um ano ou em uma série histórica, é o investimento. Aliado ao estoque existente de capital, o investimento amplia a capacidade econômica produtiva e permite o crescimento econômico de longo prazo, gerando, com suas oscilações, os ciclos econômicos. O investimento considerado como despesa é a fonte de prosperidade, e cada aumento dele melhora os negócios e estimula uma posterior elevação do investimento; por outro lado, em cada investimento consiste uma adição de capital, e desde logo compete com a geração mais velha desse equipamento, num paradoxo apontado por Michal Kalecki<sup>4</sup> como inerente à própria economia capitalista.

Historicamente, até o período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), o conceito “clássico” de ciclo<sup>5</sup> baseava-se na observação do nível de alguma variável que procurasse retratar o ritmo dos negócios, apresentando pontos de *pico* (máximo) e *antipico* (mínimo). Dado que tal conceito, para a caracterização de um ciclo completo, demanda os movimentos de expansão e contração, que implica a queda em algum momento no valor absoluto das variáveis, sua utilização no Pós-Guerra comprometeu-se, no tocante à observação dos grandes agregados econômicos. Estes raramente apresentaram tal decréscimo, na coleta e organização padronizada dos dados referentes à composição dos produtos nacionais e internos dos países-membros da ONU, através do SNA e de suas revisões, ao longo da segunda metade do século XX.

Desta feita, o conceito “clássico” incorporou a identificação das fases e da cronologia dos mesmos, segundo os desvios em torno de uma tendência histórica, elaborando-se o conceito de *ciclo revisado*. Ainda assim, a retirada da tendência pode afetar a própria identificação das flutuações cíclicas. Nesse sentido, o *ciclo de*

---

<sup>4</sup> KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1965), página 149.

<sup>5</sup> Conforme as contribuições de Clement Juglar (1891) e Wesley Mitchell (1913).

*crecimento*, que incorpora as variações das taxas de crescimento das variáveis, apresenta as indicações de evolução dos investimentos em setores dinâmicos da economia, como, por exemplo, a indústria.

Schumpeter, em *Business Cycles*, também definiu os tipos de ciclos econômicos, dados de acordo com sua duração. Seriam eles: (a) ciclos sazonais, de periodicidade anual; (b) ciclos de Kitchin, de ordem comercial, com duração de 3 a 5 anos; (c) ciclos de Juglar, de natureza industrial, com duração de 7 a 11 anos; (d) ciclos de Kuznets, que integrariam os ciclos de Kitchin e Juglar, com 10 a 15 anos e (e) os ciclos (ou ondas longas) de Kondratieff, originalmente medidas a partir de 1780, com duração de 48 a 60 anos.

As primeiras flutuações – sazonais, comerciais e industriais – amplamente reconhecidas e estudadas, representariam ao historiador econômico as chamadas flutuações de conjuntura e obedeceriam às variáveis flexíveis no curto prazo – preços, salários, juros, rendimentos. As ondas longas de Kondratieff, reconhecidas empiricamente, obedeceriam a fatores flexíveis no longo prazo, assumindo a tendência crescente de variáveis como a população e o capital fixo, sob a forma de tecnologia. As oscilações relacionar-se-iam, de acordo com o próprio Kondratieff, com os seguintes fatores: (1) mudanças tecnológicas, (2) guerras e revoluções, (3) a abertura e o surgimento de novos mercados na economia internacional e (4) a descoberta de novas minas e o aumento na produção de metais preciosos, especialmente o ouro<sup>6</sup>.

É necessário fazer uma distinção entre as importâncias dos conceitos de "flutuação" e "tendência", para economistas e historiadores econômicos. Quando Clement Juglar, em meados do século XIX, identificou os ciclos industriais, de 7 a 11 anos, estava diretamente preocupado com os mecanismos que conduziam e reconduziam periodicamente as forças produtivas em sua ação<sup>7</sup>. Por sua vez, quando historiadores como Pierre Vilar, Fernand Braudel e outros falam em flutuações, não estão absolutamente preocupados com a morfologia ou dinâmica daquelas forças produtivas, especialmente no sentido de alterá-las ou redirecioná-las como fariam economistas, mas em identificar o seu sentido histórico. Enquanto os economistas

---

<sup>6</sup> KONDRATIEV, N. The Long Waves in Economic Life. *The Review of Economic Statistics*, Volume XVII, No. 6, novembro de 1935 (1926), pp. 105 – 115.

<sup>7</sup> Mesma preocupação de J. A. Schumpeter, em seus *Business Cycles*, de 1939.

aplicados buscam lidar com as fases recessivas e depressivas dos ciclos econômicos, inferindo prescrições e procedimentos que conduziriam à maximização das fases ascendentes, os historiadores econômicos buscam compreender as relações sociais que causam sua oscilação característica. Para Braudel, por exemplo:

Os ciclos econômicos, fluxo e refluxo da vida material, se medem. Uma crise estrutural social deve, igualmente, referir-se no tempo, através do tempo, situar-se exatamente nela mesma e mais ainda em relação aos movimentos das estruturas concomitantes. O que interessa apaixonadamente um historiador é o entrecruzamento desses movimentos, sua interação e seus pontos de ruptura: coisas todas que só podem se registrar em relação ao tempo uniforme dos historiadores, medida geral de todos esses fenômenos, e não ao tempo social multiforme, medida particular a cada um desses fenômenos<sup>8</sup>.

O comportamento tendencial interessa ao economista no chamado "longo prazo", permitindo-lhe a análise para o planejamento e a "política" econômica. Ao historiador econômico, este mostra a longa duração por trás das flutuações conjunturais (como a tendência semi-secular de um ciclo de Kondratieff num ciclo de Juglar, ou a tendência deste em um ciclo comercial de Kitchin de cinco anos) ou mesmo um movimento de "longuíssima" duração. Para Fernand Braudel, a história de ciclos, interciclos, movimentos periódicos cuja fase vai de cinco a dez, vinte, trinta, até cinquenta anos, é uma história em "ondas curtas"<sup>9</sup>:

Abaixo dessas ondas, nos domínios dos fenômenos de tendência (a tendência secular dos economistas), espraia-se, com inclinações imperceptíveis, uma história lenta em se deformar e, por conseguinte, em se revelar à observação. É ela que designamos na nossa linguagem imperfeita sob o nome de uma história conjuntural, em ondas relativamente curtas.

Entre historiadores e economistas muito das diferenças de interpretação de fatos históricos decorrem de diferentes concepções entre *curto* e *longo* prazo. A concepção de

---

<sup>8</sup> BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 73.

<sup>9</sup> BRAUDEL, F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 120.

prazo, para a análise histórica realizada a partir do início do século XX, está próxima da ideia de *duração*. Nela, as linhas básicas das escolas historiográficas dos Annales, sobretudo nas contribuições de Lucien Lefevre, Marc Bloch e Fernand Braudel<sup>10</sup>, na qual os movimentos identificados e suscetíveis ao entendimento do historiador apareceriam em diferentes tempos, de cuja inter-relação se faria a análise histórica em si. A identificação de “diferentes tempos” – social, econômico, político, cultural – determinaria a precisão da análise, dada sua abrangência.

As concepções de curto e longo prazos, para os economistas, não são menos ricas e sinuosas<sup>11</sup>. Apesar disso, há a rígida concepção da escola neoclássica, na qual os prazos servem à fixação ou ao movimento de variáveis econômicas. Uma transposição dessa rigidez se dá na concepção neoclássica dos ciclos econômicos, sobretudo nas obras de Stanley Jevons, Wesley Mitchell e mesmo do jovem Joseph Schumpeter, da *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. A identificação empírica de ciclos econômicos também parece ter sofrido influências de tal visão estática, vide um grande denominador comum entre os estudiosos do assunto, qual seja a teoria de *ondas longas* do capitalismo, de Nikolai Kondratiev, que, em seu texto original, atribui a razão das ondas a mudanças de curto (disponibilidade de ouro) e longo (tecnologia) prazos.

### **Giovanni Arrighi e os Ciclos Sistêmicos de Acumulação**

Em sua obra *O Longo Século XX*, Giovanni Arrighi aponta para a existência, na história universal, de ciclos de 150 a 200 anos que são caracterizados por uma forte concentração de capital numa região geográfica que exerce a hegemonia sobre o sistema mundial de seu tempo (ARRIGHI, 1996). Neste caso, o movimento hegemônico teria partido da transferência do capitalismo genovês (século XVI) para o capitalismo holandês (século XVII), seguindo com a mudança para o capitalismo inglês (séculos XVIII e XIX) e finalmente para o capitalismo norte americano (século XX). Segundo observa o autor, todas essas passagens foram acompanhadas de profundas crises financeiras, ao mesmo tempo em que os modelos hegemônicos financeiros se faziam acompanhar de seu poderio bélico.

---

<sup>10</sup> Veja-se para tanto o texto de Braudel: "História e ciências sociais: a longa duração". In: *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978, pp. 41-77.

<sup>11</sup> Veja-se para tanto a monumental *History of Economic Analysis*, de Joseph Schumpeter (1954).

O autor considera que os ciclos de acumulação sempre foram capitaneados pelas altas finanças, categoria fundamental para Arrighi, responsável, em última instância, pela direção do sistema capitalista (ARRIGHI, 1996, p IX).

“Nesse esquema, o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa do fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de “antigos” regimes e da criação simultânea de “novos”.”

As etapas de constituição desses ciclos foram assim definidas por Arrighi (SILVA NETO e SOUZA : 2011): (1) a existência de uma acumulação anterior que se esgota pela impossibilidade da expansão indefinida do comércio sem uma queda de rentabilidade; (2) neste período, surgem grandes excedentes de capital financeiro não aplicado na expansão comercial ou industrial que geram uma euforia de bem-estar e progresso material baseado no consumo e no estilo de vida; (3) a busca de uma nova oportunidade de expansão do investimento, por meio de novas zonas ou vias comerciais, para onde tende a reorientar-se e concentrar-se o capital financeiro através de uma transferência ou emigração de investimentos; (4) a iniciação de um ciclo de acumulação novo que deverá esgotar-se após a expansão territorial do Estado e/ou das empresas-chaves do novo centro de acumulação; (5) esta expansão territorial é viabilizada pela externalização de seus custos militares que deverão ser pagos pelas próprias operações de expansão.

Para Arrighi, o “longo” século XX é o século da afirmação dos EUA como potência incontestada, processo que tem início com a consolidação do território estadunidense, na década de 1860, e afirma-se progressivamente até 1990. O colapso da URSS se dá, para Arrighi, no zênite do poder dos EUA, o momento em que estes se tornam a potência militar e econômica incontestada do planeta. Na verdade, Arrighi busca deixar de lado a primazia da visão de Estados-Nações disputando a supremacia do poder

mundial, consolidada ao longo da historiografia do século XX<sup>12</sup>, para adotar uma perspectiva de consolidação de sistemas-mundo. No caso, após suas formas mercantil-genovesa, mercantil-holandesa e industrial-britânica, o capitalismo do século XX adotaria o perfil das corporações predominantemente norte-americanas, em um processo crescente de expansão mundial, que teria sua consolidação exatamente no início dos anos 1990.

A perspectiva de Arrighi também é tributária, até certo ponto, da concepção de *longa duração* e de *ondas longas* de Fernand Braudel. Para Braudel, a história universal se daria na composição de diversas ondas, de diferentes durações, com diferentes “tempos”, nos quais as transformações econômicas de longo prazo se dariam na base de ondas mais estreitas e de maior visibilidade aos analistas, como as mudanças políticas, culturais e sociais<sup>13</sup>.

Ao observar a história universal a partir da afirmação de modos de produção, em suas distintas variedades, mas com alguns elementos característicos comuns, Arrighi vê na afirmação do poder estadunidense a consolidação de uma variedade específica do modo de produção capitalista. Mais do que os eventos, como marcos divisórios, Arrighi observa um movimento de longa duração, qual seja a transformação do modo capitalista de produção, em meio a antíteses e alternativas presentes em diferentes momentos do século XX.

## Considerações Finais

Na atualidade, estaríamos presenciando um novo deslocamento hegemônico financeiro, com o crescimento econômico do sudeste asiático exercendo uma grande força atrativa de investimentos para a região, posicionando o sistema na quarta etapa

---

<sup>12</sup> Nos referimos à tradição iniciada com *O Declínio do Ocidente*, de Oswald Spengler (1918), que inaugura, de certa forma, tal historiografia, e que encontra um de seus pontos altos na obra de Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. (edição em português pela Campus, 1989).

<sup>13</sup> É possível ver-se essa concepção em uma palestra transcrita de Braudel *La Dinâmica Del Capitalismo*. Mexico: Fondo de Cultura Económico, 1985 (1976).

cíclica de Arrighi<sup>14</sup>. Conforme o próprio autor pontua, em seu *Longo Século XX*, a quinta etapa se mostra ainda como uma grande incógnita.

## Bibliografia

- ARRIGHI, G. *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, G. e SILVER, B. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro : UFRJ-Contraponto, 2001.
- ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. São Paulo: Unesp, 1994.
- BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BRAUDEL, F. *La dinámica del Capitalismo*. Mexico: FCE, 1985.
- KALECKI, M. *Teoria da Dinâmica Econômica*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1965).
- KENNEDY, P. *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KONDRATIEV, N. The long waves on economic life. *The Review of Economic Statistics*, vol. XVII, 6, nov. 1935.
- SCHUMPETER, J. *History of Economic Analysis*. Cambridge: CUP, 1991 (1954).
- SCHUMPETER, J. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (1916).
- SCHUMPETER, J. *Business Cycles*. Cambridge: CUP, 1990 (1937).
- SILVA NETO, J. G. e SOUZA, L. Notas sobre o ordenamento hegemônico do sistema internacional na virada do século XX para o XXI. *I Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais*, 2011.
- SOUZA, L. O Estudo das Crises na Análise Econômica e Histórico - Econômica. *Terceira Margem: Economia*, v. 3, p. 67-80, 2010.

---

<sup>14</sup> Braudel e Kondratiev, por sua vez, têm o *habeas corpus* da cobrança de previsões de mudanças ou continuidades para além de seu tempo por razões de objeto e método: Braudel estudou predominantemente os séculos da Expansão Marítimo-Comercial Europeia e Kondratiev não pôde dar desenvolvimento à sua teoria de Ciclos Semiseculares. Durante, a década de 1930, com a consolidação do regime stalinista no partido comunista e no governo soviético, Kondratiev caiu em desgraça, foi processado, preso e finalmente fuzilado no cárcere em 1938.

# **Uma análise econômica crítica da tese da decadência hegemônica dos Estados Unidos de Giovanni Arrighi.**

**Numa Mazat<sup>1</sup>**

## **Resumo:**

Giovanni Arrighi desenvolveu o modelo dos “ciclos sistêmicos de acumulação” associando as transições hegemônicas e as mudanças nos “regimes de acumulação” para estudar as origens e as transformações do sistema mundial. De acordo com essa teoria, Arrighi considera que a expansão financeira que se deu a partir dos anos 70 é o sinal claro que a hegemonia norte-americana já entrou numa “crise terminal”. Arrighi defende a idéia que os Estados Unidos estão presos numa espiral negativa do ponto de vista econômico que associa os desgastes orçamentários da Guerra no Iraque, o crescente aumento de seu endividamento, a perda de credibilidade do dólar como moeda internacional e a ascensão da China.

Este artigo se propõe a criticar a tese da decadência dos Estados Unidos elaborada por Giovanni Arrighi mostrando que a potência econômica norte-americana continua se mantendo numa posição hegemônica. Assim, a visão do endividamento dos Estados-Unidos como fonte de ameaça à sua estabilidade econômica e da suposta perda de centralidade do dólar a nível mundial é combatida. Da mesma forma, é rejeitado o argumento do peso das despesas militares como elemento de enfraquecimento econômico estadunidense. É, também, criticada a tese de Arrighi segundo a qual a taxa de retorno do estoque de capital investido no comércio e na produção deveria cair durante a fase de expansão financeira do hegemom. Enfim, é mostrado que a idéia de um deslocamento do poder econômico dos Estados Unidos para a China, que estaria se tornando um novo hegemom, parece, também, não corresponder à realidade.

---

<sup>1</sup> Mestre em Economia pelo IE/UFRJ, Doutorando em Economia Política Internacional pelo PEPI/UFRJ, bolsista FAPERJ e membro do grupo de Economia Política do IE/UFRJ.

## **I. Introdução.**

Giovanni Arrighi estudou as origens e as transformações do sistema mundial, na perspectiva de um tempo estrutural, a “longue durée”. Arrighi, ao lado de Immanuel Wallerstein, se inseriu no ramo da Macrossociologia Histórica que ele mesmo chamou “Economia Política dos Sistemas–Mundo” (EPSM) e desenvolveu o modelo dos “ciclos sistêmicos de acumulação” associando paralelamente as transições hegemônicas e as mudanças nos “regimes de acumulação”. Esse programa de pesquisa, ao contrário de Wallerstein, começou com a preocupação de entender a crise econômica mundial da década de 1970. Aliás, Arrighi escreve no prefácio de sua obra mais importante, “O Longo Século XX”:

*“Este livro começou há quase quinze anos, como um estudo da crise econômica mundial da década de 1970. Essa crise foi considerada como o terceiro e último momento de um único processo histórico, definido pela ascensão, plena expansão e derrocada do sistema norte-americano de acumulação de capital em escala mundial”* (ARRIGHI, 1996, p. IX).

A tese do fim da hegemonia dos Estados Unidos exerceu, então, um papel fundamental na constituição da teoria de Giovanni Arrighi. A análise de Arrighi é apoiada tanto sobre elementos de ordem econômica quanto de ordem política ou militar. Este artigo se propõe a analisar criticamente os argumentos de Arrighi a favor da idéia do fim da hegemonia americano somente do ponto de vista da Economia Política. Assim, no campo da Economia Política, vários autores oriundos da chamada “abordagem clássica do excedente”, como Pierangelo Garegnani, Carlos Medeiros ou Franklin Serrano, desenvolveram diretamente trabalhos que mostram, diretamente ou indiretamente, que os Estados Unidos estão ainda longe de se aproximar de uma crise terminal de sua hegemonia econômica.

Num primeiro tempo, será exposto de forma sintética o modelo dos “ciclos sistêmicos de acumulação” no qual se apoia Arrighi para defender a idéia do fim da hegemonia americana. Depois, será apresentada de forma mais detalhada a tese da decadência econômica dos Estados Unidos elaborada por Giovanni Arrighi. Enfim, este artigo se propõe a criticá-la mostrando que a potência econômica norte-americana continua se mantendo numa posição hegemônica.

## **II. O modelo dos “ciclos sistêmicos de acumulação” de Giovanni Arrighi.**

A principal contribuição de Arrighi para interpretar o funcionamento do sistema mundial foi o conceito de “ciclo sistêmico de acumulação”. Arrighi, em “O Século Longo” estava interessado na camada superior do capitalismo e, como tinha proposto Braudel sem realmente fazê-lo queria “acompanhar o dono do dinheiro até outro domicílio oculto, onde só se é admitido a negócios, mas que fica um andar acima, e não um andar abaixo do mercado. Ali, o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político” (ARRIGHI, 1996 p. 25). O capitalismo, nesta visão inspirada de Braudel, é o lugar dos “lucros extraordinários”, que permitem a acumulação da riqueza graças à aliança do capital financeiro com o poder político. O capitalismo é o “anti-mercado”, no sentido que os “lucros extraordinários” são obtidos quando os mecanismos de mercado são negados, como no caso de monopólios ou de oligopólios.

Arrighi estava preocupado em entender “como o capitalismo ergueu-se acima das estruturas da economia mundial de mercado preexistente e, com o correr do tempo, adquiriu seu poder de moldar de maneira nova os mercados e as vidas do mundo inteiro” (ARRIGHI, 1996 p. 11).

Arrighi considerava que a expansão do sistema-mundo moderno era o resultado de diferentes fases de desenvolvimento, marcadas por uma série de reorganizações estruturais introduzidas pelo poder hegemônico. As inovações e estratégias estruturais resultantes dessas reorganizações constituem, segundo Arrighi, o chamado “regime de acumulação em escala mundial”.

Arrighi buscou, então, entender a trajetória histórica do sistema-mundo moderno criando um modelo onde as mudanças do sistema-mundo moderno seriam associadas às transformações do poder e do capital. O modelo dos “ciclos sistêmicos de acumulação” de Arrighi associa as transições hegemônicas e as mudanças nos “regimes de acumulação”, que se movem junto. Arrighi se baseou em Braudel, Marx e Weber para elaborar seu modelo:

*“I relied on Weber's idea that inter-state competition for mobile capital constitutes the world-historical specificity of the modern era. This competition, I argued, creates the demand conditions for the financial expansion. Braudel's idea of 'autumn' as the concluding phase of a process of leadership in accumulation,*

*which goes from material to financial, and eventually to displacement by another leader-is crucial. But so is Marx's idea that the autumn of a particular state, experiencing financial expansion, is also the springtime for another location: surpluses that accumulate in Venice go to Holland; those that accumulate in Holland then go to Britain; and those that accumulate in Britain go to the United States. Marx thus enables us to complement what we have in Braudel: autumn becomes a spring elsewhere, producing a series of interconnected developments”* (ARRIGHI, 2009).

Segundo Arrighi:

*“A formula geral do capital apresentada por Marx (DMD’) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dívidas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação”* (ARRIGHI, 1996, p. 6).

Há, então, um duplo ciclo de acumulação de acumulação e hegemônico, cuja trajetória segue uma ascensão, um ápice e um declínio. A expansão financeira que segue a expansão material da nação hegemônica é, então, o sinal que o domínio econômico do hegemôn entrou no seu “outono”, para usar a expressão braudeliana, e que o regime de acumulação dominante está se esgotando. Um novo ciclo de acumulação pode começar, se substituindo às estruturas existentes. Arrighi observa que a fase de expansão financeira é marcada pela coexistência de dois tipos de concentração de capital que se dão de forma simultânea. Falando desses dois movimentos de concentração de capital distintos, Arrighi escreve:

*“Um deles ocorreu dentro das estruturas organizacionais do ciclo de acumulação que estava chegando ao fim. Em geral, esse tipo de concentração associou-se a um derradeiro “momento maravilhoso” de reanimação [...] do*

*regime de acumulação ainda dominante, porém cada vez mais volátil. Mas esse momento maravilhoso [...] sempre foi a expressão de uma escalada na luta competitiva e de poder que estava prestes a precipitar a crise terminal do regime. [...] O outro tipo de concentração nas fases de expansão financeira da economia capitalista mundial pode ou não ter contribuído para uma reanimação do regime de acumulação existente. Sua principal função histórica foi aprofundar a crise do sistema, fazendo brotar estruturas regionais de acumulação que desestabilizaram ainda mais o antigo regime e anteciparam a emergência do novo” (ARRIGHI, 1996, p. 244-245).*

É importante observar que o período de queda do ciclo hegemônico permite já um deslocamento da estrutura produtiva para outros estados que vão liderar o “regime de acumulação” e substituir o “hegemon” depois de sua “crise terminal”.

Nas palavras de Arrighi:

*“Hegemonic breakdowns are the decisive turning points of hegemonic transitions. They are the time when the systemic organization that had been put in place by the declining hegemonic power disintegrates and systemic chaos sets in. But they are also the time when new hegemonies are forged” (ARRIGHI, 1999, p. 33).*

### **III. Giovanni Arrighi e a tese da decadência econômica dos Estados Unidos.**

O ciclo sistêmico de acumulação dominado pelos Estados Unidos é o quarto identificado por Arrighi<sup>2</sup>. A primeira fase do ciclo norte-americano correspondeu à expansão financeira britânica que prolongou de forma efêmera e enganadora o domínio inglês. Ao mesmo tempo que o regime de acumulação inglês desabava, se erguiam as estruturas do novo regime de acumulação norte-americano. A segunda fase do ciclo americano foi marcada pela considerável expansão material que seguiu a Segunda Guerra, permitindo às estruturas do regime estadunidense de se impor ao mundo, através de um crescimento acelerado da

---

<sup>2</sup> Arrighi propôs a seguinte sucessão de ciclos de acumulação durante a história da economia-mundo capitalista: genovês (século XVI), holandês (século XVII), inglês (século XVIII até 1870) e norte-americano até hoje.

produção e do comércio. Alias, esse período ganhou o nome de “Golden Age”. Nesta Idade de Ouro do capitalismo, os Estados Unidos assumiram totalmente sua posição hegemônica, ao contrário do que tinha acontecido no Entre guerras. Eles financiaram a reconstrução da Europa com o Plano Marshall, praticaram o chamado “keynesianismo militar”, com o rearmamento depois da Guerra da Coréia, ampliaram consideravelmente seus investimentos diretos, fornecendo ao mundo capitalista a liquidez necessária para sua expansão econômica. O regime norte-americano, simbolizado pelas instituições de Bretton Woods e pela supremacia incontestada do dólar, se impôs à economia mundial. O Golden Age representa, então, no esquema arrighiano a fase de expansão material do ciclo de acumulação dominado pelos Estados Unidos.

Mas Arrighi observa que o período de expansão material dos anos 1950 e 1960, com um volume extraordinário de investimentos nos setores da produção e do comércio, se traduziu, também, por crescentes pressões competitivas. As relações de complementaridade com a Europa e o Japão, particularmente, acabaram criando as condições para esses países se tornarem cada vez mais competitivos do ponto de vista econômico. As empresas europeias e japonesas aceleraram sua internacionalização já no final dos anos 60, chegando a concorrer cada vez mais as firmas norte-americanas. Começou um declínio na participação dos Estados Unidos nos investimentos diretos mundiais. Ainda por cima, como escreve Arrighi:

*“A partir de 1968, a injeção de poder aquisitivo na economia mundial, em vez de resultar no crescimento do comércio e produção mundiais, como fizera na década de 1950 e no início da seguinte, resultou numa inflação mundial de custos e numa fuga maciça de capital para os mercados monetários offshore. Esse efeito “perverso” deveu-se menos à má gestão das políticas macroeconômicas do que à emergência de uma contradição fundamental entre a expansão transnacional do capital das corporações norte-americanas e os fundamentos nacionais do poder mundial dos Estados Unidos” (ARRIGHI, 1996, p. 316).*

Segundo Arrighi, a terceira e última fase do ciclo estadunidense teria, então, começado no final dos anos 1960 e seria simbolizada pela atual expansão financeira. Assim, Arrighi (1982, p. 55) compartilha com Wallerstein a convicção que *“in 1968, the world-economy*

*entered a period of discontinuous change*”, marcado pelo “declínio da ordem imperial americana”. A queda da lucratividade nos setores da produção e do comércio observada nos Estados Unidos a partir do final dos anos 1960 foi um sinal claro que a hegemonia econômica norte americana tinha entrado no seu outono. Da mesma forma, Arrighi argumenta que os Estados Unidos não se beneficiaram de sua oferta pública de capital durante os anos 1970 porque a oferta privada de dólares, principalmente através do mercado eurodólar, permitiu a muitos países das restrições de balanço de pagamentos que eles costumavam experimentar. O dólar tinha perdido boa parte de sua centralidade. Arrighi escreve assim que:

*“the interaction between the crisis of profitability and the crisis of hegemony, in combination with the US inflationary strategy of crisis management, resulted in a ten-year-long increase in world monetary disorder, escalating inflation and steady deterioration in the capacity of the US dollar to function as the world's means of payment, reserve currency, and unit of account”* (ARRIGHI, p. 165).

Neste contexto, a única solução para os Estados Unidos tentarem conservar sua hegemonia econômica foi a adoção de uma política mais rígida a partir de 1979, com o aumento brutal das taxas de juros do Fed para atrair o capital circulante mundial, incentivos fiscais e uma aceleração da desregulação financeira. Nas palavras de Arrighi:

*“The essence of the monetarist counterrevolution was a shift of US state action from the supply side to the demand side of the ongoing financial expansion. Through this shift; the US government stopped competing with the growing private supply of liquidity and instead created brisk demand conditions for the latter's accumulation through financial channels”* (ARRIGHI, 2007, p. 160).

Começou, então, uma “Belle Époque” do capitalismo norte americano que, de acordo com a teoria arrighiana dos ciclos sistêmicos de acumulação, é o sinal claro que a hegemonia norte-americana já entrou numa “crise terminal”. Nas palavras de Arrighi:

*“The main reason why the US belle époque was bound to be a temporary phenomenon, regardless of what Bush or any other US president might have done, is that financial expansions have a fundamentally contradictory impact on systemic stability. In the short run-with the understanding that, in this context, a short run encompasses decades rather than years-financial expansions tend to stabilize the existing order, by enabling incumbent*

*hegemonic groups to shift onto subordinate groups, nationally and internationally, the burdens of the intensifying competition that challenges their hegemony. [...]Over time, however, financial expansions tend to destabilize the existing order through processes that are as much social and political as they are economic. Economically, they systematically divert purchasing power from demand-creating investment in commodities (including labor-power) to hoarding and speculation, thereby exacerbating realization problems. Politically, they tend to be associated with the emergence of new configurations of power, which undermine the capacity of the incumbent hegemonic state to turn to its advantage the system-wide intensification of competition. And socially, they entail the massive redistribution of rewards and social dislocations, which tend to provoke movements of resistance and rebellion among subordinate groups and strata, whose established ways of life are coming under attack” (ARRIGHI, 2007, p. 162).*

Na sua análise, a retomada do poder norte-americano observada nos anos 80, com o “keynesianismo militar” e o fim da União Soviética não significou um retorno dos Estados Unidos à hegemonia econômica. Pelo contrário, Arrighi defende a idéia que os Estados Unidos estão presos numa espiral negativa do ponto de vista econômico que associa os desgastes da Guerra no Iraque, o crescente aumento de seu endividamento, a perda de credibilidade do dólar como moeda internacional e a ascensão da China. No esquema arrighiano, a guerra do Iraque contribuiu assim a aprofundar o endividamento norte-americano. Esse endividamento, tanto interno, através do crescimento de seu déficit público quanto externo, via o agravamento do déficit em transações correntes, abalou a centralidade dos Estados Unidos e de sua moeda no âmbito internacional, promovendo novos países como alternativa à liderança econômica norte-americana.

Apesar disso, Arrighi não acreditava no fim do sistema mundial atual. Em decorrência da análise que ele fez da situação do sistema mundial depois dos anos 70, ele avançou primeiro a idéia do fim da hegemonia norte-americana e do deslocamento progressivo do centro para o Leste Asiático, e, principalmente, para o Japão:

*“O sinal mais importante da ascensão do Leste Asiático a novo epicentro dos processos sistêmicos de acumulação do capital é que diversas de suas*

*jurisdições fizeram importantes avanços nas hierarquias de valor agregado e financeiras da economia capitalista mundial” (ARRIGHI, 1997, p.100 e 101).*

*“A substituição de uma região “antiga” (a América do Norte) por uma “nova” (o leste asiático) como o centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial já é uma realidade” (ARRIGHI, 1996, p. 344).*

Depois, Arrighi mudou um pouco suas previsões e escreveu o ensaio “Adam Smith em Beijing” (2007) onde ele supõe que a China substituirá os Estados Unidos no papel do ‘hegemon’, mas, com uma postura diferente:

*“If China does emerge, as I think it will, as a new centre of the global economy, its role will be radically different from that of previous hegemons. [...]If China is going to be hegemonic, it's going to be hegemonic in very different ways to the others. For one thing, military power will be far less important than cultural and economic power-particularly economic power. They have to play the economic card far more than the US ever did, or the British, or the Dutch” (ARRIGHI, 2009).*

#### **IV. Algumas críticas à teoria do fim da hegemonia econômica norte-americana.**

A tese do fim da hegemonia econômica norte-americana é criticada por muitos analistas. As críticas aqui apresentadas foram desenvolvidas por economistas que baseiam seu trabalho na abordagem clássica do excedente, cujo desenvolvimento se deu a partir da obra de Piero Sraffa. Assim, a visão do endividamento dos Estados-Unidos como fonte de ameaça à sua estabilidade econômica e da suposta perda de centralidade do dólar a nível mundial pode ser combatida usando a idéia de padrão “dólar flexível” desenvolvida por Franklin Serrano.

Serrano argumenta que o fim do regime de câmbio fixo estabelecido em volta do dólar pelos acordos de Bretton Woods acabou não representando um enfraquecimento do poderio norte-americano porque o novo padrão monetário que ele chama “dólar flexível” deu uma margem de ação muito maior aos Estados Unidos. Serrano começa mostrando que ao longo do “Golden Age”, os saldos comerciais e de conta corrente vão se reduzindo, devido à

reconstrução dos demais países industrializados. Esses saldos se tornam negativos em 1971. Isso é devido a um declínio relativo da competitividade americana ao longo dos anos 60, que só poderia acabar com o realinhamento cambial, impossível no âmbito do sistema de Bretton Woods. Dentro das regras do sistema de Bretton Woods, o realinhamento cambial, via aumento do preço do ouro, podia gerar uma fuga generalizada do dólar para o ouro. Se isto ocorresse, a restrição de balanço de pagamento poderia se aplicar aos EUA, o que não era o caso até então, à medida que os pagamentos internacionais passassem a ser feitos cada vez mais diretamente em ouro, em vez de dólar. Ora como escreve Serrano:

*“O verdadeiro privilégio dos EUA no padrão ouro-dólar era idêntico ao da Inglaterra no padrão ouro-libra, ou seja, o país não tem restrição global de balança de pagamentos e, além disso, sua autoridade monetária determina unilateralmente a taxa de juros mundial. Era claro que os EUA não queriam perder este privilégio”* (SERRANO, 2002).

Os demais países centrais recusaram a proposta estadunidense de um movimento coordenado de valorizações das moedas dos outros países, que simultaneamente deveriam reduzir o preço oficial do ouro. Pelo contrário propuseram diminuir a importância do dólar na economia internacional, aumentando o papel do ouro e/ou dos Direitos Especiais de Saque. Frente a essa situação insustentável, o chamado “Dilema de Nixon”, os Estados Unidos decretaram unilateralmente a inconvertibilidade do dólar em ouro em 1971, como preparação para a desvalorização do dólar e o fim da convertibilidade em 1973.

Serrano admite que o resultado da desmontagem da ordem de Bretton Woods abriu um período de crise entre 1971 e 1979, com o crescimento da inflação internacional, a redução das taxas de crescimento nos países centrais, que ia levar ao fim do compromisso keynesiano do pleno emprego. Muitos outros fenômenos acontecem durante a década de 1970, que parecem apontar para o declínio econômico americano. O dólar se desvalorizou em relação ao iene e ao marco. Houve uma forte elevação dos preços relativos do petróleo e das matérias-primas, que foram objetos da especulação. Foi observada uma expansão acelerada do crédito privado, decorrente da internacionalização dos bancos americanos e do mercado de eurodólares. A inconvertibilidade e a flexibilização das taxas de câmbio geraram ondas especulativas.

A explosão salarial que se manifestou a partir do final da década de 1960 foi o resultado do aumento do conflito distributivo nos países centrais, inclusive os Estados Unidos. Isso marcava o final do compromisso distributivo que tinha caracterizado o “Golden Age”. Assim, a análise desenvolvida por Kalecki no seu famoso artigo “*Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego*” (KALECKI, 1983) foi confirmada. As classes proprietárias não podiam tolerar muito tempo que sejam mantidas políticas econômicas de manutenção do pleno emprego num contexto de inflação salarial que diminuía a parcela dos lucros. O poder de barganha dos trabalhadores, forte numa situação de pleno emprego que reduzia a “disciplina”, devia ser desmoralizado. A solução do conflito distributivo para as classes proprietárias sempre foi a adoção de políticas econômicas contracionistas que criavam fatalmente desemprego, o que permite reduzir consideravelmente o poder de barganha dos trabalhadores e as pressões inflacionistas.

É o que aconteceu no final de 1979 quando Paul Volker, presidente da Federal Reserve dos Estados Unidos decidiu elevar as taxas de juros nominais e reais a níveis sem precedentes. A motivação dessa decisão, ao contrário do que acham a maior parte dos analistas, não era de atrair capitais estrangeiros para financiar o déficit externo norte americano, sendo que o dólar era a moeda internacional. Como escreve Serrano:

*“As importações americanas em todo o pós-guerra e até os dias de hoje, mesmo de bens cujos preços não são denominados em dólar, sempre foram pagas em dólar e, portanto, o déficit externo americano é sempre financiado na própria transação que o gera. Os fluxos de capitais afetam a taxa de câmbio, mas não a capacidade de financiamento do déficit externo”* (Serrano, 2005, p. 202).

O verdadeiro objetivo do choque de juros de 1979 era, então, de domar os trabalhadores, criando as condições para uma recessão nos Estados Unidos no início dos anos 1980 que reduziu fortemente o poder de barganha dos trabalhadores. Além disso, o governo de Ronald Reagan abandonou as políticas de renda dos anos 1970 e promoveu a desregulamentação industrial que levou à re-localização de muitas fábricas intensivas em mão de obra nos países em desenvolvimento, enfraquecendo ainda mais os sindicatos. Depois do Choque de juros de Paul Volker, houve, também, uma onda de inovações e desregulação

financeira que vêm espalhando por todo o mundo a combinação entre enormes fluxos de capitais de curto prazo e a volatilidade dos juros e das taxas de câmbio.

Os EUA conseguiram retomar assim o controle do sistema monetário-financeiro internacional. Os demais países centrais tiveram que aceitar a centralidade do dólar no novo sistema e o padrão dólar-flexível se instalou. No padrão dólar-flexível, o dólar é a moeda internacional e, ainda por cima, fica livre das duas limitações que o padrão dólar-ouro impunha aos Estados Unidos, ou seja, da necessidade de manter o câmbio fixo, para evitar a fuga para o ouro e da obrigação de evitar déficits na conta corrente, para não ter uma redução das reservas de ouro do país central. Sem essas limitações, alias, os EUA tiveram déficit em conta corrente em quase todos os anos depois de 1971 (exceto em 73-76 e 80-81). Nas palavras de Serrano:

*“No padrão dólar flexível os EUA podem incorrer em déficits na BP e financiá-los tranquilamente com ativos denominados em sua própria moeda, como nos outros padrões anteriormente citados. Além disso, a ausência de conversibilidade em ouro dá ao dólar a liberdade de variar sua paridade em relação a moedas dos outros países conforme sua conveniência, através de movidas da taxa de juros americana. Isso é verdade tanto para valorizar o dólar quanto para desvalorizá-lo”* (SERRANO, 2002).

Caso uma desvalorização do dólar aconteça, não existe mais risco de fuga para o ouro, porque o próprio dólar é o lastre do novo padrão dólar-flexível. Como observa Serrano, o dólar é *“as good as one dollar”* (SERRANO, 2002). O poder militar e econômico estadunidense garantem essa supremacia, num mundo onde os Estados Unidos são a única superpotência, depois do fim da União Soviética. Os Estados Unidos foram capazes de acabar quase inteiramente com a possibilidade de serem contestados por parte dos outros países centrais. O dólar, como moeda-chave internacional é o meio de pagamento internacional, a unidade de conta nos contratos e nos preços dos mercados internacionais e também a principal reserva de valor mundial. Como afirmam Medeiros e Serrano:

*“Neste sistema, todo o valor dos déficits americanos tanto em conta corrente quanto na balança de pagamentos, na medida em que os pagamentos internacionais são realizados em dólar, são total e automaticamente financiados por um influxo de capital de curto prazo idêntico ao aumento das*

*reservas dos outros países que necessariamente, se quiserem participar da economia monetária capitalista internacional, simplesmente têm que aceitar acumular títulos em dólar (em geral a própria dívida pública americana)”* (MEDEIROS, 1999, p. 125).

Serrano critica, também, os economistas que, como Arrighi, consideram o aumento crônico do déficit público e da dívida interna como insustentável. Serrano defende a idéia de que um aumento crescente e não limitado da dívida em relação ao PIB seria difícil, a não ser que a taxa de juros que é aplicada ao passivo do setor público seja maior que a taxa de crescimento do produto. Essa situação aparece bastante improvável, sendo que o governo norte-americano possui uma grande autonomia para determinar a taxa de juros que se aplica a sua própria dívida. De qualquer forma, mesmo se o aumento da dívida fosse descontrolado, essa dívida está denominada em dólar. Ora, usando a teoria de Abba Lerner, que adotou a visão da “moeda estatal” cunhada por Knapp, a moeda sendo emitida pelo Estado e procurada por todos os agentes econômicos, não existe possibilidade de o governo quebrar na sua moeda. Desta forma, a dívida pública interna pode ser financiada sempre com a moeda estatal. A dívida na sua própria moeda é, para o Estado, um problema de distributivo interno e não um problema de recursos (LERNER, 1951).

Serrano conclui que os Estados Unidos variam sua taxa de câmbio conforme sua conveniência através da fixação de sua taxa de juros. Eles não enfrentam restrição externa e continuam emitindo a moeda internacional.

O keynesianismo militar dos Estados Unidos, apontado por Arrighi como um dos pilares do “Golden Age” vira um elemento de fraqueza, segundo ele, quando se trata dos gastos realizados com as intervenções no Iraque e no Afeganistão. Essa mudança analítica soa estranho na medida em que os empreendimentos militares norte-americanos permitiram a esse país de manter sua liderança tecnológica de forma incontestável desde a Segunda Guerra Mundial, como mostra Medeiros (Medeiros, 2005). Os Estados Unidos souberam criar um conjunto de instituições associando laboratórios de pesquisa do exército, das universidades e das empresas privadas capaz de deslocar de forma acelerada a fronteira tecnológica, tal como nenhuma potência tanto no passado quanto no presente foi capaz de fazê-lo. Muitos projetos de pesquisa só conseguem ser financiados porque recebem o apoio do setor militar norte-americano. Sem esse apoio, devido a seu alto custo, esses projetos não seriam desenvolvidos.

O atraso tecnológico acumulado pela Europa e sua incapacidade de organizar programas de pesquisa continentais oferece um bom exemplo deste fenômeno. Medeiros escreve assim que:

*“O complexo-militar-industrial-acadêmico” criou, nos EUA, um abrangente processo de inovação liderado pelos descobrimentos científicos, voltado simultaneamente, para vencer a Guerra Fria com a União Soviética e impulsionar a fronteira da ciência de forma a consolidar a liderança tecnológica americana no mundo. A doutrina de que a superioridade tecnológica nas armas é fator decisivo na vitória militar, afirmou-se como visão dominante dos militares americanos desde o pós-guerra e manteve-se inalterada mesmo quando esta visão revelou-se totalmente inadequada às guerras locais, como eloquentemente demonstrada no Vietnã. O “complexo militar-industrial-acadêmico” gerou, em diferentes momentos, um estímulo tanto de demanda quanto de oferta ao processo de inovações e criou uma rede descentralizada e coordenada de instituições e comunidades tecnológicas sem rival no mundo contemporâneo” (MEDEIROS, 2005, p. 225-226).*

O mecanismo de transmissão do progresso técnico gerado no complexo militar-industrial para o âmbito da economia civil funciona muito bem nos Estados Unidos, que conseguem manter suas firmas numa posição de liderança tecnológica a nível mundial. Assim, as empresas norte-americanas continuam sendo competitivas.

A tese de Arrighi segundo a qual a taxa de retorno do estoque de capital investido no comércio e na produção deveria cair durante a fase de expansão financeira do hegemon não parece corresponder à realidade. Voltando para o início do suposto declínio norte americano, observa-se que os salários nominais explodiram depois de 1968, devido ao alto poder de barganha que tinham os trabalhadores (ver os argumentos de Serrano acima). Junto com esse fenômeno, houve níveis de inflação elevados. Esta explosão inflacionária e salarial se deu antes mesmo do choque do petróleo. Na visão de Garegnani, o choque petrolífero de 1973 foi usado para explicar as políticas deflacionárias que começaram a serem implementadas nos países centrais a partir de 1973, usando o desemprego para abalar o poder de barganha dos trabalhadores, segundo o mecanismo kaleckiano que já descrevemos. Essa tática funcionou, com um aumento brutal do desemprego depois da chegada ao poder de Margareth Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos Estados Unidos. Assim, a taxa de desemprego na Inglaterra era de 11% em 1979, enquanto nos Estados Unidos era de 8,8% em 1981, números

muito altos pelo padrão desses dois países. Os sindicatos foram quebrados tanto na Inglaterra quanto nos Unidos. A greve dos controladores de voo nos Estados Unidos em 1981 e a greve dos mineiros na Inglaterra em 1984-1985 foram de uma certa forma o canto do cisne dos movimentos sindicais desses dois países (GAREGNANI, 2004).

Essa situação foi possível porque internamente os trabalhadores e os sindicatos ofereceram uma oposição reduzida, acreditando no discurso da necessidade de reduzir a inflação, supostamente gerada por “anos de fartura”. Muitos não entenderam que as mudanças institucionais implementadas a partir dos anos 1970, como a livre circulação do capital ou a desregulação financeira ameaçavam diretamente o Welfare State, que eles consideravam como dado. Externamente, também, o modelo do socialismo real da União Soviética estava já bem menos atrativo e não constituía mais uma alternativa tão sedutora para os trabalhadores. A situação ficou ainda pior com o fim efetivo da União Soviética em 1991.

A parcela dos salários caiu, então, a partir dos anos 1980 enquanto mecanicamente a parcela dos lucros aumentou, ao contrário do que deveria acontecer no modelo de Arrighi.

Enfim, a idéia de um deslocamento do poder econômico dos Estados Unidos para a China, que estaria se tornando um novo hegemon, parece, também, não corresponder à realidade. A queda dos salários reais observada nos Estados Unidos desde os anos 70 só pode ser aceita pelos trabalhadores graças ao crédito ao consumo abundante que veio junto com a financeirização e à abertura voluntária do mercado norte-americano às manufaturas baratas oriundas da China. Neste contexto, a expansão industrial e comercial chinesa a partir do final dos anos 70 foi favorecida pelos Estados Unidos, que conservam sua vantagem nos setores mais tecnológicos e na inovação científica.

## **V. Conclusão.**

Os argumentos desenvolvidos pelos expoentes da abordagem do excedente permitem refutar a tese de Giovanni Arrighi de uma crise terminal do poder econômico norte americano. Assim, os três pilares da argumentação de Arrighi que são o efeito negativo do aumento supostamente descontrolado do endividamento estadunidense, os desgastes econômicos provocados pela Guerra do Iraque e a perda da centralidade do dólar como moeda internacional são derrubados pelas críticas desses economistas. Enfim, essas análises das fraquezas da tese de Arrighi sobre a crise terminal dos Estados Unidos podem ser

complementadas no âmbito da Economia Política Internacional pelas observações de José Luís Fiori, que se recusa, também, a enxergar o período pós-anos 70 como uma era de declínio da hegemonia norte-americana.

### **Bibliografia :**

ARRIGHI, G. (1982) *Une Crise d'Hégémonie*. In: AMIN, S. ; ARRIGHI, G.; FRANK, A.G. e WALLERSTEIN, I.; *La Crise, quelle Crise ?* Paris, François Maspero.

ARRIGHI, G. (1996) *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de nosso Tempo*. São Paulo: Editora UNESP.

ARRIGHI, G. (1997) *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes.

ARRIGHI, G. e SILVER, B. (Orgs). (1999) *Chaos and Governance in the Modern World System*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

ARRIGHI, G. (2003) Globalização e Macrossociologia histórica. Curitiba, Revista de Sociologia e Política n°20.

ARRIGHI, G. (2007) *Adam Smith in Beijing. Lineages of the Twenty-First Century*. Londres: Verso.

ARRIGHI, G. (2009) *The Winding Paths of Capital - Interview by David Harvey*. London. New Left Review 56, March-April 2009.

GAREGNANI, P.; MERI, L. (2004) *La Sinistra e la Disoccupazione. Anatomia di una sconfitta*. Roma: Rivista del Manifesto, n° 48, março 2004.

KALECKI, M. (1983) *Os Aspectos Políticos do Pleno Emprego*. In: KALECKI, M.; *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*. São Paulo: Hucitec.

LERNER, A.P. (1951) *Economics of Employment*. New York: MacGraw-Hill Company.

MEDEIROS, C. (2005) O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, J.L. (Org.); *O Poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes.

MEDEIROS, C. e SERRANO, F. (1999) *Padrões Monetários Internacionais e Crescimento*. In: FIORI, J.L. (Org.); *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes.

SERRANO, F. (2002) *Do ouro imóvel ao dólar flexível*. Campinas: Economia e Sociedade. v.11, n. 2 (19).

\_\_\_\_\_ (2005) *Relações de Poder e Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível*. In: FIORI, J.L. (Org.); *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes.

\_\_\_\_\_ (2008) *A economia americana, o padrão dólar flexível e a expansão mundial nos anos 2000*. In: FIORI, J.L.; MEDEIROS, C. e SERRANO, F.; *O Mito do Colapso do Poder Americano*. Rio de Janeiro: Editora Record.

## **Confronto, equilíbrio e cooperação: percepções teóricas das Relações Internacionais sobre a ascensão da China e sua relação com os Estados Unidos e o sistema-mundo moderno**

Bruno Hendler<sup>1</sup>

### **Introdução**

Com a morte de Osama Bin Laden as atenções do público norte-americano têm se voltado para um desafio mais consistente e duradouro à hegemonia dos Estados Unidos do que o terrorismo religioso: a ascensão da China como potência econômica, política e militar, e possível rival do Ocidente em termos de riqueza e poder. O objetivo do presente artigo é analisar como este fenômeno tem sido interpretado por intelectuais nos EUA, sendo possível identificar três grandes correntes de pensamento: o neoliberalismo institucional de John Ikenberry, o neorrealismo agressivo de John Mearsheimer e o sistema-mundo de acordo com Giovanni Arrighi.

O neorrealismo agressivo de John Mearsheimer vislumbra um cenário de rivalidade e conflito potencial entre China e Ocidente (em especial com os EUA); os liberais institucionalistas, como John Ikenberry, e interdependentistas como Robert Keohane e Joseph Nye, acreditam numa cooperação entre a civilização ocidental e a sinocêntrica devido ao estreitamento de laços entre as sociedades e o papel das instituições em reduzir a sensação de insegurança mútua entre os Estados, e; o sistema-mundo moderno de Giovanni Arrighi, que percebe uma bifurcação das capacidades sistêmicas, em que há a recentragem da economia-mundo capitalista na Ásia Oriental, tendo a China como força motriz, mas há a permanência da superioridade coercitiva do Ocidente.

A escolha dos autores e linhas de pensamento tem duas finalidades. A primeira é utilizá-los para abordar o mesmo fenômeno sob prismas diferentes, propiciando um maior entendimento do objeto. A segunda é confrontá-los para identificar os pontos fortes e as lacunas de cada um. Portanto, no presente artigo a ascensão chinesa não é uma variável a ser verificada, mas uma premissa a partir da qual são analisadas determinadas correntes de pensamento nos Estados Unidos.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (IREL-UnB) e bolsista da CAPES.

## **Neorealismo: a política como continuação da guerra por outros meios**

Os autores realistas em teoria das relações internacionais são herdeiros intelectuais da visão de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes do sistema internacional. De Maquiavel depreende-se a busca incessante por poder entre as unidades políticas e o cálculo racional na tomada de decisão por parte do Príncipe (o homem de Estado). De Hobbes, depreende-se a premissa de insegurança e hostilidade do ambiente internacional, um verdadeiro estado de natureza no qual inexistia uma força suprema, um Leviatã capaz de garantir uma ordem estável e duradoura.

A partir da década de 90, o realismo clássico do pós Segunda Guerra Mundial, que teve em Hans Morgenthau seu maior ícone, teve que adaptar-se às transformações estruturais que vinham ocorrendo, como o protagonismo de atores não estatais, o papel das instituições em reduzir a insegurança entre as nações e a crescente relevância da economia – cada vez mais globalizada – nas relações de poder. Ainda assim, apesar de reconhecerem tais mudanças, autores neorealistas como John Mearsheimer admitem que, em última instância, as premissas realistas continuam válidas. São elas (MEARSHEIMER, 1994, p. 10):

a) O sistema internacional é anárquico, uma vez que não há autoridade central acima das unidades políticas soberanas, ou seja, não há “government over governments”;

b) Estados são potencialmente perigosos entre si, ou seja, há um permanente estado de natureza no ambiente internacional maximizado pelas capacidades militares das unidades políticas;

c) A incerteza sobre as intenções dos demais Estados também acentua a insegurança, pois não há como ter certeza do intuito pacífico do outro;

d) Sobrevivência (ou manutenção da soberania) no ambiente internacional hostil é o motivador primordial da ação dos Estados, e;

e) Estados são agentes unitários que calculam de forma racional a sua estratégia de sobrevivência no sistema internacional, apesar de erros de cálculo serem freqüentes em um mundo em que informações são fragmentadas e imperfeitas.

Sendo a manutenção da soberania na anarquia internacional o imperativo máximo das unidades do sistema, as chances de cooperação entre Estados e a atuação de instituições internacionais que minimizem a insegurança entre nações são pequenas. Disto resultariam três

padrões de comportamento: a) sentimento de medo e desconfiança mútua entre Estados; b) a ausência de autoridade superior faz com que cada Estado busque garantir sua própria sobrevivência, usando de alianças ou instituições apenas para tal finalidade, e; c) Estados buscam a maximização de poder relativo, ou seja, quanto maior a vantagem de poder em relação a outros, maior a sensação de segurança.

Sob este prisma, a relação entre EUA e China não apresenta grandes perspectivas de cooperação. As honrarias e a pompa com que Hu Jintao foi recebido nos EUA em janeiro de 2011 não escondem uma rivalidade sino-americana que, segundo Mearsheimer, é inevitável. Para ele (MEARSHEIMER; 2005):

China cannot rise peacefully, and if it continues its dramatic economic growth over the next few decades, the United States and China are likely to engage in an intense security competition with considerable potential for war. Most of China's neighbors, including India, Japan, Singapore, South Korea, Russia, and Vietnam, will likely join with the United States to contain China's power.

O parágrafo acima apresenta duas premissas que têm certo respaldo na realidade mas são incompletas porque desconsideram fatores importantes. A primeira diz que a ascensão chinesa não é pacífica e que a rivalidade com os EUA causará uma competição com potencial para a guerra. Esta afirmação é verificada em estatísticas que apontam para a modernização do aparato militar chinês em três esferas: construção de mísseis balísticos de longo alcance capazes de carregar armamentos convencionais ou nucleares; construção de submarinos nucleares, com a perspectiva de equiparar, em cerca de duas décadas, o número de submarinos norte-americanos; e desenvolvimento do setor de informatização, que engloba redes de comunicação, radares, armas antissatélites e guerra cibernética (THE ECONOMIST, 2010).

Outros fatores corroboram a premissa de confronto: a presença militar norte-americana na Ásia Oriental e Oceano Pacífico com suas alianças bilaterais, a existência de conflitos históricos na região, como na Península Coreana, a questão de Taiwan e os milhares de quilômetros de fronteira em litígio entre China e Índia, e a superioridade bélica nuclear dos EUA (WALTZ, 2008, p. 248)

Não obstante, a tese confrontacionista de Mearsheimer torna-se frágil frente ao dilema das armas nucleares, apontado por Brzezinski (MEARSHEIMER; 2005):

We live in a very different world than the one in which hegemonic powers could go to war without erasing each other as societies. The nuclear age has altered power politics in a way that was already evident in the U.S.-Soviet competition. The avoidance of direct conflict in that standoff owed much to weaponry that makes the total elimination of societies part of the escalating dynamic of war.

Assim, Brzezinski percebe que os custos de uma guerra entre duas potências nucleares são sempre maiores do que os benefícios, ou seja, a tensão militar entre China e EUA, por maior que seja, não tem chances de transformar-se em um confronto militar direto.

A segunda premissa de Mearsheimer diz que Estados vizinhos da China sentem-se ameaçados pela ascensão deste país e tendem a recorrer aos EUA para conter o avanço chinês. Apesar da segurança de países como Coreia do Sul, Vietnã e Japão depender dos EUA, é incerto afirmar que Rússia e Índia se aliariam numa coalizão com os norte-americanos para tal finalidade. E mesmo que isso ocorresse, a visão realista dos Estados como “bolas de bilhar” desconsidera as transformações que alçam a China como força motriz da economia da Ásia e atrelam os países deste continente a uma nova divisão internacional do trabalho.

Em matéria especial, a revista *The Economist* (2010) retrata o dilema de Estados asiáticos envolvidos nesta rivalidade de grandes potências, pois se a segurança e soberania do Japão, Coreia do Sul, Vietnã e outros tigres asiáticos é garantida pelos EUA, as economias (e a riqueza) destes países estão cada vez mais atreladas às redes de mercadorias centradas na economia chinesa.

Há uma terceira premissa de Mearsheimer que merece atenção. No mundo moderno nenhum Estado tem condições de manter uma hegemonia global devido aos custos para projetá-la e mantê-la. Todas as hegemonias, inclusive a norte-americana, são regionais e têm o duplo objetivo de manter-se como tal e evitar que outras potências o façam em suas respectivas regiões, ou seja, as hegemonias devem garantir a primazia em seu entorno geográfico e evitar que outros façam o mesmo. Em outras palavras, Mearsheimer sugere que a China atuará como os EUA no século XIX, adotando uma espécie de Doutrina Monroe na Ásia de forma a afastar os norte-americanos e construir uma hegemonia regional tal como estes fizeram na América Latina ao afastar os europeus do continente (MEARSHEIMER; 2005):

China is likely to try to dominate Asia the way the United States dominates the Western Hemisphere. Specifically, China will strive to maximize the power gap between itself and its neighbors, especially Japan and Russia, and to ensure that no state in Asia can threaten it. It

is unlikely that China will go on a rampage and conquer other Asian countries. Instead, China will want to dictate the boundaries of acceptable behavior to neighboring countries, much the way the United States does in the Americas. An increasingly powerful China is also likely to try to push the United States out of Asia, much the way the United States pushed the European great powers out of the Western Hemisphere. Not incidentally, gaining regional hegemony is probably the only way that China will get back Taiwan.

Assim, ao prever a projeção de poder da China sobre a Ásia, o autor afirma que os EUA devem contê-la de forma homóloga a que fizeram com a União Soviética, recorrendo a uma visão essencialmente geopolítica do mundo. Embora a perspectiva neorrealista de rivalidade e conflito entre as duas potências pela predominância na Ásia tenha certa capacidade explicativa, é insuficiente para analisar a complexidade da relação sino-americana no século XXI, que difere em muito da rivalidade bipolar da Guerra Fria.

### **Neoliberalismo: instituições, interdependência e as incertezas da cooperação internacional**

Enquanto herdeiros da tradição iluminista e principalmente da obra de Immanuel Kant, os autores neoliberais partem de premissas diferentes dos realistas para interpretar o fenômeno internacional. Ao invés da natureza egoísta do ser humano (que se reflete no comportamento dos Estados), acreditam no uso da razão e na cooperação como formas de amenizar a anarquia do sistema internacional e reduzir as chances de guerra. Em outras palavras, tão importante quanto as causas do conflito são as possibilidades de cooperação – as quais tendem a aumentar conforme princípios democráticos, livre-comércio e instituições ganham destaque no sistema internacional (SNYDER, 2004, p. 56).

Dentro desta escola de pensamento, John Ikenberry ressalta o papel das instituições enquanto Joseph Nye e Robert Keohane vão mais longe ao aferir o conceito de interdependência complexa, que reflete a multiplicidade de atores relevantes e de canais de comunicação, a agenda múltipla e menos hierarquizada dos temas internacionais e a utilidade decrescente da força (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 85). Criticando a visão neorrealista, Keohane e Martin (1995, p. 42), afirmam que o institucionalismo não tem o apelo de criar regras gerais mas busca entender as condições em que a cooperação pode ocorrer.

Ikenberry (2005, p. 9) trabalha com o conceito de transição de poder entre grandes potências, que ocorre quando uma tem ganho relativo de poder em relação a outra, ao final de

determinado período histórico. Esta transição pode ser pacífica ou conflituosa, dependendo de uma série de fatores como o regime político dos Estados envolvidos, o grau de insatisfação do emergente com a ordem estabelecida e o comportamento da hegemonia frente à ascensão de um rival. De todo modo é, sem dúvida, um momento de inflexão estrutural:

These moments are fraught with danger. When a state occupies a commanding position in the international system, neither it nor weaker states have an incentive to change the existing order. But when the power of a challenger state grows and the power of the leading state weakens, a strategic rivalry ensues, and conflict – perhaps leading to war – becomes likely (IKENBERRY, 2008, p. 26).

Embora haja uma série de fatores que determinam o caráter pacífico, ou não, de uma transição de poder, o mais relevante na atualidade é, para Ikenberry, o próprio caráter da ordem internacional construída no pós Segunda Guerra Mundial, denominada pelo autor de “ordem ocidental”, que seria defensiva, aberta a novos membros e baseada em três pilares. Um deles é a liberdade econômica (o livre comércio em particular) caracterizada por poucas barreiras e muitos benefícios potenciais para se ingressar.

O segundo seria a aliança estratégica entre democracias liberais, lideradas de forma consensual pelos EUA. Ao contrário das ordens hegemônicas anteriores, a atual seria mais difícil de ser subjugada ou substituída por outra visão de mundo, pois é composta por uma série de países desenvolvidos que compartilham valores democráticos entre si, concentram boa parte da riqueza do mundo e gozam de uma capacidade militar praticamente inigualável.

Terceiro, o grau de cooperação e institucionalização da chamada ordem ocidental garante um sistema mais previsível, multilateral e pautado por normas nas diversas agendas internacionais, desde mudanças climáticas, combate a doenças e epidemias, comércio, sistema financeiro até questões de segurança regional e global.

Diante dos benefícios para aderir à ordem ocidental e dos prejuízos em contestá-la, Ikenberry recorre à transição de poder que começou no século XIX e culminou nas duas guerras mundiais para indagar qual caminho seguirá a China no século XXI: a rota da contestação e do revisionismo agressivo ao estilo da Alemanha imperial do Kaiser Guilherme II – que acabou derrotada; ou a ascensão pacífica e integrada à ordem vigente ao estilo dos Estados Unidos – que se beneficiou, até a década de 1920, da decadente ordem mundial oitocentista. E para o autor, a resposta é a segunda opção.

Para aqueles que comparam a China de hoje com a Alemanha de ontem, Nye (2010) aponta diferenças claras:

By 1900, Germany had surpassed Britain in industrial power, and Kaiser Wilhelm II was pursuing an adventurous, globally oriented foreign policy that was bound to bring about a clash with other great powers. In contrast, China still lags far behind the United States economically and militarily, and has focused its policies primarily on its region and on its economic development.

Para Ikenberry, três fatores influenciam o caminho chinês para uma ascensão pacífica (2008, p. 25): os interesses profundos da China; a dinâmica do dilema de segurança com os EUA, e; o equilíbrio de poder entre China e Ocidente. Os interesses profundos referem-se ao desenvolvimento econômico do país, necessário para a manutenção do regime interno. Neste sentido, o autor afirma que a China tem mais interesses na conservação do capitalismo global do que em sua transformação, pois é um regime pouco regulamentado que traz mais benefícios do que custos, ou seja, ao contrário da Alemanha imperial em relação à Inglaterra ou da União Soviética em relação aos EUA, a China tende a aderir à ordem econômica mundial vigente e buscar parceiros ao redor do mundo.

A ascensão integrada à ordem ocidental sem provocar crises de segurança seria o caso de Alemanha e Japão no pós guerra que, ao contrário da China, eram democracias e tiveram incentivos dos EUA para tal.

The American response to the potential security risks associated with the growth of Japanese and German power has been to redouble the efforts to keep them integrated within the Western order. When the United States faced a rising Japan in the 1980s, it pushed Tokio to open and liberalize its economy. The United States and Europe together invited Japan into intergovernmental groupings such as the OECD and the G-7 process. Private sector groups – such as the Trilateral Commission and other business councils – also sought to integrate Japan into the Western economic order. Germany also has followed a postwar path of growth and normalization as a great power by renewing its commitments to European and Atlantic institutions (IENBERRY, 2005, p. 23).

O dilema de segurança com os EUA é extremamente delicado e envolve uma série de pendências históricas, como Taiwan e as Coreias. Conforme debatido no tópico anterior, a revolução nuclear torna improvável uma guerra direta e aberta entre China e EUA, mas a sensação de insegurança entre os países asiáticos é semelhante àquela sentida pelos demais Estados europeus após a unificação alemã, em 1871. Neste ponto, Ikenberry enfatiza a importância das instituições internacionais para aumentar a transparência do comportamento dos

países e reduzir a anarquia do sistema. Para ele, a China adotará uma política neobismarckiana, de diálogo e aproximação com seus vizinhos bem como de adesão a instituições, para reduzir a desconfiança sobre sua ascensão. Exemplos disso são a criação da Organização para Cooperação de Xangai e a proatividade da diplomacia chinesa em foros regionais como o ASEAN<sup>2</sup> e a APEC<sup>3</sup>.

Já Nye aponta os efeitos da interdependência complexa na rivalidade sino-americana. O uso da força torna-se menos importante diante do dilema nuclear (pois na interdependência, os danos gerados pelo agressor podem ter efeito contrário) e a intensidade dos fluxos de mercadorias e capitais aproximam os dois países, ou seja, mais do que a ordem ocidental, é a complexa teia de relações entre Estados, empresas, organizações internacionais, ONG's e indivíduos que ameniza o dilema de segurança.

A relação da China com o Ocidente também é determinante e apesar das vantagens produtivas deste país – baseadas na oferta abundante de mão-de-obra, Ikenberry traz dados que garantem a superioridade da riqueza do Ocidente a longo prazo e afirma que se a China pretende alterar o sistema mundial, ela tem pela frente não apenas os EUA, mas o complexo democrático de países ocidentais, que continuam mais bem armados e mais ricos (Ikebnberry, 2005, p. 32).

Assim, Ikenberry conclui que a potência asiática não tem condições de alterar a ordem mundial, seja pela guerra, ameaça ou pelo poder econômico, e que o Ocidente (em especial os EUA) precisa fortalecer suas instituições para controlar o ímpeto chinês e trazê-lo para dentro do sistema vigente, evitando o surgimento de uma ordem mundial rival.

Já Nye conclui seu raciocínio (2010) afirmando que o cenário otimista de cooperação entre China e EUA é plausível devido a desafios comuns e interesses mútuos como a estabilidade financeira, segurança cibernética e mudanças climáticas. Mas também afirma que ímpetos de nacionalismo chinês e temores declinistas norte-americanos podem obstar o entendimento entre os países.

Portanto, a ascensão chinesa é um misto de Alemanha e EUA do século XIX. Os neoliberais enfatizam o lado pacífico e de ganhos mútuos da China em relação à ordem mundial, em que prevalecem interesses econômicos. Porém, o regime de governo autoritário, a modernização do aparato militar e a postura dúbia em relação a seus vizinhos, apontados por

---

<sup>2</sup> Associação de Nações do Sudeste Asiático.

<sup>3</sup> Cooperação econômica da Ásia e Pacífico.

neorrealistas, aproximam a China do modelo revisionista alemão que levou a Europa à Grande Guerra.

A perspectiva dos teóricos neoliberais é mais complexa do que a visão de mundo dos neorrealistas, pois traz a noção de evolução temporal (ao contrário dos neorrealistas, que trabalham com estruturas fixas e premissas universais) e aponta a relevância de agentes não-estatais, como as instituições internacionais. Ademais, o argumento de Brzezinski sobre a ineficácia das armas nucleares, também usado pelos neoliberais, torna remotas as chances de guerra total entre grandes potências nos moldes dos dois conflitos mundiais do século XX.

Não obstante, a fraqueza do argumento de neoliberais institucionalistas como Ikenberry, está na imprecisão dos dados que comprovam a superioridade econômica do Ocidente e na confiança, nem sempre justificada, na solidez das instituições da chamada ordem ocidental. Neste sentido, a abordagem de Giovanni Arrighi sobre o assunto tem muito a contribuir.

### **Sistema-mundo: sociedade mundial de mercado baseada na igualdade entre civilizações**

Apesar de não ser originária das relações internacionais, a perspectiva do sistema-mundo pode contribuir para o diálogo entre as correntes previamente debatidas. A existência de um sistema interestatal em que prevalece a busca incessante por acumulação de poder entre os agentes territorialistas (leia-se Estados soberanos), verificada nas obras de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Fernand Braudel, pode ser comparada ao sistema internacional competitivo e anárquico da perspectiva realista. Em ambos a assimetria de poder é fundamental para a manutenção do sistema, seja para possibilitar a ação de agentes empresariais, no caso do sistema-mundo moderno (MARIUTTI, p. 70), seja para garantir a ordem e o equilíbrio de poder entre as unidades políticas, no caso do realismo. A diferença é que, enquanto realistas têm como objeto de análise apenas o sistema interestatal, o sistema-mundo debruça-se, também, sobre as redes capitalistas (produtivas, comerciais e financeiras) que permeiam as fronteiras dos Estados soberanos.

Já com a corrente neoliberal das relações internacionais, os autores do sistema-mundo moderno têm em comum a percepção de que a cooperação é possível em um ambiente de competição. Ikenberry foca-se nas instituições criadas pelo Estado hegemônico após uma guerra

de reorganização sistêmica, que limitam a sua superioridade de poder a curto prazo mas garantem seus interesses a longo prazo, uma vez que vinculam os Estados subalternos às normas estabelecidas. Arrighi também releva as instituições, mas enfatiza a ação dos agentes empresariais que difundem a lógica de acumulação do Estado hegemônico, cooperam com grupos específicos da periferia e assim propiciam um afluxo de riqueza para o centro da economia-mundo capitalista, garantindo a consolidação de uma divisão internacional do trabalho cooperativa, embora desigual. Assim, enquanto neoliberais preocupam-se com a questão da cooperação entre Estados e instituições, o sistema-mundo busca na acumulação de riqueza e na atuação de agentes empresariais as causas da cooperação.

Arrighi percebe a oscilação do sistema-mundo moderno em períodos de caos e governabilidade. Sobre o caos sistêmico, o autor afirma que:

Quando há uma escalada da competição e dos conflitos que ultrapassa a capacidade reguladora das estruturas existentes, surgem nos interstícios novas estruturas que desestabilizam ainda mais a configuração dominante de poder. A perturbação tende a reforçar a si mesma, ameaçando provocar, ou de fato provocando, um colapso completo na organização do sistema (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 42).

Em outras palavras, o caos sistêmico é fruto de uma “escalada da competição e dos conflitos” em que há uma crescente rivalidade entre “novas estruturas” e “estruturas existentes”. As estruturas existentes referem-se ao poder hegemônico, que busca a manutenção do *establishment*, a conservação das instituições, dos princípios e da divisão internacional do trabalho, onde exerce um papel central. Já as novas estruturas buscam, através da competição econômica e/ou da contestação política e militar, um rearranjo sistêmico, com uma nova divisão do trabalho, da riqueza e do poder.

Logo, seria a China o poder emergente com ambição e capacidade de questionar a ordem hegemônica, lançando o sistema em um novo período de caos sistêmico e promovendo uma nova divisão do trabalho, da riqueza e do poder global?

Ainda em fins da década de 1990, Giovanni Arrighi apontava para um fenômeno singular no sistema-mundo moderno: a bifurcação das capacidades sistêmicas no rebalanceamento de forças entre o que é conhecido como civilização ocidental e a Ásia Oriental. Para ele, a vitória dos EUA na Guerra Fria foi uma ilusão temporária que significou, em verdade, a crise de sua hegemonia, quando a superioridade militar foi enaltecida mas as bases econômicas para sua sustentação foram corroídas. Em suas palavras:

A atual crise da hegemonia norte-americana concentrou ainda mais os recursos militares globais nas mãos do líder hegemônico em declínio e de seus aliados mais próximos. Tal como as crises anteriores, no entanto, ela deslocou os recursos financeiros globais para novos centros, dotados de uma vantagem competitiva decisiva nos processos de acumulação de capital em escala mundial (ARRIGHI; SILVER, 2001, p. 287).

Passada mais de uma década desta afirmação, depreende-se dois fenômenos a serem examinados: a efetividade das capacidades militares do líder hegemônico e a ascensão da Ásia como principal centro de concentração dos recursos financeiros (e produtivos) em escala global.

É bem verdade que os Estados Unidos são o único país com alcance estratégico-militar de escala global e que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) continua sendo a aliança militar mais poderosa do mundo. Neste sentido, apesar da modernização do aparato militar chinês e da reemergência da Rússia na Eurásia, é plausível o argumento de Ikenberry e de Arrighi de que as capacidades militares foram centralizadas no mundo ocidental.

Por outro lado, Joseph Nye, em sua mais recente obra, “The Future of Power”, atenta para a difusão de poder, entre agentes de naturezas diversas, facilitada pelas redes cibernéticas. Além de governos soberanos, atores não governamentais e indivíduos obtêm acesso a redes virtuais que podem ter conseqüências no mundo real, seja em termos de segurança, economia ou política. Nye identifica quatro ameaças à segurança nacional dos EUA (NYE, 2011, 144): espionagem econômica, relativa a propriedade intelectual; guerras cibernéticas entre Estados ou hackers a serviço destes; crime organizado, e; ciberterrorismo.

Porém, o fenômeno da difusão de poder é mais nocivo aos EUA não por seus riscos *per se*, mas porque o combate às redes de terrorismo tem provocado uma transição de poder (e riqueza) para outros Estados. Apesar da execução de Osama Bin Laden e seus efeitos simbólicos de “missão cumprida” entre os norte-americanos, a luta contra o terrorismo e suas redes reais e virtuais por parte dos EUA apontam para um outro beneficiário: a China. O fracasso do Projeto para o Novo Século Norte-Americano, lançado pela cúpula de governo de George W. Bush decorreu dos custos políticos e econômicos da guerra contra o terror no Iraque e Afeganistão, que desgastaram ainda mais a base material dos EUA e aprofundaram a interdependência financeira entre os dois países. Logo, na esfera econômica, a China está para os EUA assim como estes estiveram para a Inglaterra durante as duas guerras mundiais.

O raciocínio é simples: 1) a hegemonia norte-americana é exaurida em termos financeiros numa guerra interminável ao terror; 2) enquanto isso, a China se beneficia com o fornecimento de bens e crédito a uma superpotência cada vez mais incoerente; 3) ao final dos conflitos, o poder de mando dos EUA é diluído por uma China que usa “a expansão de seu mercado nacional e de sua riqueza para conquistar aliados (inclusive algumas grandes empresas norte-americanas) na criação de uma nova ordem mundial centrada na China, mas não necessariamente militarmente dominada por ela” (ARRIGHI, 2008, p. 320). Nas próprias palavras do autor:

As conseqüências da ascensão da China são grandiosas. A China não é vassala dos Estados Unidos, como o Japão ou Taiwan, nem é uma reles cidade-Estado como Hong Kong e Cingapura. Embora seu poderio militar empalideça quando comparado ao dos Estados Unidos e o crescimento de suas indústria ainda dependa das exportações para o mercado norte-americano, a riqueza e o poder dos Estados Unidos dependem igualmente, ou ainda mais, da importação de mercadorias chinesas baratas e da compra, por parte da China, de títulos do Tesouro norte-americano. O mais importante é que, cada vez mais, a China vem substituindo os Estados Unidos como principal motor da expansão comercial e econômica na Ásia oriental e em outras partes do mundo (Ibidem, p. 23).

As características do período de reorganização sistêmica que vivemos tornam-se mais claras quando vistas sob uma perspectiva de longa duração. O esgotamento da riqueza da hegemonia britânica nas guerras mundiais repete-se hoje sob uma nova roupagem nos EUA: o inimigo da hegemonia não é mais uma potência revisionista como a Alemanha, mas redes reais e virtuais do terror que atuam a partir de Estados falidos e causam danos físicos e morais nos países ocidentais desenvolvidos e seus aliados. Ademais, se o grande beneficiário da Segunda Guerra Mundial foi os EUA, hoje é a China quem mais tem a ganhar com a guerra ao terror graças ao endividamento e ao desgaste político-diplomático daquele país.

A grande diferença é que os EUA tornaram-se militarmente mais poderosos do que a hegemonia que os precedeu – e a China não chegará (nem parece desejar) a equiparação militar com os norte-americanos. Para Arrighi, esta falta de rivalidade militar, por parte da China, deriva de uma racionalidade distinta da competição interestatal que caracteriza o sistema-mundo moderno originado na Europa em fins da Idade Média – uma racionalidade asiática híbrida em que a China sempre exerceu a primazia nas redes econômicas e nas relações de poder na região, de forma que raras vezes teve de lidar com unidades políticas rivais de mesmo peso.

Na primeira obra de sua trilogia (1996, p. 222-223), Arrighi demonstra que cada recentragem da economia-mundo capitalista decorreu de algum tipo de inovação na complexidade dos agentes envolvidos na busca por riqueza e poder. Os genoveses inovaram no século XV ao controlar as *redes comerciais e financeiras* que garantiam a reprodução do capital; o modelo holandês do século XVII inovou ao internalizar os custos de sua própria *proteção*, ou seja, ao contrário dos genoveses que dependiam da proteção dos reinos ibéricos, os holandeses garantiam sua própria soberania; o complexo britânico nos séculos XVIII e XIX inovou ao internalizar os custos de *produção*, ou seja, ao contrário dos holandeses que comercializavam mercadorias das grandes potências coloniais, a Grã-Bretanha foi a pioneira na Revolução Industrial e passou a controlar não apenas as rotas comerciais mas também boa parte da produção de mercadorias com acesso direto aos recursos naturais de suas colônias; por fim, o complexo norte-americano no século XX inovou ao internalizar os custos de *transação*, ou seja, ao contrário da Grã-Bretanha, cujos industriais exportavam boa parte dos produtos feitos “em casa”, os empresários norte-americanos tinham no mercado interno o grande alvo de seus produtos, dando origem à sociedade de consumo ou sociedade de massa, em contraposição à sociedade de produtores do século XIX<sup>4</sup>.

Será o modelo chinês responsável pela próxima inovação nos processos de acumulação de poder e riqueza, de forma a contribuir para o surgimento de uma comunidade de civilizações que respeite as diferenças culturais? Arrighi (2008, p. 393) afirma que as condições para tal residem na capacidade da elite chinesa em promover um “desenvolvimento baseado no mercado e centrado em si mesmo, de acumulação sem desapropriação, de mobilização de recursos humanos, ao invés de não-humanos, e de governo com participação das massas na configuração das políticas”. Dois fatores são fundamentais nesta equação: a inovação nos custos de *reprodução* (ou renovação dos recursos naturais) e a inclusão sócio-econômica de grande parte da população asiática que vive abaixo da linha da pobreza.

Portanto, a capacidade militar dos EUA tende a continuar superior a da China por muito tempo, mas o medo do declínio, que cresce entre o eleitorado norte-americano, pode alçar ao poder grupos de extrema direita com visões próximas ao neorrealismo agressivo de John Mearsheimer, o que aumentaria as chances de uma escalada na rivalidade entre os dois países.

---

<sup>4</sup> Zygmund Bauman (FONTE) constrói boa parte de sua obra a partir do contraste entre a sociedade de consumidores, que se originou nos EUA e ganhou abrangência mundial na segunda metade do século XX, e a sociedade de produtores, típica das sociedades industriais européias do século XIX.

Do outro lado do Oceano Pacífico, a concentração dos recursos produtivos e financeiros na China dependerá da capacidade de sua elite em criar um modelo de desenvolvimento distinto do ocidental, aliando a renovação dos recursos naturais e a inserção social das camadas mais pobres da população.

### **Considerações finais**

Praticamente todos os dias alguma grande revista de política externa norte-americana publica artigos de especialistas sobre o fenômeno da ascensão chinesa. A multiplicidade de interpretações sobre o assunto nos obrigaria a elencar inúmeras vertentes dentro das três grandes perspectivas apresentadas. Mas a escolha dos autores e correntes não foi aleatória, pois além de se tratar de acadêmicos reconhecidos e influentes, suas abordagens enfatizam, cada uma, um dos três elementos do poder verificados por Antônio Gramsci (2001): os neorealistas realçam o poder de coerção, o *hard power*; os neoliberais destacam o poder de convencimento, o *soft power*, e o papel de agentes não estatais, como as instituições internacionais; e o sistema-mundo enfatiza a base econômica sobre a qual se assenta o poder dos Estados.

A visão de Mearsheimer é válida porque atenta para o princípio basilar das relações internacionais na modernidade: a soberania do Estado e a busca por manter sua integridade física no sistema. Apesar da difusão do poder para outras esferas (reais e virtuais), o pensamento estratégico continua presente em qualquer país que tenha ambições de influenciar os rumos do sistema internacional e garantir seus interesses no plano externo, portanto, o autor nos lembra que a guerra (ou a ameaça do uso da força) ainda é uma forma de se fazer política. Porém, Brzezinski o alerta que quando se trata de potências nucleares, a pequena distância da ameaça para as “vias de fato” faz toda a diferença, e Mearsheimer parece querer ignorar este fato, tornando míope sua análise.

Autores neoliberais como Ikenberry, Nye e Keohane trazem uma visão que, em muitos aspectos, se contrapõe a de Mearsheimer, pois enfatizam o papel das instituições para amenizar o ambiente de insegurança internacional e relativizam o papel do Estado como único agente de relevância. Ikenberry enfatiza o progresso atingido pelas democracias ocidentais, que teriam um caráter defensivo e agiriam apenas em caso de agressão externa. Mas ao afirmar que a ordem ocidental é benigna parece ignorar que, apesar de democracias não entrarem em guerra entre si,

elas têm o costume de lançar-se em cruzadas contra regimes de natureza diferente. Também desconsidera o pensamento não ocidental. Para líderes chineses, por exemplo, negociar com uma democracia é menos previsível do que negociar com outro regime autocrático, pois em regimes democráticos diversos grupos têm a chance de alterar os rumos da política externa enquanto numa ditadura um pequeno grupo toma as decisões, que tendem a sofrer menos influências externas e manter uma coerência maior. Ademais, Ikenberry realça uma coesão entre os países ocidentais que parece não corresponder à realidade, e os dados econômicos apresentados são parciais e insuficientes para nos convencer de que a riqueza do mundo continuará nas mãos do Ocidente nas próximas décadas.

A perspectiva de equilíbrio entre China e EUA (ou China e Ocidente) que Giovanni Arrighi apresenta, parece ser a mais plausível dentre as três apresentadas. Porém, o caminho para uma “sociedade mundial de mercado baseada em uma maior igualdade entre as civilizações” é recheado de obstáculos que podem levar ao conflito entre potências, a convulsões sociais e ao esgotamento dos recursos naturais do planeta. O risco de conflito decorre, em grande medida, do comportamento dos EUA frente à ascensão econômica da China, uma vez que grupos neoconservadores têm forte influência na política externa do país e costumam fomentar inimigos externos para legitimar ações unilaterais. Já o risco de convulsões sociais e impactos ambientais decorre da capacidade de Estados populosos do Sul, em especial China e Índia, em criar mecanismos de desenvolvimento mais igualitários e sustentáveis do que o modelo que enriqueceu o Ocidente (ARRIGHI, 2008, p. 25). Assim, ao mesmo tempo que Arrighi parece ingênuo ao sugerir uma igualdade maior entre civilizações, reconhece os desafios e obstáculos que se interpõem no caminho.

Confronto, equilíbrio ou cooperação? Apenas o desenrolar dos fatos dirá qual das três linhas de pensamento estará mais próxima da realidade.

## **Referências bibliográficas**

ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J. **Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro, UFRJ-Contraponto, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 1996.

\_\_\_\_\_. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo, Boitempo, 2008.

BAUMAN, ZYGMUND. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 4, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001

IKENBERRY, John. **The Rise of China, Power Transitions, and the Western Order**. 2005. Disponível no link <http://www.princeton.edu/~gji3/>. Acesso em 10/07/2011.

\_\_\_\_\_. **The Rise of China and the Future of the West**. Foreign Affairs, Volume 87 No. 1, 2008.

MEARSHEIMER, John J. **The False Promise of International Institutions**. International Security: Vol 19, Número 3, 1994.

\_\_\_\_\_. **Clash of the Titans**. Foreign Policy; Issue 146, p 46-46, 5p, 2005.

NOGUEIRA, João P.; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE, Joseph. **The Challenge of China**. In EVERA, Stephen Van. **How to Make America Safe: New Policies for National Security**. Cambridge, 2006.

\_\_\_\_\_. **Don't fear the rise of China**. CNN Opinion, 31/10/2010

\_\_\_\_\_. **The future of power**. New York: Public Affairs, 2011

SNYDER, Jack. **One World, Rival Theories**. Foreign Policy, número 145, 2004.

WALTZ, Kenneth. **Realism and Interational Politics**. Londres: Routledge, 2008.

## **AS CONSEQÜÊNCIAS DA ASCENSÃO DA CHINA PARA A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: APONTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO**

Vários estudiosos estão apontando a China como uma potência em ascensão, destacando a possibilidade de esse país ser o epicentro de um “Século XXI asiático”. Evidências desse cenário passam pelo notável crescimento econômico chinês, pela importância crescente de sua produção manufatureira em escala global e pelo recente incremento de investimentos externos desse país em vários países em desenvolvimento, especialmente, mas não exclusivamente, da África e da América Latina, mas não exclusivamente. Estaria a China, em sua autodenominada estratégia de “ascensão pacífica”, ocupando espaços econômicos na economia-mundo capitalista em um momento de crise sistêmica, para se tornar um novo centro hegemônico? Com base nessa indagação, pretende-se apresentar um texto exploratório sobre as conseqüências da ascensão chinesa para a economia-mundo capitalista, no atual cenário de declínio hegemônico dos Estados Unidos apresentado na obra de Giovanni Arrighi.

### **Helton Ricardo Ouriques**

Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UFSC. Membro do GEPSM da UFSC.

Correio eletrônico: [helton@cse.ufsc.br](mailto:helton@cse.ufsc.br)

Telefone: (0xx48) 37219896

TEXTO PARA DISCUSSÃO: versão preliminar, para debate no V Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas-Mundo
---

## **Introdução**

Chamada de “a fábrica do mundo” ou então comparada com um dragão que renasce, a República Popular da China vem, sem dúvidas, impressionando o mundo com a velocidade com a qual a sua economia vem se expandindo desde o início dos anos 1980. Não é para menos. A média de crescimento do PIB chinês nas últimas três décadas é de 9,6% ao ano, sendo que em 2007 ela superou os 11%. Estes dados são ainda mais impressionantes se considerada a sua população de 1,3 bilhões de habitantes, pois pelo menos 20% das pessoas do mundo moram na China. Vendo o país hoje é difícil imaginar que, em 1950, ano seguinte ao da Revolução Comunista, a população era de 563 milhões de pessoas e mais de 80% destas estavam no campo. E que era, como nos lembra Giovanni Arrighi (2008), o país mais pobre do mundo. Além disso, também impressiona saber que o país passou, nestes mais de 50 anos após a Revolução, por momentos de penúria como uma grande falta de alimentos após o Grande Salto Adiante, em 1961, quando o PIB chegou a cair 27% em apenas um ano. Dados os limites inerentes a um texto exploratório, este artigo pretende apenas: i) apresentar um breve panorama do desenvolvimento chinês; ii) apresentar sucintamente os argumentos de Arrighi sobre a ascensão chinesa e suas conseqüências para a economia-mundo capitalista.

### **1. Desenvolvimento pós Revolução Comunista: brevíssimo panorama**

A China saiu muito enfraquecida da Segunda Guerra Mundial. A ocupação japonesa, que durou até o final da Guerra, além de ter colocado parte da população chinesa em situação de escravidão, dominou a área dinâmica da economia, a região da Manchúria, situada a nordeste do país. O governo do *Kuomintang*, liderado por Chiang Kai Chek, amargou uma falta de popularidade, em parte por ter sido incapaz de organizar uma resistência à altura do adversário Mao Zedong, que liderava a organização comunista e já havia dado provas de força como a Grande Marcha, crescia em popularidade (Bianco, 2006). Em 1949, os comunistas tomaram o poder, com grande apoio popular.

O novo governo passou a tomar medidas para mudar radicalmente tanto o modo de organização da China como a maneira de pensar da população, como destacado por Bianco (2006) e Fairbank (2008). Como afirma Ruiz (2006), “*a Revolução varre do solo chinês as forças responsáveis pelo atraso, pela paralisia e pelas tendências desagregadoras do país. São eliminados os restos das antigas burocracias civis e militares que sobreviveram à queda do império, os proprietários de terras parasitários que viviam de rendas e as camadas burguesas ligadas ao comércio exterior, criadas com a ocupação de regiões do país por potências estrangeiras*”. A agricultura passou por uma reforma agrária radical, eliminando os grandes proprietários e a agricultura familiar, e organizando os camponeses em comunas agrícolas. O controle da economia foi centralizado, seguindo o modelo soviético, com empresas estatizadas e planos quinquenais. Nas duas décadas que se seguiram à revolução, o governo buscou a descentralização industrial e a convergência da renda entre as regiões.

O primeiro plano quinquenal data de 1953. Seguindo o modelo soviético, buscou-se a industrialização pesada do país. Para tanto, o governo precisou manejar o excedente agrícola de forma que este assegurasse recursos suficientes para a industrialização. É justamente neste momento que o controle sobre a população se tornou necessário. Este controle tornou-se útil tanto para manejar o excedente agrícola e os salários quanto para alocar recursos humanos nas obras de industrialização e de ocupação do território. Para permitir este controle, foi criado, na época do primeiro plano quinquenal (1953-57), o *hukou*, espécie de passaporte interno para a população.

Neste primeiro período da industrialização, a China recebeu forte apoio financeiro e tecnológico soviético (Bianco, 2006). Este quadro mudaria apenas em 1960, com um corte da assistência soviética à China, em resposta à política autônoma desta última. Em consequência, já em 1963 ocorre o rompimento das relações entre os dois países. Neste meio tempo, durante o segundo plano quinquenal, acontece o Grande Salto Adiante. A proposta era descentralizar parte das decisões do governo fortalecendo as comunas agrícolas, ao mesmo tempo em que a produção industrial ganharia maior atenção. Deixadas à própria sorte, as comunas deveriam produzir, distribuir e cuidar das infra-estruturas regionais, além de enviar excedentes à cidade (Spence, 1996). Apresentado como um novo passo em direção ao comunismo acabou sendo uma

tragédia<sup>1</sup>, pois a produção de alimentos teve uma expressiva queda, colocando grande parte da população em situação de fome – acredita-se que até 30 milhões de pessoas morreram devido à fome (Spence, 1996).

Para revitalizar o governo e recuperar o seu prestígio, Mao Tsé-Tung organiza a Grande Revolução Cultural do Proletariado (conhecida como Revolução Cultural), que aconteceu entre 1966 e 1968. Depois da Revolução, os quadros do governo foram completados em grande parte por indivíduos cultos da sociedade, educados sob a tradição confucionista. Esses criaram novas burocracias civis e militares que, na visão de Mao, poderiam paralisar o desenvolvimento do país, como aconteceu na China anterior à revolução (Ruiz, 2006). Neste intuito, e também provavelmente com a intenção de consolidar o seu poder, Mao Zedong promove grande perseguição política a líderes do governo. Deng Xiaoping, que viria a ser o presidente, na época foi enviado a um campo de reeducação, e seu irmão foi morto. As comunas também foram reorganizadas. A Revolução Cultural só terminou com a intervenção do Exército de Libertação do Povo. Apesar do aumento no prestígio de Mao neste período, o desenvolvimento da economia do país, mais uma vez, sofre um revés, com uma diminuição da produção agrícola.

Durante o período de Mao Zedong, o setor industrial foi em boa parte realocado para regiões interioranas. Apesar de o litoral sul não concentrar as manufaturas no período, os litorais centro e norte eram as áreas proeminentes até então. A principal razão para esta realocação parece ter sido estratégica. Uma vez que a China previa um eventual conflito militar com os EUA ou outros países do ocidente, interiorizar a produção era uma maneira de evitar uma fragilidade. Nas palavras de Bao, Chang e Sachs (2002): *“Muitas companhias de Shanghai ou outras regiões costeiras foram realocadas para as montanhas em Guizhou, Sichuan e Hubei, onde estradas ou trilhos de trem eram precários ou inexistiam, água e eletricidade faltavam, e os mercados de matérias primas e produtos eram distantes. Estas fábricas muitas vezes não puderam produzir nada por anos após as transferências, tornando seu equipamento rústico e pouco funcional. Só uma fração das empresas realocadas conseguiu produzir bens,*

---

<sup>1</sup> De acordo com Fairbank (2008), “O maior crime dessa época foi o aumento da requisição e coleta de grãos dos vilarejos, justamente quando haviam tido problemas com a colheita causados não só pela demanda de mão-de-obra para serviços públicos, como também devido ao mau tempo. Por conseguinte, a população ficou reduzida em algumas áreas a apenas metade ou até mesmo a um quinto da sua habitual reserva de grãos” (p. 342).

*mas, na maioria das vezes, limitados a produtos militares e com custos econômicos imensos*". Contudo, as decisões econômicas se tornaram cada vez mais pragmáticas e funcionais a partir dos anos 1970.

Os anos 1970 foram marcados por um aumento das propostas liberalizantes, por uma reaproximação dos EUA – a China entra para a ONU em 1970 e em 1972 recebe a visita de Nixon – e pela morte de Mao Zedong. Enquanto em 1975 é anunciado o plano denominado das “quatro modernizações”, mas apenas após a morte de Mao, em 1976, é que a liberalização se torna uma política econômica (Spence, 1996). As “quatro modernizações” significavam mudanças na agricultura, na indústria, no desenvolvimento tecnológico e nas forças armadas. No início das reformas, a China era basicamente uma economia agrícola. Apenas uma reduzida indústria pesada havia sido implantada. No início dos anos 1950, com assistência dos soviéticos, e durante as décadas de 1960 e 1970, pelos próprios chineses. Estas indústrias se concentraram na Manchúria, região norte, e em regiões centrais. Além disso, a diferença de renda entre a população que habitava o interior do país e a região costeira não era substancial neste período – disparidade que irá aumentar fortemente com as reformas. A região costeira, no final da era Mao, estava basicamente baseada nas mesmas atividades do período anterior à Revolução (Bao, Chang e Sachs, 2002).

As reformas chinesas se caracterizaram e se distinguiram daquelas executadas nos países da antiga União Soviética por terem sido implementadas de maneira gradual. Cada nova medida foi testada experimentalmente – o que ainda acontece hoje –, evitando muitos problemas que poderiam acontecer numa brusca mudança de uma economia planificada para a de mercado. Esta postura experimental incentivou o governo a ser aberto às mais diversas políticas, considerando todos meios possíveis para se reformar a sua economia. Liu e Garino (2001:2) resumem esta opção da seguinte maneira: *“a reforma chinesa não adotou uma postura cortante para transformar a economia, nem seguiu uma privatização em larga escala, o que contrasta com outras antigas economias socialistas. Estas últimas implementaram um leque radical de mudanças, junto a um completo programa de privatizações. A experiência chinesa de reforma tem sido única, no sentido de que ela não começou com uma trilha definida ou um objetivo final de chegar a ser uma economia de mercado. Mais do que tudo, ela adotou uma estratégia de tentativa e erro”*.

As Reformas buscaram conciliar elementos do socialismo chinês com a economia de mercado ocidental. Os governantes acreditavam que cada país pedia um modelo de desenvolvimento próprio para as suas peculiaridades. DENG XIAOPING (1982), no discurso de abertura do XX Congresso do Partido Comunista da China, afirmou: *“na revolução e na construção nos devemos aprender com os países estrangeiros e pensar a partir da experiência deles. Entretanto, aplicar mecanicamente um modelo externo ou copiar a experiência de outro país nos irá levar a lugar nenhum... Nós precisamos integrar as verdades do marxismo com as realidades concretas da China, construindo um socialismo com características chinesas – esta é a conclusão que chegamos após rever nossa longa história”*.

As grandes reformas econômicas começam com a agricultura em 1978, ano em que Deng Xiaoping se torna presidente<sup>2</sup>. A agricultura, até então, era em grande parte deixada à própria sorte. Esta relação com o campo, entretanto, não é exclusiva da China. Como nos ensina Singer (1975: 12), *“o que caracteriza o campo, em contraste com a cidade, é que ele pode ser – e, de fato muitas vezes tem sido – auto-suficiente”*. A reforma na agricultura eliminou praticamente todas as comunas e restaurou a agricultura familiar. A agricultura familiar voltou a ser majoritária por volta de 1982. A agricultura familiar se tornou uma espécie de empresa rural, pois as atividades no campo passaram a ser reguladas por contratos de responsabilidade. Os camponeses se comprometiam com o governo a produzir um nível mínimo que seria vendido ao Estado por um preço fixo. O restante da produção era de propriedade dos agricultores, podendo ser comercializado nos mercados locais, os quais também foram organizados pela reforma. Muito bem sucedida, esta reforma sustentou a transição da economia centralizada para a de mercado, tanto politicamente, dando credibilidade a Deng Xiaoping, quanto em termos de recursos, aumentando a renda da população e o excedente (Xie, 2003). O cultivo aumentou e a produção de grãos subiu de 304,8 milhões de toneladas, em 1978, para 407,3 milhões de toneladas em 1984. Este número continuou subindo, incentivado, num segundo momento, pela aplicação de fertilizantes e outras inovações tecnológicas, fazendo a produção atingir um pico de 508,4 milhões de grãos em 1999 (Heilig, 1999). Nos últimos anos, entretanto, em razão da perda de terras cultiváveis para a indústria e para a urbanização e sob o efeito da migração de mão-de-obra do campo para a cidade,

---

<sup>2</sup> Para uma compreensão do papel estratégico de Deng Xiaoping no processo de mudanças chinês a partir de 1978, ver Marti (2007).

a produção de grãos tem caído. A queda, apesar de moderada, tem sido constante, obrigando o país a ser tornar um importador de grãos e de outros alimentos. Em 2004, medidas de redução dos impostos sobre a agricultura e incentivos tentaram contrabalançar esta tendência, melhorando o volume da produção (Heilig, 1999).

Consecutivamente às reformas na agricultura, o governo passou a mirar o mercado e os investimentos externos como uma alavanca para o crescimento interno. Em 1979 foram criadas, de maneira experimental, as duas primeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Estas foram em Guangdong e Fujian, as duas províncias no litoral sudeste do país, viradas para Hong Kong e Taiwan. E em Guangdong que se localiza a cidade de Guangzhou, símbolo do desenvolvimento chinês na década de 1990. Estas áreas se especializaram em processamento para exportação e tiveram liberdade para receber investimentos estrangeiros, importar insumos e realizar operações cambiais. Ao contrário do previsto pelo governo, a entrada de investimentos estrangeiros (IDE) foi moderada durante a década de 1980. A maior parte dos recursos nesta época provém de chineses no exterior, em especial dos que foram para Hong Kong e Taiwan. Apesar das ZEE, a entrada destes recursos era bastante limitada, pois o governo exigia a formação de *joint-ventures* entre empresas locais e estrangeiras e a transferência de tecnologia. Além disso, estas zonas foram alvo de muita corrupção e especulação imobiliária.

O governo, em resposta, introduziu novas reformas no decorrer da década de 1980, alterando a burocracia das ZEE e expandindo o seu número. O grande salto na entrada de recursos estrangeiros só acontece a partir de 1992, quando o governo destrava as barreiras para a entrada de empresas estrangeiras, adota um sistema completo de preços de mercado e cria uma infra-estrutura atrativa para as empresas estrangeiras. Além disso, foram dados muitos incentivos fiscais e crédito local para investidores (Bao, Chang e Sachs, 2002). Foi um grande *boom* econômico, que girou em torno das cidades litorâneas, contempladas com as políticas. Em 1992, também, a abrangência das ZEE foi aumentada. Todas as capitais de província e o litoral foram abertos para investimento privado; estrangeiro ou nacional.

Durante a década de 1980, o governo também foi retirando barreiras à iniciativa privada nacional. As mudanças graduais começaram em 1980, com um experimento na província de Sichuan. Os dirigentes de certas empresas estatais ganharam autonomia de produção e incentivos materiais para aumentar a vitalidade e a eficiência dos seus

negócios. Após quatro anos desta experiência, o governo decidiu aumentar a autonomia de todas as empresas estatais, dando liberdade a elas de planejar a quantidade de produção e guardar os lucros acima do patamar que deveriam enviar ao Estado. As contas das estatais foram separadas das do Estado. Estas reformas de 1984 também contribuíram para fortalecer desigualdades regionais que se formavam à época. Como as províncias mais ricas tinham um setor industrial mais amplo, elas tenderam a ganhar mais com essas reformas (Tsui, 1996).

As reformas no sistema de preços começaram no início dos anos 1980. Foi criado um mercado para preços de certas commodities, o que foi bem sucedido para incentivar a oferta. Em 1984, o país adotou um sistema de preços duplo. Foi uma mistura de economia de mercado e planejada, onde tudo tinha dois preços (Alonso, 2005). Isto funcionou como um laboratório do mercado para os chineses, que durante três décadas viveram numa economia planejada. A reforma no sistema de preços culminou com a decisão tomada no Congresso do Partido Comunista de 1993 de liberar todos os preços da economia e desenvolver uma economia completa de mercado.

As mudanças sofridas pelo país na década de 1980 não vieram sem problemas. Inflação e superaquecimento da economia foram companheiros da abertura. Em 1980, a China se torna “nação mais favorecida” no comércio com os EUA, estimulando as empresas exportadoras no seu território. A China também entrou no FMI e no Banco Mundial neste mesmo ano. Isto, junto com uma desvalorização na moeda local, acelerou o crescimento ao longo da década. Entre 1984 e 1989, o crescimento real anual médio no país foi de 12,1%. No final da década, a inflação se tornou galopante, influenciada por uma corrida às compras resultante de uma tentativa de liberalização dos preços no atacado, ocorrida em 1988. O governo precisou cortar muitos investimentos que havia planejado para conter a demanda doméstica (Xie, 1993). É interessante notar que o crescimento na década de 1980 não foi vinculado a um superávit nas exportações. De 1980 a 1989, a balança comercial chinesa foi deficitária em todos os anos. A política do governo era investir em infra-estrutura, tanto para atrair investimentos estrangeiros, como o fez no litoral, como para preparar o desenvolvimento do próprio sistema produtivo. Assim, o governo passou a década com uma forte política de importação de bens de capital, conseguindo trazer a sua indústria aos padrões ocidentais (Oliveira, 2007).

Um grande divisor de águas na abertura chinesa foi a visita de Deng Xiaoping para Guangdong e Shanghai, duas grandes receptoras de investimentos estrangeiros. Nesta visita, o presidente chinês chamou os estrangeiros a investirem no país e garantiu a segurança destes investimentos. A iniciativa foi confirmada, pouco tempo depois, pela adoção de uma economia plena de mercado, pela criação de um regime legal interno e pela generalização das ZEE. Em 1992, o secretário-geral do PCC, Ziming Jiang, declarou: “*nós deveríamos vigorosamente aprender e adaptar coisas úteis dos países capitalistas*” (Xie, 1993: 199). O primeiro-ministro na época, Li Peng, antecipando as reformas que viriam em 1992, também afirmou: “*o altamente centralizado sistema de planejamento econômico deve ser substituído pela harmonia do planejamento e economia de mercado em conjunto*” (Xie, 1993: 199).

As políticas de abertura gradual envolveram escolhas que privilegiaram certas áreas e setores. Tanto em razão da escolha do caminho pela tentativa e erro como por conta dos limites na capacidade do Estado em fazer investimentos fixos que estimulassem a iniciativa privada, a área litorânea e as grandes cidades se tornaram os centros dinâmicos da economia. As reformas iniciadas por Deng Xiaoping contribuíram para aumentar a concentração da atividade econômica, apesar de desconcentrar o controle político. Buscando crescimento econômico, as políticas de Deng Xiaoping favoreceram regiões que tinham melhores condições de desenvolvimento, ou seja, conforme o entendimento da época, as que ficassem perto da costa, e tivessem portos e infra-estrutura necessária para o comércio internacional. Consolidou-se assim um desenvolvimento “costeiro e desigual”<sup>3</sup>.

A China alcançou, na virada do século, grande sucesso econômico, mas com o ônus de um desequilíbrio regional (Lima, 2007; Harvey, 2008). Nas palavras de Tsui (1996: 365): “*as reformas econômicas na indústria urbana, a descentralização fiscal, o desenvolvimento rápido de indústrias na região costeira, o crescimento rápido do setor terciário e o fluxo de capital estrangeiro para as províncias mais ricas parecem ser responsáveis pelo aumento das desigualdades entre províncias desde a metade dos anos 1980*”. Concomitante a este crescimento econômico vertiginoso nos meios urbanos e no litoral houve um incremento na urbanização e também um movimento migratório

---

<sup>3</sup> O XI Plano Quinquenal, anunciado em 2010, prevê a redução das desigualdades regionais através do direcionamento de maciços investimentos para regiões menos desenvolvidas do país, o que evidencia as preocupações dos planejadores chineses com os resultados práticos da política implantada a partir de 1978.

interno de grande força, como relatado por Goldman (2008:399): “em meados da década de 1990, a migração interna na China, ou a dita ‘população flutuante’, movia-se por todo o país. As empresas não estatais e as joint ventures atraíam mulheres jovens e homens adultos das regiões mais pobres para trabalhar com salários baixos que, entretanto, eram altos comparados com seus rendimentos em seus locais de origem”.

A abertura econômica do país também trouxe um aumento da desigualdade entre os cidadãos. Acostumados a uma economia sem mercado, onde os preços e salários eram praticamente constantes e pouco diferenciados por atividade ou função, os chineses vivem hoje um crescimento econômico que favorece mais alguns cidadãos do que outros. Segundo Harvey (2008:137), “a disparidade entre rendas rurais e rendas urbanas aumentou acentuadamente. Estas, que eram em média 80 dólares anuais em 1985, dispararam para 1.000 em 2004, ao passo que aquelas passaram de mais ou menos 50 dólares para cerca de 300 nesse mesmo período”. A China tinha em 2005 um índice de Gini de aproximadamente 0,480, o qual vem crescendo a mais de 6% ao ano desde o início dos anos 1990<sup>4</sup>. Apesar de ainda não estar perto do caso brasileiro, a China é hoje mais desigual que praticamente todas as economias do leste asiático – e as exceções não são representativas, como Brunei. Na China, já em 2001, os 20% mais ricos da população urbana recebiam 42% dos rendimentos totais, enquanto os 20% mais pobres recebiam apenas 6,5%. Este índice tende a se agravar. Em 2006, a China possuía cerca de 345 mil milionários – a categoria considera pessoas com mais de um milhão de dólares investidos<sup>5</sup>. Colaborando com este aumento no índice de Gini está o fato de que as reformas não aumentaram a renda efetiva de parte da população.

Como afirmam Meng, Gregory e Wang (2005: 711), “a propensão a poupar, o preço relativo dos alimentos, a necessidade de gastar mais para serviços médicos, educação e moradia, e a crescente desigualdade de renda contribuíram para um aumento na pobreza relativa. No período (1986 a 2000), estes quatro efeitos suplantaram os benefícios do aumento de renda na redução da pobreza”. Os autores consideram que o aumento das incertezas numa economia de mercado aumenta a propensão a poupar da população, e a abertura dos serviços e preços ao mercado

---

<sup>4</sup> The Economist. **Dreaming of harmony**. Artigo de 19.10.2006. Disponível em [www.economist.com](http://www.economist.com)

<sup>5</sup> Agência France Express. Dados do Banco Merrill Lynch. Disponível em <http://afp.google.com>. Acesso em dezembro de 2007.

inflacionou os alimentos e aumentou o preço de serviços públicos ou essenciais que antes eram mesmo gratuitos.

As reformas chinesas mantêm-se contínuas, apesar das maiores mudanças terem acontecido até a década de 1990. Entre as principais medidas tomadas nos últimos anos, podem-se citar: a mudança nos tributos; a criação de uma legislação para a iniciativa privada; a abertura cada vez maior para empresas estrangeiras se instalarem no país – principalmente após a entrada da China na OMC, em 2001 –; a privatização de empresas estatais e a criação de campeões nacionais – em 1997 que o PCC autorizou a privatização de parte das companhias estatais, deixando, porém, as mais importantes sob domínio do Estado –; e incentivos para o fortalecimento do mercado interno. As reformas vêm alterando o perfil da economia chinesa, que cada vez mais internaliza processos industriais, avança para a alta tecnologia e diminui a sua dependência dos mercados externos<sup>6</sup>. Por isso, autores como Giovanni Arrighi afirmam que estamos diante da “ascensão chinesa”, sobre a qual discorreremos brevemente na próxima seção.

## 2. A ascensão do Leste Asiático e o reposicionamento da China

Quando redigiu o pós-escrito para a segunda edição de *O longo Seculo XX* (março de 2009), Giovanni Arrighi apresentou o motivo de, nesta obra, não ter mencionado a China como possível herdeira do declínio hegemônico dos Estados Unidos. Ele afirma que, à época (1994), não estava plenamente consciente da extensão e das implicações do ressurgimento do papel da China na economia política do Leste Asiático. Arrighi diz que esse renascimento reduziu, sem eliminar, a bifurcação entre o poder militar dos EUA e o poder financeiro do Leste Asiático. Ele argumenta que esse tipo de bifurcação entre poder militar e poder econômico, que podemos observar desde os anos 1980, não tem precedentes nos anais da história capitalista (p. 14). Ele ainda assinala: “*it has deprived the West of one of the two most important ingredients of its fortunes over the preceding five hundred years: control over surplus capital. Equally important, if China/East Asia were to become hegemonic in the future, it would be a*

---

<sup>6</sup> É digno de menção o fato de ter surgido uma “classe média” chinesa bastante numerosa, em quantidade superior a população inteira de um país como o Brasil. Para detalhes, ver LI, He. **Emergence of the Chinese Middle Class and its Implications**. In: Asian Affairs, new York, 3, n. 2, summer 2006, p. 67-83

*very different type of hegemony than the Western type of the past 500 years*” (idem, ibidem).

Aliás, se há um traço comum entre as obras *O Longo Século XX (1996)*, *Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial (1999)* e *Adam Smith em Pequim (2008)* é a assertiva de que o Leste Asiático é a região do planeta dotada das condições de ser sucessora do ciclo sistêmico norte-americano; ou se constitui como um “regime de acumulação emergente”, para usar os termos do epílogo da primeira das obras acima citadas<sup>7</sup>.

Em *Adam Smith em Pequim (2008)*, ao discutir a dinâmica social da turbulência global, Arrighi enfatiza que, graças à estratégia dos EUA de tentar reverter seu declínio econômico relativo, ocorreu uma “*grande bifurcação no destino das regiões meridionais nas décadas de 1980 e 1990*” (p. 157). Para entender essa bifurcação, vale a pena transcrevermos uma longa citação a respeito do assunto:

Regiões que, por razões históricas, apresentavam boa vantagem na concorrência pela participação na expansão da demanda norte-americana por produtos industriais baratos, mais notadamente a **Ásia oriental**, tenderam a se beneficiar do redirecionamento do fluxo de capital, porque a melhora de seu balanço de pagamentos reduziu a necessidade de competir com os EUA no mercado financeiro mundial e chegou a transformar algumas delas em grandes credores destes. Outras regiões, principalmente a África subsaariana e a América Latina, tinham, por razões históricas, mais desvantagens na briga por um quinhão da demanda norte-americana. Estas tenderam a sofrer dificuldades no balanço de pagamentos, o que as colocou na posição sem esperanças de precisar competir diretamente com os EUA no mercado financeiro mundial. Seja como for, os EUA se beneficiaram em termos econômicos e políticos, já que as empresas e os órgãos governamentais norte-americanos estavam em melhores condições para mobilizar, na luta pelo poder e pela concorrência globais, as mercadorias baratas e o crédito que os ‘vencedores’ do Sul forneciam com entusiasmo, assim como o patrimônio que os ‘perdedores’ do Sul, querendo ou não, tinham de ceder a preço de banana. (Arrighi, 2008:157).

Esse autor, no livro *A ilusão do desenvolvimento (1997)*, vai detalhar as vantagens do Leste Asiático em relação às outras regiões aqui mencionadas. No primeiro texto, ele vai mostrar que o milagre asiático foi, inicialmente, um milagre essencialmente japonês: “*com um PNB per capita de pouco mais de um quinto (20,7%) do PNB per capita do núcleo orgânico, o Japão, em 1938, estava firmemente agrupado no grupo de Estados de renda média (semiperiféricos). Em 1988, em contraste, o PNB per capita do Japão era quase 20% mais alto do que o PNB per capita médio do núcleo*

---

<sup>7</sup> Tal discussão também aparece em *A ilusão do desenvolvimento (1997)*, diga-se de passagem.

*orgânico*” (Arrighi, 1997:57). Contudo, já ao longo da década de 1970 a ascensão do leste asiático deixa de ser um fenômeno essencialmente japonês: “*considerando o Grupo dos Quatro [Coréia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e Cingapura] como uma unidade, seu PNB per capita, enquanto percentagem do PNB per capita do núcleo orgânico – que havia crescido muito ligeiramente (de 8,5% para 9,3%) entre 1960 e 1970 – quase dobrou (de 9,3% para 17,7%) entre 1970 e 1980*” (idem, p. 63).

Para Arrighi (1997), o elemento-chave da vantagem competitiva desses países ao longo dos anos 1970 e 1980 foi “*o sistema de subcontratação de múltiplas camadas que teve origem no Japão e se expandiu prodigiosamente, desde o final da década de 70, até abranger um número e variedade crescentes de localidades do leste e sudeste da Ásia*” (p. 66). Tal sistema, segundo o autor, possui as seguintes características: a) o sistema se apóia em e tende a reproduzir uma estrutura mais descentralizada de atividades produtivas do que as práticas de subcontratação de empresas capitalistas de outros Estados do núcleo orgânico; b) o sistema é altamente estratificado em camadas múltiplas<sup>8</sup>; c) as redes de subcontratação centradas no Japão são muito mais estáveis e reguladas do que redes similares nos Estados Unidos e Europa Ocidental<sup>9</sup>; d) a superior habilidade “*de tirar proveito de e reproduzir os diferenciais salariais entre diferentes segmentos e camadas da força de trabalho doméstica e mundial*” (p.72); e) a relação simbiótica com o ambiente econômico leste-asiático mais amplo. Arrighi considera essa última característica a mais importante, por ter sido a partir da expansão transfronteiras do sistema de subcontratação japonês que os outros países do Leste Asiático tiveram seus “milagres” econômicos. Em outras palavras, “*o Grupo dos Quatro recebeu 54% de todos os casos de investimento estrangeiro direto japonês, feito na Ásia em têxteis entre 1951 e 1974, e que a maior parte do restante (42%) foi para outros quatro países – Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia. A concentração foi ainda maior no caso de investimento direto em maquinário elétrico, sendo os números*

---

<sup>8</sup> “Os subcontratantes estratificados em subcontratantes primários (que subcontratam o serviço diretamente do comprador final, tal como montadores ou distribuidores do produto final), subcontratantes secundários (que obtêm o serviço dos subcontratantes primários), subcontratantes terciários (que obtêm o serviço dos subcontratantes secundários) e assim por diante, até que a cadeia atinja a base da pirâmide formada por uma grande quantidade de domicílios que subcontratam operações simples” (Arrighi, 1997:68).

<sup>9</sup> Em outras palavras, “ao invés de competir umas contra as outras, as firmas pequenas e médias no Japão cooperam entre si através de uma especialização de técnicas ou processos numa rede difusa de subcontratação que reproduz a estrutura amplamente dispersa no tempo. Essa parceria duradoura é idealizada como uma relação de ‘família’ entre ‘companhias-mãe’ e ‘subcontratantes-filhos’”(idem, p.70).

*correspondentes 80% nas nações do Grupo dos Quatro e 15% para os outros quatro países sul-asiáticos listados acima” (idem, p. 83-4).*

Já no terceiro capítulo do mesmo livro, Arrighi vai dimensionar as relações EUA-Japão, no contexto da Guerra Fria, para mostrar que a ajuda estadunidense ao Japão foi elemento importante da recuperação da economia japonesa e do seu entorno. Segundo o autor, *“ao todo, no período de 20 anos, que foi de 1950 a 1970, a ajuda norte-americana ao Japão foi em média de US\$ 500 milhões por ano. A ajuda militar e econômica à Coreia do Sul e Taiwan juntas foi ainda mais maciça. No período de 1964 a 1978, a ajuda à Coreia do Sul chegou a US\$ 13 bilhões e a Taiwan, US\$ 5,6 bilhões”* (p. 105-6).

Como ressalta o autor, *“na década de 50, os Estados Unidos haviam promovido a integração separada do Japão e de suas antigas colônias dentro de suas próprias redes de comércio e apoio”* (idem, p. 107). Arrighi ressalta que o Japão foi um grande beneficiário da hegemonia americana:

Sob hegemonia norte-americana, o Japão ganhou ‘de graça’ aquela hinterlândia econômica que havia lutado tanto para obter através de expansão territorial na primeira metade do século XX, e havia finalmente perdido na catástrofe da Segunda Guerra Mundial. O Japão realmente ganhou de ‘graça’ muito mais do que a hinterlândia leste-asiática. Através da ação do governo norte-americano, ele obteve a admissão do GATT e acesso privilegiado ao mercado norte-americano e aos gastos militares ultramarinos norte-americanos. Além disso, o governo norte-americano tolerou um fechamento administrativo da economia japonesa à empresa privada estrangeira que teria colocado qualquer outro governo estrangeiro entre os inimigos do Mundo Livre na cruzada da Guerra Fria (Arrighi, 1997:107).

Giovanni Arrighi agrega, ainda, um outro elemento explicativo para a ascensão do Leste Asiático: **a diáspora capitalista chinesa**. Afinal, a grande novidade na economia política mundial desde meados dos anos 1990 é o crescimento econômico chinês. E o grosso dos investimentos naquele país, desde o início dos anos 1990, veio da diáspora capitalista chinesa, isto é, dos recursos dos chineses de Taiwan e Hong Kong. Como ressalta o autor,

Quando a expansão transfronteira começou, a diáspora capitalista chinesa tornou-se o principal intermediário entre os negócios japoneses e locais em Cingapura, Hong Kong e Taiwan – onde os chineses étnicos constituíam a maioria da população – e, mais tarde, na maioria dos países da Associação das Nações do Leste Asiático, onde os chineses étnicos eram uma minoria, mas

ocupavam uma posição de comando nas redes locais de negócios. A expansão transfronteira do sistema japonês de subcontratação de múltiplas camadas foi dessa forma sustentada, não apenas por apoio político norte-americano ‘vindo de cima’, mas também por apoio comercial e financeiro chinês ‘vindo de baixo’(idem, p. 125).

Ao final desse texto (que é o terceiro capítulo do livro aqui citado), Arrighi conclui que o crescimento explosivo do Leste Asiático desde o final da Segunda Guerra Mundial “*se parece com um foguete de três estágios*” (p. 127). O primeiro estágio da expansão teve como principal agente os Estados Unidos, cujas estratégias geopolíticas favoreceram enormemente o Japão, que não teve que bancar os custos de proteção (militares) e pôde dedicar assim suas energias para a reestruturação econômica (modelo de subcontratação de múltiplas camadas). No segundo estágio, o Japão ampliou suas conexões com as economias do entorno asiático, em busca de mão-de-obra, sendo o agente da expansão da região. No terceiro estágio, é o próprio governo chinês que parece ser o principal agente da expansão, agindo em consonância com a diáspora mercantil chinesa.

Em seu estudo sobre o desenvolvimento na região do Pacífico Asiático, Manuel Castells (1999) apresenta as características comuns entre as experiências de Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong (os Tigres Asiáticos). Segundo ele, um “*primeiro fator comum diz respeito à existência de uma situação de emergência na sociedade, resultante de grandes tensões e conflitos políticos*” (p. 318). Isso porque, na origem de seus processos de desenvolvimento, todos os quatro foram pautados por medidas de sobrevivência. A Coreia do Sul e Taiwan, emergindo de situações de guerra civil. Hong Kong e Cingapura, emparedados pelo contexto geopolítico<sup>10</sup>. O segundo fator, de acordo com o autor, “*é que todos os quatro processos de desenvolvimento eram baseados na orientação da economia voltada para o exterior e, mais especificamente, no sucesso da exportação de produtos industrializados, tendo em vista sobretudo o mercado norte-americano*” (idem, p. 319). Para Castells, o terceiro fator comum “*é a ausência de uma classe de proprietários rurais, inexistentes em Hong Kong e Cingapura e eliminados (ou transformados em industriais) na Coreia do Sul e Taiwan*

---

<sup>10</sup> “Na verdade, foi seu papel vis-à-vis a China, aliado ao sucesso econômico, que evitou a adesão de Hong Kong ao processo de descolonização, visto que nem o Reino Unido, nem a China poderiam aceitar sua independência. Também é o caso de Cingapura, a princípio impedida pelas tropas britânicas de ser anexada pela Indonésia, depois expulsa da Federação da Malásia em 1965 e abandonada a sua própria sorte pela Grã-Bretanha em 1965-68, sendo em seguida salva política e economicamente graças a seu apoio ao esforço norte-americano na Guerra do Vietnã” (Castells, 1999:318).

*pelas reformas agrárias de inspiração norte-americana dos anos 50*” (idem, p. 319-20). O quarto fator comum foi a *“disponibilidade de mão-de-obra instruída, capaz de se requalificar durante o processo de melhoria do nível industrial, com alta produtividade e nível salarial baixo para os padrões internacionais”* (idem, ibidem). Em outras palavras, **a mão-de-obra disciplinada, eficiente e relativamente barata constituiu elemento fundamental no desenvolvimento asiático**<sup>11</sup>. O quinto fator *“foi a capacidade de adaptação dessas economias ao paradigma informacional e ao padrão da economia global em constante mudança, galgando a escada do desenvolvimento por meio de aperfeiçoamento tecnológico, expansão de mercado e diversificação econômica”* (idem, p. 321). Aqui, o contraste com a América Latina e África é inevitável. Porque, ao fim e ao cabo, essas experiências do Leste Asiático se pautaram por atividades produtivas geradoras de maior valor agregado, o que as diferencia do padrão latino-americano e africano.

Manuel Castells também argumenta que o mais significativo elemento comum nas experiências dos tigres asiáticos é o **papel do Estado no processo de desenvolvimento**. O autor explica o sucesso desenvolvimentista dos Estados dos tigres asiáticos nos seguintes termos: a) eram Estados vassalos. Essa condição *“garantiu a segurança, aliviou grande parte da carga representada por gastos com a defesa desses países e, nos primeiros estágios decisivos, facilitou seu acesso aos mercados mundiais”* (p. 329-30); b) foi construído um aparato estatal tecnocrático eficiente. O autor quer dizer que, no geral, *“esses Estados eram mais tecnocráticos que burocráticos, pois seus aparatos eram instalados para implementar um projeto estratégico histórico e não apenas (mas também) para colher os benefícios da ditadura”* (idem, ibidem); c) capacidade política para impor e incorporar sua lógica à sociedade. Segundo Castells, *“as classes sociais dominantes tradicionais foram destruídas, desorganizadas ou*

---

<sup>11</sup> É importante deixar registrado o seguinte: “...em todos os quatro países, a disciplina dos trabalhadores foi imposta primeiro por força de repressão. Mas em todos os casos também havia poderosos elementos de integração social que explicam o motivo pelo qual uma população historicamente rebelde acabou se acomodando à exploração que caracterizou as condições de trabalho e de vida da maioria das pessoas durante a maior parte do período de desenvolvimento. Primordial entre os fatores de integração, foi a melhoria real dos padrões de vida dos trabalhadores. O que era salário baixo para o trabalhador norte-americano ou japonês significava uma fortuna para a força de trabalho industrial dos países pobres do Leste Asiático. Além do mais, dados indicam uma diminuição na desigualdade de renda durante o primeiro estágio de desenvolvimento e grande aumento dos salários reais ao longo de três décadas. Somando-se a isso, no caso de Hong Kong e Cingapura, uma versão particular de Estado do bem-estar social – materialmente organizado em torno de projetos de habitação popular e novas cidades – que foi essencial tanto à melhoria das condições de vida como ao estabelecimento da legitimidade política do Estado e de seu controle social” (Castells, 1999:320-1).

*submetidas à autoridade do Estado, à exceção de Hong Kong*” (idem, p. 331); d) os quatro Estados elaboraram, com relação à classe trabalhadora, estratégias de integração para complementar a repressão: *“todos os quatro Estados contaram com o crescimento econômico e a melhoria dos padrões de vida, inclusive o acesso à educação e à saúde, para manter os trabalhadores contentes. De fato, a estratégia foi efetiva durante quase todo o período”* (idem, p. 332).

Já Jeffrey Frieden (2008), ao tratar especificamente da Coreia do Sul e Taiwan, faz a seguinte síntese:

Coreia do Sul e Taiwan começaram quase do zero, em meados dos anos 1950, depois de guerras civis devastadoras. Por uma década ou mais, adotaram políticas típicas de substituição de importações, mas sem a longa experiência de independência da América Latina. Além disso, os novos setores industriais das nações do Leste Asiático eram mais fracos e menos comprometidos com o protecionismo. Ao fim da década de 1960, Coreia do Sul e Taiwan começaram a incentivar seus capitalistas a produzirem bens industriais para consumidores estrangeiros, em especial para os norte-americanos. Esses governos utilizaram técnicas variadas para impulsionar as exportações, como empréstimos a custo baixo e isenção de impostos para os exportadores, e uma moeda muito fraca para tornar os produtos coreanos e taiwaneses artificialmente baratos. Ambos os governos continuaram a proteger suas indústrias, mas deram destaque à produção para exportação. Diferentemente da maior parte da América Latina e da África, as duas economias do Leste Asiático – bem como, e até mais, Hong Kong e Cingapura – tinham menos recursos naturais exportáveis e menos escolha a não ser se beneficiar dos baixos salários para produzir manufaturados simples e vendê-los no exterior. A nova estratégia de desenvolvimento de industrialização orientada para a exportação (IOE) promoveu e subsidiou a manufatura voltada para os mercados estrangeiros” (Friden, 2008:448).

Giovanni Arrighi (1997) também argumenta que *“o sinal mais importante da ascensão do Leste Asiático a novo epicentro dos processos sistêmicos de acumulação do capital é que diversas de suas jurisdições fizeram importantes avanços nas hierarquias de valor agregado e financeiras da economia capitalista mundial”* (p. 101). Isso é importante ser reforçado porque esses países, com o tempo, passaram a produzir em seus territórios mercadorias com cada vez maior valor agregado<sup>12</sup>, além de se transformarem em

---

<sup>12</sup> “Essas jurisdições constituem um arquipélago capitalista – um conjunto de ilhas de capitalismo que se elevam acima de um mar de trocas horizontais, entre mercados locais e mundiais, através da centralização, dentro de seus territórios, de lucros de larga escala e atividades de alto valor agregado. Abaixo desse mar, ficam as gigantescas massas trabalhadoras extremamente industriais e de baixo custo de todas as regiões do nordeste e sudeste asiático, nas quais as ‘ilhas’ capitalistas fincam suas raízes, porém sem fornecer-lhes os meios necessários para se elevarem ao ‘nível do mar’ ou acima dele” (Arrighi, 1997:101).

centros financeiros importantes. Ou seja, passaram a dominar a produção e cada vez mais participarem das finanças globais<sup>13</sup>.

Em *Adam Smith em Pequim* (2008), o pano de fundo empírico é o declínio dos Estados Unidos em contraste com a ascensão da China. Como herdeira do modelo de desenvolvimento do leste asiático, enfatizado no final de o longo século XX e em outros escritos (que compõem o livro *A ilusão do desenvolvimento*), Arrighi vê na China possibilidades de um outro caminho de desenvolvimento, centrado no mercado, seguindo a concepção smithiana (detalhada na primeira parte do referido livro). Arrighi segue a argumentação de Sugihara, que afirma que, ao invés de uma revolução industrial, ocorreu no leste asiático uma revolução industriosa, intensiva em trabalho. Essa é, em sua opinião, uma das razões do sucesso do caminho chinês: - uso de tecnologias não poupadoras de mão-de-obra, já que o recurso inesgotável daquele país é justamente a força de trabalho. Segundo Arrighi, a china estaria utilizando apropriadamente tecnologias que aproveitam, sem descartar, esse imenso reservatório de trabalhadores. Isso, para ele, é completamente distinto do caminho ocidental do desenvolvimento, baseado na intensificação de uso de capital e na degradação do meio ambiente.

É perceptível, em *Adam Smith em Pequim*, que Arrighi apresenta uma visão otimista acerca das possibilidades chinesas, mesmo porque os problemas do atual processo de desenvolvimento daquele país são tratados em apenas cinco parágrafos no capítulo 12 da referida obra, na seção final intitulada “*contradições sociais do sucesso econômico*”, na qual Arrighi menciona os problemas da desigualdade de renda entre cidade e campo e as agitações trabalhistas recentes. Podemos dizer, na verdade, que o foco do autor foi mesmo o de apresentar as razões de a China ser o *condottiere* de um possível Século XXI Asiático.

Essas razões são explicitadas na quarta parte de *Adam Smith em Pequim*, e mostram o papel central, já esboçado nesse texto, que o governo chinês tem no processo de desenvolvimento recente. Arrighi menciona, como não poderia deixar de ser, as características da força de trabalho dos chineses, insistindo que não se trata apenas de

---

<sup>13</sup> A recente polemica nos EUA, acerca do aumento do teto da dívida, colocou explicitamente em evidência o poder financeiro chinês, porque a China possui US\$ 1 trilhão em títulos da dívida externa estadunidense. Além disso, esse país constituiu recentemente um fundo soberano de riqueza que está adquirindo ativos em várias economias do mundo, em especial nos EUA. Para maiores informações, ver Ouriques, Vieira & Arienti (2011).

uma força de trabalho barata, mas de elevada qualidade, “*em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento*” (p. 357). Também, como já mencionamos, reforça o papel da diáspora mercantil chinesa como “casamenteira” do encontro do capital estrangeiro com as empresas chinesas fornecedoras de mão-de-obra e as autoridades governamentais. Arrighi também elenca o “*papel preponderante da formação do mercado interno*” (ao qual já fizemos alusão) e a melhoria das condições de vida nas áreas rurais. Aqui, Arrighi dá especial ênfase, ao mencionar que se trata de uma “acumulação sem desapropriação”, significando uma via muito distinta da tradicionalmente trilhada pelos processos ocidentais de acumulação capitalista.

Essa “acumulação sem desapropriação” foi possibilitada pelas reformas no meio rural, iniciadas no período Deng, que culminaram com as Empresas de Aldeias e Municípios (Township and Village Enterprises) que, segundo Arrighi, tornaram-se “*os principais agentes da realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo de mão-de-obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais*” (p. 367). Arrighi termina a discussão sobre as origens da ascensão social chinesa insistindo no fato de este país usar tecnologias apropriadas à enorme quantidade de força de trabalho existente, pois a “*principal vantagem competitiva dos produtores chineses não é o salário baixo por si só, mas o uso de técnicas que empregam mão-de-obra instruída e barata, em vez de máquinas e administradores caros*” (idem, p. 371).

Robinson (2010) traz uma importante contribuição ao debate sobre as teses de Arrighi a respeito da ascensão chinesa, apresentando questionamentos pertinentes que podem nos orientar em pesquisas futuras. Em um longo trecho, Robinson argumenta o seguinte:

Here it is necessary to observe that Arrighi is reading Adam Smith in such a way as to argue that ‘there is a fundamental world-historic difference between processes of market formation and processes of capitalist development’. China, he says, is becoming a ‘market economy’ as analysed and envisioned by Smith rather than undergoing ‘capitalist development proper’ (Arrighi 2007: 24). China’s rise and potential hegemony has a very different basis from that of its Western predecessors. Arrighi draws on a growing body of scholarship on East Asia to remind us that China was the leading economy of the world until the eighteenth century and commanded an East Asian state system that was organised very differently than the European world system. His discussion on East Asian history draws especially on the work of Kaoru Sugihara, who developed the concept of the ‘Industrious Revolution’ to describe the historical East Asian growth model based on labour intensive forms of production and husbanding of natural resources to distinguish it from the ecologically destructive capital- and energy-intensive Western path. China’s economy was admired by Adam Smith as the ‘natural path’ to development, based on agricultural improvement that allowed the rural population to generate domestic demand for manufacture, in distinction to the Western path that relied on international

trade. The Chinese state in the wake of the Communist revolution revived this focus on agriculture and created a workforce of higher quality than in other low-wage countries that now makes it possible for China to develop a market system based on skilled labour rather than capital machinery (Robinson, 2010:11)

Na seqüência de seu texto, Robinson (2010) afirma que a visão de Arrighi sobre a China é excessivamente benigna e parece estar em desacordo com as evidências empíricas. Para este autor, *“far from ‘husbanding of natural resources,’ empirical evidence suggests China’s economic expansion has wrought ecological degradation on vast tracks of the Chinese countryside and its cities are some of the most polluted in the world”* (p. 12). Além disso, segundo Robinson, as empresas estatais e privadas chinesas têm investido bilhões de dólares para extrair recursos naturais da América Latina, da África e de outras regiões, como as corporações transnacionais originárias do Ocidente. Este argumento é plenamente defensável, dada a recente onda de aquisições de ativos estratégicos no exterior por parte da China. Robinson também argumenta que, *“far from the salutary effect that he purports the East Asian development path is having on Chinese workers – skilled labour that is able to self-manage production in Chinese enterprises – the ethnographic evidence suggests that the Chinese industrial export sector constitutes the new ‘satanic mills’* (p. 12). Quer dizer, Robinson insiste na argumentação, já conhecida e também facilmente defensável, que o alto grau de exploração dos trabalhadores chineses é uma das chaves do sucesso econômico. A argumentação de Arrighi em prol do caráter qualificado e auto-administrado dessa força de trabalho, no fundo, para parafrasear os termos de Robinson, apresenta um certo romantismo.

Por fim, Robinson critica o papel atribuído por Arrighi à China como indicador de um caminho smithiano de “maior igualdade e respeito mútuo entre os povos”, porque não há nenhuma evidência de que seus governantes sejam mais benignos ou iluminados como agentes de uma nova hegemonia mundial do que seus predecessores ocidentais. Robinson tem razão no conteúdo da afirmação, mas para fazer justiça a Arrighi, o mesmo termina *Adam Smith em Pequim* (2008) afirmando que *“inspirando-se demais no caminho ocidental de consumo excessivo de energia, o rápido crescimento econômico da China ainda não criou para si e para o mundo um caminho de desenvolvimento ecologicamente sustentável”* (p. 392). Quer dizer, ainda está em

discussão se a ascensão chinesa significa realmente uma novidade ou simplesmente mais do mesmo.

### **Considerações finais**

Em *Adam Smith em Pequim*, Arrighi contrasta de forma contundente o declínio hegemônico dos Estados Unidos com a ascensão chinesa, colocando-os como aspectos interligados da atual fase de economia-mundo capitalista, marcada pelo fim do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano. Ao mesmo tempo, deixa em aberto, como também não poderia deixar de ser, se efetivamente estamos diante do surgimento de um novo ciclo sistêmico de acumulação, centrado no Leste Asiático. Muito embora o epicentro da acumulação de capital esteja se deslocando para aquela região, Arrighi não sentencia que o poder também já tenha para lá se deslocado. Daí a hipótese, por ele apresentada, da bifurcação do poder econômico e do poder político/militar.

Uma agenda de pesquisas para os próximos anos poderia se pautar no acompanhamento das possibilidades de mudança sistêmica advindas com a ascensão chinesa, caso esse movimento de “emparelhamento” do poder mundial entre o Ocidente e o Oriente continue. Caberia então estudar a própria “sustentabilidade” da atual trajetória chinesa. Mas, para aproximarmos ainda mais a temática de nossas preocupações, talvez fosse imperativo um acompanhamento do significado da notável expansão econômica (e também política!) chinesa para outras regiões periféricas, como América Latina e África. Dadas as dimensões territoriais, econômicas e populacionais de um país como o Brasil, talvez seja pertinente uma investigação mais detalhada sobre as implicações, para nosso país, da ascensão chinesa. Que ameaças e oportunidades se configuram e se configurarão para um país como o nosso, nesse momento de desorganização e possível reorganização da ordem econômica e política mundial?

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, C. **Reformas econômicas na China**. Economia política internacional: análise estratégica. São Paulo, Unicamp, 2005.

ARRIGHI, G. **Postscript to the Second Edition of *The Long Twentieth Century***. March 21, 2009, 25 p.

\_\_\_\_\_. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo, Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **O longo Século XX**. São Paulo, Contraponto/UNESP, 1996.

ARRIGHI, G e SILVER, B. Caos e governabilidade no moderno sistema-mundial.

BAO, S. et alli. **Geographic factors and China's regional development under market reforms, 1978-1998**. In: China Economic Review, vol. 12, 2002, p. 89-111.

BIANCO, Lucien. **Asia contemporânea**. México, Siglo XXI editores, 1976.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CHINA DAILY. Diversos números. Disponível em <[www.chinadaily.com.cn](http://www.chinadaily.com.cn)>.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo, Boitempo, 2006.

FAIRBANK, J.K & GOLDMAN, M. **China - uma nova história**. Porto Alegre, L&PM, 2008, 530 páginas, 3a edição.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: histórico e implicações**. São Paulo, Loyola, 2008.

HEILIG, G. **Can China feed itself: a system for evaluation of policy options**. Land Use Project. In: International Institute for Applied Systems Analysis. 1999. Disponível em: [http://www.iiasa.ac.at/Research/LUC/ChinaFood/index\\_m.htm](http://www.iiasa.ac.at/Research/LUC/ChinaFood/index_m.htm)

KYNGE, J. **A China sacode o mundo: a ascensão de uma nação com fome**. São Paulo: Globo, 2007.

LI, He. **Emergence of the Chinese Middle Class and its Implications**. In: Asian Affairs, new York, 3, n. 2, summer 2006

LIMA, É. N. S. **O IX Plano Quinquenal Chinês – diminuindo as disparidades regionais**. Florianópolis, Departamento de Ciências Econômicas da UFSC, 2007, 76 p. [Monografia de conclusão de curso de graduação].

LIU, G. e GARINO, G. **China's two decades of economic reform**. In: Economics of Planning. Kluwer Academic Publishers, 2001, vol. 34.

MENG, X. et alli. **Poverty, inequality and growth in urban China**. In: Journal of Comparative Economics, Elsevier, vol. 33, 2005.

OLIVEIRA, C.A.B. **Reformas econômicas na China**. In: Economia Política Internacional: análise estratégica. Campinas, n. 5, abr./jun. 2005, 8p.

OLIVEIRA, G.C. **O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento econômico da China**. São Paulo, USP. Seminário de Economia Política, 2006.

OURIQUES, H.R., VIEIRA, P.A., ARIENTI, P.F.F. **As conseqüências da ascensão chinesa para a economia-mundo capitalista: o papel do fundo soberano chinês como instrumento da estratégia de desenvolvimento**. In: III Encontro Nacional da ABRI. Workshop sobre BRICS. São Paulo, 19 a 22 de julho de 2011 [Trabalho completo, 16 páginas].

ROBINSON, W. **Giovanni Arrighi: Systemic Cycles of Accumulation, Hegemonic Transitions and the Rise of China**. In: New Political Economy, November 2010.

RUIZ, R. M. **Polarização e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949 – 2000)**. Belo Horizonte: UFMG, Cedeplar, 2006 [Texto para Discussão].

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Editora brasiliense, 1975.

SPENCE, Jonathan. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

**The Economist**. Vários números, disponível em <[www.economist.com](http://www.economist.com)>.

TSUI, K. **Economic reform and interprovincial inequalities in China**. Journal of Development Economics, vol. 50, 1996.

XIAOPING, D. **Discurso de Abertura do XX Congresso do Partido Comunista da China.** *In:* The complete works of Deng Xiaoping, vol. 3, 1982. Disponível em <<http://english.people.com.cn/dengxp>>, Acesso em: outubro de 2007.

XIE, Yichun. **Retrospective of China's urbanization and regional development in the era of economic reforms.** *In:* Geojournal, Amsterdam Academic Publishers, vol. 29, 1993.

## Território e Crises Econômicas sob a visão de Sistemas-Mundo

Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão

A proposta destas notas é a de apresentar, comparativamente, as teorias de crise e território na história econômica e do pensamento econômico, realizando sua correlação com a teoria de Sistemas-Mundo de Giovanni Arrighi, conforme exposta em *O Longo Século XX*. O estudo realizado seguiu a metodologia de análise comparativa da literatura presente nas obras de Arrighi, Fernand Braudel (*A Dinâmica do Capitalismo*), e outros autores correlatos. Como resultado parcial, observaram-se algumas semelhanças e diferenças no pensamento consolidado na literatura científica sobre o tema.

Palavras-chave: Crise, território, pensamento econômico, sistemas-mundo, Giovanni Arrighi, Fernand Braudel.

# Território e Crises Econômicas sob a visão de Sistemas-Mundo<sup>1</sup>

Tallyta Rosane Bezerra de Gusmão<sup>2</sup>

## Introdução

Estas notas, organizadas sob a forma de cotejo comentado de bibliografia selecionada, têm o objetivo de tecer algumas considerações sobre as relações e entrecruzamentos possíveis entre os conceitos de território e crise econômica a partir de uma visão de sistemas-mundo, ou seja, derivada do pensamento de Giovanni Arrighi e suas influências intelectuais mais diretas, estabelecendo não apenas suas diferenças e semelhanças, mas também sua complementaridade dentro da lógica dos sistemas-mundo.

Nesse sentido, a influência mais importante no pensamento de Arrighi foi o historiador francês Fernand Braudel, o qual incorporou à sua análise de uma história da longa duração, a compreensão de uma Geohistória, uma história que não pode ser entendida sem se apreenderem as características do território e as transformações que os processos e fenômenos históricos desencadeiam no território.

Assim, este exercício de reflexão se organiza a partir de duas questões básicas, tomadas como pontos de partida para nossa análise: (1) qual seria o território das crises, para as concepções que resultariam na ideia de sistemas-mundo e (2) como as crises afetariam, a princípio, os territórios nas quais se dão? É evidente que essas duas questões não encerram a reflexão sobre a relação entre crise e território, mas antes lhe servem de ponto de partida. Afinal, se as crises precisam de um território para ocorrer, é justamente nas transformações das características desse território que as mesmas se identificam e caracterizam.

---

<sup>1</sup> Este artigo constitui atividade de pesquisa do projeto *Crise e Território no Pensamento Econômico*, coordenado pelo Prof. Dr. Luiz E. S. de Souza (GEEPHE) e financiado com auxílio à pesquisa pelo CNPq.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Faculdade de Economia Administração e Contabilidade (FEAC); Graduanda em Ciências Econômicas. Membro do Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE), cadastrado na base lattes do CNPq.

## O Território das Crises

Braudel não estipula um território físico, no sentido estrito, em que se dá a crise. As crises são um dos resultados da interação da maneira como a humanidade organiza suas relações produtivas e a resposta do meio ambiente. Elas se dão, no modo capitalista de produção, de certa forma, em torno dos seus centros econômicos, cuja localidade variou ao longo dos séculos e sendo quase sempre localizada na Europa. Segundo o autor:

A Europa terá, sucessivamente, até 1750, gravitado em torno de cidades essenciais, transformadas por seu próprio papel em monstros sagrados: Veneza, Antuérpia, Gênova, Amsterdã. Entretanto, nenhuma cidade dessa ordem domina ainda a vida econômica no século XIII. Não que a Europa não seja já uma economia-mundo estruturada, organizada. O mediterrâneo, conquistado por um tempo pelo Islã, foi reaberto ao cristão e o comércio no Levante oferece ao Ocidente essa antena longínqua e prestigiosa sem a qual não existe, sem dúvida, economia-mundo digna desse nome. Duas regiões-pilotos se individualizaram nitidamente: a Itália ao sul, os Países Baixos ao norte. (BRAUDEL. 1987. pp. 79)

O território das crises – crises capitalistas, da maneira como as conhecemos – para Braudel, assim, seria o próprio Capitalismo. Nele, as crises vêm naturalmente com ciclos, interciclos ou movimentos periódicos da economia. Ou seja, são resultado das flutuações econômicas. Se por qualquer motivo, um centro econômico cair, em virtude da crise, outro surgirá quase que instantaneamente, pois o modo de produção existe dessa forma. Para Braudel :

[...] Uma crise insistente é uma provação que os fortes superam e vencem, os fracos lhe sucumbem. Portanto o centro não racha a cada golpe. (BRAUDEL. 1987. pp. 72-73)

Assim, o Capitalismo em si é um modo de produção cuja estrutura é propícia a crises sem qualquer aviso prévio. Nesse sistema, que mantém a maior parte da

população como dependente unicamente dos proprietários dos fatores de produção, é primordial para a sustentação da base econômica previamente estabelecida - a de famílias cujo fator disponível é a mão-de-obra e capitalistas que detém em seu poder o capital para investir - que haja um percentual grande da população com baixa renda disponível para subsídio próprio. Assim fica em poder dos grandes capitalistas a decisão de contratar e despedir qualquer funcionário sem que essa mudança afete o nível de produção. Isso torna as famílias reféns das decisões das grandes companhias. Os grandes centros têm o poder de conduzir a economia ao seu bel prazer, tornado as zonas periféricas seus dependentes-aliados na corrida capitalista, fazendo uma justa-posição entre as sociedades com capitalismo predominante, servidão e escravismo em grande escala. Para Braudel:

[...] De fato, o capitalismo vive dessa sobreposição regular: as zonas externas alimentam as zonas medianas e, sobretudo, as centrais. E o que é o centro senão a ponta dominante, a *superestrutura* capitalista do conjunto da construção? Como há *reciprocidade das perspectivas*, se o centro depende dos abastecimentos provenientes da periferia, esta depende, por sua vez, das necessidades do centro que lhe dita sua lei. (BRAUDEL. 1987. p. 77)

O autor ainda afirma concordar com Immanuel Wallerstein quando ele diz que: “[...] o capitalismo é uma criação da desigualdade do mundo; para desenvolver-se, necessita das conivências da economia internacional. É filho da organização autoritária de um espaço evidentemente desmedido. Não teria progredido de um modo tão pujante num espaço econômico limitado. Talvez não tivesse progredido nada sem o recurso ao trabalho servil de outrem.” (BRAUDEL 1987, p. 77) Fica evidente a veracidade de tal afirmação, ao observar-se as condições de trabalho vigentes no capitalismo contemporâneo. Com isso, a aparência da crise econômica no território é o de uma desmedida, uma desproporção entre fatores que, de outra forma, deveriam estar “equilibrados”. Mas como equilibrar variáveis que são, em sua maior parte, aleatórias e ariscas a qualquer forma de controle humano, sendo antes senhoras dos comportamentos humanos? Daí, dessa apreensão da natureza das leis humanas como reações às condições dadas e transformadas pelo meio, é possível descartar-se não

apenas a acusação de “determinismo” que o relativismo cultural ou mesmo o pensamento fragmentário da pós-modernidade possam atribuir a grandes sistemas explicativos como os de Braudel, e mesmo de Arrighi e Karl Marx, mas também identificar a fluidez da explicação desses autores, dentre os quais um afirmou que “*os homens fazem sua própria história, mas não fazem como o querem*”.

Especialmente, as crises acontecem de modo a afetar uma localidade e em seguida outra e mais outra, devido à incessante realização de trocas comerciais entre os Estados-nação. Braudel afirma que os centros econômicos estão estruturados, de maneira a manter o seu domínio econômico como as Cidades-Estados europeias da época como Antuérpia, Gênova, Veneza e Amsterdã, por exemplo, durante a Expansão Marítimo-Comercial Europeia. A ascensão de Londres como centro econômico Europeu dar-se-ia com o advento da Revolução Industrial. Posteriormente, Nova Iorque, nos EUA, se tornou um grande centro de industrialização constante, mercado financeiro em forte desenvolvimento e estabelecimento e com grande demanda do meio de produção “mão-de-obra”.

As crises econômicas que se abateram sobre esses centros hegemônicos de poder e riqueza ao longo dos séculos, algumas causando oscilações momentâneas, outras causando sua completa decadência e superação por outros centros, teriam sua explicação nas flutuações do modo de produção capitalista, que, com suas ondas estruturais de longa duração, mudariam as bases nas quais se assentaria não apenas a produção, mas a distribuição, acumulação e circulação de riqueza, o que eventualmente causaria a mudança nas condições da hegemonia ascendente da ora presente crise. Segundo o autor:

O esplendor, a riqueza, a alegria de viver, reúnem-se no centro da economia-mundo, em seu núcleo. É aí que o sol da história faz brilhar as cores mais vivas, é aí que se manifestam os preços altos, salários altos, os bancos, as mercadorias “reais”, as indústrias lucrativas, as agriculturas capitalistas; é aí que se situam o ponto de partida e o ponto de chegada dos externos tráficos, o afluxo dos metais preciosos, das moedas fortes, dos títulos de crédito. (BRAUDEL. 1987. p. 75)

É necessário olhar agora a obra de Arrighi. Enquanto Braudel analisa a economia e as crises por um olhar histórico, Arrighi analisa por um ângulo mais

econômico a situação do capitalismo. Não é estipulado um território em seu mais profundo significado para que uma crise aconteça. De modo que, a crise irá ocorrer no centro da economia, onde se concentra a maior parte da riqueza (monetária) e irá se expandir para a periferia, tomando proporções maiores. O modo de produção que vigora atualmente não tem como etapa, seja ela inicial, intermediária ou final, a financeira. Mas, sim, tem como este movimento econômico-financeiro algo recorrente. Diante de suas perspectivas Arrighi afirma que:

[..] O capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente, que marcou a era capitalista desde os primórdios, na Europa no fim da Idade Média e início da era moderna. Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes da destruição recorrente de “antigos” regimes e da criação simultânea de “novos”. (ARRIGHI. 1996.p. X)

O autor, baseado nas expansões financeiras de Braudel, afirma que os ciclos econômicos ditam o ritmo e o eventual acontecimento de crises e substituições de componentes nos ciclos sistêmicos de acumulação, como assim o chamou. A grande vantagem obtida pelos centros econômicos até hoje foi a centralização em seus interesses de toda uma economia, independente do modo de produção vigente.

As crises oscilam em pequenos, médios e longos períodos. Nem sempre é solucionada a crise anterior para que haja uma nova. As vivenciadas na segunda metade do século XX deixam evidente a situação de descontinuidade entre uma e outra. Diante dessa descontinuidade percebe-se a não, necessariamente, ligação entre crises no sistema capitalista. Para Arrighi :

Algo de fundamental parece haver-se modificado, no último quarto de século, no modo como funciona o capitalismo. Na década de 1970, muitos falaram em crise. Na década de 1980, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na de 1990, já não temos certeza de que a crise dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo. (...) Longos períodos de crise, reestruturação e reorganização – ou seja, de

mudanças com descontinuidade – tem sido muito mais típicos da história da economia capitalista mundial do que os breves momentos de expansão generalizada por uma via de desenvolvimento definida, como a que ocorreu nas décadas de 1950 e 1960.” (ARRIGHI. 1996. p. 1)

A direção da acumulação entre países dominantes e periféricos é : tudo que vier a ser produzido e/ou explorado em qualquer que seja o lugar do globo pelos países dominantes mundialmente, será primeiramente ofertado e consumido pelos mesmos; o que não for consumido será destinado aos países periféricos no intuito de se desfazer excedente e adquirir lucro .

### **Como as Crises afetam o território.**

Braudel acredita que as crises afetam o território como uma forma de provação. Ao longo da história foi analisado por ele que as grandes potências econômicas foram testadas em crises, de qualquer procedência. Se o centro econômico sobreviver, irá se sobrepor ainda mais sobre seus concorrentes e subalternos, caso isso não ocorra, outro irá aparecer para ocupar o lugar de grande potência econômica mundial em decadência. O território será afetado de acordo com a sua dependência em relação a outro. Em sua maioria, os países subdesenvolvidos<sup>3</sup> sentem mais o golpe pois, sua economia é dependente, além de ter desenvolvimento mais lento em relação aos grandes centros . Segundo Braudel:

Sob nossos olhos, uma parte do Terceiro Mundo industrializa-se, mas com uma dificuldade inaudita, com inúmeros fracassos e uma morosidade que parece a *priori* anormal. Uma vez, é o setor agrícola que não acompanhou a modernização; ou há escassez de mão-de-obra qualificada; ou a demanda do mercado interno revelou-se insuficiente; outra vez, os capitalistas locais preferiram aos investimentos no país

---

<sup>3</sup> Considera-se como país “subdesenvolvido” aquele cuja renda real per capita é baixa quando comparada a países com grau alto de desenvolvimento. Trata-se de uma concepção antiga de desenvolvimento econômico, reconhecidamente, mas para uma análise de longo prazo, o critério ainda possibilita a análise.

colocar o dinheiro no exterior, em negócios mais seguros e mais lucrativos; ou o Estado revelou ser esbanjador. (BRAUDEL, 1987, p. 96)

As crises se abatem no território com mais ou menos força dependendo dos elementos de permanência presentes na estrutura das economias por elas afetadas. Esse alicerce, de certa forma, age como 'crédito' para uma investida pós-crise em sua economia. A Inglaterra com mais expressão nos dias atuais, tem seu alicerce montado desde as antigas navegações, onde a Revolução Industrial, cujo desenvolvimento foi lento e periódico, veio a auxiliar esse poder diante dos outros países e tornando sua economia forte, frente a possíveis crises e obstáculos que venham a surgir. Para Braudel:

[...] Os campos Ingleses esvaziaram-se de homens, sem que deixassem de manter sua capacidade de produção; os novos industriais encontraram a mão-de-obra, qualificada e não-qualificada, de que necessitavam; o mercado interno continuou se desenvolvendo, apesar da alta dos preços; a técnica acompanhou, propondo regularmente seus serviços sempre que se fazia necessário; os mercados externos abriram-se em cadeia, um após outro. E mesmo os lucros decrescentes, a queda muito forte, por exemplo, dos lucros das indústrias do algodão depois do primeiro *boom*, não provocaram uma crise: os enormes capitais acumulados foram transferidos para outro lugar e as estradas de ferro sucederam o algodão. (BRAUDEL. 1987. p. 88)

Nota-se também que os grandes centros, como a Inglaterra, não teriam tamanha ascensão desde o seu início como grande potência, sem o auxílio dos territórios menores. Segundo o autor:

[...]A revolução Industrial inglesa certamente não teria sido o que foi sem as circunstâncias que fizeram então da Inglaterra, praticamente, a senhora incontestada do mundo. A revolução Francesa e as guerras napoleônicas, como se sabe, para isso contribuíram largamente. E se o *boom* do algodão se consolidou de forma duradoura foi porque o motor se viu incessantemente realimentado pela abertura de novos mercados: a América Portuguesa, a América Espanhola, o império turco, as Índias... O mundo foi cúmplice eficaz, sem querer, da Revolução Inglesa.(BRAUDEL. 1987. p. 89)

Arrighi expõe que deve haver um crescimento homogêneo na economia, não priorizando, necessariamente, um único setor. Se torna muito frágil um país cuja economia é voltada apenas para o desenvolvimento de setores específicos. Entre eles, a agricultura é o que menos proporciona estabilidade na economia em momentos de crise. Esse desenvolvimento homogêneo pode ser observado nas grandes potências econômicas, dentre elas, EUA e Inglaterra. Seus territórios tornam-se ao longo do tempo, cada vez mais forte, em relação a outros cuja resistência a abalos é menor. Para Arrighi:

Historicamente, o crescimento por uma única via de desenvolvimento e as guinadas de uma via para outra não tem sido um simples resultado intencional dos números atos autonomamente praticados, numa dada época, pelos indivíduos e pelas múltiplas comunidades em que se divide a economia mundial. (ARRIGHI. 1996. p. 9)

É observado que a importância da participação do Estado no processo de crescimento econômico ao longo do tempo, vem se tornando cada vez maior. Não ficam unicamente em poder do setor privado as decisões de interesse econômico do país. Esse processo de acumulação tornou-se algo mais complexo que outrora, pois faz-se necessária a participação de mais grupos sociais, transferindo a responsabilidade da tomada de decisões para todos, e assim fazendo com que seja criada uma disputa por poder e participação no montante. Segundo Arrighi:

[..] Vê-se que a expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos esteve associada não apenas à competição interestatal pelo capital circulante, como enfatizou Weber, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital em escala mundial. (ARRIGHI. 1996. p. 14)

O espaço das crises se altera ao longo do tempo para Arrighi, mas não sua definição territorial: as crises sistêmicas se dão no centro, com consequências para a periferia. Essa irradiação das contradições produtivas que podem ser descritas sob a forma de crise econômica não é nova no pensamento econômico. O desenrolar das características nefastas de uma crise sob a forma de uma onda de choque territorial é tão antigo quanto a concepção de que os mercados tenderiam – pela expansão *smithiana* da divisão social do trabalho – a se expandir a perder de vista. Nesse sentido, o século XX trouxe para a reflexão dos historiadores econômicos e economistas em geral o fenômeno das crises itinerantes, as quais aconteciam devido à integração de mercados financeiros nacionais em uma economia “global”. Tais dissonâncias são muito bem apontadas por Arrighi em sua concepção da fase de “financeirização” do capital, característica dos momentos de crise e superação de sistemas-mundo em seus primeiros sinais aparentes de ocaso. Por outro lado, parece bastante forte o argumento de que o Capitalismo, em sua evolução, teria não apenas transformado territórios, mas também constituído, a partir da sua necessidade de abstrações e instituições, um território bastante sensível a todos, qual seja, o das finanças. Assim, se o território é o lugar das crises, ou o lugar em que elas se dão, as crises, por sua vez não apenas mudam, mas também são capazes de constituir e caracterizar territórios.

## Considerações Finais

Parece-nos suficiente, para os propósitos destas notas, afirmar que ambos os aspectos estudados se confirmam dentro da teoria de Sistemas-Mundo. O cotejo e levantamento bibliográfico ora exposto também parece ter caminhado para o reconhecimento não apenas de uma complementaridade *post hoc* de Giovanni Arrighi à concepção Braudeliana da natureza do Capitalismo, mas também de uma relação dialética entre território e crise no pensamento econômico, a qual certamente será revisitada em reflexões posteriores.

## Bibliografia

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro. Editora Rocco . 1987.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista* (1848). Porto Alegre: L & PM, 2008.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; Esboços da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SOUZA, Luiz. O Estudo das Crises na Análise Econômica e Histórico - Econômica. *Terceira Margem: Economia*, v. 3, p. 67-80, 2010.

## A ECONOMIA POLÍTICA DOS SISTEMAS-MUNDO E AS CADEIAS MERCANTIS<sup>1</sup>

Dr<sup>a</sup> Rosângela de Lima Vieira<sup>2</sup>

Apresentamos preliminares de um projeto de pesquisa em desenvolvimento<sup>3</sup> e dele, priorizamos aqui dois aspectos: a relação Economia Política dos Sistemas-Mundo e a cadeia mercantil do café brasileiro; e o ‘lugar’ do Brasil e de sua *commodity* excepcional na economia mundial.

A abordagem da Economia Política dos Sistemas-Mundo, criada ao longo de várias décadas pelo trabalho de três autores: Fernand Braudel, Immanuel Warllenstein e Giovanni Arrighi<sup>4</sup>; possui como um de seus postulados a necessidade de o capital organizar o processo de acumulação e hierarquizar a economia para garantir a si condições privilegiadas. Segundo os autores esse processo remonta à passagem dos séculos XIV-XV na Europa, com deslocamentos tanto no aspecto geográfico como nas diferentes esferas econômicas. Em conjunto, o processo constituiu-se num sistema mundial que a partir de ciclos consecutivos, às vezes superpostos, que garantiram a acumulação.

A principal consequência desse processo é o ordenamento do mundo em centro, semiperiferia e periferia, cuja posição pode se modificar ao longo do tempo, mas não de forma brusca ou radical. A divisão internacional do trabalho e do capital a partir do centro hegemônico condiciona as possibilidades dos demais membros do sistema.

São quatro os ciclos sistêmicos de acumulação: Gênova – do século XV ao início do XVII; Holanda – do fim do século XVI até grande parte do XVIII; Inglaterra – segunda metade do século XVIII e início do XX; e Estados Unidos – do fim do século XIX até hoje.

A história do Brasil ainda é pouco estudada sob esse prisma. Contudo pesquisas por tal viés poderiam contribuir para uma compressão mais profunda do ‘lugar’ do Brasil na condição de periferia do sistema capitalista.

---

<sup>1</sup> Texto a ser apresentado no V Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo, a realizar-se em 08 e 09 de agosto de 2011 na UNICAMP – Campinas.

<sup>2</sup> Docente do DCPE da UNESP/campus de Marília; [rosangela\\_vieira@uol.com.br](mailto:rosangela_vieira@uol.com.br).

<sup>3</sup> Projeto de Pós-doutorado intitulado: “A cadeia mercantil do café (1830/1929) e a inserção do Brasil na economia-mundo”, desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina, sob a supervisão do professor Dr. Pedro Antonio Vieira.

<sup>4</sup> O historiador francês Fernand Braudel (1902-1985) criou o conceito de *economia-mundo*, ao qual se juntou o de *moderno sistema-mundo* de Immanuel Warllenstein e posteriormente os *ciclos sistêmicos de acumulação do capital* de Giovanni Arrighi.

É exatamente nesta direção que Pedro Antonio Vieira<sup>5</sup> vem desenvolvendo estudos dentro da temática da Economia Política dos Sistemas-Mundo e recentemente apresentou a cadeia mercantil do açúcar. No texto “A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar”, ele assim explicita o conceito de cadeia mercantil:

a concretização e a extensão de uma economia-mundo é medida pela variedade e extensão de suas redes de produção e troca que em linguagem mais técnica Wallerstein e Hopkins (2000) denominaram “cadeias mercantis” (*commodity chains*). Com este conceito os autores designam “processos produtivos interligados que têm cruzado múltiplas fronteiras e que sempre apresentaram dentro deles diferentes formas de controle do trabalho.” (Wallerstein e Hopkins, 2000, p. 221) Mais especificamente, uma cadeia mercantil é composta por todas as fases e ou processos necessários à produção e comercialização de uma mercadoria, desde seus insumos até o consumo final. (VIEIRA, 2010, p.504-5)

O trabalho desenvolvido por Pedro Vieira apresenta a cadeia mercantil do açúcar, cujas “atividades implicadas na produção, comercialização e consumo do açúcar se espalhavam pela América, Europa, África e Ásia, formando uma verdadeira rede de negócios com muitas conexões” (idem, p. 524). Além do aspecto espacial, apresenta os inúmeros produtos partícipes da cadeia do açúcar, como equipamentos, farinha de mandioca, aguardente e principalmente escravos.

Seguindo essa mesma trilha, pretende-se reconstruir a cadeia mercantil do café produzido no Brasil, no período entre 1830 e 1929. A relevância do café para a economia, estado e sociedade brasileira no século XIX é indiscutível e o período escolhido representa o desenvolvimento e apogeu do café como produto altamente rentável nas exportações nacionais.

Este período histórico, na cronologia de Arrighi, é o Ciclo Sistêmico de Acumulação Britânico, porém coincidindo com a passagem deste para o norte-americano. Caracteriza-se por intensas transformações no mundo, lideradas pela potência hegemônica – a Grã-Bretanha – participante ativa dos processos que alteraram profundamente a situação política, econômica e social da colônia portuguesa da América. Dentre eles destacam-se: a transferência da corte portuguesa para o Brasil (1808), a passagem da condição colonial à de Reino Unido (1815), e dessa para Império independente (1822); a ascensão do café como principal produto de exportação; e inovações ‘modernizadoras’ como o fim do tráfico de escravos (1850), a transição para o trabalho assalariado, a imigração européia, a modernização da infra-estrutura,

---

<sup>5</sup> Professor da Universidade Federal de Santa Catarina, onde coordena o Grupo de Pesquisa da Economia Política do Sistema Mundo.

dos serviços bancários e dos transportes (ferrovias) e o início da industrialização. Todas essas transformações constituem o processo de incorporação do Brasil, na condição de periferia, à economia-mundo centrada na Inglaterra. Segundo Talbot (2011), essa condição periférica deu-se pela necessidade brasileira de bens de capital, sob a forma de ferrovias, e pelo controle da exportação de café por empresas européias e norte-americanas<sup>6</sup>.

Embora possa parecer algum exagero, pode-se afirmar, respaldados pela bibliografia, que o aumento das exportações de café foi uma força indutora de mudanças estruturais na sociedade e na economia brasileiras. São Paulo e as classes sociais ligadas aos negócios do café passaram a hegemonizar a política e a economia nacionais; a imigração transformou a composição étnica e cultural do país; a urbanização facilitou o surgimento das classes médias; os transportes foram revolucionados com as ferrovias; e os serviços bancários avançaram extraordinariamente com o financiamento da produção, da comercialização e dos estoques.

Se por um lado estas transformações explicitam avanços consideráveis, simultaneamente elas reforçaram o que Caio Prado chamou de ‘o sentido da colonização’. Ou seja, na divisão internacional do trabalho, coube ao Brasil a produção de produtos primários para atender demandas externas. Assim se pode observar que o fato de a expansão cafeeira acontecer no período da hegemonia britânica certamente imprimiu marcas específicas à continuidade do sentido da colonização. Também se nota que essa expansão ocorre na transição para o novo ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, o que igualmente condicionou algumas das características do ‘lugar’ do Brasil nesse novo contexto.

A partir de 1815 a Grã-Bretanha exerce sem contestação a hegemonia mundial, já no último quartel deste mesmo século esta posição começa a ser contrariada. Essa transição é permeada pelas duas guerras mundiais, ao fim das quais os EUA substituem a Inglaterra como epicentro hegemônico, dando início ao quarto ciclo sistêmico *arrighiano*. Consequentemente torna-se relevante verificar em que medida a cadeia mercantil do café foi afetada por essa alteração hegemônica.

Para identificar as características estruturantes e se observar seus efeitos contraditórios na expansão cafeeira e no desenvolvimento econômico e social brasileiro, faz-se necessário adotar uma perspectiva sistêmica desta expansão. Em outras palavras, é preciso considerar que as atividades ligadas ao café, realizadas em território brasileiro, estavam ligadas a outras localizadas em outras partes do mundo e a outros interesses econômicos. Em suma, é preciso adotar o conceito de cadeia mercantil e proceder ao desenho de seus elos ou nódulos.

---

<sup>6</sup> Cf. TALBOT, 2011, p. 73-4.

O estudo da formação e distribuição espacial da cadeia mercantil do café certamente permitirá lançar novas luzes sobre um período fundamental na história brasileira, período este caracterizado pela formação do estado nacional, pela modernização econômica e suas consequências em termos políticos, sociais e culturais. Um aspecto da vida brasileira que o estudo da cadeia mercantil mundial do café contribuirá é a inserção nacional nos processos políticos e econômicos mundiais. Pois os nódulos fundamentais da cadeia mercantil do café ou eram controlados por agentes britânicos – o comércio e o financiamento, por exemplo – ou se localizava no exterior, como é o caso do consumo, realizado majoritariamente nos EUA.

Esta simples menção à extensão da cadeia mercantil para os dois estados mais poderosos da época – Inglaterra e Estados Unidos – parece suficiente para chamar a atenção às implicações geo-políticas da inserção internacional do Brasil através da cadeia mercantil do café. Em outras palavras, ao abrigar nódulos de uma cadeia mercantil, cujos outros liames se localizavam em centros hegemônicos, indicam que o Brasil não dispunha de autonomia para tomar decisões sobre a *commodity*, sobretudo se estas decisões afetavam os interesses daqueles estados e/ou de seus capitalistas e cidadãos. Apenas como ilustração pode ser mencionada a decisão do governo norte-americano, durante o período da chamada valorização do café, de obrigar os seus agentes comerciais a liquidarem os estoques reguladores existentes nos EUA, estoques que eram usados para manter elevados os preços.

Portanto, o desenho mais detalhado possível da localização espacial da cadeia mercantil do café levará a uma identificação mais precisa dos nódulos localizados no Brasil e fora dele, permitindo saber quais conexões – em termos de rentabilidade e dinamismo – se localizavam no Brasil e fora dele; o que lançará luz sobre o alcance das políticas governamentais para o setor. Simultaneamente, na medida em que conseguirmos rastrear a origem dos insumos, máquinas, equipamentos, financiamentos e o destino dos lucros, será possível diagnosticar com mais precisão as regiões nacionais e internacionais que foram dinamizadas pelos negócios do café.

A bibliografia sobre a temática do café é vasta. O café como tema de estudo, por historiadores, economistas e outros cientistas sociais, apresenta-se recorrente. Todos os autores clássicos e contemporâneos que fizeram estudos de história econômica brasileira analisaram o tema. A peculiaridade da presente pesquisa é analisar o objeto dentro da perspectiva da Economia Política dos Sistemas-Mundo, por meio da reconstrução da cadeia mercantil desse produto.

Nas leituras preliminares já se encontram importantes contribuições para a finalidade desse estudo. Celso Furtado, na obra *Formação Econômica do Brasil* (1997), destaca a importância do café no desenvolvimento do país.

No primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para o primeiro lugar, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações. (FURTADO, 1977, p. 113).

Ao longo do livro, Furtado apresenta os clássicos períodos da produção cafeeira nacional dentro da perspectiva da condição de dependência do Brasil em relação ao capital internacional. E ao tratar da política de valorização do café, ele afirma que esta foi “financiada do exterior” (idem, p.193).

Caio Prado Jr, em “*História Econômica do Brasil*” (1994) analisa a produção cafeeira dentro do contexto imperialista – sobretudo inglês. E associa a política de valorização do café com os interesses de empresas e banqueiros ingleses e o consequente endividamento. E oferece uma posição importante para o delineamento da cadeia mercantil cafeeira e o capital internacional:

a economia cafeeira nas suas diferentes fases, desde a produção até o consumo será largamente explorada pelo capitalismo internacional. Através do financiamento da produção, do comércio, da exportação, ele retirará uma primeira parcela de lucros, pois embora estas operações se realizem no próprio país, elas se acham direta ou indiretamente em suas mãos, seja por bancos e firmas comerciais da mesma procedência nacional, seja por casas brasileiras a ele ligadas. Depois que o café é embarcado, a exploração do capital estrangeiro se torna naturalmente maior e mais fácil; aí vem o transporte, a distribuição nos países consumidores, a industrialização do produto (torração, moagem e outras manipulações). É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar; e os lucros de todos esses processos sucessivos (em que entra boa parte de mais-valia brasileira) canalizam-se para a remuneração dos capitais internacionais neles invertidos. (PRADO JR., 1994, p. 272)

Na mesma página Prado Jr afirma: “praticamente e de uma forma completa, é impossível avaliar a parte da riqueza produzida pelo café brasileiro que permanece no país.” Observa-se, então que ambos os autores enfatizam a participação do capital internacional na cadeia produtiva e comercial do café.

No livro “*Santos, o porto do café*” (1969) de José Ribeiro de Araújo Filho, há informações importantes, sobre a exportação do café, em detalhes e com muitos dados. Também está presente a idéia de que o comércio do café esteve ‘sempre’ nas mãos de estrangeiros.

Até o princípio do século, o domínio na exportação de café pelo porto de Santos pertencia a firmas européias, de Hamburgo, do Havre, de Antuérpia, de Roterdã; depois esse domínio passou a firmas norte-americanas, embora as européias continuassem representando certa importância. De qualquer forma, é digno de nota o fato de o brasileiro não ir além do seu próprio porto para vender a sua principal riqueza. (...) esperando que os compradores venham a nossa casa, ao invés de irmos à sua procura como em geral acontece no comércio internacional. (ARAÚJO FILHO, 1969, p. 163).

Por outro lado, Sergio Silva no livro “Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil” (1976) apresenta uma reflexão teórica interessante na qual demonstra a supremacia do capital mercantil o que leva a burguesia cafeeira a exercer múltiplas funções. “No Brasil, o capital comercial não se apresenta de uma maneira autônoma, enquanto capital comercial puro; ele domina diretamente a produção e a submete às suas exigências” (p. 61). Ele elucida ainda que “a dominação do capital comercial explica-se pela posição ocupada pelo Brasil no seio da economia mundial” (p. 62), em cuja divisão do trabalho, o Brasil participa como fornecedor de produtos primários e consumidor de manufaturados, o que reitera o pensamento de Caio Prado Jr.

Outro autor, referência para pensarmos questões referentes à temática do café é Antônio Delfim Netto, que no livro “O problema do café no Brasil” (1979), também faz algumas indicações da presença do capital internacional nos negócios do café:

O principal banqueiro do cafeeiro era o comissário. Os recursos dessa classe de comerciantes, apesar de serem muito ponderáveis, foram insuficientes para sustentar, sem aperturas, as novas necessidades monetárias da economia. Esta circunstância transformou também o comissário numa classe dependente de financiamentos e quebrou-lhe o poder de resistência diante dos exportadores. O comissário que, dispondo de capital, podia estocar o produto e realizar uma certa regularização da oferta, viu-se diante da necessidade de colocar imediatamente o produto que lhe chegava às mãos a fim de poder cumprir os seus próprios compromissos. Esta inversão de papéis deu ao exportador – geralmente agente de grandes empresas estrangeiras – a capacidade de comprimir ainda mais os preços do produto. (DELFIN NETTO, 1979, p. 18)

A revisão desses autores até aqui salienta o papel fundamental do capital internacional na produção cafeeira. O que expõe a cadeia mercantil do café necessariamente como transnacional, tal como defende Wallerstein (2005).

Esta premissa exige que se faça uma incursão nos aspectos relativos à presença do capital e de empresas estrangeiras na cadeia mercantil do café. Nesse sentido torna-se obrigatória a leitura do livro “150 anos de café” de Martins e Johnston, no qual encontramos a

história da empresa Johnston, fundada nos anos 30 do século XIX para intermediar o comércio em geral e de café em particular. Segundo seus autores,

o fato de não ser preciso haver uma conexão nítida entre os mercados onde as exportações da América Latina eram vendidas e a nacionalidade dos comerciantes que lidavam com elas resultou no aparecimento de casas britânicas em toda a América Espanhola e no Brasil, à procura de oportunidades de negócios. Portanto, o negócio que Edward Johnston fundou não era de modo algum singular. O desenvolvimento do comércio internacional no século XIX dependia cada vez mais de uma cadeia de intermediários para transferir a propriedade de bens do produtor para o consumidor. (MARTINS e JOHNSTON, 1992, p. 151).

Pode-se observar assim na cadeia mercantil do café a presença pragmática do capital e de empresas de capital internacional. Tal fato ocorre nas transações de grande porte, como é o caso acima, a comercialização de grandes quantidades de café; na construção das ferrovias; ou na maquinaria necessária para a preparação do café para comercialização.

Quanto a esse último aspecto igualmente se evidencia a presença internacional na cadeia produtiva do café. Para tratar desse aspecto, a obra “Arquitetura do café” de André Argollo oferece um capítulo sobre o processo produtivo com profundo estudo sobre as máquinas nacionais ou importadas para o ‘beneficiamento’ do café, no qual também o capital internacional se favoreceu. Já o estudo de Luiz Cláudio Ribeiro, no texto “A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX”, apresenta também a maquinaria nacional, inventadas ou “inovadas” no Brasil. E para essas é necessário aço temperado para sua fabricação, o que novamente remete à importação. Ou seja, a outro elo da integração da cadeia produtiva do café ao capital transnacional.

Mas, como adiantamos acima, há outras questões da relação entre o café e o desenvolvimento nacional que merecem ser aprofundadas: 1) a origem dos insumos, máquinas e equipamentos; 2) os agentes – trabalhadores e empresários – envolvidos em cada uma das fases cadeia, sua nacionalidade e remuneração; e 3) os limites e possibilidades da ação estatal.

O percurso feito até aqui buscou demonstrar preliminares do estudo da cadeia mercantil do café brasileiro, como tema importante na reafirmação da EPSM e ao mesmo tempo observar o ‘lugar’ do Brasil e de sua commodity privilegiada na economia mundial. A continuidade desse estudo deverá contribuir para análises mais densas de ambos os aspectos.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO FILHO, José Ribeiro. *Santos o porto do café*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder, e as origens de nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ARGOLLO, André. *Arquitetura do café*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material e capitalismo: séculos XV – XVIII*. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa: Edições Cosmos, 1970.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica do capitalismo*. Trad. Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1985.

\_\_\_\_\_. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995a. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. Trad. Telma Costa. 3 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1995b (v. 1), 1996a (v. 2), 1996b (v. 3)

DELFIN NETTO, Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura, 1979.

FONT, Mauricio. “Coffee planters, and development in Brazil”. **Latin America Research Review**. Vol 22, nº 3, 1987, pp. 69-90.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 26ª Ed, 1997.

MARTINS, Ana Luiza. *História do café*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, M. e JOHNSTON, E. *150 anos de café*. São Paulo: Salamandra, 1992, 2ª edição.

PRADO JÚNIOR. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 41ª Ed, 1994.

RIBEIRO, Luiz Cláudio. “A invenção como ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX”. In: **Anais do Museu Paulista**. Universidade de São Paulo, Museu Paulista. v.14. n.1.p.121-165. jan-jun 2006.

SILVA, Sergio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, Roberto. *Aspectos da história do café*. Congresso de História Nacional. IHGB, 1938.

TALBOT, John. “Information, finance and the new international inequality: the case of coffee”. **Journal of World-Systems Research**, VIII, 2, spring 2002, pp. 214-250.

\_\_\_\_\_. "The coffee commodity chain in the world-economy: Arrighi's systemic cycles and Braudel's layers of analysis". **American Sociological Association**. Volume XVII, Number 1, 2011, pp. 58-88. ISSN 1076-156X.

VIEIRA, Pedro Antonio. "A inserção do "Brasil" nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar". **Economia e Sociedade**. Campinas. 2010, vol.19, n.3 (40), pp. 499-527. ISSN 0104-0618.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo histórico*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. "Protection Networks and Commodity Chains in the Capitalist World-Economy". 2005. In: *Global Networks: Interdisciplinary Perspectives on Commodity Chains*, May 13-14, 2005, Yale University. Disponível em <http://asrudiancenter.wordpress.com/2008/11/03/protection-networks-and-commodity-chains-in-the-capitalist-world-economy/>. Acesso em 06 mai. 2011.

## **DO COMBATE À FUNCIONALIDADE: O *proteccionismo* em diferentes ciclos sistêmicos de acumulação**

Guilherme A. ASTOLPHI DE AGUIAR<sup>1</sup>

### **Introdução**

Na década de 90 a Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (CEPAL) mudou. Seu posicionamento frente à integração das economias latino-americanas ao arranjo internacional foi deslocado sensivelmente. Se até então identificava-se tradicionalmente a comissão à “defesa” das economias da região perante uma estrutura internacional de comércio desequilibrada, mesmo hostil aos interesses de desenvolvimento da região – que justificava o apoio à medidas de proteção aos mercados locais -, a CEPAL da “*transformação produtiva com equidade*” passou a defender a reforma e abertura das ainda subdesenvolvidas economias do continente.

Em “Industrialización en América Latina: De la 'caja negra' al 'casillero vacío’”, Fernando Fajnzylber, nome mais notável desta geração da comissão, irá criticar contundentemente os resultados angariados pela industrialização latino-americana. Dentre o conjunto de economias periféricas industrializadas, a América Latina se distinguia ao conviver com baixo crescimento econômico e uma alta desigualdade social, simultaneamente; o que evidenciava ineficiências latentes. Entre os fatores responsáveis, o “estilo fechado” de desenvolvimento foi colocado em xeque.

Gert Rozenhal, ex-secretário-geral da comissão, irá promover uma proposta de integração regional batizada de “regionalismo aberto” que, diferentemente das propostas de integração anteriormente patrocinadas pela CEPAL, comungava de um espírito mais “liberal” do que “desenvolvimentista”: se as propostas anteriores (como a Associação Latino Americana de Livre Comércio – ALALC) tinham como pano de fundo o fortalecimento das unidades produtivas locais sem descartar a orientação “interna” deste aparato produtivo (intensificando-a, inclusive), a nova ideia visava articular as economias da região para dotá-las de uma condição superior de integração à economia global.

O deslocamento do posicionamento da CEPAL fora significativo. Habitualmente se fala mesmo em “inflexão” em seus caminhos.<sup>2</sup> Mas o contraste não fica claro se não levarmos em conta aquele que pode ser considerado “ato fundamental” da comissão – e ao qual a mesma ainda deve a maior parte de seu prestígio: em 1949, o economista argentino Raúl Prebisch chega como consultor

---

1 Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, UNESP – Campus de Marília.  
Contatos – Endereço: Rua Chavantes, 733, Centro. Tupã/SP. CEP: 17601-180; E-mail: [astolphiguaiar@gmail.com](mailto:astolphiguaiar@gmail.com);  
Tel: (14) 9189-7465

2 Vide Almeida Filho, 2001.

com a tarefa de elaborar um estudo sobre a condição econômica da América Latina, e deste esforço surge um célebre escrito (vide Prebisch, 1986). O texto assume o caráter de manifesto contra as condições quais a região fora lançada pela filiação à estrutura vigente de divisão internacional do trabalho. Nas palavras de Celso Furtado, contemporâneo de Prebisch na comissão,:

O texto não comportava propriamente uma crítica à teoria clássica (ou neoclássica) do comércio internacional. Seu objeto de ataque era o sistema real de divisão internacional do trabalho, que vinha conduzindo historicamente à concentração de renda em benefício dos centros industrializados. Afirmava-se que a legitimidade desse sistema fundava-se na tese de que os frutos do progresso técnico tenderiam a “repartir-se com equanimidade” entre os países que participassem do intercâmbio. Ora, aí estavam os dados demonstrando o contrário, pois a relação de trocas evoluía persistentemente contra os países da periferia. (...) Para escapar aos constrangimentos da ordem internacional existente, os países periféricos tinham de adotar a via da industrialização, caminho real de acesso aos frutos do progresso técnico. (Furtado, 1997, pp. 154-5 *apud* Mendonça, 2010, p. 9)

O “Manifesto Latino Americano” (conforme denominado por Hirschmann) eliminava as interpretações “rostownianas” acerca da condição de subdesenvolvimento latino-americano. Não a interpretava como simples defasagem temporal com relação à etapa de desenvolvimento atingida pelos países centrais, mas sim como resultado ativo de uma determinada estrutura de divisão internacional do trabalho. O desenvolvimento, identificado com o caminho da industrialização, seria acima de tudo um processo de enfrentamento de uma situação internacional adversa - de uma alteração do patamar de posicionamento do aparelho produtivo local ao arranjo geral.

A superação do estado de dependência presumia, portanto, a desfiliação do arranjo livre cambista que imperava. Demonstrado que a especialização na produção de produtos primários não permitia o incremento das condições materiais da região, e que o mero transcorrer do tempo não iria levar as economias subdesenvolvidas à industrialização, uma atuação pró-ativa em direção da industrialização se tornava imperativa - o que compreendia um forte apelo protecionista.

Houve desenvolvimento industrial em boa parte da América Latina, calcado em uma forte proteção e orientação interna, mas o resultado econômico e social não foi o esperado. Uma ampla literatura crítica do processo de industrialização tomado curso na América Latina - assim como do arcabouço teórico “desenvolvimentista” que o amparou - surgiu já pela década de 1970, da qual se destacam as obras oriundas da denominada “Teoria da Dependência”.

Autores como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Samir Amin, Andre Gunder Frank e Rui Mauro Marini, analisaram a sobrevivência da condição de dependência latino-americana mesmo após o advento da industrialização e do desenvolvimento econômico. Interpretaram as origens e fundamentos dos laços de dependência, sua reconfiguração e intensificação durante a industrialização da periferia.

O presente trabalho compartilha do diagnóstico destes autores – de que as relações de

dependência permaneceram, recompostas por outras vias – porém não se filia imediatamente aos mesmos. O intuito subjacente consiste em lançar mão de uma forma distinta de abordagem das unidades de análise em questão para o enriquecimento da crítica. Assim, parte-se da unidade de análise da “economia-mundo” de Immanuel Wallerstein, e da noção de “ciclo sistêmico de acumulação” de Giovanni Arrighi para compor a conjuntura onde tal hierarquia de relações assimétricas entre as economias-nação se inscreve.<sup>3</sup>

Para melhor conduzir a análise, nos concentraremos na questão do *proteccionismo*. Mais precisamente nas práticas de proteccionismo comercial, em maior ou menor grau, vinculadas a projetos de transformações de estruturas econômicas circunscritas. Em outras palavras, vamos abordar aquele conjunto de medidas de política econômica e comercial lançado mão pelos Estados com vias a restringir determinadas importações em razão da proteção de setores produtivos internos incapazes de competir em igualdade de condições, com vista a futura internalização da produção dos mesmos, ou como amparo de processo em curso ou debilitado.

Discutir-se-á o “caráter” (o “sentido”) empregado às práticas protecionistas, sua pertinência, validade, aceitação ou repulsa, e seus impactos, dadas as diferentes condições vigentes nas distintas formas de estruturação da economia-mundo capitalista – no espaço de tempo compreendido pelo ciclo sistêmico de acumulação dirigido pela hegemonia britânica iniciado ao começo do século XIX, e o ciclo presidido pela hegemonia norte-americana, que se consolida ao final da Segunda Guerra Mundial.

Chega-se assim numa argumentação onde a prática protecionista assume sentidos distintos, de acordo com a estrutura de divisão internacional do trabalho, e de comércio internacional, ensejada pelas respectivas estruturas regulatórias próprias às hegemônias em curso. Desta feita, o *proteccionismo* emerge como discurso e prática disruptiva quando na vigência do “ciclo britânico de acumulação”, uma vez que este se amparava numa estrutura comercial “livre cambista” que assegurava a posição de “centro manufatureiro mundial” pela potência inglesa; já no “ciclo norte-americano”, caracterizado pela transnacionalização da produção e da liberdade de investimento e circulação financeira, a prática protecionista (comercial, ressalte-se) queda não apenas tolerável, quanto funcional à regulação monopolista e à estrutururação do sistema interestatal próprio ao ciclo em questão.

O texto está estruturado em dois tópicos e uma “conclusão”. No primeiro são discutidas sucintamente certas características do “ciclo britânico de acumulação”, dando especial ênfase a estrutura de comércio internacional prevalecente e sua importância na caracterização do ciclo. Na segunda parte exponho alguns pontos particulares do “ciclo norte-americano” e de qual maneira podemos associar a industrialização da periferia latino-americana a este. Por fim há uma exposição

---

3 Para uma introdução à economia política do sistema-mundo vide Arienti & Filomeno, 2007.

mais ampla da questão do comércio internacional dentre estes ciclos, e do “sentido” - de seu potencial “disruptivo” (emancipatório?) - do *proteccionismo*, dadas as diferentes lógicas de organização dos processos de acumulação [em escala glocal] que presidem estes ciclos.

### **O Império do “Livre Comércio”:**

#### ***Pax britannica*, a divisão internacional do trabalho e a doutrina liberal**

Quando Prebisch se insurge contra a divisão internacional do trabalho vigente, ele também está se insurgindo contra toda uma longa tradição da economia política. O arranjo liberalizado que caracterizou a estrutura de comércio internacional da economia-mundo capitalista durante o período dirigido pela hegemonia britânica devia sua ossatura ideológica a uma escola de pensamento social que remonta à crítica de políticas mercantilistas que prevaleceram durante os séculos XVI e XVII. Apesar do “iluminismo escocês” ser a espinha dorsal do movimento liberal, podemos rastrear as primeiras críticas aos pressupostos mercantilistas já nos fisiocratas - escola de pensamento que não chegou a estruturar-se enquanto tal, pois durou pouco, sendo Quesnay seu único nome relevante. Autores usualmente classificados enquanto “mercantilistas” também já esboçavam o apreço pela extensão do comércio (e pela necessidade de eliminação de entraves, conseqüentemente) tão característico da futura escola liberal, como William Petty. A própria ideia de uma “escola” mercantilista é tributária da militância liberal que em confronto com as costumeiras práticas restritivas - no âmbito das trocas comerciais internacionais - dos Estados, amalgamou num corpo de prova bem delimitado uma extensa coleção de práticas, discursos, opiniões e figuras históricas (como Turgot, Colbert e Richelieu). Nas palavras de Pierre Deyon:

O mercantilismo foi definido e batizado por seus adversários. Como se espantar que eles não tenham definido corretamente? Para melhor desacreditá-lo, simularam reter apenas seu aspecto comercial, e conseguiram atribuir ao adjetivo mercantil um matiz pejorativo e odioso. Denunciando no mercantilismo o triunfo dos interesses egoístas dos mercadores, ignoraram que era também um sistema manufatureiro, agrícola, e toda uma concepção de poder estatal. (Deyon, 1973, p. 10)

Não tanto por que ela lá tenha “surgido”, mas não é por acaso que a escola liberal tenha assumido relevância, e alcançado tanta identificação com o Império Britânico e com suas práticas. No auge de sua hegemonia, as práticas comerciais do Império Britânico caminharão ao lado das prescrições liberais. O Império irá apoiar o livre-cambismo. Apoiar, recomendar, patrocinar, e, principalmente, praticar. O caso mais emblemático da vitória do credo liberal na experiência britânica é o caso das “*Corn Laws*”: legislação protecionista instituída no período das Guerras Napoleônicas, que restringia a importação inglesa de cereais, a lei foi combatida com vigor pelos pensadores da escola liberal enquanto esteve em vigor. David Ricardo escreveu contra a legislação

dos cereais já no ano de seu estabelecimento, 1815. Em 1836 a resistência intelectual e política à medida culminou na criação da “*Anti-Corn Law League*” de Richard Cobden. Dez anos após as “*Corn Laws*” eram revogadas e o acontecimento foi reconhecido como um marco da vitória liberal.

Mas a revogação da legislação protecionista não foi encarada apenas como uma vitória das posturas liberais, mas também - o mais importante - como um triunfo da burguesia industrial inglesa. Desvendar a razão que torna a derrocada da medida protecionista uma vitória dos interesses industriais compreende parte da explicação do apreço britânico pelo livre comércio. A barreira favorecia os interesses dos proprietários de terras incapazes de produzir em condições competitivas com a produção importada, que experimentava ganhos de competitividade com a revolução dos transportes dada pela ferrovia e o uso do poder do vapor pela marinha mercante. Como estes produtores locais encontravam-se, obviamente, incapazes de incrementar sua produção, o alto preço (em termos comparativos) do cereal se traduzia em um nível salarial desnecessariamente elevado, visto a inflação do custo de vida - uma vez que este consiste em elemento básico da dieta da população (principalmente sob a forma de pão). A lei também incentivava a permanência de parcela da população no campo, principalmente pequenos e médios camponeses que sobreviviam da plantação de cereal, apesar de sua potencial falta de competitividade (usualmente tratada como “ineficiência”); ao permitir a existência de unidades rurais ineficientes sob a lógica capitalista, a lei atrasava o processo de proletarianização da população, além de evitar a expansão de culturas mais afinadas às necessidades de uma economia industrial – como a lã. Todos estes fatores contribuíam para o incremento dos custos da produção manufatureira, para a diminuição de sua competitividade e lucratividade. A revogação das “*Corn Laws*”, portanto, consagra a classe industrial enquanto núcleo de poder político. A Inglaterra pode não ter sido a primeira nação a industrializar-se, tampouco foi a única a estabelecer um aparato manufatureiro integrado e consistente durante o “capitalismo originário”, porém foi pioneira na galvanização da posição hegemônica de sua burguesia industrial. O processo de construção da hegemonia britânica pode ser encarado por uma abordagem que vislumbra um contínuo esforço político, social, cultural e econômico de condicionamento de estruturas do sistema-mundo capitalista, do sistema interestatal, do padrão de trocas e da divisão internacional do trabalho, visando ao atendimento das crescentes necessidades do capital industrial.

Nada seria mais incorreto que afirmar uma harmonia natural dos interesses industriais com o livre-comércio. O próprio histórico da industrialização britânica já contradiz a afirmação. O setor industrial inglês se favoreceu fortemente pelo nacionalismo econômico do mercantilismo praticado no século XVII e XVIII, principalmente:

França e Inglaterra demoraram a entrar na luta global pelo poder. (...) Para alcançar e ultrapassar os que haviam chegado primeiro, os retardatários tiveram que reestruturar radicalmente a geografia política do

comércio mundial. Foi precisamente isso que se conseguiu com a nova síntese de capitalismo e territorialismo criada pelos mercantilismos francês e britânico no século XVIII.

Este teve três componentes principais e estreitamente inter-relacionados: a colonização direta, a escravidão capitalista e o **nacionalismo econômico**. (Arrighi, 1996, pp. 48-9 – grifo nosso)

Em matéria econômica, como em matéria política, a situação da Inglaterra parece intermediária entre a das Províncias Unidas e a da França: as Províncias Unidas onde a impotência do poder federal frequentemente deixa livre curso aos interesses particulares, até mesmo antinacionais, e a França onde o zelo de um ministro, suprindo mal o enfraquecimento dos corpos intermediários, a intervenção do Estado assume um caráter autoritário ou repressivo. O mercantilismo inglês se beneficia da precocidade das instituições políticas e sociais, da qualidade da informação e da reflexão teórica no país, evolui, se adapta, se aperfeiçoa, e ajuda a Inglaterra a assumir, na Europa, uma verdadeira supremacia marítima e comercial e, talvez, já a **supremacia industrial**. (Deyon, *op. cit.*, p. 30)

Antes de enveredar pela defesa intransigente e unilateral do livre-comércio, a Inglaterra vai lançar mão de pesada intervenção no cenário internacional, não apenas na esfera comercial, como, principalmente, nas esferas política e militar. A potência inglesa não prescindiu da construção de um arranjo internacional favorável a seus interesses através de ações que envolveram muito pouco do “liberalismo” tardiamente defendido. Fator fundamental para a superioridade inglesa no comércio internacional, a supremacia marítima britânica foi conquistada graças a destruição da “Invencível Armada” espanhola no século XVII, das vitórias contra os Holandeses em guerras travadas ao longo do século XVIII e dos *Atos de Navegação* promulgados. Consolidou sua supremacia após a vitória contra a França na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), e voltou a derrotar as pretensões francesas ao começo do século XIX, quando, a partir do triunfo nas Guerras Napoleônicas, buscou reconstruir a ordem internacional destroçada por revoltas populares e pela expansão imperial da França de Napoleão. A Inglaterra presidiu a reconstrução do sistema internacional prévio – a da Paz da Vestfália -, recondicionando-o de modo a servir a seus interesses:

O Reino Unido tornou-se hegemônico, em primeiro lugar, por liderar uma vasta aliança de forças primordialmente dinásticas na luta contra essas violações de seus direitos absolutos de governo e em prol da restauração do Sistema de Vestfália. Essa restauração foi concluída com sucesso pelo Tratado de Viena, de 1815, e pelo subsequente Congresso de Aix-la-Chapelle, em 1818. Até esse momento, a hegemonia britânica era uma réplica da hegemonia holandesa. Na luta contra as pretensões imperialistas da Espanha dos Habsburgos, os holandeses tinham logrado êxito em liderar o sistema interestatal em vias de nascer; na luta contra as pretensões imperialistas da França napoleônica, os britânicos lideraram com êxito o sistema interestatal prestes a ser destruído (cf. Dehio, 1962).

Ao contrário das Províncias Unidas, no entanto, o Reino Unido passou a governar o sistema interestatal e, assim fazendo, empreendeu uma grande reorganização desse sistema, com vistas a acomodar as novas realidades de poder criadas pela contínua sublevação revolucionária. O sistema que passou a existir foi o que John Gallagher e Ronald Robinson (1953) chamaram de imperialismo de livre comércio – um sistema mundial de governo que se expandiu e suplantou o Sistema de Vestfália.

(...)

Por fim, a expansão e a superação do Sistema da Vestfália encontraram expressão num instrumento inteiramente novo de governo mundial. O Sistema de Vestfália baseara-se no princípio de que nenhuma autoridade operaria acima do sistema interestatal. O imperialismo de livre comércio, ao contrário, estabeleceu o princípio de que as leis que vigoravam dentro e entre as nações estavam sujeitas à autoridade superior de uma nova entidade metafísica – um mercado mundial, regido por suas próprias “leis” -, supostamente dotada de poderes sobrenaturais maiores do que tudo o que o papa e o imperador jamais houvessem controlado no sistema de governo medieval. Ao apresentar sua supremacia mundial

como a encarnação dessa entidade metafísica, o Reino Unido logrou ampliar seu poder no sistema interestatal muito além do que era justificado pela extensão e eficiência de seu aparelho coercitivo. (Arrighi, *idem*, pp. 52-3 e 55)

Ao mesmo tempo a hegemonia inglesa se expandia rumo à periferia do sistema através de expedientes diversos. Mescloou-se colonização direta, como no caso da Índia e da China, e exploração comercial de cunho colonial. No caso latino-americano, a expansão da hegemonia inglesa às colônias inicia-se ainda como parte do processo de abarcamento de suas metrópoles sob esta mesma hegemonia. Clássico caso, a submissão de Portugal aos interesses britânicos precede ao famoso Tratado de Methuen (“Panos e Vinhos”), com suas “sementes” já lançadas em tratados datados de 1642, 1654 e 1661; a extensão da condição de vassalagem comercial da metrópole submetida às colônias se consolidou ao final das Guerras Napoleônicas – o exclusivo comercial da metrópole portuguesa com o Brasil, já usualmente desrespeitado pela Inglaterra, vai ser completamente revogado com a chegada da família real em 1808 e a abertura dos portos brasileiros as “nações amigas” (Manchester, 1973). A maior parte do legado colonial espanhol foi conquistada às custas do patrocínio dos movimentos de independência, que desvincularam definitivamente as colônias de suas antigas metrópoles, revogando as restrições dadas pelo pacto colonial e ligando as nações recém-emancipadas à submissão ao arranjo do imperialismo livre-cambista inglês.

A virtuosidade do arcabouço internacional elaborado pela iniciativa do Reino Unido só fica claro se tivermos em mente o pioneirismo da economia inglesa em promover a centralização da iniciativa, da dinâmica nuclear econômica, na industrialização. Numa determinada aposta na consolidação de seu capitalismo enquanto modo de produção, e não somente como lógica de comercialização. Se trata de percebermos as vantagens competitivas assumidas por um dado conjunto econômico pioneiro na tarefa de internalizar os custos de produção para com isso poder desenvolver meios de reduzi-los. A elevada maturidade do setor manufatureiro britânico em comparação com outros possíveis rivais, aliada a proeminência financeira da *city* londrina – que concentrava a liquidez mundial – e a instituição do sistema monetário do padrão ouro, permitiu que o Reino Unido consolidasse sua posição de centro manufatureiro mundial, podendo desfrutar exclusivamente das vantagens proporcionadas pela liberalização comercial.

Portanto, na Inglaterra, após a Revolução Industrial, faziam-se presentes as condições para que os mecanismos da concorrência operassem plenamente: o aparelho industrial já era integrado, o sistema bancário desenvolvido, um grande número de empresas atuava nos diversos ramos, a tecnologia era simples, o processo de proletarização era avançado, e já se conformara uma classe operária livre. Mas, apesar de a própria estrutura econômica estar madura para a realização da posição hegemônica do capital industrial, a existência de entraves institucionais à livre concorrência bloqueava esse movimento, e, na luta política que se desenvolvia, a burguesia industrial assumia a defesa do liberalismo econômico. (Oliveira, 2003, p. 181)

A doutrina liberal servia como corolário ideológico de legitimação da cristalização de uma

dada estrutura de divisão internacional do trabalho conveniente aos interesses da potência hegemônica inglesa. Conforme exposto por Arrighi, a afiliação ao regime de submissão às “leis de mercado” por parte dos integrantes do sistema interestatal que se inseria o Reino Unido proporcionou a este último uma capacidade inédita de controle deste mesmo sistema. A estrutura de divisão internacional do trabalho engendradora permitiu um circuito virtuoso de desenvolvimento industrial e financeiro da economia central às expensas da especialização da periferia em produtos primários. O aumento da produção periférica além de acarretar em diminuição dos custos dos insumos industriais, proporcionava horizontes amplos de expansão de investimento para o capital concentrado no centro financeiro londrino, principalmente em obras de infraestrutura voltada a atividade exportadora - como as ferrovias, que mais do que se constituir enquanto nichos rentáveis de aplicação por si, também implicava em redução de custos e aumento de oferta destes mesmos insumos que alimentavam a indústria europeia. A renda acumulada pelos países periféricos através do comércio de produtos primários se convertia, em quase sua totalidade, em poder de compra empregado na aquisição de manufaturas; estas com sua produção concentrada no centro sistêmico, fazia com que o dinheiro simplesmente retornasse, valorizado, ao seu ponto de partida.

Assim sendo, o livre comércio parecia indispensável, pois permitia que os fornecedores ultramarinhos de produtos primários trocassem suas mercadorias por manufaturados britânicos, reforçando assim a simbiose entre o Reino Unido e o mundo subdesenvolvido, base essencial do poderio econômico britânico. Os *estancieros* argentinos e uruguaios, os produtores de lã australianos e os agricultores dinamarqueses não tinham interesse em incentivar a indústria manufatureira nacional, pois se saíam muito bem como planetas do sistema solar britânico. (Hobsbawm, 2007, p. 65)

Defendendo o livre comércio, portanto, endossava-se o *status quo* da divisão internacional do trabalho. Quando Prebisch se insurge contra esta estrutura de divisão, seu ponto focal de ataque é precisamente o corolário ideológico que revestia a emulação da cristalização do esquema: sua crítica teórica investe diretamente contra a “lei das vantagens comparativas” elaborada originalmente por David Ricardo e regularmente revisitada por diversos outros liberais (como Bertil Ohlin e Samuelson). A teoria valorizava conceitos ligados a posições metafísicas que englobam uma suposta “vocação” de diferentes países para diferentes tarefas econômicas, e a necessária afiliação dos esforços de trabalho destas unidades nestas respectivas tarefas, promovendo os aumentos de produtividade mais amplos possíveis, de acordo com suas respectivas “potencialidades”. Assim, mesmo que fosse mais importante desenvolver um tipo específico de atividade econômica, o país em questão deveria especializar-se naquilo qual tem maior vocação, deixando as demais tarefas para as unidades mais “aptas”. Busca-se a ampliação da produção em escala global; os ganhos de produtividade e a ampliação da renda distribuir-se-iam equitativamente desde que preservados os fundamentos do livre comércio internacional. No caso do debate entre a industrialização e a especialização primária (polêmica na qual se inscreve o “manifesto” de Prebisch) argumentou-se

com base na teoria que mesmo sendo a indústria uma atividade com maior capacidade de ampliação da produtividade, o fato desta ampliar sua produtividade ao tempo em que passa a demandar mais insumos faz com que o preço destes últimos suba, uma vez que a capacidade das atividades primárias de agregar progresso técnico é menor; logo, sua produtividade (sua oferta) cresce de maneira mais lenta; deste modo, mantida a estrutura de livre comércio os ganhos de produtividade das nações industrializadas tendiam a se distribuir equitativamente através dos mecanismos de preços regulados pelo mercado. Prebisch demonstrou através da elaboração de sua “teoria da deterioração dos termos de intercâmbio” que fatores tais quais a baixa elasticidade-renda da oferta dos produtos primários, os avanços tecnológicos atinentes à economia de insumos primários, e mesmo sua substituição por derivados sintéticos, a legislação trabalhista dos assalariados industriais (que impedia a retração dos salários nos períodos de baixa, impedindo a redução dos preços dos produtos manufaturados), dentre outros aspectos assimétricos da realidade econômica, fazia com que a produção manufatureira tivesse melhores condições de preservar seus rendimentos tanto nos períodos de alta, quanto nos de baixa, transformando a “teoria das vantagens comparativas” em mera ficção acadêmica voltada a preservação de uma estrutura desigual de trocas comerciais.

A crítica de Prebisch é dotada de grande valor, e o apelo à industrialização como via para a superação da condição de dependência faz todo o sentido se situada no arranjo internacional costurado pela hegemonia inglesa. Neste ponto, o *proteccionismo* surge como ferramenta potencialmente disruptiva e anti-sistêmica. O problema é que no momento em que Prebisch produz esta argumentação, a posição hegemônica do sistema-mundo capitalista já havia trocado de mãos e o ciclo sistêmico de acumulação norte-americano consolidava novas estruturas de regulamentação das relações interestatais e da divisão internacional do trabalho.

### **Sem Fronteiras Para o Dinheiro:**

#### **Revolução organizacional, demanda efetiva e industrialização periférica**

A derrocada da hegemonia britânica inicia-se ainda ao terço final do século XIX. A “Grande Depressão”, ocorrida entre 1873 a 1896, trabalhou para o início da desagregação das estruturas de regulação de concorrência que caracterizavam o regime inglês. A busca pelo lucro passou a tornar-se, cada vez mais, numa competição autofágica num ambiente de saturação, no momento em que as oportunidades de investimento rareavam e as margens de sobre-lucro advindos do monopólio tecnológico (de “inspiração schumpeteriana”) haviam sido comprimidas pelas largas exportações de capital e tecnologia inglesa. A industrialização da guerra havia tornado a função de proteção dos interesses dos entes capitalistas pelos Estados indispensável. A escalada do imperialismo colonial dado nesta época é exemplo sintomático das estratégias de recuperação e expansão econômicas por

parte daqueles entes estatais em estado maior de decrepitude, que trabalhavam em favor da desagregação do equilíbrio de poder estruturado pela *Pax Britannica*. A isto se soma a unificação alemã, seu acelerado processo de industrialização, e o crescimento do antagonismo entre esta nação e a potência inglesa. É fato que nos momentos de contração econômica global, o mundo fica “menor”: quando o imperativo da contínua valorização do capital se depara com condições adversas, e o “bolo deixa de crescer”, é natural que os comensais passem a disputar suas fatias, buscando seu crescimento na base da retração alheia. O capital se fazia cada vez mais necessário ao Estado, e vice-versa. Como resultados deste movimento podemos citar a “paz armada”, a escalada dos conflitos imperialistas e o tensionamento da ordem internacional ao ponto de ruptura bélica. Nas palavras de Max Weber, citado por Hobsbawm (*idem*, p. 87):

Apenas uma confusão política completa e um otimismo ingênuo podem impedir que se reconheça que os esforços inevitáveis em favor da expansão comercial de todas as nações civilizadas, sob o controle da burguesia, após um período da transição de concorrência aparentemente pacífica, se aproximam nitidamente do ponto em que apenas o poder decidirá a parte que caberá a cada nação no controle econômico da Terra e, portanto, a esfera de ação de seus povos e, especialmente, do potencial de ganho de seus trabalhadores.

A Grande Guerra foi apenas a expressão histórica da ruptura do sistema internacional gerido pelos ingleses, onde, aparentemente, o furor bélico havia desencadeado um irremediável processo de corrosão do sistema econômico mundial. Aparentemente, pois fora a desagregação das estruturas de restrição à competição claras ao ciclo britânico que havia permitido um período de “competição excessiva” que havia desencadeado o processo depressivo do último quarto do século XIX; e havia sido esta corrosão da capacidade sistêmica de remuneração dos crescentes investimentos (por vias correntes ao funcionamento do sistema) que tinha incitado os elementos do sistema à escolha de meios hostis de competição. Giovanni Arrighi relaciona interessante as fases “A” (de prosperidade) e “B” (de retração) dos ciclos de Kondratieff a estes movimentos de relaxamento e crescimento das hostilidades, relacionando-os com o movimento histórico:

A conceituação precedente de ondas longas nos revela que as fases B são períodos de disputa aberta ou competição “excessiva” entre as empresas capitalistas, e as fases A são períodos de trégua que preparam para uma nova rodada de luta. (...)

Ao longo da fase A do primeiro K [Kondratieff] (1787/90-1810/17), o agrupamento da Revolução Industrial na Grã-Bretanha consolidou a liderança britânica no sistema interempresas; na fase B (1810/17-1844/51), a competição “excessiva”, entre as empresas britânicas, por insumos primários, levou ao estabelecimento do Sistema de Livre Comércio da Grã-Bretanha, isto é, de um novo conjunto de acordos costumeiros. (...)

Se o primeiro K se caracteriza pela consolidação da liderança britânica no sistema interempresas (e pelo estabelecimento de acordos no sistema inter-Estados que refletiam essa liderança), o segundo K se caracteriza por um processo de “equiparação” com a superioridade global da Grã-Bretanha na produção industrial. Na fase A, de 1844/51-1870/75, a Revolução dos Transportes não destruiu, mas sim colocou em pleno funcionamento as relações de cooperação e complementariedade que ligavam as empresas britânicas ao resto do mundo. A “prosperidade” geral aumentou, e os aspectos competitivos da Revolução foram ocultados. Esses aspectos ficaram em primeiro plano na fase B, de 1870/75-1890/96, quando uma

nova rodada de luta aberta por mercados compradores e insumos primários irrompeu numa escala sem precedentes.

(...) Diferentemente da fase B anterior, no entanto, a fase B do final do século XIX deu origem não a um único conjunto de acordos capazes de impor a cooperação interempresas numa escala mundial, mas a uma multiplicidade de acordos contraditórios. Três principais respostas à competição excessiva da fase B podem ser distinguidas: a britânica, a alemã e a norte-americana. (Arrighi, 1997, pp. 25-6)

A resposta britânica consistia em não mais do que “mais do mesmo”. Sua resposta fora um tentativa de restabelecimento do arranjo livre-cambista até então vigente. O “mercantilismo alemão” procurou seguir a lógica britânica a princípio, buscando a supremacia naval e a conquista de colônias de além-mar, e foi derrotado na Grande Guerra; numa segunda fase, a agora Alemanha Nazista buscará seguir uma lógica de expansão análoga à da estruturação norte-americana em seu continente, trilhando o caminho de um territorialismo continental, sendo derrotada na Segunda Guerra (Arrighi, 1996, pp. 60-1). Ao final desta guerra a resposta norte-americana prevaleceu.

A resposta norte-americana que se consolidou tem como aspectos marcantes alguns fatores quais já vinham sendo desenvolvidos ao longo da história de sua nação, quais ressaltamos: (1) a Revolução Organizacional, que promoveu um rearranjo na forma de organização do trabalho que desembocou em numa nova formatação no grau de concentração do capital, na estrutura de salários, nas relações e hierarquia interempresarial e na estrutura de divisão internacional do trabalho desejada; (2) transformação da forma e sentido da intervenção do Estado nos assuntos econômicos, estando agora o ente político em boa parte responsável pelas “condições” de valorização do capital – que o digam as políticas keynesianas atinentes à manutenção do pleno emprego; e (3) uma nova forma de encarar a problemática da demanda, onde a estruturação de importantes cadeias internas de consumo (o chamado “mercado interno”) torna-se alvo de esforço deliberado por parte de gestores e empresários. Não é algo fecundo cindir e isolar estes elementos, uma vez que eles se implicam naturalmente. Esta divisão é meramente esquemática.

A Revolução Organizacional trouxe ao mundo a empresa multinacional. Que não se confunda a transnacional do século XX com as companhias de comércio de outrora: seu único ponto de contato é o fato de operarem também em países distintos do seu de origem. O grande conglomerado multinacional que caracteriza a cabeça de ponte do regime norte-americano de reprodução capitalista é frequentemente multinacional não porque deseja lucrar com artigos produzidos em paragens distantes, mas pelo contrário, de alguma forma ele não deseja que lucrem. O conglomerado capitalista do século XX tem como sua grande característica a internalização de custos de comercialização através da integração vertical de unidades de produção; em outras palavras, a empresa busca “produzir seus próprios insumos” através de unidades dedicadas a exploração destes nichos, ligadas a si de modo hierárquico.

A empresa “norte-americana” também racionalizou os processos produtivos através da aplicação mais intensiva dos princípios tayloristas por meio da “linha de montagem”, que promoveu

aumentos significativos na produtividade das empresas, lançando uma enxurrada de mercadorias que ensejou um apelo à transformação dos padrões de consumo e induziu à estruturação de uma padronização da demanda tal como das técnicas produtivas. A necessidade de um esforço atinente a reestruturação da demanda tornou-se imperativo com a crise de superprodução de 1929, que incitou a teoria econômica a uma revolução teórica e ideológica com vias a poder “involucrar” a nova lógica sistêmica. A “revolução keynesiana” consistiu basicamente na elaboração de um conjunto de formulações acerca da problemática da “demanda efetiva”, cada vez mais relevante à medida que a marcha capitalista encontrava cada vez menos necessidades não-atendidas capazes de render retorno a investimentos; e também, como seria de se esperar, a proposição de um conjunto de medidas que estabeleciam a uma nova lógica de intervenção do Estado:

A conclusão básica de Keynes pode, no entanto, ser exposta com objetividade. Anteriormente, afirmava-se que o sistema econômico, qualquer sistema capitalista, encontrava seu equilíbrio no pleno emprego. Abandonado a si mesmo, era assim que atingia o ponto de repouso. Pessoas e fábricas improdutivas eram uma aberração, uma falha absolutamente temporária. Keynes demonstrou que a moderna economia podia igualmente achar seu ponto de equilíbrio, a despeito de um acentuado e contínuo problema de desemprego. Sua tendência perfeitamente normal era para o que os economistas desde então resolveram chamar de equilíbrio de subemprego.

A causa última do equilíbrio do subemprego residia no esforço, tanto individual como das empresas, de economizar mais de sua renda do que na ocasião era considerado lucrativo para os homens de negócio investirem. O que se poupava de renda deveria finalmente ser aplicado, ou então haveria uma queda no poder aquisitivo. Anteriormente, por uns 150 anos, essa possibilidade havia sido excluída da teoria econômica consagrada. A receita proveniente da produção de bens era sempre tida como suficiente para comprar os bens necessários. Toda poupança era fatalmente investida. Se ocorresse um superávit, ou excedente, na poupança, as taxas de juro cairiam, e isso asseguraria a sua aplicação.

Keynes não negou que toda a poupança era investida. Mas demonstrou que isso podia ser realizado por meio de uma queda da produção (e do emprego) na economia como um todo. Essa queda reduzia a rentabilidade, transformava lucros em prejuízo, reduzia a renda pessoal e, enquanto reduzia o investimento, reduzia ainda mais a poupança. Era dessa maneira que a poupança era mantida em pé de igualdade com os investimentos. Ajustamento, palavra benigna em economia política, podia ser uma coisa desalentadora.

Do que foi dito acima surgiu o remédio, a solução. O governo tinha de contrair empréstimos e investir. Se fizesse empréstimos e investisse o suficiente, a poupança seria compensada pelo investimento a um nível elevado, e não baixo, de produção e emprego. (Galbraith, 1980, pp. 215-6)

Subtendida na crítica keynesiana, a destituição da razão de mercado enquanto lógica reitora das atividades econômicas em todas suas dimensões também via o motivo de seu desprestígio em função da emergência de uma estrutura de competição que se afastava definitivamente do modelo concorrencial. A ampla dimensão e complexidade exigida pelos empreendimentos para atingir um nível mínimo de competitividade – quais sejam as economias na obtenção de insumos, capacidade de penetração em novos (e distantes) mercados, amplitude de marketing capaz de explorar as características de um sistema de consumo de massa e acesso ao volume de financiamentos necessários a instalação e operação das modernas unidades - reduzia as condições de entrada de novos elementos no jogo, o que apresentava condições distintas da forma de competição capitalista. A regulação da concorrência se dá, neste momento, inserida numa realidade não mais concorrencial,

mas monopolista:

Parece ter ficado claro que a economia monopolista não dispõe de formas de auto-regulação. (...) Na verdade, as funções de regulação passam a ser exercidas no âmbito do próprio Estado. Com isso não queremos dizer, é bom advertir, que o Estado tenha-se transformado num supermecanismo **externo** de regulação, como sugere a interpretação corrente, de origem keynesiana. Não se trata de caracterizar o Estado no capitalismo monopolista pelas suas funções, quer dizer, como ‘Estado intervencionista’, o que supõe, na verdade, uma relação de exterioridade entre Economia e Política. Ao contrário, **no capitalismo monopolista há uma politização da economia, no sentido de que tanto a forma da concorrência intercapitalista quanto a forma das relações entre capital e trabalho são constituídas no Estado.** (Cardoso de Mello, 1977, p. 16)

Porém a solução da problemática da demanda efetiva não se resume apenas ao gasto e investimento estatal. Ela perpassou também a reestruturação da demanda em seus níveis locais. Caracterizado pela obsessão de Henry Ford de produzir “um carro tão barato que todos possam comprá-los”, a geração de uma cultura de consumo de massa fez as nações serem encaradas, aos olhos dos capitalistas, não apenas como jazidas minerais, grandes celeiros, reservatórios de mão-de-obra barata porque abundante, mas também como mananciais de consumidores – de meios de realização de mais-valia. Os mercados internos passaram a ser alvo direto de iniciativas econômicas, com a geração de extratos assalariados capacitados a níveis de alto consumo: a chamada “classe média”. Esta classe foi formada por uma política deliberada de incremento real do poder de consumo através não somente da queda do valor dos produtos em razão dos aumentos de produtividade, mas também de ganho real de rendimentos – seja através da alta do patamar salarial (onde a legislação trabalhista e a política de manutenção de pleno emprego contribuem), como por ganhos com políticas sociais e de seguridade. A melhora na condição remunerativa de ampla parcela da população é condição para que mercadorias industriais carro-chefe do processo de acumulação (como o automóvel, que carrega consigo ampla capacidade de realização de mais-valia, ao agregar a si o consumo de diversas mercadorias num todo de alto preço) possam caracterizar consumo de massa; extrapolando os níveis mais básicos de consumo, a demanda pode vir a ser “administrada”, como dito por John Kenneth Galbraith, em “O Novo Estado Industrial”:

Nenhum homem faminto e sóbrio pode ser convencido a gastar seu último dólar em outra coisa que não comida. Mas uma pessoa bem alimentada, bem vestida, bem abrigada e em tudo mais bem cuidada pode ser convencida a escolher entre um barbeador e uma escova de dentes elétrica. Juntamente com preços e custos, a demanda do consumidor se torna sujeita a administração. (in Hobsbawm, 2008, p. 253)

Acostumou-se a dizer que vivemos a era da “economia do bem-estar”, onde as aspirações dos Estados voltaram-se a satisfação de seus cidadãos. Pois havia razão para que se procedesse assim – se tivesse sido o caso. O alto grau de urbanização e proletarização da população dos países industriais – além da importância crescente desta população nos esforços de guerra – ameaçavam os

governos com a iminência da revolução social. Quando a possibilidade da incitação à revolta se transforma em possibilidade de intervenção política direta por parte de um contendor pela posição hegemônica do sistema – no caso aludimos à possibilidade de instrumentalização de revoltas internas de elementos constituintes do sistema interestados governado pela iniciativa norte-americana, pela União Soviética – a melhora das condições sociais dos estratos trabalhadores, com vias à sua pacificação social, torna-se necessidade estratégica para a manutenção do sistema. A Europa toda foi reconstruída com base neste imperativo – assim como foi construído um “cordão sanitário” de *Welfare States* ao longo da “Cortina de Ferro” (como os países escandinavos). Mas o conceito de “bem-estar” propagado precisa ser devidamente estudado, pois não raras vezes este alude muito mais ao alcance de uma condição de alto consumo; desta forma, alia-se virtuosamente a pacificação social aos imperativos de estruturação de demanda.

O dilema da necessidade de conquista de mercado não é nova na história do capitalismo e a solução acima esboçada guarda uma contradição. Immanuel Wallerstein ao discuti-la nos dá alguma noção de como tal contradição foi contornada pelo sistema norte-americano:

Enquanto parecia ser do interesse de todos os capitalistas, considerados enquanto classe, a redução sob qualquer forma, de todos os custos de produção, na verdade tais reduções de custo frequentemente favoreceram alguns capitalistas particulares, em detrimento de outros. Portanto, alguns preferiram aumentar sua parcela numa margem global menor a aceitar uma parcela menor numa margem maior. Além disso, havia uma segunda contradição fundamental no sistema. Quanto mais se acumulava capital, mais se mercantilizavam os processos e mais se produziam mercadorias, um dos requisitos-chave para manter o fluxo era o de haver mais e mais compradores. Contudo, ao mesmo tempo, os esforços em reduzir os custos de produção frequentemente reduziam o fluxo e a distribuição do dinheiro, e continham, assim, a expansão constante de consumidores, necessários para completar o processo de acumulação. Por outro lado, as redistribuições do lucro global através de formas que expandiram a rede de consumidores muitas vezes reduziam a margem global de lucro. Desse modo, os empresários individuais encontravam-se de fato impulsionando numa direção em prol de suas próprias empresas (por exemplo, ao reduzirem seus próprios custos de trabalho), enquanto simultaneamente pressionavam (como membros de uma classe coletiva) para aumentar a rede geral de consumidores (**o que implicava, inevitavelmente, pelo menos para alguns produtores, um aumento nos seus custos de trabalho**). (1985, p. 13 – grifo nosso)

O aumento nos custos de trabalho ocorridos nas economias centrais puderam ser contornados sem a queda concomitante na lucratividade pelo incremento das margens de realização de mais-valia, em um primeiro plano, assim como pela punção de lucros das atividades básicas e intermediárias à produção final pela integração vertical dos procedimentos (consubstanciada pela redução dos custos de transação) e pelas sobre-rendas auferidas pela condição monopolista preservada. Mas também há a transferência de sobre-exploração de trabalho a regiões econômicas alheias à dinâmica de consumo e realização do lucro - apesar de agora integradas ao circuito produtivo. A industrialização da periferia pode pressupor, portanto, um meio pelo qual as economias centrais transferiram os custos da elevação salarial ocorrida em seus domínios, através da transferência de determinados postos de trabalho menos qualificado.

Em segundo lugar, o sucesso da Revolução Organizacional estava condicionado a uma composição social específica da força de trabalho nos países do núcleo orgânico. Desse ponto de vista, a característica essencial da revolução em questão era a substituição de uma estrutura de três camadas por uma estrutura de duas camadas da força de trabalho industrial. A estrutura de três camadas era típica da Revolução Industrial do século XIX. Ela consistia de um estrato inferior de trabalhadores manuais não-qualificados, um estrato intermediário de trabalhadores qualificados, e um estrato superior de empresários capitalistas que eram os donos e administradores de operações de unidades únicas. A Revolução Organizacional deslocou essa estrutura de três camadas e, enquanto tendência, colocou no seu lugar uma estrutura de duas camadas que consistia de um estrato inferior de trabalhadores semiquilificados e um estrato superior de administradores assalariados. (Arrighi, *idem*, p. 39)

Concentrando nos países centrais os postos administrativos, e externalizando às periferias dotadas de mão-de-obra abundante os serviços pouco qualificados (basicamente as linhas de montagem industriais), torna-se possível extrair uma quantidade de mais-valia compensadora. Poder localizar unidades produtivas próximas a fonte de extração de determinados recursos, também implica em redução considerável de custos. Este porém parece ter sido o sentido da industrialização dos países feitorias (como Cingapura), dos tigres asiáticos e da Coreia do Sul (além do caso recente das *maquilladoras* mexicanas), ou seja, daqueles países periféricos com parques produtivos voltados à produção para exportação. O caso da América Latina expõe uma industrialização que abriu espaço a outras formas de sobre-valorização do capital hegemônico: sob a forma de específica exploração de seu mercado interno e das necessidades específicas da incipiente indústria local. Primeiramente a industrialização periférica permite às empresas uma área de “estorno” tecnológico, ou seja, uma região apta a valorizar projetos obsoletos ou inaptos à concorrência nas economias centrais, garantindo sobrevida da lucratividade possível de determinadas mercadorias e tecnologias. A expansão local da demanda necessária a absorção destas mercadorias deixa de impactar nas margens de lucro com o deliberado processo de concentração de renda que garantia a demanda efetiva pela criação de um mercado de “alto” consumo (caso clássico atribuído ao Brasil, bem explicado em “Além da Estagnação” de Maria da Conceição Tavares e José Serra). Com a constituição de mercados internos com boa capacidade de absorção, estas determinadas economias periféricas se ofereciam também como uma nova fronteira de investimentos aos capitais ociosos incapazes de serem aplicados nas economias centrais sem desequilibrar a sintonia fina onde se equilibram as rendas monopolistas. As próprias necessidades das indústrias nacionais oferecem também um largo mercado ao capital financeiro internacional, através da forma de empréstimos, e aos bens de capital – de produção correntemente centralizada nos países desenvolvidos -, principalmente os obsoletos e já fora de uso.

Em resumo, a estrutura de divisão internacional do trabalho e da produção do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, ensejada por sua particular forma de organização produtiva e de regulação da competição, haveria de diferir substancialmente da anterior. Neste caso, o imperativo de ordem desta divisão responde a outra prioridade:

Sob hegemonia norte-americana, foi a liberdade de investir através das fronteiras de Estado, e não o livre-comércio, que se tornou o acordo costumeiro fundamental na regulação da competição interempresas; e foi a expansão transnacional da empresa capitalista, e não as importações e exportações, que se tornou o canal fundamental daquela competição. (*ibidem*, p. 29)

Uma vez que o desenvolvimento produtivo de unidades alheias ao centro hegemônico do ciclo de acumulação passa a ser funcional ao mesmo, dadas exigências geopolíticas e econômicas, e a via de exercício do poder hegemônico, e os fundamentos da ordem interestatal, estabelecida estarem afiançados primordialmente à liberdade de investir transnacionalmente (e de exercer iniciativa econômica), queda natural deduzirmos que o *proteccionismo* tivesse seu “caráter” reavaliado, não apenas porque deixa de apresentar aquele pendor disruptivo dado pela conformação da estrutura anterior de dominação hegemônica, como também por se mostrar instrumento necessário ao desenvolvimento industrial induzido e acelerado (próprio dos capitalismo tardios) assim como ao estabelecimento e preservação de estruturas monopolísticas de regulação de concorrência.

### **Conclusão:**

#### **Razão mercantil e industrialismo**

Prebisch propõe o argumento que vincula a melhor organização dos trabalhadores urbanos (industriais) ao impedimento da queda dos preços dos produtos manufaturados mesmo em situações de baixa de preços ocasionada pela ampliação de sua oferta – uma vez que esta organização permite melhor capacidade de barganha pela luta contra a redução dos salários esperada pela socialização da queda de rentabilidade da operação - que implica na anulação dos mecanismos de distribuição igualitária do progresso técnico desigualmente distribuído entre as ocupações-chave (“vocacionais”) dos diferentes territórios vinculados às correntes mercantis e fabris de valorização do capital, tal como propagado pela “ciência econômica consagrada”. Apesar de não expressar literalmente, a conclusão que subtende-se de sua teoria da deterioração dos termos de intercâmbio é de que, de uma certa maneira, a periferia colaborava com a paz social dos países industrializados ao financiar o alto patamar salarial destes países, quando estes ameaçavam corroer a taxa de lucro. A injustiça estrutural da divisão internacional que cindia o mundo entre um centro industrializado e uma periferia agrário-exportadora (e incentivava seu aprofundamento - as “especializações vocacionais”), consistindo mecanismo de perpetuação do subdesenvolvimento e da dependência econômica, foi, de certa maneira, o cerne da argumentação desenvolvimentista em prol da industrialização e da legitimidade das barreiras protecionistas enquanto mecanismos favoráveis à superação deste estado.

O chamado industrialista do desenvolvimentismo, por sua vez, compreende mais um conjunto de argumentos em favor da necessidade imperiosa da industrialização periférica. Cabem neste rol as formulações atinentes à melhora das condições materiais e sociais da população nativa através do incremento dos níveis de emprego, da produtividade da força de trabalho e pelas condições de vida que uma vida urbana proporciona. Assim como cabe, desta vez ligada diretamente à problemática da (in)dependência, a questão da “internalização do núcleo dinâmico” da economia local. A industrialização da economia permitiria que a dinâmica econômica passasse a se localizar inserida no espaço econômico nacional; ao extrair a conexão da realização monetária de sua produção do comércio internacional, a industrialização permitiria que a dinâmica de desenvolvimento da economia deixasse de estar submetida aos caprichos de demais economias compradoras. Desta maneira, desvincular-se-ia o progresso local do desenvolvimento alheio.

A história desmentiu as projeções dos industrialistas, tanto com relação à dimensão da melhora das condições materiais e sociais (e, principalmente, de sua distribuição), quanto em relação à ruptura dos laços da condição de dependência. A chamada “teoria da dependência”, em suas diversas vertentes, sintetizou, conceituou e expressou teoricamente aquilo que era facilmente perceptível: a manutenção, mesmo que com outra faceta e mecanismos, da condição de dependência, demonstrando que “os interesses das economias centrais (e das classes que as sustentam)” também “se articulam **no interior** dos países subdesenvolvidos com os interesses das classes dominantes locais.” (Cardoso, 1980, p. 11) Se a teoria da dependência percebe a configuração da condição de dependência pela associação dos interesses das classes dominantes locais aos interesses do capital internacional desta vez articulados internamente – sem a necessidade de um esquema exterior de dominação, tal qual a estrutura de comércio internacional dada pelo Imperialismo de Livre Comércio britânico – é porque ela se implica com uma compreensão sistêmica pautada por uma lógica distinta. Assim como a motivação industrialista dada pela superação da estrutura hostil de intercâmbio difere da motivação dada pelas aspirações de aprimoramento das taxas de emprego (e de sua produtividade), das condições materiais locais e da internalização do núcleo dinâmico, em função das diferentes lógicas embutidas nestas. Enquanto na primeira argumentação há subjacente algo que poderíamos chamar de “lógica mercantil”, ou seja, um modelo de interpretação que vislumbra no comércio internacional o ponto nevrálgico do processo de acumulação, nas demais motivações a lógica implicada traz consigo o funcionamento do sistema econômico através da exploração de potências irradiadas pela própria produção, mesmo que, ou então principalmente se, internas ao circuito produtivo. Parece lícito dizer que enquanto uma argumentação está imbuída da lógica regulativa “britânica”, a outra está pela lógica sistêmica “norte-americana”.

Aproveitando a questão discutida neste trabalho, uma rápida análise das propostas

protecionistas de dois históricos defensores destas medidas nos auxilia a compreender o argumento acima trabalhado. List, alemão nascido enquanto o Estado alemão ainda não se encontrava construído (com a Germânia ainda fragmentada), morou uns tempos nos Estados Unidos onde certamente foi influenciado pelas elaborações de Alexander Hamilton - um dos “*founding fathers*” dos Estados Unidos da América e seu primeiro secretário de finanças. Principalmente com relação aos ideais protecionistas. Ambos foram responsáveis colaterais pela construção de uma matriz teórica na economia que colocou novos parâmetros para o desempenho das entidades estatais na condução da economia. Fizeram parte de países que estruturaram-se como “capitalismos tardios”, de industrialização posterior à inglesa. Industrialização antagônica aos interesses do sistema capitaneado pela Grã-Bretanha: tanto a Guerra Civil Norte-Americana, que consolidou o afastamento dos Estados Unidos do sistema internacional com a derrota das aspirações dos estados sulistas que remanesciam engajado em seu círculo, quanto a Grande Guerra, determinada pelo inevitável choque de interesses entre a potência consolidada e o emergente Império Alemão, demonstram o aspecto traumático das experiências de desfiliação do sistema interestatal constituído.<sup>4</sup> Industrialistas, recorreram, como teria que ser, ao *proteccionismo* para defender os interesses econômicos de suas nações. Correndo o risco de imprecisão quanto a explicação adequada dos sistemas de pensamento destes dois autores, atentemos para as finalidades das políticas protecionistas propostas por estes. List,

Considera, então, três estágios de desenvolvimento. No primeiro, as nações ainda não “altamente civilizadas” (como Portugal e Espanha), ainda sem condições de se industrializarem, obteriam vantagens com a adoção do livre comércio com as mais avançadas, de forma a superar seu estágio semicivilizado e obter avanços na agricultura. No segundo, onde situava os Estados Unidos, Alemanha e, no limite superior, a França, as nações deveriam adotar medidas restritivas ao livre comércio como forma necessária para promover o desenvolvimento de sua indústria, comércio e navegação; o comércio de produtos primários, ao contrário, deveria ser livre, de acordo com o interesse da indústria. No terceiro estágio, tendo atingido o mais alto grau de poder e riqueza a partir de um gradual abandono das práticas restritivas, o livre comércio tornar-se-ia novamente uma prática vantajosa, tanto para evitar a indolência como para manter sua supremacia. Na época, o autor situava apenas a Grã-Bretanha neste estágio mais elevado de desenvolvimento. (Hollanda Filho, 1998, p. 42)

Hamilton encaixa a necessidade de industrialização ao conjunto de iniciativas volvidas à autarquia nacional. Seu pensamento está associado ao projeto independentista norte-americano. Ao se emancipar exatamente da potência hegemônica, o projeto de independência norte-americano exigia a desvinculação do país do arranjo internacional prevalecente e seu inevitável fechamento. O incitamento à industrialização está associado às benesses materiais proporcionadas pelo

---

4 A Guerra do Paraguai e as Guerras do Ópio são outros exemplos da faceta violenta das forças de conservação sistêmica, pouco visíveis pois pouco exigidas visto as “virtudes conservacionistas” tácitas providas pelos mecanismos de funcionamento do sistema. A ideologia liberal, que arrogou a si a condição exclusiva de ciência da economia, vinculando suas formulações ao suposto progresso da razão (e consequentemente lançando as visões alternativas ao fosso do “obscurantismo”), é um exemplo destes instrumentos de “soft power” da hegemonia inglesa.

instrumento, tanto na satisfação das necessidades materiais da população, quanto às exigências estratégicas para a proteção da nação recém-estabelecida. Como pode ser percebido, é nesta associação que surge a separação entre os “espíritos” que guiam as propostas protecionistas dos autores. Em List subsiste a “lógica mercantil”: o *proteccionismo* surge como forma de capacitar adequadamente, pelo incentivo a meios mais eficientes de produção, os países na disputa comercial. Em Hamilton as virtudes “internas” da industrialização prevalecem. As propostas sinalizam bem as características das diferentes “respostas” a hegemonia britânica aludidas por Giovanni Arrighi.

A lógica sistêmica que prevalece no ciclo hegemônico norte-americano é a compartilhada pelo sistema hamiltoniano. Ao contrário da iniciativa britânica, que buscava integrar os fluxos internacionais em um corpo uniformizado (trabalhando pela “lógica mercantil”) a estrutura de dominação do ciclo norte-americano compreendia a existência de um todo integrado composto de formações particulares dotadas cada qual de sua dinâmica própria, mas ainda assim permeáveis à mecanismos de expropriação de excedentes que não exigiam fluxos “materiais”, como as correntes comerciais, mas sim a liberdade de trânsito financeiro. Dadas necessidades de regulação monopolista da concorrência, a estratégia norte-americana “não foi livre-cambista porque podia tolerar, ou, mais ainda, ela **pressupunha um certo tanto de proteccionismo no sistema de Estados.**” (Arrighi, *idem*, p. 27 – grifo nosso)

O sistema interestatal estruturado exigia também uma coleção de concessões ao desenvolvimento nacional dos elementos associados, visto objetivos geopolíticos estratégicos:

It is quite clear that the United States tolerated many protectionist decisions of western Europe, of Japan, South Korea, and Taiwan as part of its effort to strengthen its political and military position within the framework of something we call the Cold War. And of course, the Soviet Union did the same with its allies. (Wallerstein, 2005, p. 7)

O *proteccionismo* passou a ser interpretado como uma ferramenta legítima das estratégias de desenvolvimento. O GATT deu guarida a muitas práticas. Em congressos e conferências internacionais as teses livre-cambistas foram sendo reiteradamente desmontadas:

Em outras palavras, a questão protecionista deixaria de figurar como tema relevante de debate individualizado no cenário intelectual nacional a partir de 1946-47. Como é óbvio, pesou enormemente para que isto ocorresse a conclusão final da Conferência Internacional do Comércio e Emprego de Genebra, posteriormente radicalizada na Carta de Havana. Nela, as teses dos livre-cambistas dos Estados Unidos de Cordell Hull foram fortemente minadas, chegando-se, como diria de modo pessimista o neoliberal Haberler em visita ao Brasil, em 1947, ao resultado de que “qualquer nação, em política comercial, pode fazer o que quiser, deixando, é claro, aos demais países o direito de fazer o mesmo”. (Bielschowsky, 2000, p. 277)

A tolerância com as práticas protecionistas não significou que a potência norte-americana se imiscuiu de utilizar, por vezes, da retórica liberal, acompanhada da “oferta” de redução de suas

medidas protecionistas vigentes (e potenciais) como meio para forçar a liberalização de determinadas outras economias (algo não realizado pela potência britânica, que manteve sua postura livre-cambista “unilateralmente”). A legitimidade das práticas protecionistas permitiam que estes servissem como arma, igualmente legítima, de opressão econômica flagrante e deliberada. Mas tais movimentos são característicos de momentos de contração da economia norte-americana, quando as pressões competitivas levaram o núcleo hegemônico a buscar reconfigurar o sistema internacional ainda mais em seu favor – principalmente após o fim dos “30 anos gloriosos” (1945-1975).

A estrutura de comércio americana foi sempre simétrica e fechada. Os EUA exportavam e importavam matérias-primas, alimentos, insumos industriais e bens de capital, enfim, todos os itens importantes do comércio internacional. As relações econômicas dos EUA com o resto do mundo não podiam ser enquadradas dentro do esquema tradicional centro-periferia. Os EUA não precisavam de uma divisão internacional do trabalho que os favorecesse em termos absolutos ou relativos. O fato surpreendente é que agora estão querendo instaurar uma divisão internacional do trabalho em seu benefício exclusivo. (Tavares, 1985, pp. 8-9)

Conclui-se que o *protecionismo*, no ciclo sistêmico da hegemonia norte-americana (em seu ápice), perde seu caráter disruptivo, a verve anti-sistêmica que ela guardava no ciclo sistêmico anterior. O *protecionismo*, pelo contrário, assumiu uma funcionalidade nos processos de expansão dos circuitos privilegiados de expansão do capital, e na estruturação do sistema interestatal.

O fato da legitimidade das práticas protecionistas proporcionar uma ferramenta para a liberalização forçada, por parte do centro hegemônico, de determinados mercados, porém, nos induz a enxergar que a prática não foi franqueada a todos os elementos do sistema, mostrando que as condições econômicas precárias que impõe a inserção de determinados países ao sistema internacional capitalista enquanto meros fornecedores de produtos primários remanesceram como necessidades sistêmicas – apesar de agora não tão fundamentais.

Em suma, o *protecionismo* no período histórico do ciclo hegemônico norte-americano, visto pela ótica de seu potencial “emancipador”, deve ser enxergado num rol de políticas de desenvolvimento periférico “legítimas” frente ao enquadramento sistêmico; uma política permitida pela flexibilidade da hierarquia mundial prevalecente, que subtrai seu caráter disruptivo e o enquadra na classificação de instrumentos político-econômicos disponíveis aos elementos não pertencentes ao núcleo hegemônico numa disputa de reescalonamento restrita à esfera periférica.

## Bibliografia

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. *O Desenvolvimento da América Latina na Perspectiva da CEPAL dos Anos 90: Correção de rumos ou mudança de concepção?* Comunicação apresentada na rodada nacional do seminário “Raúl Prebisch”, UFRJ, 2001.

ARIENTE, Wagner Leal & FILOMENO, Felipe Amim. *Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 28, nº 1, julho, 2007, pp. 99-126.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Longo Século XX: Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Editora Unesp, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Originalidade da cópia: a CEPAL e a ideia de desenvolvimento”, in *Idem, As ideias e seu lugar – Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1980, pp.17-56.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O Estado brasileiro e os limites da estatização*. Ensaio de Opinião, São Paulo, 1977.

DEYON, Pierre. *O Mercantilismo*. São Paulo, Perspectiva, 1973.

FAJNZYLBER, Fernando. *Industrialización em América Latina: De la “caja negra” ao “casillero vacío”*. Santiago, Naciones Unidas, Cuadernos de la Cepal, nº 1, 1949.

GALBRAITH, John Kenneth. *A Era da Incerteza*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1980.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. *Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Livre Comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições*. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 28, nº 1, janeiro-março, 1998, pp. 33-75.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. *A Formação Intelectual de Celso Furtado*. In: CORSI, Francisco Luiz & CAMARGO, José Marangoni. “Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento”. São Paulo/Marília, Cultura Acadêmica/Oficina Universitária, 2010, pp. 1-19.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Processo de industrialização: Do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo/Campinas, Editora Unesp/IE-UNICAMP, 2003.

PREBISCH, Raúl. “*El desarrollo de América Latina y algunos de sus principales problemas*”. *Desarrollo Económico*, Vol. XXVI, Nº 103, 1986, pp. 479-502.

TAVARES, Maria da Conceição. *A retomada da hegemonia norte-americana*. *Revista de Econômica Política*, Vol. 5, nº 2, abril-junho, 1985.

---

\_\_\_\_\_ & SERRA, José. “*Além da estagnação*” in Tavares, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaio sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, pp.155-207.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Capitalismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

---

\_\_\_\_\_. *Protection Networks and Commodity Chains in the Capitalist World-Economy*. In: "Global Networks: Interdisciplinary Perspectives on Commodity Chains," May 13-14, 2005, Yale University.

**O MITO DA INDUSTRIALIZAÇÃO COMO DESENVOLVIMENTO:  
O comando do excedente na cadeia mercantil da indústria automobilística brasileira**

*Ricardo Lobato Torres*  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Campus da Praia Vermelha – Rua Pasteur, 220 – Urca, Rio de Janeiro/RJ CEP 22290-240  
ricardo.torres@ie.ufjf.br  
(21) 8089-1481

*Silvio Antônio Ferraz Cário*  
Universidade Federal de Santa Catarina  
Campus Trindade – CSE – Departamento de Economia Florianópolis/SC CEP 88040-970  
fecario@yahoo.com.br  
(48) 9101-6618

**RESUMO**

Este trabalho apresenta uma interpretação da industrialização como mito de desenvolvimento econômico a partir da teoria dos sistemas mundiais. Um estudo da indústria automobilística brasileira no período de 1996 a 2008 é apresentado como exemplo da inserção semiperiférica do Brasil na hierarquia econômica mundial. Após a implantação do Regime Automotivo Brasileiro, o país experimentou uma “reindustrialização” do setor. Ao examinar, no entanto, a cadeia mercantil da automobilística no Brasil, verifica-se que o comando do excedente pertence a um pequeno grupo de empresas estrangeiras – as montadoras de automóveis. Argumenta-se que a competência nacional em nós secundários, mas importantes na cadeia, como na produção de autopeças de alta tecnologia, foram perdidos após a abertura econômica e que os benefícios da industrialização são limitados com a inserção dependente na cadeia mercantil e, portanto, insuficientes para promover o desenvolvimento econômico.

*Palavras-chave: cadeias mercantis, industrialização, desenvolvimento.*

**ABSTRACT**

This paper presents an interpretation of the myth of industrialization as economic development from the world systems theory. A study of the Brazilian automobile industry in the period 1996 to 2008 is presented as an example the insertion of Brazil in the semi-peripheral world economic hierarchy. After the establishment of the Brazilian Automotive Regime, the country experienced a "re-industrialization" of the sector. By examining, however, the chain of the automotive market in Brazil, it appears that the command of the surplus belongs to a small group of foreign companies - the automakers. It is argued that the national competence in secondary nodes, but important in the chain, as in the production of high-tech auto parts, have been lost after the economic opening and the benefits of industrialization are limited to the insertion dependent on the commodity chain and therefore insufficient to promote economic development.

*Keyword: commodity chains, industrialization, development.*

## 1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo, acreditou-se que industrialização era sinônimo de desenvolvimento econômico. Na América Latina, a teoria da dependência elaborada pela escola da CEPAL ajudou a difundir essa ideia e formou as bases das políticas de desenvolvimento a partir dos anos 1950. A indústria automobilística é um exemplo de sucesso do planejamento estatal e do esforço de industrialização. No entanto, apesar de avanços consideráveis, em termos de industrialização, quando se examinam os dados de renda per capita, observa-se que muitos países que se industrializaram não conseguiram diminuir seu hiato em relação aos países “centrais”.

Baseado na economia política dos sistemas-mundo, este trabalho propõe uma interpretação da industrialização como um mito para o desenvolvimento econômico. A hipótese central é a de que as atividades típicas de núcleo orgânico (ou do centro) são mutáveis ao longo do tempo. Essa concepção está dentro também da visão schumpeteriana de que o sistema capitalista é dinâmico, ou seja, possui uma força interna que se transforma permanentemente. Para Schumpeter, essa força é a inovação. Mas, além disso, o que se procura explorar é como o excedente gerado ao longo de uma cadeia de mercadoria é comandado por empresas capitalistas específicas. A proteção contra pressões concorrenciais, buscada por inovações schumpeterianas, é o mecanismo pelo qual o capital do núcleo orgânico se renova, fazendo com que atividades anteriormente típicas de núcleo orgânico se transformem em atividades periféricas, ou seja, atividades que comandam pouco ou nenhum excedente econômico.

Para este trabalho, apresenta-se um estudo da cadeia mercantil da indústria automobilística brasileira no período 1996-2008, logo após a implementação do Regime Automotivo Brasileiro, que representou uma “reindustrialização” do setor. Sem ignorar a importância dos efeitos de encadeamento que a automobilística proporciona, procura-se demonstrar que o excedente econômico é apropriado de maneira desigual pelas montadoras (corporações estrangeiras em sua totalidade) e que estão sujeitas a menor pressão competitiva. Além disso, tal quadro não se altera ao longo dos 13 anos aqui estudados.

O trabalho está estruturado em seis seções, incluindo esta introdução. A próxima seção apresenta o referencial teórico e analítico que permeia a análise proposta neste trabalho, em que se discute o conceito de semiperiferia e o papel das cadeias de mercadorias dentro da economia política dos sistemas-mundo. Apresenta-se, ainda, uma combinação da concepção de cadeias mercantis de Wallerstein com os desenvolvimentos posteriores de Gereffi, que define diferentes tipos de comando sobre essas cadeias de mercadorias, o que permite uma melhor compreensão de como o excedente é apropriado pelas “atividades de núcleo orgânico”. A terceira seção expõe a metodologia empregada para analisar os dados da cadeia mercantil da indústria automobilística brasileira. A quarta seção traz um breve histórico da “reindustrialização” da automobilística no a partir do Regime Automotivo Brasileiro e o resultado da análise empírica da cadeia no período de 1996 a 2008. A quinta seção discute como o Brasil, assim como outros países, chamados de “emergentes”, se beneficiaram de investimentos em plantas produtivas como resultado das mudanças nas estratégias globais das montadoras de automóveis. A sexta e última seção apresenta

as conclusões da pesquisa.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO E ANALÍTICO

Nesta seção, apresentam-se os conceitos de semiperiferia e de cadeias mercantis que servem de base para a análise da indústria automobilística brasileira proposta neste trabalho. A economia política dos sistemas mundiais de Wallerstein oferece uma *rationale* mais elaborada que as teorias da dependência e da modernização para explicar a existência de nações que estão estagnadas entre as condições de periferia e centro, ou entre as condições de atrasados e modernizados. Arrighi elabora ainda mais essa ideia e apresenta novos argumentos do porquê a industrialização não gera necessariamente desenvolvimento – este entendido como a redução do hiato na renda per capita dos Estados periféricos e semiperiféricos em relação à renda per capita dos Estados do núcleo orgânico (Arrighi, 1998). Por fim, apresentam-se as contribuições de Gereffi, que permitem verificar como o excedente é controlado pelas firmas capitalistas do núcleo orgânico em diferentes tipos de cadeias de mercadorias.

### 2.1 A semiperiferia e as cadeias mercantis

As teorias da modernização e da dependência sempre trataram a questão do desenvolvimento econômico dos países de forma bipolar: países atrasados e modernos, no primeiro caso, ou países centrais e periferia, como no segundo. Os casos de países como Brasil, Argentina, México, na América Latina, ou a grande parte dos países do Sul e do Leste Europeu, sempre foram tratados como economias em transição, seja de uma condição de atrasada para moderna, seja de uma condição de periferia para centro. Nos anos 1970, algumas teorias passaram enfatizar as posições intermediárias, como a concepção de países “sub-imperiais” de Ruy Mauro Marini, “nações mediadoras” do imperialismo de Johan Galtung, ou a ideia de dependência com industrialização de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. O problema dessa conceituação é que ela serve para exemplificar algum país latino-americano, mas não aplicável para os demais países em questão (Arrighi, 1998).

Wallerstein, dentro das bases da teoria da dependência, propôs o conceito de semiperiferia para dar conta de explicar a situação daqueles países. A dependência em Wallerstein supõe uma relação entre núcleo orgânico e periferia, mas sua delimitação não se dá pelas fronteiras nacionais, e sim de acordo com as atividades econômicas que estão estruturadas em cadeias de mercadorias dispersas mundialmente. As atividades exercidas pelo núcleo orgânico têm o caráter de controlar grande monta do excedente gerado ao longo da cadeia mercantil, enquanto as atividades tipicamente periféricas são aquelas que geram pouco ou nenhum excedente. O que determina se um Estado ou grupo de Estados integra o núcleo orgânico é a predominância das atividades controladoras do excedente total gerado ao longo de uma cadeia mercantil em seus territórios. A semiperiferia, por sua vez, é o *locus* em que há uma combinação tanto de atividades características de núcleo orgânico quanto de atividades típicas de periferia. E, conseqüentemente, a periferia concentra em seu

território atividades que geram pouco excedente e estão subordinadas ao comando das atividades do núcleo orgânico. O termo “cadeia mercantil” foi assim definido:

“Tome-se um item de consumo final e remonte-se à origem do conjunto de insumos no item – as transformações anteriores, as matérias-primas, os mecanismo de transporte, o insumo de mão de obra, em cada um dos processo materiais, os insumos de alimentação na mão de obra. Esse conjunto interligado de processos chamamos de uma cadeia de mercadorias” (Hopkins & Wallerstein, 1977, p. 128).

Como o próprio Wallerstein deixa claro, esses pressupostos são válidos para um grupo de Estados (núcleo orgânico, semiperiferia e periferia), mas não para um Estado em específico. Isso porque os *loci* das atividades mudam ao longo do tempo. Logo, alguns Estados podem experimentar progresso, quando incorpora atividades de núcleo orgânico, ou retrocesso, quando perdem atividades típicas de núcleo orgânico ou quando tais atividades se transformam em atividades periféricas. Outra implicação importante dos pressupostos acima descritos é que dentro da lógica do sistema capitalista mundial é impossível que todos os Estados registrem desenvolvimento ao mesmo tempo, já que ele funciona graças à exploração da periferia pelo núcleo orgânico (Wallerstein, 1979).

Na concepção da Wallerstein, a existência da zona semiperiférica dá legitimidade e estabilidade ao sistema capitalista mundial. A combinação mais ou menos igual de atividades periféricas e de núcleo orgânico dentro das fronteiras nacionais dos Estados da semiperiferia, como supõe o autor, lhes permite resistir à periferização, embora não lhes dê força suficiente para fazer parte do núcleo orgânico. A partir dessa conceituação, pode se verificar que o grupo de Estados dentro de cada categoria é mais ou menos estável ao longo da história da economia capitalista (Hopkins & Wallerstein, 1977).

Dentro da concepção das cadeias mercantis, o mecanismo de apropriação do excedente é dado pela transferência da pressão competitiva para outros nós na cadeia. O que demarca a atividade de núcleo orgânico é justamente aquela em que há menor competição e a que permite o comando na apropriação do excedente. Por “excedente” não se refere ao excedente gerado por um fator de produção específico (força de trabalho ou máquinas e equipamentos), mas do excedente global gerado pelo conjunto dos fatores de produção em cada nó da cadeia. Além disso, nenhuma atividade específica é tida permanentemente como típica de núcleo orgânico ou de periferia. Uma atividade de núcleo orgânico por, pode exemplo, vigorar por um determinado período e, então, converte-se em uma atividade periférica. O fundamento para esta argumentação está na “força interna” promotora da mudança econômica descrita por Schumpeter (1934). As inovações dos capitalistas visam o lucro extraordinário, ou lucro de monopólio e, dessa forma, o sistema capitalista está sempre se renovando, fazendo com que as atividades econômicas que controlam o excedente da produção mudem ao longo do tempo. Assim, as empresas capitalistas estão constantemente empenhadas em transferir as pressões competitivas para outrem e responder às pressões competitivas criadas por outras. Na concepção schumpeteriana, uma inovação desencadeia uma série de outras inovações (radicais ou incrementais, em que outros capitalistas buscam imitar ou aproveitar oportunidades de lucros extraordinários proporcionados pela inovação original)

concentrada em um determinado período de tempo. Arrighi vai além e extrapola essa ideia de que as atividades inovativas concentram-se também territorialmente, especificamente nas zonas de núcleo orgânico (Arrighi, 1998).

Os Estados também competem entre si para atrair atividades do capital orgânico, embora a lógica no sistema interestatal seja diferente, em termos de estrutura e hierarquia. Para fins analíticos, trataremos a o conceito de semiperiferia da mesma forma que Arrighi (1998), a hierarquia baseada na distribuição dos nas cadeias mercantis mundiais. Cabe destacar, porém, que a condição de semiperiferia, na argumentação de Arrighi, deve-se à capacidade do Estado intervir no sistema econômico nacional e evitar a periferação, sem, no entanto, conseguir ascender à condição de núcleo orgânico. O sucesso na associação estatal com o capital no núcleo orgânico reside na capacidade cumulativa de oferecer condições que permitam a renovação do poder de monopólio do capital do núcleo orgânico (através das inovações). Neste ponto, Arrighi parece se aproximar das ideias de sistemas nacionais de inovação, no sentido em que os Estados do núcleo orgânico são aqueles que oferecem as melhores infraestruturas, pessoal qualificado, centros de ensino e pesquisa, que facilitam o processo inovativo do capital do núcleo orgânico, fazendo com que essas atividades tendam a se concentrar na “zona do núcleo orgânico”.

Mas esse não é o único e principal argumento da Arrighi. Geralmente os Estados de núcleo orgânico oferecem vantagem de mercado (ou seja, um grande mercado consumidor), enquanto os estados periféricos vantagens de custos (geralmente abundância em recursos naturais e mão de obra). A sobrevivência da semiperiferia, assim, é resultado da combinação desses dois tipos de vantagens, porém direcionados para atividades econômicas específicas e distintas, o que justifica a existência das atividades típicas de núcleo orgânico e de periferia dentro de suas fronteiras nacionais.

Por fim, Arrighi propõe que as concepções de industrialização e desenvolvimento devem ser dissociadas. Como já mencionado, as atividades típicas do núcleo orgânico são mutáveis ao longo do tempo. Além disso, o estudo empírico de Arrighi mostra que países como Estados Unidos e outros componentes do núcleo orgânico tem diminuído a participação da indústria no total do produto nacional, enquanto os países semiperiféricos e periféricos têm aumentado essa relação. No entanto, o hiato no produto per capita entre os semiperiférico (Arrighi, 1998).

## **2.2 Cadeias mercantis comandadas por produtores e por compradores**

A abordagem de Gereffi (1994) reorientou o foco das atenções para as estratégias e ações das empresas capitalistas, levando em conta em o contexto recente da liberalização do comércio internacional. Gereffi demonstra que em muitas cadeias mercantis existe uma parte (ou algumas partes) dominante(s), em que firmas-líderes se encarregam da coordenação e comando da cadeia de suprimentos. A essa função, o autor denomina de “governança”. No entanto, uma vez que a economia política dos sistemas mundiais já trata desse mesmo fenômeno, manteremos o termo “comando”. A partir do estudo empírico de cadeias particulares, como a do vestuário e a automobilística, Gereffi classificou as cadeias mercantis globais de acordo com o “comandante”: as

“cadeias comandadas pelos compradores” e as “comandadas pelos produtores”.

O primeiro tipo caracteriza-se pelos grandes varejistas ou “fabricantes” de marcas de origem nos países desenvolvidos que estabelecem uma grande rede mundial de produtores terceirizados, focando suas atividades na comercialização e publicidade de marcas. Nesse tipo de cadeia, Gereffi argumenta que se desenvolveu um padrão de indústrias direcionadas à exportação, em que prevalece a produção intensiva em mão de obra de bens de consumo, como calçados, brinquedos, eletroeletrônicos, utensílios domésticos, etc. Assim, a produção é feita por empresas contratadas nos países periféricos e exportada para os grandes compradores estrangeiros. A característica mais marcante desse tipo de cadeia é que as grandes companhias (varejistas e fabricantes de marcas) nada produzem, apenas se encarregam do *design* e da comercialização desses bens, o que Gereffi chama de “firmas da nova era de produtores sem fábricas”. Participam das cadeias comandadas pelo comprador principalmente os países do leste asiático que adotaram a estratégias de desenvolvimento baseada na industrialização orientada para exportação (Gereffi, 1999; 2001).

Já as cadeias comandadas pelo produtor caracterizam-se pelas grandes empresas, principalmente as transnacionais, que desempenham papel central na coordenação da produção de uma rede de fornecedores subcontratados, tanto nas ligações à montante quanto à jusante. Esse tipo de cadeia se caracteriza pela produção intensiva em capital e em tecnologia avançada, como na indústria de automóvel, de aviões, computadores, semicondutores e maquinaria pesada (bens de capital). A instalação das transnacionais nos países periféricos esteve associada à política de industrialização por substituição de importação adotada principalmente nos países latino-americanos (Gereffi, 1999).

No geral, as cadeias comandadas pelos produtores são formadas por oligopólios globais, cuja governança é determinada pelo capital industrial, enquanto as cadeias comandadas pelos compradores se caracterizam pela alta competitividade de produtores espalhados mundialmente, cuja governança é conferida ao capital comercial. No primeiro caso, a principal estratégia global refere-se à expansão do mercado mediante instalação local de base produtiva nos países estrangeiros, enquanto no segundo, as firmas líderes desempenham papel de intermediação entre produtores dispersos internacionalmente e os grandes mercados consumidores das economias avançadas (Gereffi, 1999).

Na análise das cadeias mercantis mundiais<sup>1</sup>, entende-se que os rendimentos mais altos são auferidos pelas partes que são capazes de se proteger da concorrência. Essa capacidade de isolar as suas atividades da concorrência excessiva pode ser atribuída ao conceito de renda econômica, que decorre da posse de atributos escassos e envolve barreiras à entrada. Os economistas clássicos, como Ricardo, argumentam a renda econômica advém com base na apropriação, acesso ou controle desigual sobre um recurso escasso existente (terra, por exemplo). No entanto, como Schumpeter mostrou, a escassez pode ser construída através de uma ação intencional e, portanto, um excedente empresarial pode advir para aqueles que criam este escassez. Para Schumpeter, isso é essencialmente o que acontece quando os empresários inovam, criando "novas combinações" ou condições, que proporcionam maior retorno sobre o capital investido. Os “lucros extraordinários”

---

<sup>1</sup> Tradução livre para *global commodity chains*.

decorrentes da inovação funcionam como um estímulo à replicação por outros empresários que também pretendem adquirir uma parte deste lucro. Assim, a apropriação excedente gerado por uma inovação depende não apenas da capacidade de inovar, mas também da capacidade de proteger-se da imitação e da concorrência (Kaplinsky & Morris, 2001).

### 3. METODOLOGIA E TRATAMENTO DOS DADOS

No estudo empírico da indústria automobilística brasileira, os dados são apresentados sob as seguintes formas de agregação: os nós da cadeia mercantil serão agrupados em setores de acordo com o grupo (3º nível da CNAE) para comparação de valores absolutos, os quais, para facilitar a visualização de gráficos e tabelas, são denominados de Setores 1 a 7, conforme Quadro 2; e para a comparação de valores relativos, como a participação de cada Setor no total do valor agregado da cadeia, os Setores são agrupados e identificados de A a D. Cada setor é definido de forma a apresentar uma *proxy* de cada nós da cadeia mercantil da indústria automobilística.

No período de análise, que compreende os anos de 1996 a 2008, a CNAE sofreu atualizações, sendo que dados do IBGE de 1996 a 2006 estão classificados de acordo com a versão 1.0 da CNAE, enquanto os dados de 2007 e 2008 estão tabulados de acordo com a versão 2.0. Utilizando a tabela de correspondência das versões da CNAE<sup>2</sup>, os dados foram agrupados de acordo com a versão 2.0. A CNAE possui cinco níveis de desagregação dos dados. Para este trabalho, as atividades relacionadas à indústria automobilística foram desagregadas ao terceiro nível, conforme o Quadro 1.

Código CNAE 2.0	Classe de Atividade	Classificação para análise absoluta
29.1	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários <sup>3</sup>	Setor 1
29.2	Fabricação de caminhões e ônibus <sup>4</sup>	Setor 2
29.3	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	Setor 3
29.4	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Setor 4
29.5	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	Setor 5
45.1	Comércio de veículos automotores	Setor 6
45.3	Comércio de peças para veículos automotores	Setor 7

**Quadro 1 – Classes de atividades da indústria automobilística selecionadas para análise.**

FONTE: Elaboração própria a partir da CNAE/IBGE.

Como os verdadeiros nós da cadeia produtiva estão agregados no modelo analítico, utiliza-se o termo “setor” para identificar o agrupamento de empresas de nós distintos. No caso da comercialização de veículos e autopeças, os nós e setores são coincidentes, mas o termo “setor” será mantido. Assim, os Setores 1 e 2, ou Setor A, correspondem ao nó da montagem de veículos e a algumas empresas do nó de fornecimento de primeiro nível, uma vez que, embora muitas das montadoras se encarreguem da produção de motores, algumas empresas independentes também desempenham essa atividade no Brasil. Os setores 3, 4 e 5, ou setor B, correspondem aos nós de

<sup>2</sup> Disponível em: <www.ibge.gov.br/concla>. Acesso em 28 nov. 2010.

<sup>3</sup> Inclui a fabricação de motores para automóveis camionetas e utilitários.

<sup>4</sup> Inclui a fabricação de motores para caminhões e ônibus.

fornecimento de 1º, 2º e 3º níveis na hierarquia de fornecedores da indústria automobilística, discutido com mais detalhes na seção 5. Desta forma, as análises envolvem, então, sete Setores, quando trabalhados dados em seus valores absolutos, e quatro Setores, quando apresentados os dados em termos relativos.

Uma terceira classificação é feita para análise dos indicadores da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) do IBGE, conforme Quadro 2. Para os dados de 1998 a 2000, os dados dos Setores I e II estão agregados, pois o resultado da pesquisa do IBGE da época não permite sua separação.

<b>Código CNAE 2.0</b>	<b>Classe de Atividade</b>	<b>Classificação PINTEC</b>
29.1	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	Setor I
29.2	Fabricação de caminhões e ônibus	
29.3	Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores	Setor II
29.5	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	
29.4	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Setor III

**Quadro 2 – Classes de atividades para os dados da PINTEC.**

FONTE: Elaboração própria a partir da CNAE/IBGE.

Como medida de “excedente” utiliza-se a definição de valor adicionado, medido pelo valor da transformação industrial (VTI) para os setores industriais (montagem e autopeças), cujos dados foram obtidos na Pesquisa Industrial Anual (PIA), e pela margem de comercialização para o comércio, da Pesquisa Anual do Comércio (PAC), ambas do IBGE. Para a análise temporal, os valores, em Reais, foram transformados a preços constantes de 2008, último período da série. Para este cálculo, foi utilizado o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

#### **4. A REINDUSTRIALIZAÇÃO DA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL**

Esta seção subdivide-se em duas partes: a primeira discute a reindustrialização na automobilística brasileira a partir do regime automotivo brasileiro que entrou em vigor em 1996. A segunda parte apresenta indicadores selecionados da cadeia mercantil da indústria automobilística brasileira no período de 1996 a 2008 e outras observações apresentadas por Torres (2011). Tais indicadores podem ser classificados em três categorias: distribuição do excedente entre os nós da cadeia mercantil, indicadores de esforços de inovação tecnológica e indicadores de desnacionalização da produção de autopeças no Brasil.

##### **4.1 O regime automotivo brasileiro e o ingresso de novas montadoras**

O início da década de 1990 para a indústria automobilística foi marcada problemas de defasagem competitiva em relação ao padrão internacional e pelo baixo crescimento do mercado interno, decorrente da inflação descontrolada e de recessão econômica (Quadros *et al.*, 2000). O

risco de desindustrialização era visível pela desativação de fábricas (como foi o caso da divisão de Motores e de Tratores, pela Ford, no ano de 1992) e pela redução da participação da indústria automobilística no PIB industrial. A participação da automobilística que em 1975 foi de 19% do PIB Industrial, chegou a 9,6% em 1990 (ANFAVEA, 2010). Uma série de medidas para recuperação do setor, conforme discutido adiante, promoveu um crescimento do setor a partir de 1992, aliada à estabilização de preços e a retomada do crescimento econômico da economia brasileira e mundial que se seguiu a partir de então.

Através da Medida Provisória 1.024, de junho de 1995, o governo federal reduziu a alíquota do imposto de importação para 2%, para a compra de máquinas, equipamentos, matérias-primas, peças e componentes destinados à indústria automobilística. O objetivo era incentivar investimentos no setor e baratear o preço final, mediante a possibilidade de importação de peças e componentes a custos mais baixos. A medida estabeleceu cotas de importação vinculadas ao desempenho exportador das firmas. No mesmo ano, foram aprovados a MP 1.235 e o Decreto 1761, de dezembro de 1995, que formaram as bases do Regime Automotivo Brasileiro (RAB), regulamentado pelo Decreto 2.072, de novembro de 1996, e pela Lei 9.449 de março de 1997.

O principal instrumento de incentivo à indústria automobilística foi a redução do imposto de importação. Para veículos importados pelas montadoras instaladas no Brasil, a redução foi de 50% da alíquota; para importações de bens de capital, de 90%; para peças, componentes e demais matérias-primas, a redução seguiu o seguinte cronograma: 85% em 1996, 70% em 1997, 55% em 1998 e 40% em 1999.

A Lei 9.440, de março de 1997, oferecia vantagens adicionais para as empresas que investissem em novas unidades produtivas nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil. O objetivo da lei era promover uma integração regional da economia brasileira, criando oportunidades de desenvolvimento econômico nas regiões mais pobres mediante a instalação da indústria automobilística. O período de inscrição no programa esteve aberto entre 1997 e 1999, e a vigência dos incentivos seria até o ano de 2010.

Além dos incentivos concedidos pelo Governo Federal, o Brasil assistiu durante o RAB uma verdadeira guerra fiscal entre os Estados e Municípios interessados em atrair novos investimentos das montadoras de veículos. Entre os principais instrumentos de competição entre as unidades federativas, estava a isenção do ICMS e participação no capital social, por parte dos Estados, e doação de terreno e isenção do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) por parte dos municípios. Como exemplo, o Estado do Paraná utilizou-se desses recursos para atrair a Renault e a Audi-Volkswagen para a cidade de São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. A Bahia e o Rio Grande do Sul travaram uma verdadeira disputa para conseguir a nova fábrica da Ford, que acabou sendo construída na cidade de Camaçari, na Bahia.

Atraídas pelos incentivos governamentais e pela perspectiva de crescimento da demanda interna, entre 1996 e 2007 foram inauguradas ou ampliadas diversas unidades produtivas. Houve tanto o ingresso de novas fabricantes quanto a expansão de capacidade das empresas já presentes no país. O Quadro 3, a seguir, apresenta a relação dos principais investimentos na produção de veículos e motores realizados pelas fabricantes de automóveis. Além dos investimentos ocorridos nesse período, atualmente encontra-se em andamento a construção de mais duas unidades produtivas: uma divisão de motores da GM, a ser instalada na cidade de Joinville, em Santa Catarina, e uma fábrica de automóveis da Toyota, a ser implantada na cidade de Sorocaba, em São Paulo (ANFAVEA, 2010).

Ano	Empresa	Tipo de veículo/componente	Localização
1996	VW	Motores	São Carlos-SP
1996	VW	Caminhões e ônibus	Resende-RJ
1997	Honda	Automóveis	Sumaré-SP
1997/1999/2000	Volvo	Caminhões (ampliação)	Curitiba-PR
1998	Chrysler*	Comerciais leves	Campo Largo-PR
1998	International**	Caminhões	Caxias do Sul-RS
1998	Mitsubishi	Comerciais leves	Catalão-GO
1998	Renault	Automóveis e motores	São José dos Pinhais-PR
1998	Toyota	Automóveis	Idaiatuba-SP
1999	DaimlerChrysler	Automóveis	Juiz de Fora-MG
1999	GM	Componentes	Mogi das Cruzes-SP
1999	VW-Audi	Automóveis	São José dos Pinhais-PR
2000	Fiat	Motores	Betim-MG
2000	Fiat	Picapes	Belo Horizonte-MG
2000	Iveco	Comerciais leves, caminhões e ônibus	Sete Lagoas-MG
2000	GM	Automóveis	Gravataí-RS
2000	Iveco	Motores	Sete Lagoas-MG
2001	Ford	Automóveis e comerciais leves	Camaçari-BA
2001	Iveco	Comerciais leves, caminhões e ônibus	Sete Lagoas-MG
2001	Nissan	Comerciais leves	São José dos Pinhais-PR
2001	PSA	Automóveis e motores	Porto Real-RJ
2007	Hyundai	Comerciais leves	Anápolis-GO

**Quadro 3 – Principais investimentos em novas plantas industriais no Brasil, 1996-2007.**

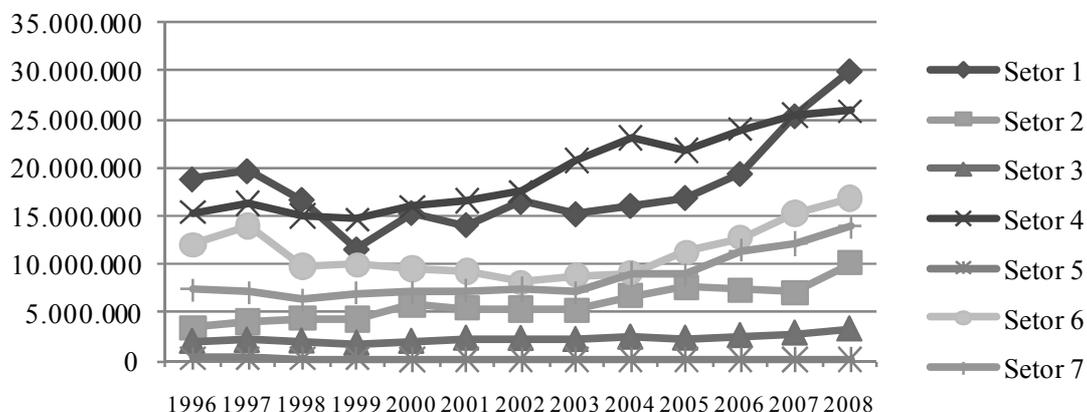
FONTE: Adaptado de Almeida *et al.* (2006).

NOTAS: \* Encerrou as atividades em 2001. \*\* Encerrou as atividades em 2002 e sua produção foi transferida para fábrica da Agrale, também em Caxias do Sul-RS.

#### 4.2 A cadeia mercantil da indústria automobilística no Brasil: 1996-2008

Em primeiro lugar, analisa-se o valor adicionado por setor, no período de 1996 a 2008 (preços constantes de 2008), conforme Figura 1. Verifica-se que até 1998, o Setor 1 (automóveis e comerciais leves) era o que apresentava o maior valor adicionado, mas a partir de 1999, o Setor 4 (peças e acessórios), passou a ser o setor de maior geração de valor. Apenas em 2008 o Setor 1 superou novamente o setor 4 no total do valor adicionado. O Setor 6 (comércio de veículos) é o terceiro maior gerador de valor, seguido do setor 7 (comércio de autopeças). O Setor 2 (caminhões e ônibus) é o quinto na geração de valor, em termos absolutos. Por fim, têm-se os Setores 3 (cabines, carrocerias e reboques) e 5 (recondicionamento de motores) como os menores na geração de valor.

Cabe notar que o setor 5 apresentou redução real de quase 60% no valor adicionado entre 1996 e 2008. Em todos os outros setores observa-se, a partir de 2004, um aumento real no valor adicionado, decorrente da rápida expansão das vendas observadas no período, e apresentando valores mais elevados do que em 1996.

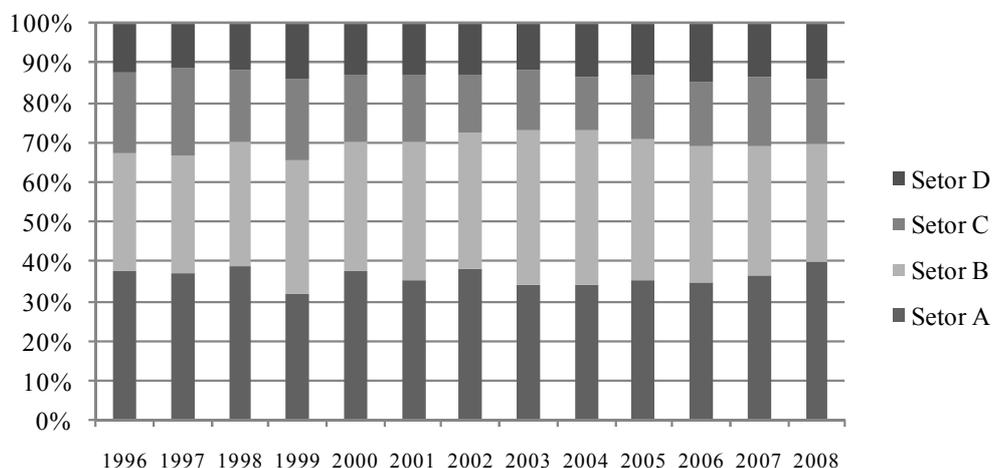


**Figura 1 – Valor adicionado por setor (R\$ 1.000), a preços de 2008, 1996-2008.**

Fontes: PIA/IBGE (2010); PAC/IBGE (2010).

Nota: Setor 1: Fab. de automóveis, camionetas e utilitários, Setor 2: Fab. de caminhões e ônibus, Setor 3: Fab. de cabines, carrocerias e reboques, Setor 4: Fab. de peças e acessórios, Setor 5: Recond. e recup. de motores, Setor 6: Com. de veículos, Setor 7: Com. de peças.

Por sua vez, a Figura 2 apresenta a participação relativa de cada setor no total do valor agregado. O Setor A, que compõe a fabricação de veículos em geral, participava, em 2008, com 40% do total, enquanto o Setor B, de autopeças em geral, 29%, o setor C, de comércio de veículos, 17%, e o Setor D, de comércio de autopeças, com 14% do total. Ao longo do período observam-se algumas oscilações, como em 2003 e 2004, quando o Setor B aumentou significativamente sua participação relativa, tornando-se o de maior participação no total do valor gerado na cadeia, com 39% e 35%, respectivamente. No entanto, de modo geral, o que se verifica é uma estabilidade na distribuição do valor adicionado entre os setores, sendo o Setor A o que possui a maior participação de valor, seguindo, em ordem de participação, os Setores B, C e D.



**Figura 2 – Participação no valor adicionado de cada setor (percentual), 1996-2008.**

Fontes: PIA/IBGE (2010); PAC/IBGE (2010).

Nota: Setor A: Fab. de automóveis, camionetes, utilitários, caminhões e ônibus, Setor B: Fab. peças e acessórios em geral, Setor C: Com. de veículos, Setor D: Com. de peças.

Verificou-se que menos de 1% das empresas da cadeia automotiva estão no setor de montagem de veículos e motores, e apenas 4% estão empenhados na fabricação de autopeças. A grande maioria está envolvida da comercialização, em especial de autopeças, englobando praticamente três quartos das empresas. De mesma forma, são os setores que mais empregam. Por outro lado, tanto a remuneração média das empresas, medida pelo valor adicionado dividido pelo número de empresas do setor, quanto a renda dos trabalhadores, é mais elevada nos setores de montagem de veículos, e, em ordem de importância, no setor de fabricação de autopeças, comercialização de veículos e, por último, o comércio de autopeças. Com exceção de alguns períodos, no geral, esse quadro se manteve ao longo do período (Torres, 2011).

A seguir, apresenta-se uma série de indicadores relacionados aos esforços de inovação tecnológica das empresas dos setores industriais. A Tabela 1 mostra o percentual das empresas entrevistadas que informaram ter realizado inovações nos períodos abaixo listados, tanto inovações em produto quanto em processo produtivo. Observa-se que as empresas do Setor I são as que mais inovaram a partir de 2001. O Setor II, referente ao agregado de fabricação de cabines, carrocerias e, e recondicionamento de motores, apresentou a menor proporção de empresas inovativas em todos os períodos. No entanto, cabe ressaltar que essa proporção subiu para 42%, em 2006-2008.

**Tabela 1 – Empresas que realizaram inovações (percentual do total), 1998-2008<sup>5</sup>.**

Classe de atividade	1998-2000	2001-2003	2002-2005	2006-2008
Setor I		58%	71%	83%
Setor II	36%	33%	25%	42%
Setor II	46%	45%	45%	47%

FONTE: PINTEC/IBGE (2010).

NOTA: Setor I: Fab. de automóveis, camionetes, utilitários, caminhões e ônibus, Setor II: Fab. cabines, carrocerias e reboques e recond. e recup. de motores, Setor III: Fab. de peças e acessórios.

Os mesmos dados são apresentados na Tabela 2, mas diferenciando-se em relação ao tipo de inovação implantada. Observa-se que as empresas do Setor I foram as que mais realizaram inovações de produtos, ou seja, lançamento de novos modelos de veículos e motores no mercado. Por outro lado, no Setor III, referente à fabricação de autopeças, predomina as inovações em processo, tendo as inovações em produto mais relevantes nos últimos anos. Quanto às inovações em produto, verifica-se, ainda no Setor III, que o lançamento de produto novo no mercado nacional foi mais relevante no período de 1998 a 2000, no auge da reestruturação da indústria automobilística com os novos investimentos, perdendo importância gradativamente desde então. A partir de 2001,

as inovações em produtos das empresas do Setor III, em sua maioria, referiam-se a novos produtos para a empresa, e não para os mercados nacional e mundial.

Chama atenção também o aumento da proporção de empresas do Setor I que informou ter realizado inovações em processo. Em 2003, esse número foi de menos da metade das firmas entrevistadas, enquanto nos anos seguintes a proporção foi superior a 60%. Novamente, observa-se que o Setor II apresenta a menor incidência de empresas inovativas, sendo que inovações em processo tendem a ser predominante. Das inovações em produtos, a exemplo de Setor III (autopeças), os produtos lançados são novos para as empresas, mas não para os mercados nacional e mundial. Isso sugere que as empresas do Setor II são mais cativas, ou seja, modernizando-se na medida do necessário, sendo muito dependentes de especificações técnicas das montadoras, tendo pouca margem para introdução de inovações no mercado.

**Tabela 2 – Empresas que inovaram em produto e em processo (percentual), 1998-2008.**

<b>Classe de atividade</b>	<b>1998-2000</b>	<b>2001-2003</b>	<b>2003-2005</b>	<b>2006-2008</b>
<i>Inovação em produto</i>				
Setor I		54,5%	64,2%	83,2%
Setor II	21,8%	22,6%	7,1%	23,7%
Setor III	26,1%	25,5%	27,7%	33,9%
<i>Inovação em processo</i>				
Setor I		47,2%	61,2%	60,5%
Setor II	28,7%	16,9%	22,3%	34,8%
Setor III	41,2%	42,9%	38,2%	38,9%
<i>Inovação em produto (novo no mercado nacional)</i>				
Setor I		20,7%	40,9%	33,6%
Setor II	11,5%	1,6%	3,7%	0,1%
Setor III	15,2%	1,4%	3,7%	0,6%

FONTE: PINTEC/IBGE (2010).

NOTA: Setor I: Fab. de automóveis, camionetes, utilitários, caminhões e ônibus, Setor II: Fab. cabines, carrocerias e reboques e recond. e recup. de motores, Setor III: Fab. de peças e acessórios.

Em relação aos gastos em atividades inovativas, verifica-se que o Setor I é o que mais aplica recursos, conforme dados da Tabela 3. Os dispêndios em atividades inovativas foram da ordem de 4,2% do total das receitas em 2008, sendo que no período de 2003 a 2005, esse número foi de 5,6%. Os Setores II e III despendem em média 2,5% das receitas para atividades inovativas. No entanto, convém ressaltar que no período de 1998 a 2000, o Setor III (autopeças) despendeu 6,5% das receitas em atividades inovativas. Coincidentemente é o período em que mais se observaram instalações de novas plantas de montagem de veículos. Assim, esse resultado sugere que as empresas fornecedoras de autopeças tiveram que desempenhar maior esforço de capacitação tecnológica para atender às novas demandas das empresas que ingressaram no mercado brasileiro e da modernização daquelas já estabelecidas.

<sup>5</sup> Convém notar que, como os Setores I e II estão agregados, os dados do período 1998-2000 não é um bom indicativo para o setor I, uma vez que o número de empresas é muito menor e a proporção das inovadoras tende a ser maior, como se observa nos anos seguintes.

**Tabela 3 – Dispendio em atividades inovativas (percentual da receita), 1998-2008.**

Classe de atividade	1998-2000	2001-2003	2002-2005	2006-2008
Setor I	7,1%	4,7%	5,6%	4,2%
Setor II		2,3%	2,2%	2,5%
Setor II	6,5%	2,5%	3,0%	2,4%

FONTE: PINTEC/IBGE (2010).

NOTA: Setor I: Fab. de automóveis, camionetes, utilitários, caminhões e ônibus, Setor II: Fab. cabines, carrocerias e reboques e recond. e recup. de motores, Setor III: Fab. de peças e acessórios.

A Tabela 4 apresenta o percentual do dispendio em atividades inovativas em pesquisa e desenvolvimento (P&D), especificamente. Observa-se que as montadoras de veículos (Setor I) são as que direcionam percentual maior dos recursos para P&D. É interessante notar que P&D tem ocupado um espaço maior no orçamento das empresas dos Setores II (cabines, carrocerias, etc.) e III (autopeças), representando no último período quase um terço do total dos recursos aplicados. Esses resultados sugerem um ganho de importância de P&D para a indústria automobilística, tanto como fonte de competitividade para as montadoras, quanto na forma de inserção na cadeia de valor por parte dos fornecedores. Cada vez mais, fornecedores têm sido envolvidos nas etapas de *design* e projetos de novos veículos (Sturgeon *et al.*, 2009).

**Tabela 4 – Dispendio em atividades de P&D (percentual do total), 1998-2008.**

Classe de atividade	1998-2000	2001-2003	2003-2005	2006-2008
Setor I		44,3%	33,2%	47,9%
Setor II	12,5%	21,3%	19,1%	31,5%
Setor III	8,4%	25,2%	15,7%	31,4%

FONTE: PINTEC/IBGE (2010).

NOTA: Setor I: Fab. de automóveis, camionetes, utilitários, caminhões e ônibus, Setor II: Fab. cabines, carrocerias e reboques e recond. e recup. de motores, Setor III: Fab. de peças e acessórios.

O Setor I é o que mais emprega pessoas, em termos relativos ao total ocupado, em atividades de P&D, conforme Tabela 5. Também é o setor que apresentou maior crescimento na proporção de pessoal ocupado em P&D ao longo do período analisado. O Setor II emprega menos de 1% do pessoal em atividades de, enquanto o Setor III (autopeças), emprega em torno de 1%, em média. Como as montadoras são responsáveis pelo desenho e engenharia dos veículos, é natural que sejam as que mais empregam pessoas nessa atividade. Como um veículo envolve mais de 14 mil peças (Gereffi, 1999), sendo que muitas delas precisam ser pensadas em termos de desempenho, conforto e *design*, maiores esforços são demandados para o lançamento de um novo veículo do que para uma peça ou componente em particular.

**Tabela 5 – Pessoal ocupado em atividades de P&D (percentual do total), 1998-2008.**

Classe de atividade	1998-2000	2001-2003	2003-2005	2006-2008
Setor I		3,7%	4,6%	4,3%
Setor II	0,01%	0,7%	0,6%	0,9%
Setor III	0,9%	1,0%	0,8%	1,1%

FONTE: PINTEC/IBGE (2010).

NOTA: Setor I: Fab. de automóveis, camionetes, utilitários, caminhões e ônibus, Setor II: Fab. cabines, carrocerias e reboques e recond. e recup. de motores, Setor III: Fab. de peças e acessórios.

Os dados a seguir voltam-se para o setor de autopeças, o nó da cadeia produtiva que historicamente foi constituído por empresas de capital nacional. Observando os dados da Tabela 6, verifica-se que mais de 60% das empresas nesse segmento são nacionais. No entanto, observou-se que em 1994, antes da onda de ingresso de novas montadoras estrangeiras no Brasil, elas se apropriavam de 52,4% do faturamento do setor. Em 2009, esse número se reduz para 29,0%. Em contrapartida, verifica-se que pouco mais de um terço do segmento é formado por companhias de capital estrangeiro, cujo faturamento saltou de 47,6%, em 1994, para 71,0% em 2009. Comportamento semelhante é observado para os dados relativos ao valor do capital e do investimento entre as empresas de capital nacional e estrangeiro.

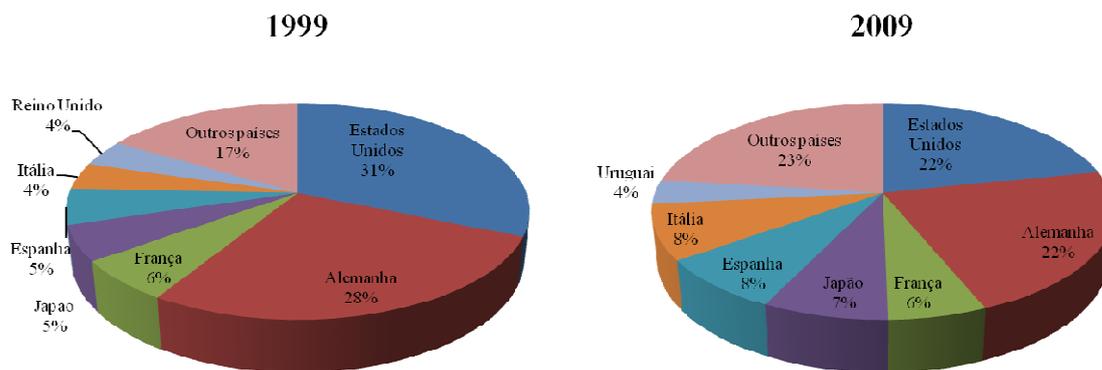
**Tabela 6 – Origem do capital na indústria de autopeças brasileira, 1994 e 2009.**

Dados	1994		2009	
	Capital nacional	Capital estrangeiro	Capital nacional	Capital estrangeiro
Valor do capital	51,9%	48,1%	24,6%	75,4%
Faturamento em autopeças	52,4%	47,6%	29,0%	71,0%
Valor do investimento	52,0%	48,0%	26,8%	73,2%
Empresas	66,1% <sup>a,b</sup>	33,9% <sup>a</sup>	62,8% <sup>b</sup>	37,2%

FONTE: SINDIPEÇAS, 2010.

Nota: (a) Dados referem-se ao ano de 1999; (b) consideraram-se de capital nacional as empresas com pelo menos 50% da participação acionária nacional.

As empresas estrangeiras foram capazes de contestar a participação de mercado das firmas nacionais, concentrando o faturamento em pouco mais de um terço das empresas no segmento de produção de autopeças. Esse parece ser um reflexo da tendência apontada por Sturgeon *et al.* (2009) da formação de fornecedores globais. O Gráfico 1 apresenta a origem das empresas estrangeiras no segmento de autopeças. Verificamos que em 1999, mais da metade das firmas de capital estrangeiro eram dos EUA e da Alemanha. Em 2009, sua participação diminuiu e os destaques são as firmas italianas, espanholas e japonesas, que aumentam sua participação no setor. Ressalta-se a predominância entre as empresas de capital estrangeiras de firmas originárias nos países do núcleo orgânico capitalista.



**Figura 3 – Participação no valor adicionado de cada setor (percentual), 1996-2008.**

Fonte: SINDIPEÇAS (2010)

Sendo este o segundo nó mais rentável na hierarquia do valor adicionado da cadeia e onde se encontra um número significativo de empresas nacionais, convém apresentar mais detalhes sobre sua inserção na rede de comércio mundial. A Tabela 7 apresenta o destino das exportações do segmento de produção de autopeças. Observa-se um aumento da importância das exportações para países sul-americanos, destacadamente Argentina e Venezuela, ao passo que os EUA vêm perdendo bruscamente a participação na compra de autopeças fabricadas no Brasil. Apesar do curto período de tempo em análise, percebe-se uma tendência de redução das exportações para os países centrais, face ao aumento da importância do mundo periférico e semiperiférico. Em 2000, metade das exportações de autopeças era direcionada para os países do núcleo orgânico que aparecem na Tabela 4; em 2009, esse número cai para menos de um terço. Por outro lado, no ano de 2000, pouco mais de um terço das exportações era direcionado para os países latino-americanos listados abaixo; em 2009, eles representam mais da metade. Isso revela uma tendência, nos últimos dez anos, de redução do fornecimento de autopeças para os países do núcleo orgânico, e uma regionalização do comércio na América Latina.

Em suma, no nó dinâmico da cadeia, onde são gerados os maiores rendimentos, o domínio é pleno do capital estrangeiro e a concorrência é menos intensa. No segundo nó mais rentável, 70% dos rendimentos concentram-se em menos de um terço das firmas, cujo capital também é estrangeiro. Para as firmas nacionais, resta o papel de fornecimento e a comercialização de veículos e autopeças, atividades que além de adicionar menor valor, estão sujeitas à concorrência mais agressiva. Esse processo intenso de desnacionalização no setor de fabricação de autopeças. Este parece ser o resultado das estratégias das montadoras de trazer fornecedores preferenciais, bem como da pressão exercida pelas montadoras para modernização das empresas fornecedoras nacionais, que em muitos casos se viram forçadas a se associar com firmas estrangeiras, a fim de obter capacitação tecnológica para continuar seus negócios com as montadoras de veículos. No

comércio internacional, no segmento em que se evidenciam a participação direta das firmas brasileiras, gradativamente diminuem-se as exportações para os países ricos do núcleo orgânico, substituindo-as por relações com os países semiperiféricos e periféricos regionais. Esse processo também é comandado pelas estratégias das montadoras de criação de comércio de compensação, discutido com mais detalhes a seguir.

**Tabela 7 – Destino das exportações brasileiras de autopeças, 2000, 2008 e 2009.**

País importador	2000	2008	2009
Argentina	20,8	28,6	34,1
Estados Unidos	34,3	17,5	14,3
México	8,8	7,8	7,2
Alemanha	8,9	8,9	6,8
Venezuela	1,9	4,1	5,5
Países Baixos	0,3	1,9	5,3
África do Sul	1	3,1	2,8
Chile	2	2,2	2,2
França	1,3	2,1	2,1
Itália	2,7	2,1	1,6
Uruguai	0,9	1,2	1,5
Colômbia	0,7	1,1	1,4
Reino Unido	2,3	1,9	1,3
Paraguai	0,8	1,2	1,2
China	0,5	1,6	1,2
Peru	0,4	1,4	1
Angola	0,1	0,7	0,9
Índia	0,4	0,5	0,7
Polônia	0,2	1	0,6
Equador	0,4	0,6	0,6
<b>Subtotal</b>	<b>88,7</b>	<b>89,5</b>	<b>92,1</b>
Outros	11,3	10,5	7,9
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

FONTE: MDIC - Secex/Depla ([www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br)).

Elaboração: SINDIPEÇAS, 2010.

## **5. A REEINDUSTRIALIZAÇÃO DA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL COMO RESULTADO DE TENDÊNCIAS MUNDIAIS**

No início da década de 1990 as estratégias de globalização avançam com a nova onda de investimento nos países emergentes. Sturgeon e Florida (2000) sugerem três principais motivos para a “corrida aos mercados emergentes”. O primeiro refere-se à saturação dos grandes mercados existentes. O segundo motivo refere-se ao aumento da competição nos mercados domésticos. Os investimentos estrangeiros diretos realizados nos períodos anteriores na Europa e na América do Norte intensificaram a concorrência nesses mercados. No caso do Japão, o aumento da concorrência se deu principalmente pela ascensão de pequenos produtores locais. Por fim, a baixa taxa de crescimento dos grandes mercados tradicionais e a expectativa de taxas aceleradas de crescimento dos grandes mercados emergentes fez com que as fabricantes de automóveis não quisessem ficar de fora de uma potencial expansão nas vendas, realizando investimento direto em capacidade

produtiva nessas localidades.

Sturgeon e Florida (2000) identificam ainda três tendências de convergência nas estratégias das montadoras de veículos, e uma menos convergente, mas importante no período da globalização. Como mencionado, (1) a tendência de produzir onde se vende; (2) o desenho de veículos com chassi comuns para (plataformas) capazes de receber carrocerias adaptadas, diferentes níveis de acabamento e características para as condições locais; e (3) o aproveitamento das plataformas globais para criar capacidade de montagem mais genérica e menos presa a modelos específicos, buscando a flexibilidade de suas plantas, para obter economias de escopo. A estratégia menos convergente, porém não menos importante, refere-se ao aumento da terceirização de etapas do processo produtivo e transformar o veículo e a montagem cada vez mais “modular”.

Ao tornar mais flexível e expansível as novas plantas produtivas nos mercados emergentes, as fabricantes podem ajustar a produção de acordo com as taxas de crescimento no mercado ou responder às alterações nas preferências dos consumidores ou às ações dos concorrentes. A capacidade de produção mais padronizada, ou "genérica", é menos vulnerável a problemas de excesso de capacidade. Com um nível de padronização suficiente, os modelos menos vendidos poderiam ser substituídos nas linhas de produção por aqueles de melhor aceitação no mercado em um curto período de tempo. A padronização entre as operações de fabricação também faria possível a transferência de aprendizagem entre as plantas, uma vez que as melhorias implementadas em uma unidade seriam aplicáveis nas demais. Porém, o aumento gradual da modularização das partes do automóvel e da montagem tem um contraponto, ao aumentar a complexidade dos sistemas de transporte e logística. Por exemplo, motores e transmissões têm uma escala mínima de produção para que se torne viável economicamente, de tal forma que é mais interessante produzir em uma única unidade e enviar para as demais. No momento em que mais itens dos veículos têm sua produção separada e centralizada, mas complexa se torna a programação da produção, ainda mais quando se trabalha com o conceito de produção enxuta e o just-in-time.

No entanto, a estratégia de modularização tem limitações. Por exemplo, a ausência de normalização técnica de peças e componentes de veículos mina a possibilidade de modularização. A dificuldade de normalização está tanto entre veículos produzidos por uma mesma fabricante em diferentes localidades, quanto entre veículos de diferentes montadoras. Como alguns fornecedores atendem a mais de uma montadora e em diversos países, e dada a especificidade de peças e componentes de modelos e marcas, a modularização é extremamente comprometida, uma vez que inviabiliza ganhos expressivos de economias de escala que permitam os fornecedores a atender diversos clientes e obter fontes de suprimentos globais (concentrar a produção em regiões onde o custo é mais vantajoso) (Sturgeon et al., 2009). Em certa medida, isso reflete a dificuldade de codificar o conhecimento tácito sobre os processos mecânicos, mas também reflete a forte concorrência entre um oligopólio restrito de empresas que gera uma indisposição a trabalhar em conjunto para desenvolver padrões robustos no nível da indústria. Como as peças e subsistemas tendem a ser específicos para plataformas de veículos e modelos, os fornecedores têm sido forçados a interagir de perto com as principais empresas, o que eleva os custos de transação e limita as economias de escala na produção e economias de escopo no projeto (Sturgeon *et al.*, 2008).

A ascensão de fornecedores globais é a característica mais marcante da indústria automobilística a partir da década de 1990. Muitos desses fornecedores se tornaram preferenciais das montadoras em sua expansão mundial, devido a capacidade dessas empresas em atender os requisitos exigidos pelas fabricantes. Entre essas exigências, tornou-se crescente a necessidade de investimento em novas plantas produtivas nas localidades em que as fabricantes de automóveis estabelecem novas linhas de montagens. Empresas como a Bosh, Denso, Johnson Controls, Lear Coporation, TRW, Magna e Valeo, são exemplos de fornecedores preferências. É crescente também a responsabilidade assumida pelos fornecedores de primeiro nível. O movimento de modularização faz com que os fornecedores de primeiro nível se encarreguem da fabricação de sistemas mais complexos, de entrega just-in-time, e de compartilhamento de esforços e custos com pesquisa e desenvolvimento. Além disso, em alguns casos, passam a ser responsáveis pela coordenação do fornecimento de peças e componentes de fornecedores de segundo nível. O aumento da exigência de capacitação dos fornecedores de primeiro nível tem levado a um duplo movimento na organização da indústria: de um lado, observa-se uma desverticalização das montadoras, ao jogar para fora parte significativa da fabricação e montagem do automóvel, e de outro, uma tendência de integração vertical dos fornecedores de primeiro nível, através, principalmente, de fusões e aquisições de empresas.

A construção de uma cadeia de suprimentos de escala global apresenta duas forças conflitantes. De um lado, as fabricantes buscam fontes globais de suprimentos. De outro, os governos impõe exigências de conteúdo local. Além disso, existem questões técnicas que inviabilizam o suprimento global de autopeças. Uma vez que as montadoras precisam estabelecer plantas locais e determinados componentes dos veículos precisam ser entregues de forma sequenciada para atender o sistema de produção just-in-time, os fornecedores também precisam estar colocalizados. Dificuldades logísticas do transporte de peças e componentes pesados ou difíceis de transportar (bancos, por exemplo), ou de subsistemas frágeis, tornam o custo de exportação muito elevado para grandes distâncias. Outra razão é que poucos componentes dos veículos são genéricos o suficiente para que proporcione ganhos de escala na produção ou economias de escopo no design. As peças adquiridas localmente tendem a ser altamente específicas para um determinado veículo. Há, portanto, uma tensão entre a busca de fontes de suprimento global e o abastecimento local de autopeças (Sturgeon *et al.*, 2009). Por exemplo, a GM e Ford, na segunda metade dos anos 1990, adotaram totalmente a tendência de terceirização, "jogando" para fora suas respectivas divisões internas de autopeças, criando o que na época eram as duas maiores fornecedoras de peças automotivas do mundo, Delphi e Visteon (Sturgeon *et al.*, 2008).

A globalização criou, portanto, duas categorias de fornecedores: os globais e os locais. Na primeira categoria inserem a maioria dos fornecedores de primeiro nível e alguns de segundo nível. Na segunda categoria, geralmente estão os fornecedores de segundo e terceiro níveis, que oferecem autopeças mais padronizadas e não requerem sintonia com a produção. Geralmente são peças leves que podem ser adquiridas facilmente no mercado local (Sturgeon *et al.*, 2009). A indústria automobilística não é, portanto, nem totalmente global, nem vinculada estreitamente às localidades. A integração global tem procedido ao nível do design e desenvolvimento de veículos, em que as

fabricantes têm empenhado esforços em engenharia para vender produtos padronizados em diversos mercados finais. À medida que os fornecedores têm desempenhado papel crescente no design, eles têm estabelecido seus próprios centros de design próximo aos centros de seus clientes para facilitar a cooperação. De outro lado, estabelecem suas linhas de produção próximas às linhas de montagem final de veículos para atender a demanda de seus clientes por fornecimento just-in-time (Sturgeon *et al.*, 2008).

A corrida para os mercados emergentes alterou consideravelmente a geografia da produção de automóveis nos anos 1990 e 2000. Verifica-se um aumento significativo da produção na Ásia e outras regiões, como a América do Sul, e uma consequente perda de participação da América do Norte e da Europa. Em 1999, a participação da Ásia era 28% do total da produção mundial, enquanto da Europa e da América do Norte eram 35% e 32%, respectiva. Em 2009, a Ásia respondia por praticamente metade da produção mundial de automóveis (49%), enquanto as participações da Europa e da América do Norte caíram para 27% e 14%, respectivamente. As demais regiões do mundo também aumentaram sua participação, passando de 5% para 10% no mesmo período, com destaque para o aumento da produção na América do Sul e no Oriente Médio (OICA, 2010).

As montadoras estão buscando a criação de esquemas de "complementaridade" para equilibrar os fluxos de comércio regional e realizar economias de escala em mercados de pequeno porte. Por exemplo, os motores produzidos em um país podem ser objeto de transbordo, com transmissões feitas em outro, fazendo assim um comércio de compensação. A lógica é que, mesmo se as restrições comerciais forem retiradas, os governos serão constrangidos se o seu comércio estiver desequilibrado com um grande parceiro comercial. Um exemplo de cooperação inter-regional pode ser observado na Associação das Nações do Sudeste de Ásia (ANSA). A ideia é simples: uma vez que cada país membro, por si só tem um pequeno mercado, os regimes de complementaridade são postos em prática para permitir que os fabricantes de peças abasteçam as montadoras finais em todos os países membros da ANSA. Assim, cada localidade se especializa na produção de um determinado componente que detém vantagens comparativas, enquanto o comércio inter-regional entre as empresas participantes permanece equilibrado (a montagem final tem sido excluída do regime de complementaridade) (Sturgeon & Florida, 2000).

Em síntese, a nova organização da produção mundial de automóveis caracteriza-se pela dispersão das unidades produtivas para os mercados emergentes, tanto das montadoras quanto das fornecedoras de autopeças. O IED foi direcionado para países como Brasil, China e Índia em função da saturação e do aumento da concorrência nos mercados desenvolvidos, e pelo potencial de crescimento daqueles países. A corridas aos “emergentes”, em especial à China, tem levado a uma desconcentração da produção de veículos automotores, embora atividades de design e desenvolvimento de projetos ainda se mantenham centralizados. Nessa nova corrida, observa-se também uma desconcentração da produção mundial entre as companhias, decorrente principalmente do ganho de participação de mercado de empresas menores, como as coreanas Hyundai e Kia.

A novidade no período histórico da globalização não é instalação de linhas de montagem em novos países, mas uma mudança significativa que se observa na cadeia de suprimentos. Trata-se da

terceirização e transferência de atividades de maior valor agregado para as firmas fornecedoras. Os maiores fornecedores, também com origem nos países centrais, tornaram-se "fornecedores globais", com operações em nível mundial e capacidade de oferecer bens e serviços para várias montadoras líderes do setor. Muitos deles também têm investido em unidades produtivas nas mesmas localidades em que seus clientes implantam suas linhas de montagem, adotando uma estratégia de *follow sourcing*. A ascensão de fornecedores globais levou também à estratégia de *follow design*, ou seja, ao assumir responsabilidade pelo desenvolvimento de autopeças, têm se envolvido não só na produção, mas também na concepção, no desenho e na solução técnica para novos veículos.

## 6. CONCLUSÕES

O propósito desse trabalho foi explorar, a partir do estudo da indústria automobilística no Brasil, alguns desdobramentos empíricos da economia política dos sistemas mundiais. Utilizando os conceitos de semiperiferia e de cadeias mercantis globais é possível entender por que o Brasil, exemplo de industrialização bem sucedida, não consegue atingir, ou mesmo diminuir de maneira significativa, as condições de renda do núcleo orgânico. Nos anos 1950, o país se empenhou em criar a indústria automobilística nacional, usando a estratégia de atrair as montadoras estrangeiras e formar uma rede de suprimentos com capital nacional. Após a abertura econômica no final dos anos 1980 e início dos 1990, as vendas no setor reduziram drasticamente e uma ameaça de desindustrialização do setor surgiu com o aumento da importação de automóveis. Com o objetivo de fortalecer o setor, o governo brasileiro lançou o Regime Automotivo, que usou de diversos incentivos tributários para preservar a estrutura industrial já existente e mesmo modernizar e atrair novas montadoras.

A tese do “mito da industrialização como desenvolvimento” defendida nesse trabalho não nega a importância dos efeitos de encadeamento que a automobilística apresenta. No entanto, procuramos demonstrar que o comando do excedente gerado está em nós específicos dessa cadeia mercantil: o das montadoras, como principal, e alguns fornecedores de primeiro nível. São atividades que demandam conhecimento, marca, escala de produção, tecnologia e que foram condicionados historicamente por um processo de acumulação de capital, competências e formação de barreiras à entrada. No início da industrialização o Brasil foi bem sucedido em formar um capital nacional, inclusive com empresas em áreas de alta tecnologia, como a Metal Leve na fundição de precisão de pistões. A abertura econômica, no entanto, permitiu a reestruturação da indústria brasileira de acordo com os moldes internacionais, enfraquecendo a atuação intervencionista do governo. As melhores empresas foram compradas por grandes corporações internacionais ou tiveram que se associar (fusão, *joint ventures*), ou porque não tinham capacidade de se expandir e se tornarem fornecedores globais, ou por determinação explícita das montadoras (caso de alguns fornecedores da Fiat, em Minas Gerais, por exemplo). Os dados apresentados mostram que o excedente (medido pelo valor adicionado) é desproporcionalmente maior no setor de montagem de veículos, quando comparado aos dos demais. Além disso, a pressão competitiva (medida pelo número de empresas concorrente) é também desproporcionalmente menor no setor da montagem. O

resultado disso é que menos de 1% das empresas geram 40% do valor adicionado da cadeia, o que demonstra uma distribuição extremamente desigual da renda. Por outro lado, 4% das empresas da cadeia mercantil estão agrupadas no setor de autopeças, e respondem por mais 56% do valor adicionado. Logo, para as empresas comerciais, que representam 75% do total de empresa, restam apenas 4% do valor gerado (Torres, 2011). A comercialização de veículos e autopeças compõe parte importante da cadeia mercantil, pelos seguintes motivos: são os elos que geram mais empresas, são compostos basicamente de capital nacional e é disperso territorialmente. No entanto, esses efeitos de encadeamento são insuficientes para promover o desenvolvimento. É claro que estamos ignorando outros efeitos à montante e à jusante, como a demanda gerada para os setores da siderurgia e petroquímica, por exemplo, e por isso mesmo reforçamos que a presença dessas indústrias é importante para a geração de emprego e renda locais para a população. Mas, quando comparado com valor gerado para as corporações estrangeiras, cujos lucros podem ou não ser reinvestidos nos países (boa parte sai do país mediante remessa de lucros), percebe-se que o hiato no nível de renda nacional e o dos países do núcleo orgânico se torna difícil de reduzir. Por não ter o comando sobre, o Brasil é incapaz de fazer avanços significativos no setor ou mesmo competir, pois toda inserção do capital nacional está subordinada às estratégias das corporações estrangeiras.

Outros indicadores mostraram o empenho das montadoras em atividades relacionadas com a inovação tecnológica. A produção e a tecnologia são fundamentais para o comando do excedente nesse tipo de mercadoria (o automóvel). Tal observação remete para características específicas do setor: desde sua origem, a indústria automobilística teve por estratégia a “produção onde se vende”. Isso se justifica por diversos fatores, mas entre os principais, podemos destacar a combinação da característica “natural” da produção, que exige proximidade geográfica de montadoras e fornecedores para gerar ganhos de eficiência e escala e a dificuldade de transporte para longas distâncias ou de componentes (assentos, por exemplo), com a política de proteção de conteúdo local adotada pelos Estados que apresentam grandes mercados consumidores.

Por fim, cabe destacar que a presença de uma estrutura industrial completa da automobilística no Brasil reflete dois argumentos apresentados por Arrighi: a primeira é a atuação do Estado em promover infraestrutura e associar-se com o capital do núcleo orgânico em setores específicos; a segunda é a presença de tanto vantagens de mercado quanto vantagens de custo. No caso da automobilística brasileira, o grande aumento na produção e comercialização de automóveis no país evidencia o primeiro tipo de vantagem, enquanto os fortes incentivos fiscais, que incluem isenções federais, estaduais, municipais, doação de terrenos e até mesmo participação de governos no capital social das companhias, se apresentam como medidas redutoras do custo do capital (Torres, 2011).

## Referências

- ALMEIDA, C.C.R.; CARIO, S.A.F.; MERCÊS, R.; GUERRA, O.F. Indústria automobilística brasileira: conjuntura recente e estratégias de desenvolvimento. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 34, n.1, p.165-152, jan./mar. 2006.
- ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores. Anuário Estatístico da Indústria Automobilística, 2010. Disponível em <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em 20 ago. 2010.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. 4 ed. Tradução: Sandra Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GEREFFI, G. The organization of buyer-driven global commodity chains: how U.S retailers shape overseas production networks. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ (eds.). **Commodity chains and global capitalism**. Westport, CT: Praeger, 1994, p. 95-122.
- GEREFFI, G. A commodity chains framework for analyzing global industries. Institute of Development Studies, Duke University, 1999. Disponível em: [http://eco.ieu.edu.tr/wp-content/Gereffi\\_CommodityChains99.pdf](http://eco.ieu.edu.tr/wp-content/Gereffi_CommodityChains99.pdf) . Acesso: 25 set. 2009.
- GEREFFI, G. Beyond producer-driven/buyer driven dichotomy: the evolution of global value chains in the internet era. *IDS Bulletin*, v. 32, n. 3, p. 30-40, 2001a.
- GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T. J. The governance of global value chains. **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 78-104, fev. 2005.
- HOPKINS, T.K.; WALLERSTEIN, I. Patterns of development of the modern world-system. *Review*, v. 1, n. 2, 1977, p. 111-45.
- HOPKINS, T. K.; WALLERSTEIN, I. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. **Review**, v. 10, n. 1, p. 157-70, 1986.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Classificação nacional de atividades econômicas - versão 2.0. IBGE, 2007. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/concla/revisao2007.php?l=6>>. Acesso em 28 ago. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Industrial Anual, 1996 a 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 ago. 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Anual do Comércio, 1996 a 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 15 ago. 2010.
- KAPLINSKY, R.; MORRIS, M. A handbook for value chain research. Institute of Development Studies, University of Sussex and School of Development Studies, University of Natal, 2001 Disponível em: <[ww.inti.gov.ar/cadenasdevalor/manualparainvestigacion.pdf](http://www.inti.gov.ar/cadenasdevalor/manualparainvestigacion.pdf)>. Acesso em 15 set. 2009.
- OICA - Organisation Internationale des Constructeurs d'Automobiles. Production Statistics. Disponível em <<http://www.oica.net>>. Acesso em 20 dez. 2010.
- QUADROS, R.; CONSONI, F.L.; FONSECA, R.R.; QUEIROZ, S.R.R.; COSTA, I. Globalização e reestruturação da cadeia produtiva na indústria automobilística: qual é o papel do MERCOSUL?. Campinas: Relatório Final – Projeto 16/97, Convênio IPEA – DCPT/IG/Unicamp – FUCAMP, 2000.
- SINDIPEÇAS – Sindicato Nacional de Industria de Componentes para Veículos Automoto-res. Desempenho de Setor, 2008 e 2010. Disponível em : <<http://www.sindipecas.org.br>>. Acesso em: 28 ago. 2010.
- STURGEON, T.; FLORIDA, R. Globalization and jobs in automotive industry. Industrial Performance Center, Massachusetts Institute of Tecnology, Cambridge, Working Paper Series, nov. 2000.
- STURGEON, T.; BIESEBROECK, J.V. GEREFFI, G. Value chains, networks and clusters: reframing the global automotive industry. *Journal of Economic Geography*, v. 8, p. 297-321, abr. 2008.
- STURGEON, T.J.; MEMEDOVIC, O.; BIESEBRECK, J.V.; GEREFFI, G. Globalisation of the automotive industry: main features and trends. *International Journal of Technological Learning, Innovation and Development*, v. 2, n. 1/2, p. 7-24, 2009.
- TORRES, R.L. **A indústria automobilística brasileira: uma análise da cadeia de valor**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. 183 p.
- WALLERSTEIN, I. *The capitalist world-economy*. New York: Cambridge University Press, 1979.

**V COLÓQUIO BRASILEIRO EM EPSM**

**O Brasil no sistema-mundo neste início de século**

**Angelita Matos Souza**

**Professora de Ciência Política no Curso de Relações Internacionais**

**UNESP de Marília/SP, DCPE**

**Endereço residencial: Rua Avelino do Amaral 160/72**

**CEP 13100013, Campinas/SP**

**Telefones: 19-32529341 ou 19-81817203**

## O BRASIL NO SISTEMA-MUNDO NESTE INÍCIO DE SÉCULO

Angelita Matos Souza  
(angelitams@marilia.unesp.br)

Resumo: Após introdução breve, o texto encontra-se dividido em dois tópicos, no primeiro avaliamos o estágio atual do capitalismo monopolista no Brasil, abordando seu caráter supostamente associado e patrimonial. Em seguida, discorremos sobre o expansionismo brasileiro neste início de século – a integração regional, as pretensões de liderança e as acusações de imperialismo. Na conclusão, enquadrámos o Brasil como potência regional, com chances limitadas de ir além dentro do atual modelo de acumulação.

### I. Introdução<sup>1</sup>

Passada a década de 1990, sob égide das reformas neoliberais, nos governos Lula não seria equivocado afirmar que o pessimismo foi amenizado pelo crescimento da economia, expansionismo, capacidade para enfrentar a crise financeira, distribuição (embora modesta) de renda e mobilidade social ascendente. Para muitos, o Brasil deixara a situação periférica rumo às posições privilegiadas de “semiperiferia”. Um tanto na contramão deste otimismo, pretendemos realizar uma exposição apontando às dificuldades impostas pelo padrão de acumulação vigente. Isto porque a combinação de ortodoxia liberal com desenvolvimentismo internacionalista é bastante contraditória, na medida em que a política de juros altos/endividamento público constitui um entrave ao desenvolvimento internacionalizado mais produtivo e autônomo. E romper com o padrão de acumulação vigente é politicamente muito difícil e só deverá ocorrer se “fatores externos” impuserem a ruptura.

A despeito das acusações de imperialismo (que abordaremos aqui), acreditamos que o capitalismo monopolista no Brasil permanece vulnerável/dependente (situação não incompatível com práticas imperialistas). E, cada vez mais, das exportações de commodities para a China, sendo paradoxal o papel do gigante asiático sobre a economia brasileira. Nos anos 1990, com o processo de abertura da economia, produtos asiáticos contribuíram para com a deflação dos preços (e à estabilização econômica). Ou seja, o milagre do “fim” da inflação

---

1. Neste texto, não pretendemos fazer qualquer discussão “conceitual” sobre a perspectiva da EPSM, dialogando explicitamente com seus principais expoentes, nossa intenção é apenas discorrer sobre o Brasil neste início de século, mas tornar-se-á evidente a influência de autores ligados à “escola” (como Wallerstein, Arrighi), seja no vocabulário ou em posicionamentos/conclusões.

no Brasil deve muito à Ásia, sendo que o crescimento da China ainda pressionou os preços das commodities favorecendo decisivamente o bom desempenho da economia nos governos Lula. A crise de 2008 promoveu queda súbita da demanda, “normalizada” a situação os preços das commodities voltaram a subir, alimentando a tendência inflacionária da economia, ao mesmo tempo em que as taxas de juros promovem a entrada maciça de capitais, contribuindo para manter o Real valorizado e reforçando os riscos de maior desindustrialização, sem falar no endividamento público interno. Basicamente, é o que escreveu Luiz Gonzaga Belluzzo, em “A síndrome do peru de Natal”, cujo argumento principal vem a seguir:

Diante do tsunami de liquidez pós-crise que assola os mercados globais, as instituições financeiras, fundos e assemelhados continuam a apostar na valorização de ativos e, diante da incerteza extrema, cuidam de fugir do financiamento da produção de nova riqueza. Ainda nos tempos da euforia pré-crise, o economista americano Brad Setser disse em seu blog: “Esses movimentos nascem da ação de investidores ‘alavancados’ que tomam empréstimos (na moeda em processo de desvalorização) para comprar outras moedas... A lógica do negócio não oferece resistência à compreensão: é divertido tomar emprestado a 1% ou 2% ao ano numa moeda que se desvaloriza e aplicar a 6,75% numa outra que se aprecia”. Como diz o Delfim, somos o último peru de Natal na prateleira. (Revista *Carta Capital*, 20/04/2011)<sup>2</sup>

Articulado à situação econômica dos EUA, o quadro fica ainda pior, por lá o nível dos investimentos continua baixo, entre outras razões porque o estado de desconfiança prevalece alto. Sendo que, muito provavelmente os trabalhadores norte-americanos estão trabalhando mais (a fim de evitar demissões), daí os ganhos de produtividade a despeito do baixo investimento. Uma combinação nada produtiva: o governo gasta para retirar a economia da recessão enquanto o patronato obtém aumento na produção sem a contrapartida dos investimentos produtivos e, quanto aos improdutivos (especulativos), pode dirigir-se ao Brasil, com as taxas de juros para lá de atrativas e/ou possibilidades de ganhos no mercado de ações. É o país prestando seus serviços à acumulação financeira mundial (o “último peru de natal”), sendo desnecessário nomear quem aqui como nos EUA e em todo o mundo paga a conta. Enquanto isso, no que tange às relações com a China, sai fortalecido seu papel de grande exportador de produtos industrializados e de importador de commodities, em parcerias com

---

2. Na mesma revista, outro artigo adverte: “De acordo com o Institute for International Finance (IIF), predominam no *boom* recente os fluxos financeiros (que responderam por 72% do total em 2010) e, no âmbito desses, aqueles atraídos pelo diferencial de juros. Ademais, segundo o FMI, os fluxos brutos atingiram 6% do PIB das economias receptoras em apenas três trimestres, porcentual que demorou três anos para ser alcançado no ciclo anterior”. Prates e Cintra, “Lembre a ressaca de anteontem”, *Carta Capital*, 20/04/2011.

empresas sul-americanas (mormente brasileiras) cada vez mais especializadas na exploração dos recursos naturais na região. Curiosamente, tanto China como a Coréia do Sul têm sido evocadas na defesa da política dos governos Lula de incentivo à formação/consolidação de grandes grupos econômicos – os campeões nacionais. É como se, graças ao “milagre chinês”, no alvorecer do século XXI, tivéssemos condições de reproduzir as experiências asiáticas – sem as reformas radicais que particularizam o desenvolvimento capitalista chinês e o sul-coreano e, pior, apostando-se no setor primário.

China e Coréia do Sul promoveram as mais bem sucedidas revoluções industriais do século XX estatizando bancos privados e incentivando a formação de grandes grupos econômicos. A Coréia do Sul estatizou os bancos (reprivatizados nos anos 80, com a conclusão do processo de industrialização) e a China estatizou tudo, eis a monumental diferença dos dois casos. Na Coréia do Sul, o papel do Estado na condução do processo de industrialização foi crucial, mas fatores como a guerra civil, a divisão do país e a ameaça comunista ali ao lado seriam determinantes ao apoio dos EUA à estratégia de desenvolvimento (decisivo ao êxito alcançado), que contou com reformas estruturais na educação e no campo e grande autonomia do Estado para cobrar resultados. Já a China passou por uma enorme revolução nacional-popular e fechou-se para o mundo “livre”.

Ou seja, são experiências muito particulares, sendo infrutífero “especular” sobre como seria a revolução industrial brasileira pela via da “revolução nacional”; enquanto o caso sul-coreano deve ser entendido como uma exceção (pelo êxito) no contexto das experiências de desenvolvimento dependente-associado do pós-guerra. O Brasil, cuja revolução industrial resultou no maior e mais integrado parque industrial da América do Sul, pode ser considerado o caso mais bem sucedido na região. Mas apesar da posição econômica alcançada, o ponto de chegada deve ser destacado: a crise da dívida pondo fim às ilusões de autonomia político-econômica no cenário internacional.

As enormes dificuldades envolvidas num processo de desenvolvimento capitalista tardio praticamente impuseram o recurso ao capital estrangeiro diante do quão difícil seria a construção das condições mínimas de autonomia nacional assentadas numa articulação dinâmica entre empresa produtiva, sistema financeiro privado e Estado (supondo que houvesse visão estratégica neste sentido e desejo de segui-la). O resultado foi uma revolução industrial

capaz de produzir um parque industrial bastante dinâmico, contudo incapaz de alçar o país da lista das nações pobres e dependente-periféricas<sup>3</sup>.

Interessa-nos aqui, justamente, refletir um pouco sobre o capitalismo monopolista no Brasil e a nova “onda” desenvolvimentista dos governos Lula (que deve prosseguir no governo atual), sem rupturas com o padrão de acumulação “financeirizado”, dominante desde o fim do regime militar, e orientando-se pelas diretrizes principais da política macroeconômica dos governos FHC (metas de inflação, superávit primário, câmbio flexível), num contínuo a partir das privatizações com o fortalecimento/geração de grandes grupos e os 1<sup>os</sup> passos à IIRSA. À diferença, nada irrelevante, da maior distribuição de renda pelos governos Lula (notadamente no segundo governo), além da política de fortalecimento do “capital nacional” que conquistou maior espaço, sendo dimensão relevante o expansionismo e a integração regional.

## **II. Capitalismo monopolista dependente-associado “de laços”**

A noção de capitalismo dependente-associado sempre careceu de definições precisas. Maria da Conceição Tavares, por exemplo, afirmou em alguns textos que, ao longo do processo de industrialização no Brasil, nunca houve propriamente associação entre expoentes do capital nacional e capital estrangeiro, sendo mais correto falar em negócios comuns, parcerias ocasionais e divisão de mercados, pois raras foram as fusões/associações entre empresas estrangeiras e nacionais. Na divisão do mercado o capital estrangeiro predominou no setor de duráveis; o capital privado nacional predominou na indústria de bens de consumo leve, no setor da construção civil, indústria cultural/empresas de lazer e turismo, além do setor bancário; o grosso da infra-estrutura ficou com o Estado, sendo a indústria de bens de capital vinculada às encomendas do setor estatal dividida entre o capital nacional e o estrangeiro, com dominância do primeiro<sup>4</sup>.

Inspirados em Tavares, denominaríamos de desenvolvimento capitalista dependente-associado, por exemplo, o capitalismo sul-coreano, com sua geração de grandes grupos

---

3. Mas não se pode negar que o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil livrou o país “(...) da dependência do modelo primário-exportador (além do bicho do pé e da hemoptise) e forjou uma importante economia urbana e industrial no chamado Terceiro Mundo” (BELLUZZO, 2006). Mas como escreveram MELLO e NOVAIS: “O Brasil, que já chocara as nações civilizadas ao manter a escravidão até finais do século XIX, voltara a assombrar a consciência moderna ao exibir a sociedade mais desigual do mundo” (1998: 633). O tema da revolução industrial no Brasil foi abordado por nós em SOUZA, 2009a.

4. Ver, por exemplo, TAVARES, 1999.

nacionais – de automóveis, eletrônicos, eletrodomésticos etc. – nos quais o capital estrangeiro seria sócio importante e não majoritário. Partindo deste parâmetro, interessa-nos aqui retomar a tese de Sérgio Lazzarini (2011), em *Capitalismo de laços*, sobre a suposta geração de um capitalismo “associado” nos governos FHC:

(...) uma obra muito citada por teóricos da dependência é, na verdade, precursora da discussão aqui presente sobre capitalismo de laços: O livro *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, de 1969. Os autores vão além da noção de dependência estrita, pela qual empresas e governantes de países em desenvolvimento se curvam às demandas e agendas dos países industrializados, para propor um contexto de associação interdependente entre capital estrangeiro e nacional. Em vez de ficarem passivos à entrada do capital externo, os atores locais agem estrategicamente para se beneficiar de ligações com empresas estrangeiras. Formam-se alianças, consórcios e emaranhados comerciais entre governo, grupos privados domésticos e multinacionais em torno de projetos empresariais nascentes. Cerca de 25 anos após a publicação do livro, Fernando Henrique Cardoso iria eleger-se presidente do Brasil e executar esse modelo associativo durante os leilões de privatização. Os já citados consórcios mistos envolvendo grupos domésticos, multinacionais, BNDES e fundos de pensão ilustram bem esse ponto. Fernando Henrique, longe de “esquecer o que escreveu”, na realidade ajudou sedimentar o capitalismo de laços no Brasil. E criou as bases para o seu reforço no governo subsequente (Lula). (2011:140)

Embora alinhada à noção de associação de Cardoso e Faletto, o autor adverte que sua análise do “capitalismo de laços” no Brasil (a partir dos anos 1990) atribui peso menor ao capital estrangeiro. Fato que seria evidente no setor bancário, marcado por casos de insucesso do capital penetrante nas últimas décadas, devido à forte presença de bancos locais – Banco do Brasil, Itaú, Bradesco –, que dificultaria a entrada de grupos internacionais, especialmente no segmento de varejo. Centralidade dos grupos nacionais na economia local que, segundo o autor, expandiu-se nas privatizações dos anos 1990, com os grandes bancos adquirindo empresas e participações acionárias diversas. Neste cenário, as investidas de grupos estrangeiros – por exemplo, a compra do Real pelo Santander - foram prontamente respondidas localmente – fusão do Itaú e Unibanco que elevou o grupo a 2ª posição no mercado brasileiro, atrás apenas do Banco do Brasil.

Ninguém contestaria a força dos bancos nacionais no sistema financeiro local, herança do regime militar, que nos anos 90 impediu uma desnacionalização expressiva no setor (como se deu, por exemplo, na Argentina). Contudo, vale lembrar que, a despeito do processo intenso de concentração no setor financeiro durante o regime militar, o capital bancário não se voltou

para as atividades produtivas buscando o controle acionário destas<sup>5</sup>. O mercado de ações permaneceu pouco desenvolvido e o financiamento de longo prazo à produção seguiu dependente das agências estatais. Ou seja, processo de desenvolvimento capitalista não logrou a conformação de um capital financeiro a partir da fusão entre capital bancário e produtivo segundo o modelo das economias centrais.

Entretanto, a julgar pela análise de Lazzarini (2011), o cenário teria se alterado a partir dos anos 1990, pois naquilo que o autor denomina “capitalismo de laços”, são comuns os grandes grupos formados a partir de associações/parcerias envolvendo capital nacional de bancos públicos e/ou privados, fundos de pensão de estatais e capital estrangeiro na propriedade/gestão de grupos do setor produtivo (num emaranhado “mundo pequeno”). Lazzarini destaca o caso da Vale, que com a privatização passou ao controle de um consórcio de proprietários heterogêneo, sendo seus dois acionistas diretos a BNDESPAR (do BNDES) e a Valepar. Esta última constitui o bloco de controle da companhia, cujos sócios são a Bradespar (do Bradesco, com pequena participação acionaria de um grupo português), a multinacional japonesa Mitsui e duas empresas chamadas Eletron (uma firma de investimentos do banco Opportunity) e Litel (que envolve um grupo de fundos de pensão de estatais, com destaque para Previ, do Banco do Brasil).

Além da complexa associação entre proprietários, o grupo tem investimentos e participações em várias firmas e, diante da dificuldade em mapear todas elas, o autor indica quatro exemplos: Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) e Samarco que atuam com minério de

---

5. À época em que Delfim Neto era o poderoso ministro do regime militar, o apoio ao processo de centralização/concentração no setor era justificado pela expectativa de que estes evoluíssem para os conglomerados financeiro-industriais, a fim de contrabalançar o poder dos conglomerados multinacionais. Além disso, o argumento oficial destacava as vantagens que, por exemplo, a economia de escala teria sobre os custos e sobre a taxa de juros. Não alcançaríamos os tão sonhados conglomerados financeiro-industriais e as economias de escala produzidas jamais se reverteram em queda nas taxas de juros ou dos custos dos serviços para os correntistas. Não obstante, houve êxito no objetivo de fortalecimento do sistema financeiro local, com os grandes bancos nacionais mantendo até aqui posições de liderança no mercado local. E embora os grandes investimentos produtivos ainda dependam dos financiamentos públicos deve haver alguma vantagem nos grandes bancos nacionais E indicá-riamos pelo menos uma: o forte empresariado local no setor financeiro, mas também no setor agro-industrial, além de jornalistas, intelectuais, economistas de oposição, representantes da alta burocracia conseguiram opor resistências à radicalização das reformas à maneira argentina. Isto é, a herança desenvolvimentista dificultou ajustes neoliberais radicais, ao legar um setor bancário robusto, um parque industrial relativamente integrado, uma diversificação comercial e um potencial econômico sem paralelo no continente. Souza, 2009a, op. Cit.

ferro (a última em parceria com um grupo australiano); Albrás (indústria de alumínio); MRS Logística (que atua no transporte de minério e outras commodities e reúne CSN, Vale, Usiminas, Gerdau, tendo os dois primeiros com 43,8% e 22,9%, respectivamente do capital total da empresa). Se acrescentarmos à descrição de Lazzarini o expansionismo da empresa pela América do Sul e alhures, teríamos então um grupo internacionalizado (2º maior produtor mundial de minério de ferro), reunindo capital local, banco público e privado, fundos de pensão de estatais, com participação minoritária do capital estrangeiro (uma empresa “mista” associada?), atuante em várias firmas (diversificado?) e passível de acusações de imperialismo. Enfim o capital monopolista moderno (mais à maneira européia devido à presença estatal via BNDES e fundos de pensão).

Não apostaríamos muito nisto, a empresa pode até ser caracterizada como um grupo nacional de capital misto (público & privado) em associação com o capital estrangeiro (minoritário), mas atua predominantemente no setor primário, com investimentos em logística subordinados ao ramo de atuação principal e pequenas participações em firmas variadas. E não constitui exceção dentre os 20 maiores grupos econômicos no Brasil, todos bastante especializados independentemente do setor de atuação<sup>6</sup>, sendo que de nenhum se poderia afirmar “capital financeiro”. Agora, a hipótese da desnacionalização da propriedade do grande capital com as privatizações dos anos 1990, a partir dos dados levantados por Lazzarini, parece mesmo insatisfatória:

No conjunto das 10 maiores, encontramos apenas uma empresa estrangeira (Telefônica). Esse retrato, embora limitado aos maiores grupos, reforça a nossa conclusão anterior sobre a persistente importância do governo e de alguns grupos locais, a despeito dos eventos de abertura e privatização ocorridos na década de 1990. Com tantos grupos estatais e domésticos de destaque, fica novamente difícil aceitar o argumento de que a economia brasileira teria se “desnacionalizado” e que o Estado teria se enfraquecido após esses eventos de reestruturação. A marcante presença de grupos familiares também confirma análises anteriores ressaltando a importância de famílias locais nas redes corporativas brasileiras. (2011: 62)

No entanto, a dimensão inconclusa do capitalismo monopolista no Brasil não foi superada com os “eventos de reestruturação”, pois as associações/parcerias estudadas por Lazzarini (2011)

---

6. O autor assim os classificou: 1) estatais (Petrobras, Banco do Brasil, Caixa, Eletrobras); 2) privados familiares (Itaú, Gerdau, Odebrecht, Votorantin, JBS-Friboi, Ultra); 3) privados amplos (Vale, Bradesco, Oi); 4) estrangeiros (Fiat, Santander, Bunge, Volkswagen, Shell Brasil); 5) a AmBev, um grupo privado doméstico/estrangeiro. Ver tabela dos grupos por ramo de atividades e suas controladoras (LAZZARINI, 2011: 61-62).

não devem ser entendidas propriamente como fusão entre capital bancário e capital produtivo rumo à geração do moderno capital financeiro. E ainda que este capitalismo que o autor denomina “de laços” possa ser “associado”, pois da sua análise podemos depreender a existência de associações “sólidas” que justificariam a definição<sup>7</sup>, mereceram pouco destaque as alianças “fluídas”, parcerias ocasionais abertas por oportunidade de negócios, bastante frequentes após reformas dos anos 1990. Investigações mais exaustivas sobre a participação do capital estrangeiro nos grandes grupos nacionais são necessárias a fim de se constatar que tipo de “articulação” tem predominado.

De certo, consideramos que o capitalismo brasileiro segue periférico-dependente e, como dissemos, cada vez mais, das exportações de commodities para a China. Acrescentando que é um tanto problemática a noção “de laços” (articulada à idéia de associação) à caracterização das redes de relações entre essas empresas e entre elas e o Estado mais capital estrangeiro, pois não deixa de operar com a idéia de sobrevivência do “patrimonialismo” no Brasil. Com foco nas relações entre os detentores da riqueza e aqueles que exercem poder político, denuncia-se as transferências de recursos públicos para o setor privado segundo critérios patrimoniais (não racionais), num país marcado por práticas “atrasadas” que precisam ser superadas. Quando é bem mais do que isso o que precisa ser superado, pois por toda parte o mito da separação entre poder político e poder econômico nunca foi tão questionável pelo “entrosamento” entre elites políticas (incluindo a alta burocracia de carreira) e os detentores da riqueza privada.

Também muito se tem falado da participação dos fundos de pensão como acionistas de empresas privatizadas, a fim de denunciar a ingerência estatal por meio destes atores, ou devido à estranheza que a transformação de fundos de pensão em acionistas provoca – com suposta cooptação pelo mercado de representantes das entidades dos trabalhadores. Porém, dos males o menor, a participação dos fundos de pensão como acionistas de empresas privatizadas constitui um canal de controle/pressão de governos sobre essas empresas que

---

7. No sentido mesmo do capitalismo dependente-associado sul-coreano, ou mais recentemente o produzido pelas privatizações e conformação de um capital financeiro à espanhola. Todavia, vale salientar que nem o capitalismo sul-coreano nem o espanhol (bastante frágil, apesar de 4ª economia do bloco europeu) escapariam à lista das nações periféricas (não são potências). Na Ásia, a potência regional é a China, seguida da Coreia do Sul (cada vez mais dependente da China); não é o caso da Espanha, a não ser que consideremos apenas a península ibérica. Como argumentamos em outro texto, Souza, 2009b.

pode servir aos interesses estratégicos (de desenvolvimento) e à manutenção da propriedade em mãos nacionais.

Ademais, a “classe dominante” deve ser definida a partir da condição comum de proprietários dos meios de produção e da riqueza. Assim como não é possível definir como “classe dominante” os altos executivos das grandes corporações mundiais – investidores em ações da empresa -, o mesmo dá-se com os gestores destes fundos. Uma diferença básica e esclarecedora, tanto os altos funcionários como estes gestores podem ser destituídos das suas posições de comando, deslocados de suas posições “proprietárias”, enquanto só a revolução depõe a classe dominante (quer dizer, não existe capitalismo sem capital, que pode ser estatal, como na China). Por certo que, do ponto de vista da atuação política, são forças que pela concepção de mundo/estilo de vida podem ser denominadas “burguesas”, mas isso não faz delas uma classe/fração de classe dominante<sup>8</sup>.

Finalmente, o capitalismo é “de laços” e ainda que traços específicos possam ser identificados na análise dos casos empíricos - que devem ser estudados e denunciados - a patente não é nacional, nem a “racionalidade” um patamar que o Brasil ainda vai alcançar. Efetivamente, o que parece tão brasileiro é um fenômeno mundial e, cada vez mais, intrínseco ao modo de funcionamento do capitalismo à era da globalização financeira.

### **III. Capitalismo monopolista & imperialismo**

Durante os governos Lula cresceram as manifestações de descontentamento com o “imperialismo” brasileiro nos meios acadêmicos e de comunicação latino-americanos devido ao expansionismo de empresas brasileiras pelo continente<sup>9</sup>. Recentemente, por exemplo, alguns jornais noticiaram que os presidentes de Peru, Chile, México e Colômbia iriam oficializar a criação de um novo bloco econômico, o "bloco do Pacífico", por enquanto chamado de Área de Integração Profunda (AIP). O objetivo do “bloco liberal” seria fazer frente ao poder regional do Brasil, conforme teria dito em entrevista ao jornal *New York Times*

---

8. O papel político dos gestores destes fundos, pós-privatizações, precisa ser estudado mais profundamente – na sua condição de investidor e “intermediário” (entre mercado e governo). A atuação “conservadora” ou “progressista” dependerá dos rumos da luta política em conjunturas concretas, sendo qualquer caracterização de “classe” aos gestores destes fundos, no mínimo, exagerada.

9. Tema abordado por nós (SOUZA, 2010) em “O Expansionismo nos governos Lula e o BNDES”, que, em parte, reproduzimos aqui. Vale observar que o expansionismo brasileiro não se limita ao continente latino-americano (embora neste tenha predominado) e falamos em América Latina ao abordar o expansionismo de empresas brasileiras e, claro, em América do Sul na abordagem da IIRSA.

o presidente da Colômbia. (*Folha de São Paulo*, 25/04/2011). No entanto, o resultado das eleições no Peru deve enfraquecer o projeto do bloco liberal, pois Ollanta Humala é mais afinado com a “nova” esquerda latino-americana, mas já reivindicou investimentos produtivos do Brasil que resultem em avanços industriais, salientando: “Não queremos repetir com o Brasil o ditado mexicano, que diz que a desgraça do México é estar tão longe de Deus e tão perto dos EUA” (*Folha de São Paulo*, 10/04/2011)<sup>10</sup>.

Nos últimos anos, empresas brasileiras têm aumentado a presença no Peru. A Petrobrás é hoje o segundo maior produtor do país; a Vale explora recursos de fosfato; a Votorantim comprou a maior produtora, refinaria, metalúrgica de zinco, e também a companhia mineira MinCo, que tem 66% das jazidas desse produto mineral; a Gerdau a maior siderúrgica, a SiderPeru. Empreiteiras brasileiras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, doadoras nas campanhas eleitorais peruanas) estão envolvidas em grandes projetos de infraestrutura no país. Metade da rodovia Interoceânica (ou estrada do Pacífico) foi construída por dois consórcios liderados por empresas brasileiras: o CONIRSA liderado pela Odebrecht e o INTERSUR, formado pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão. Os trechos construídos já estão operando e as empresas obtiveram 25 anos de concessão à administração da estrada.

E o Peru não seria uma exceção. Na Argentina, em 2003, a Petrobras adquiriu o controle da Perez Compac (empresa petrolífera argentina), incrementando sua presença no país desde então; em 2005, a Camargo Corrêa comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra; neste mesmo ano, a JBS/Friboi adquiriu as unidades da Swift argentina; em 2009, para projetos de ampliação de gasodutos foi contratada a construtora Odebrecht. Em 2010, a Vale adquiriu os ativos argentinos da empresa anglo-australiana Rio Tinto (Projeto Potássio Rio Colorado); e a Votorantim, que já possuía ações da siderúrgica AcerBrag, adquiriu 50% da Cementos Avellaneda; no setor de serviços, o Banco do Brasil adquiriu o Banco da Patagônia. (LUCÉ, 2008; Ranking FDC/2010)

Na República Dominicana, as empresas Odebrecht e Camargo Corrêa assumiram o comando das principais operações no setor hidrelétrico (Hidrelétricas Pinalito, Palomino e Las

---

10. Não deixa de ser irônica a aproximação do Brasil à experiência mexicana com os EUA; na medida em que na outra ponta está a China (de quem o governo brasileiro também quer investimentos industriais), a ameaçar a liderança regional brasileira.

Placet). De fato, as duas empresas participam de praticamente todos os grandes projetos latino-americanos de engenharia/construção civil financiados pelo BNDES. No Chile, as obras do metrô de Santiago contaram com o “apoio” brasileiro e, recentemente, a Petrobras adquiriu a empresa chilena Esso Petrolera, expandindo seus negócios no país. Na Venezuela, empresas brasileiras estão envolvidas em vários projetos de infra-estrutura/construção civil, financiados com recursos do banco estatal brasileiro.

Mathias Luce (2008) aponta outros casos: no Uruguai, a Friboi e a Marfrig controlam mais de 70% da exportação de carne do país. No Paraguai, estima-se que entre 90 e 95% da produção de soja esteja em mãos de brasileiros, sem falar nas disputas em torno da Itaipu. No Equador, a presença da Petrobras é bastante relevante e conflitos têm surgido em torno da sua margem de lucro da empresa e dos serviços prestados pela Odebrecht ao país. A empresa foi acusada pelo governo equatoriano de cometer irregularidades na construção de uma usina hidrelétrica (que teve de ser fechada depois de um ano de uso), além de denúncias de corrupção em disputas por obras públicas. (LUCE, 2008)

A Bolívia, segundo Luce (2008), seria “o caso mais emblemático do subimperialismo brasileiro na região”, durante 10 anos, da criação da Petrobras Bolívia S.A. às nacionalizações do governo Evo Morales, a empresa brasileira consolidou-se como a maior empresa em atividade no país, controlando a exploração dos principais recursos minerais, exportando gás boliviano ao Brasil a preços bastante inferiores aos de mercado e acumulando altas taxas de lucro. E apesar de reconhecer que os acordos pós-nacionalização tenham feito alguma justiça aos bolivianos, o autor defende que a presença da empresa no controle da economia boliviana e as taxas de lucro decorrentes seguem altas. Entre outras questões, aponta ainda para o fato de apenas 100 famílias de grandes proprietários rurais brasileiros controlarem 32% da produção boliviana de soja e 35% das exportações do produto, denunciando que empréstimos do BNDES ao governo boliviano estiveram condicionados a não violação das propriedades dos brasileiros pelo projeto de reforma agrária previsto pela nova constituição. (LUCE, 2008)

A importância do BNDES no financiamento do expansionismo brasileiro é inquestionável. Os financiamentos para operações no exterior representam menos de 20% dos desembolsos do Banco (contando os aumentos significativos dos últimos anos do 2º governo Lula), mesmo assim foram decisivos ao expansionismo de empresas nacionais, fundamentalmente no que tange à América Latina, principal destino dos investimentos no exterior sob os governos Lula.

Empresas como Odebrecht, Camargo Corrêa, JBS/Friboi, Vale, Petrobras sabem que podem recorrer (e recorrem constantemente) aos financiamentos do BNDES, mormente nas suas operações internacionais em países latino-americanos. O Banco disponibiliza suporte às aquisições e projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos, sobretudo na área de infra-estrutura, condicionando os financiamentos às compras de insumos e equipamentos do Brasil. Na América Latina, além da Argentina (mais de 50% dos investimentos), os vizinhos que mais receberam desembolsos do BNDES entre 2007 e 2009 são a República Dominicana, com 19,9% dos investimentos; Chile, 10%; Venezuela, 9,8% e outros, com 4,7% (*América Economia*, nov. 2009).

Segundo matéria da *Folha de São Paulo*, nos últimos sete anos (desde 2009), o valor liberado para os investimentos na região multiplicou em 3000%:

Com a crescente internacionalização das empresas brasileiras e o aumento da concorrência com os asiáticos nos países vizinhos, a linha do programa BNDES-Exim para o setor saltou de US\$ 42 milhões em 2002 para uma estimativa de US\$ 1,26 bilhão neste ano, dos quais US\$ 957 milhões já foram liberados até o mês passado. (...) Segundo levantamento da consultoria Valora, o Brasil exportou US\$ 5,673 bilhões em serviços de engenharia para os países latino-americanos em 2008, que representam uma participação de 50% a 60% do mercado regional. A presença brasileira ocorre principalmente nas obras de infra-estrutura de geração de energia, transportes e saneamento. (27/09/2009, Caderno Dinheiro, B6)

As críticas aos investimentos externos – sob o argumento que poderiam ser direcionados às obras de infra-estrutura no país - são rechaçadas pelos defensores da internacionalização, para estes os IBD no exterior são, indiretamente, investimentos nacionais. Conforme Ana Claudia Alem e Carlos Eduardo Cavalcanti, respectivamente economista e engenheiro do BNDES: “(...) a internacionalização viabiliza a entrada das empresas em setores que não podem ser atendidos via comércio (serviços, por exemplo, não-comercializáveis), o que é de particular relevância tendo em vista a possibilidade de estímulos indiretos às exportações a partir das firmas multinacionais domésticas (as filiais podem importar equipamentos, insumos etc. de fornecedores do país de origem)” (2005: 57). O vice-presidente da Odebrecht para América Latina e Angola, Luís Mameri, concorda, afirmando que mais da metade do que é usado nas obras internacionais é produzido no Brasil, promovendo um efeito multiplicador na economia local. Tem a mesma opinião o consultor do Banco Mundial e da FGV, Carlos Passos, para quem os desembolsos do Banco às operações no exterior seriam apenas uma atividade complementar, positiva ao crescimento da economia brasileira (*Revista América Economia*, nov.2009).

Em meio ao novo desenvolvimentismo transnacional que orientou a política econômica dos governos Lula, ainda há a continuidade da iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Lançado em 2000 pelo governo FHC, as trocas de governos na região desde então não implicaram no seu abandono (apenas na redução de metas/ampliação de prazos), sendo que vários dos investimentos que o Brasil está executando através do PAC estão articulados à iniciativa.

O objetivo é criar/incrementar canais de intercâmbio e fluxo de mercadorias por meio da integração física entre os 12 países participantes (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela), com investimentos maciços em infra-estrutura concentrados nos setores de transporte, energia e telecomunicações. Um projeto bastante ambicioso de integração física visando à exploração e comercialização de recursos energéticos e minerais estratégicos da América do Sul. Organizado em torno de eixos de integração e desenvolvimento, a IIRSA promete avançar na interação entre economias de escala, custos de transporte e distribuição espacial da produção, incrementando o comércio regional e as exportações, sem deixar de incorporar as preocupações contemporâneas de sustentabilidade ambiental e social.

Para os críticos, o projeto responde a um desenho estratégico desde os centros de poder hegemônicos, articulado a grandes interesses econômicos locais, consistindo numa versão *light* da ALCA, com o Brasil no papel de comandante-mor dos interesses das grandes corporações mundiais, interessadas em extrair o máximo da integração sul-americana, sobretudo no que tange à exploração dos recursos energético/minerais. Sendo que alguns dos projetos previstos na área de energia visariam à exploração de recursos de países fragilizados economicamente – como a Bolívia e Peru - para abastecimento energético de regiões no Brasil em benefício de empresários locais.

Alega-se ainda que, se a iniciativa for integralmente realizada, mais da metade das áreas de conservação ambiental na região Amazônica será afetada, com a destruição de territórios indígenas e modos de vida de populações locais. E estaríamos assistindo à crescente “flexibilização” das leis ambientais pelos governos sul-americanos e à grande imprensa criminalizando as tentativas de resistência popular (dos camponeses, indígenas e quilombolas), tratadas como empecilho ao desenvolvimento regional. De maneira geral, os empreendimentos

são encarados como investimentos que interessam muitíssimo ao Brasil, com as obras de infraestrutura ainda rendendo juros e venda de engenharia/equipamentos<sup>11</sup>.

Neste cenário, de acusações de imperialismo ao Brasil, tem chamado atenção certa retomada das teses de Rui Mauro Marini, que busca compreender o expansionismo brasileiro por meio da noção de “subimperialismo”. Definida como a forma que a economia dependente pode assumir na etapa monopolista, exercendo uma política expansionista em cooperação antagônica com as economias centrais, Marini desejava com a noção entender a internacionalização da economia brasileira na época do regime militar<sup>12</sup>. Mesmo simpatizando com as posições do autor e apostando que sua retomada possa ser produtiva, consideramos que o expansionismo das economias dependentes só pode ser tema de pesquisa empírica, tendo em conta, no plano interno, o papel do Estado à sua realização e, no externo, a competição intercapitalista mundial em conjunturas concretas.

Isto é, não tem sentido falar numa “teoria” do subimperialismo. No que tange à análise da integração sul-americana, a idéia de “cooperação antagônica” de Marini parece-nos mais produtiva, especialmente à investigação das relações com a China. A expansão chinesa na região é bastante problemática às ambições de liderança regional brasileira, pois governantes locais podem explorar a “competição” entre os dois países - o que, evidentemente, é acertado, se a atuação do Brasil também for eminentemente “imperialista”.<sup>13</sup>

- 
11. Por exemplo, Ana Esther Ceceña (2009), grande crítica do projeto, afirma que: “Quizá la empresa latinoamericana más favorecida por la IIRSA actualmente es la Odebrecht, que se anuncia como empresa brasileña. Por tratarse de una empresa de ingeniería y construcción, en esta primera etapa se ha involucrado en proyectos en toda la región de IIRSA. Odebrecht tiene inversiones en América en 13 países, además de Brasil. Abarca geográficamente desde México hasta Argentina, con actividades también en el Caribe (República Dominicana), Centroamérica (Costa Rica, Panamá) y Sudamérica (Venezuela, Colombia, Ecuador, Perú, Bolivia, Chile, Paraguay y Uruguay), como puede observarse en el mapa [no texto da autora], que muestra la cercanía de las áreas de sus proyectos de inversión con las que contienen los recursos más valiosos”.
  12. Não teríamos como reproduzir essa retomada do pensamento de Marini, uma boa experiência neste sentido é a de Mathias Luce (2007), propondo uma apropriação atualizada das contribuições da “teoria do subimperialismo” de Marini à análise do expansionismo nos governos Lula. Além do capítulo 1, as referências bibliográficas do autor dão conta da retomada mencionada. Vale anotar que um argumento contrário a essa retomada seria que o Brasil hoje é uma democracia, limitando a análise de Marini à ditadura militar, como se somente autocracias tivessem práticas imperialistas. Nós preferimos falar em expansionismo com práticas consideradas imperialistas na reflexão sobre os governos Lula.
  13. Por exemplo, segundo matéria do jornal *Folha de São Paulo*: “o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, aposta na parceria com a China para alavancar sua campanha para a reeleição em 2012. Os chineses são sócios dos projetos prioritários do governo - como financiadores, em participação direta ou ambos-, incluindo o mega programa habitacional lançado no fim de semana. ‘Estou apaixonado pela

Apesar das acusações de práticas imperialistas baseadas em fatos concretos, é preciso reconhecer que o expansionismo de países mais ricos sobre os mais pobres pode ser elemento motor do desenvolvimento/crescimento econômico. As obras de infra-estrutura (hidrelétricas, rodovias, ferrovias, oleodutos, gasodutos, telecomunicações) na região não deixam de ter efeitos positivos para a economia dos países em questão, a despeito das vantagens para o Brasil. E enxergamos positivamente a idéia da integração física regional até pelo embate político regional que deverá fomentar, assim como condição de maior influência internacional e estímulo aos avanços da integração no sentido político-institucional. Claro que os empreendimentos precisam ser amplamente divulgados e o debate incandescido, sendo as mobilizações/ativismo político fundamentais à responsabilidade sócio-ambiental na condução do processo de integração física<sup>14</sup>.

A principal dificuldade à iniciativa de IIRSA é a dependência de investimentos estatais, fundamentalmente brasileiros. E, conforme Araújo Jr.(2009), uma das características centrais do Plano seria a complementaridade entre os projetos de cada eixo e sua implantação simultânea, a fim de evitar a geração de novas disparidades regionais. Objetivo de difícil realização, pois reconhece que obras públicas de longo prazo raramente são executadas de acordo com os planejamentos e cronogramas originais, geralmente alterados ou interrompidos ao sabor dos rumos políticos e econômicos locais e internacionalmente. Risco, segundo ele,

---

China’, disse Chávez em março passado, junto a executivos chineses da empreiteira Citic, que promete construir 40 mil casas até 2012. A soma dos principais projetos habitacionais venezuelanos com que o Brasil, sócio tradicional no setor de construção, está envolvido resulta em 20 mil casas - a metade da meta da Citic. (...) Tanto a paixão de Chávez quanto os ciúmes brasileiros têm razões objetivas. Segundo o Ministério de Economia e Finanças, a Venezuela tem hoje à disposição US\$ 32 bilhões de crédito com a China. Segundo o governo, US\$ 6 bilhões já estão destinados a 23 projetos prioritários e outros US\$ 10 bilhões estão à espera de melhores planos. (...) A queixa de empresários ouvidos pela Folha é que só os projetos com o selo da parceria com Pequim levam os recursos. (...) A preocupação ocorre ainda no setor de vendas de máquinas brasileiras, de construção ou agrícolas, já que também neste setor os contratos chineses são fechados: financiam, vendem insumos e, agora, operam os projetos. Tanto empresários como o governo brasileiro admitem que é difícil competir nessas condições, especialmente pelo fator crédito. Mas defendem que o caráter integral da cooperação brasileira servirá de contenção ao avanço chinês e que o Brasil não perderá espaço estratégico”. (*Folha de São Paulo*, 10/05/2011, caderno Mundo)

14. Pelo que investigamos até aqui, as expropriações, injustiças sociais, danos ambientais, exploração de países mais pobres (o imperialismo) não são irrelevantes, assim como os movimentos de resistência às mazelas relacionadas. Motivo pelo qual o apoio à iniciativa deve ser reiterado: o processo de integração deverá acirrar a “luta de classes” na região e julgamos interessante a “união” com povos que têm demonstrado mais combatividade e ativismo político.

particularmente alto no caso da IIRSA, cuja continuidade dos projetos depende da manutenção do apoio à iniciativa após cada renovação de presidentes nos doze países.

De nossa parte, consideramos que, politicamente, a probabilidade de continuidade dos apoios é bastante alta, tanto que governantes o têm renovado desde 2000. O que não é difícil de compreender: 1º há interesses poderosos, regionais e internacionais, envolvidos nos projetos de integração física; 2º a Iniciativa não vai de encontro ao modelo de acumulação vigente, especialmente no Brasil.

Como escreveu Carlos Lessa (1998), ao analisar o II PND, a atuação do Estado está balizada por grandes “pactos” que delimitam o raio de manobra às decisões estatais dentro de uma estrutura de dominação. A despeito das dificuldades teóricas envolvidas na definição do que seja “pacto”, podemos apreendê-lo como as grandes coalizões de interesses entre os detentores do capital, “praticamente inatacáveis”. Seja devido à articulação com o capital internacional hegemônico ou à centralidade que adquirem internamente na equalização dos diversos interesses em jogo (necessária à própria amortização dos conflitos que a articulação com o capital financeiro internacional pode produzir).

Desta perspectiva, no Brasil “moderno”, um pacto é de particular importância: o que solda em uma ampla frente de interesses o bloco da grande engenharia nacional com amplas frações do capital industrial nacional e estrangeiro, fornecedores de materiais/equipamentos, e, pelo volume de emprego que gera direta e indiretamente, com a indústria de bens finais de consumo e a produção agrária (sem falar no “mercado de votos”). Ou seja, o setor da construção civil tem um papel crucial, sendo vital à sustentação do ritmo de atividade, pois se articula com diversos interesses da indústria de materiais/equipamentos, setores mercantil, imobiliário e financeiro, além de indiretamente, por meio da geração de empregos, com a indústria de bens de consumo e com a agricultura.

Tal “pacto” mantém uma estreita articulação com os investimentos públicos, que devem obedecer a uma hierarquia de prioridades tendo em vista as articulações dominantes, tais como: 1) construção da infra-estrutura necessária à expansão privada (investimentos no sistema de transporte, comunicações etc.); 2) suprimento de certos insumos, notadamente de geração e distribuição de energia. A IIRSA encaixa-se perfeitamente a essa lógica, que norteia

a política do possível, sem rupturas com o padrão de acumulação vigente<sup>15</sup>. Por sua vez, a abordagem de Lessa (1998) do circuito financeiro como o banquete “ali na esquina”, cuja mesa já estava posta à época em que foi lançado o II PND, serve para entendermos também o “desenvolvimentismo” dos governos Lula: a mesa estava posta e, muito provavelmente, o “sonho de potência” não seria tolerado se interrompido o banquete.

A principal dificuldade à iniciativa de IIRSA não é, portanto, de apoio político, mas financeira, de dependência de investimentos estatais, fundamentalmente brasileiros, pois apesar das acusações de imperialismo, efetivamente os países envolvidos esperam que o Brasil assuma definitivamente a iniciativa da integração física regional. Nos últimos anos, o BNDES foi se convertendo no “banqueiro” principal dos empreendimentos, entretanto a capacidade de o Banco continuar bancando o capitalista financeiro, via transferências do Tesouro, parece encontrar seu limite, parcerias internacionais têm sido buscadas (se aposta também nos recursos do pré-sal), mas é tudo muito incerto. Além de ser um tanto complicado para um país, com problemas sociais graves internamente, arcar com os custos de tal integração, mesmo que centrada na cooperação econômica e investimentos em infra-estrutura que devem incrementar as relações comerciais, intra-regionais e com o mercado mundial.

E ainda que o BNDES venha alcançando êxito na maioria das suas operações, cumprindo com os objetivos de lucro e obrigações ao Tesouro, o endividamento público promovido pelo diferencial entre o custo de captação do Tesouro e a taxa a ser recebida no crédito contra o BNDES está no centro do debate. Certamente, a política de juros altos é o “banquete” que engorda todo o grande capital, à diferença que os agraciados pelos recursos do BNDES ganham no circuito financeiro e com os investimentos financiados pelo Banco. Menos mal quando os recursos são direcionados aos investimentos em infra-estrutura no país e/ou em países vizinhos, é mais produtivo que financiar compras/fusões entre empresas privadas - pelo menos os financiamentos representam ganhos de infra-estrutura à região. Se novamente “fracassarmos”, resta algo de positivo dos investimentos, como ocorreu com o II PND.

---

15. Pela via da contemporização, evitando conflitos de interesses mais agudos; mesmo porque os detentores da riqueza no Brasil dificilmente concordariam com a transferência dos recursos vultosos, por exemplo, à revolução educacional, o que efetivamente deveríamos copiar da experiência sul-coreana que parece servir de inspiração ao governo, especialmente ao presidente do BNDES; já o expansionismo “patrimonial” (financiado pelo Estado) é muito bem-vindo.

O BNDES tem contribuído decisivamente neste sentido (para certo êxito no fracasso), todavia a “mania” de conglomeração persegue a Instituição. Ademais, a combinação da política de juros altos com o desenvolvimentismo internacionalista, é contraditória demais para seguir sustentando a “estratégia” expansionista/integracionista. E seria importante evitar controles “desde fora” (além da demanda), impedindo a participação majoritária do capital estrangeiro. Mesmo assim, não está descartado que se entregue tudo aos “imperialistas” por excelência na 1ª crise mundial que atingir decididamente o Brasil, com o apoio dos governos dos países membros na empreitada. Ou não, e aí tudo pode ficar mais estimulante.

A idéia da integração envolve tantas contradições que o desfecho pode ser inusitado e positivo, como foi no caso do gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL), que pode ser considerado o ponto de partida à iniciativa de IIRSA. Um empreendimento, de início, ruim para os dois países sul-americanos, mas que com os acordos entre os governos Lula e Morales após nacionalizações tornou-se uma bastante defensável: legou à Bolívia um grande investimento de infra-estrutura e atende à demanda energética brasileira<sup>16</sup>.

Com isto, não queremos defender que nossos vizinhos devem abraçar o expansionismo brasileiro porque, em termos de “imperialismo”, o Brasil seria melhor que os outros, contudo, é evidente que é mais fácil negociar/barganhar com um país sem grande poder de imposição (inclusive militar), que o contrário. Lógico que correto seria o Brasil orientar o expansionismo econômico e sua política diplomática decisivamente no sentido de estimular a solidariedade e complementaridade entre os países sul-americanos, com ênfase na integração/cooperação. E como tudo se decide no campo da luta política, a reação ao “imperialismo” brasileiro da parte dos países receptores de investimentos e a concorrência asiática podem contribuir para impor a integração baseada na cooperação/solidariedade sobre a tendência à exploração.

Para terminar, arriscamos defender a iniciativa de IIRSA, acreditando que as vozes contrárias, que focam no reforço do setor primário-exportador, de certa forma, ignoram que é outro o contexto<sup>17</sup> e talvez esteja mais que na hora de se atrelar definitivamente o desenvolvimento à

---

16. Sobre o gasoduto Brasil-Bolívia, ver tese de doutorado de Victorio Enrique Oxilia Dávalos (2009).

17. Como observou Antonio Barros de Castro, numa entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* (11/04/2011), com a ascensão do leste asiático, capitaneada pela China, “países mais atrasados compram manufaturados baratos e exportam matérias-primas cada vez mais caras”. E viria aí a “China 2”, em busca de produtos menos poluentes, verdes. “A China 1 é a do “made in China” (fabricado na China), e eles deram uma surra baseada em trabalho barato e em imitação tecnológica”. A nova China será a do

distribuição de renda, aos serviços sociais básicos de qualidade, ao incremento das capacidades imateriais, sendo que aumentar a renda das exportações – por meio de investimentos em infra-estrutura que facilitam o fluxo de mercadorias – pode ser bastante acertado. A negação pela negação (do desenvolvimento “capitalista”) é que não nos parece fazer o menor sentido.

#### **IV. Conclusão: o lugar do Brasil no sistema-mundo**

Buscando apontar para as posições intermediárias entre os países centrais e os periféricos, a noção de semiperiferia é um tanto vaga. Numa tentativa de contornar as dificuldades, recuperaremos certa distinção entre “potências médias” e “potências regionais”, a fim de incluir o Brasil no segundo grupo e defender a integração regional como meio à conquista de posições mais vantajosas internacionalmente. Recorrendo à análise de Valencia e Ruvalcaba (que além de retomar definições existentes avança em precisão), a distinção central entre as potências médias e as potências regionais diz respeito ao status estável e quase inalterável no sistema internacional da guerra fria e pós-guerra fria das primeiras; enquanto as segundas são definidas por um status dinâmico e ainda instável no sistema internacional pós-guerra fria:

De acuerdo con nuestro análisis, las potencias medias son Estados centrales y desarrollados, por lo que muestran indicadores elevados de capacidades inmateriales. No obstante, a diferencia de las potencias mundiales, las potencias medias cuentan con capacidades materiales más limitadas, restricción que las ubica jerárquicamente por debajo de las potencias mundiales, pero por encima de las potencias regionales. Es importante anotar que estas potencias medias difícilmente lograrán ampliar sus capacidades materiales, pues este es su talón de Aquiles. Al no ser potencias mundiales, no están en el G7 ni en el Consejo de Seguridad, pero si son miembros de la OCDE y juegan papeles importantes en las instituciones y regímenes internacionales. En esta categoría se encuentran: Australia, Holanda, España, Dinamarca, Noruega, Corea del Sur, Suecia, Israel y Bélgica. (...) un grupo selecto de potencias medias, que se encuentran posicionadas estructuralmente por debajo de las potencias mundiales y por arriba de las potencias regionales (Valencia e Ruvalcaba, 2011: 08)

---

"created in China" (criado na China). Tendo em vista este contexto novo, o autor propõe uma alternativa de desenvolvimento, diríamos, “adaptada” à China, priorizando setores nos quais os chineses não estão nem estarão: “Seriam setores protegidos pela especificidade dos nossos recursos naturais, por costumes, estrutura industrial e demanda. (...) Não proponho uma volta ao agrário. O agrário é uma trégua para você, por exemplo, construir uma indústria ligada ao pré-sal, de satélites, de novos materiais, de aços especiais. É aplicar os conhecimentos existentes para desenvolver coisas próprias e originais. A química do etanol permite desenvolver plásticos verdes. A indústria automobilística chinesa deseja vir para cá? Vamos fazer um acordo para em dez anos os plásticos serem todos verdes; nós garantimos a evolução do produto. É usar a China como mercado. É possível mudar os tratores para que eles se adaptem às necessidades do Brasil. Não é pegar o americano e fazer outro um pouco mais sofisticado. É fazer máquinas adaptadas às condições tropicais de solo, clima”. Ampliar as possibilidades de exportação de commodities, por meio da integração física, pode alavancar recursos para estratégias na linha da proposta do autor.

Diferentemente das potências médias, as potências regionais situam-se nas áreas “periféricas” e são geralmente consideradas economias semiperiféricas ou em vias de desenvolvimento, contando com capacidades imateriais limitadas (educação, saúde, PIB per capita, ciência e tecnologia), mas destacando-se por suas capacidades materiais no contexto regional - sobretudo, capacidades industriais e/ou militares. Para os autores, a condição de semiperiferia seria tanto um ponto de chegada a partir da situação periférica como um ponto de partida rumo às posições mais destacadas (até mesmo ao Centro, possível na medida em que a China é classificada como potência regional-global). E por semiperiferia não devemos entender uma condição momentânea ou efêmera, mas de média ou longa duração em função do rol de tarefas que se tem a cumprir visando melhores posições no sistema internacional.

Valencia e Ruvalcaba operam com vários índices para classificar as potências médias e diferenciá-las das regionais; porém, não dão muita importância ao que nos parece ser fundamental à distinção: as relações de dependência ou interdependência face às potências hegemônicas, em decorrência da maior ou menor autonomia financeira conquistada ao longo do processo de desenvolvimento (traduzida em posições sociais, científico-tecnológicas e militares). Neste sentido, se entre os países do Centro (as potências e as potências médias) predominam as relações de interdependência complexa, este não é o caso das relações de dependência que costumam caracterizar as relações entre potências e periferias<sup>18</sup>.

Utilizamos aqui a expressão interdependência complexa, extraída de Robert Keohane e Joseph Nye (1989), alterando um pouco o seu sentido. Os autores a utilizam no campo do debate realismo *versus* liberalismo, contrapondo política de poder (político-militar) e econômica

---

18. Na qual incluiríamos Coréia do Sul e Espanha (e toda a periferia da Europa), diferentemente dos autores em foco. A Espanha enveredou pelo caminho da conformação de um capital financeiro e sua internacionalização sem contar com uma estrutura produtiva capaz de sustentar um verdadeiro capitalismo financeiro, sendo sua posição na UE vulnerável e dependente das economias dominantes no bloco. A Coréia do Sul também não teve êxito na formação de um capitalismo financeiro moderno, no modelo das corporações americanas, das grandes empresas alemãs ou dos conglomerados japoneses; embora tenha construído corporações produtivas bastante competitivas internacionalmente. Mas ao contrário do Japão, onde a articulação entre atividades produtiva e financeira daria origem ao moderno capital financeiro, o caso coreano, por mais bem sucedido que possa ser considerado, ainda não alcançou este resultado, sendo que a economia sul-coreana encontra-se, cada vez mais, articulada e dependente da economia chinesa. Já o Brasil, onde o processo de monopolização da economia foi (e segue intenso), não logrou nem a competitividade internacional da indústria coreana, nem a internacionalização financeirizada à espanhola. Tema abordado por nós em Souza, 2009b.

(interesses econômicos comuns). Já nós queremos caracterizar as relações de interdependência, num mundo de poderes assimétricos, no qual a interdependência complexa definiria as relações entre as potências (marcadas tanto pela interdependência como pela competição intercapitalista); em se tratando dos interesses da semiperiferia, se confrontados com os das economias centrais (potências e potências médias), tende a predominar os interesses destes últimos; o que normalmente acontece nas relações entre a periferia e os países centrais. Claro que tudo depende da conjuntura concreta, dos negócios em jogo e das alianças realizadas; estamos nos referindo às tendências dominantes.

Distinto seria o caso chinês: as relações EUA-China hoje podem ser caracterizadas como de interdependência complexa, o que significa que a forma nacional-estatal de desenvolvimento capitalista na China logrou escapar às relações de dependência tradicionais para com as potências capitalistas. Ou seja, não se trata do modelo dependente-associado de desenvolvimento capitalista tardio (do século XX) que, até hoje, não elevou nenhum país à condição de potência global. O Brasil, portanto, pode consolidar/expandir seu poder regional, com reflexos positivos mundialmente, porém nos limites do padrão de acumulação vigente dificilmente irá além, muito provavelmente sequer à condição de periferia de 1ª classe à maneira da Coreia do Sul.

Por fim, num exercício de autocrítica diríamos que estamos entre o “limite estrutural” e o “desenvolvimentismo transnacional-regional” deste início de século, ao final das contas fechando com este último. Por ora é que nos resta, mas seja qual for o resultado do “novo” desenvolvimentismo brasileiro, salientamos que também apostaríamos na sua insuficiência para elevar o país à lista das nações desenvolvidas, a despeito da inserção internacional mais ou menos vantajosa que se possa alcançar – o que justificaria a tentativa. Considerações finais que nos levam a encerrar apontando à dificuldade estrutural dos processos de desenvolvimento capitalista tardio: a incapacidade de gerar uma potência econômica pela via dependente-associada.

---

## Bibliografia:

- ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: Algumas Reflexões. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p.43-76, dez. 2005.
- ARAÚJO Jr., J. T. de. “Infra-Estrutura e Integração Regional. O papel da IIRSA”, 2009. [www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/oe\\_rio09\\_cindes\\_tavares.pdf](http://www.iirsa.org/BancoMedios/Documentos%20PDF/oe_rio09_cindes_tavares.pdf)
- BELLUZZO, L. G. M. Esperanças do passado. *Lua Nova*, São Paulo, 66: 57-67, 2006.
- CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- CECEÑA, A. E. “Caminos y agentes del saqueo en America Latina”. <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=93827>.
- LAZZARINI, S. G. *Capitalismo de laços – Os donos do Brasil e suas conexões*. São Paulo: Campus, 2011.
- LESSA, Carlos. *A estratégia de desenvolvimento, 1974-1976; sonho e fracasso*. 2.ed. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. (30 Anos de Economia-UNICAMP, 5)
- LUCE, M. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007.
- \_\_\_\_\_. La expansión del subimperialismo brasileño, *Patria Grande*, dic. 2008.
- MELLO, J. M. C. e NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, v.4, 1998.
- NYE, J. e KEOHANE, R. *Power and Interdependence*. Nova York: Harper Collins, 1989.
- RANKING TRANSNACIONAIS BRASILEIRAS 2010 – Fundação Dom Cabral. [www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking\\_transnacionais\\_2010.pdf](http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf)
- SOUZA, A. M. Deus e o diabo na terra do sol. São Paulo: Annablume, 2009a.
- \_\_\_\_\_. A crise financeira e o Brasil, em perspectiva comparada: Argentina, Brasil, Coréia do Sul e Espanha, *33º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, outubro de 2009b. (<http://www.anpocs.org.br>)
- \_\_\_\_\_. O Expansionismo nos governos Lula e o BNDES. *Boletim Meridiano* 47 vol. 11, n. 120, jul.-ago 2010.
- TAVARES, M. da C. Brasil: estratégias de conglomeração. In: FIORI, J.L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VALENCIA, A. R. e RUVALCABA, D. E. M. Potencias medias y potencias regionales en el sistema político internacional: dos modelos teóricos. 2011 (mimeo)
-

# **O Brasil na economia-mundo do último século (1910 a 2010)**

## **Brazil in the world-economy of the last century (1910 to 2010)**

Paulo Roberto de Almeida \*

([www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org); [pralmeida@me.com](mailto:pralmeida@me.com))

Texto preparado para o

V Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas-Mundo:

“A Economia-Mundo Contemporânea: crise estrutural ou transição hegemônica?”

(Unicamp, 8-9 de agosto de 2011; [hpgpepsm@cse.ufsc.br](mailto:hpgpepsm@cse.ufsc.br)).

### **Sumário:**

O Brasil e o sistema internacional em dois momentos da história

O Brasil em 1910: uma sociedade agrária atrasada, com vocação industrial

O Brasil em 2010: uma indústria desenvolvida, com uma base social atrasada

O Brasil ao longo do século 20: um balanço qualitativo

A fratura ideológica das políticas de desenvolvimento

Referências bibliográficas

**Resumo:** Análise conceitual do desenvolvimento brasileiro em dois momentos de sua história, em 1910 e em 2010, com considerações de natureza econômica e sociológica sobre as razões de seu sucesso no terreno industrial e de seu fracasso em reduzir as desigualdades sociais que são ainda visíveis na paisagem humana. A má qualidade da educação desempenha um papel relevante nessa evolução, mas a instabilidade macroeconômica, as deficiências em nível institucional e a pequena abertura às trocas internacionais também são responsáveis pela preservação das desigualdades, cujas causas são essencialmente internas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Brasil. Desigualdades sociais. Crescimento econômico.

**Abstract:** Conceptual analysis of the Brazilian development at two junctures of its history, 1910 and 2010, with an economic and sociological evaluation over its advancements in industrial capability and its failures in the reduction of social inequalities, still visible at naked eyes. Poor education is surely to blame for this failed evolution, but macroeconomic instability, bad governance and lack of opening to trade and foreign investments are also responsible for the enduring inequalities, all to be linked to domestic policies, not originating in foreign induced constraints.

**Key-words:** Development. Brazil. Social inequalities. Economic growth.

---

\* Doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas; diplomata de carreira; professor de Economia Política Internacional nos programas de mestrado e doutorado do Centro Universitário de Brasília; pesquisador em história das relações econômicas internacionais do Brasil e autor de diversas obras na área ([www.pralmeida.org](http://www.pralmeida.org)).

## **Changements et permanences dans les structures sociales et économiques du Brésil, à un siècle de distance: 1910 et 2010**

**Résumé:** Analyse conceptuelle du développement brésilien à deux moments de son histoire, 1910 et 2010, avec des considérations de nature économique et sociologique sur les raisons de son succès industriel et de son échec à réduire les inégalités sociales qui sont encore très visibles dans le paysage humain. La mauvaise qualité de l'éducation joue un rôle important dans cette évolution, mais l'instabilité macroéconomique, les défaillances au niveau institutionnel et la petite ouverture aux échanges internationaux sont aussi responsables du maintien des inégalités, dont les causes sont essentiellement domestiques.

**Mots-clés:** Développement. Brésil. Inégalités sociales. Croissance économique.

## **O Brasil na economia-mundo do último século (1910 a 2010)**

### **O Brasil e o sistema internacional em dois momentos da história**

A questão central deste ensaio de análise histórica é constituída por uma avaliação das transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil ao longo do século 20, em dois momentos de seu processo de modernização capitalista. De certa maneira, a posição do Brasil no sistema internacional não variou muito desde o final do século 19, quando as bases do capitalismo global contemporâneo foram estabelecidas, com a emergência industrial dos Estados Unidos, da Alemanha e do Japão, ainda grandes atores econômicos ao início do século 21, tanto no comércio internacional, quanto nas finanças ou na tecnologia. A grande diferença parece ser a China, que retoma a posição de grande economia que ela detinha até o início do século 19, integrando-se desta vez às grandes correntes comerciais e financeiras.

Em certo sentido, o mundo atual se parece com o de um século atrás, isto é, assemelha-se, parcialmente, ao cenário de equilíbrio entre as principais potências que tinha caracterizado o concerto europeu de nações do final do século 19 até o início da guerra de 1914. Mas ele já não se encontra mais dominado quase exclusivamente pelas potências europeias que tinham moldado a ordem internacional a partir dos descobrimentos. Tal dominação entrou definitivamente em declínio durante a Guerra Fria, época da confrontação nuclear entre as duas superpotências. Essa última fase, de menos de meio século, durante a qual a União Soviética ofereceu uma (pobre) alternativa ao capitalismo liberal defendido pelos Estados Unidos, foi seguida, não tanto por um “fim da História”, como pretendia Francis Fukuyama, mas por um “fim da geografia”, no sentido em que todas as economias estão doravante incorporados à divisão mundial do trabalho e fazem parte dos mercados capitalistas (Almeida, 2010).

Do ponto de vista geopolítico, o mundo atual tampouco é muito diferente daquele de um século atrás, mas seu perfil mudou: um grande império desapareceu (a Áustria-Hungria); um outro foi dramaticamente “encolhido” (a Rússia); vários emergentes agressivos foram “disciplinados” (a Alemanha, a Itália e o Japão); dois grandes impérios coloniais foram desfeitos (o Reino Unido e a França); um império sucessor ao britânico emergiu, mesmo se os Estados Unidos relutam em se reconhecer nessa categoria (Ferguson, 2004). Mas, em virtude de seu peso militar, econômico e político, as mesmas potências, com a exceção do império central, se empenham em “administrar” o mundo: um pequeno grupo de países continua a dar

as cartas no campo das inovações tecnológicas e na vanguarda científica e cultural.

Ainda que se rejeite, do ponto de vista empírico e mesmo conceitual, a tese de Fukuyama, cabe reconhecer que não existe, ainda, nenhum outro modelo econômico e social, ou de organização política, que possa ser oferecido por um dos candidatos à supremacia mundial. A Rússia não está certamente em condições de fazê-lo, e a China, sendo um caso *sui generis* na história, não é tampouco capaz de oferecer uma alternativa sedutora; nenhuma sociedade desenvolvida, ou desejando sê-lo, pode se sentir atraída por um modelo autoritário, tal como exibido atualmente pelo gigante asiático, na verdade, um capitalismo selvagem ao estilo Grã-Bretanha do século 19 (Engels, 1845), com um partido autocrático no poder.

O Brasil era um exportador primário no começo do século 20, da mesma forma como continua a sê-lo, ainda hoje, mesmo tendo passado de uma concentração quase exclusiva no café não processado – 80% da oferta mundial naquela época – para uma diversificação ampliada nos produtos primários e em produtos primários semiprocessados – ainda mais de 65% de suas exportações em 2010 – e uma boa participação em bens manufaturados, inclusive no aeroespacial. Mas ele permanece um importador líquido de tecnologia e de capitais, tanto sob a forma de investimentos diretos, quanto na de financiamentos; sua moeda ainda não é convertível; o país também deixou de ser um “importador” de mão-de-obra para ser um “exportador” moderado de recursos humanos, devido ao fato que muitos dos seus filhos ficaram decepcionados com a estagnação das últimas décadas do século 20 e se expatriaram na Europa, no Japão e, sobretudo, nos Estados Unidos.

No decurso deste “breve século 20”, o Japão – provavelmente com a Coreia do Sul e Cingapura, mais recentemente – foi o único país “periférico” que conseguiu superar a “barreira” do desenvolvimento – que é, simplesmente, a da autonomia tecnológica – para se incorporar ao “centro nervoso” do capitalismo global, tanto no plano industrial quanto financeiro. O Brasil, a despeito de um crescimento vigoroso durante a maior parte do século 20, permaneceu dependente do know-how estrangeiro, dos investimentos diretos e financeiros dos países do capitalismo avançado. Essa situação de subordinação não é diretamente devida a desigualdades presentes no sistema econômico internacional – mesmo se elas continuam importantes – ou a uma suposta “exploração” dos países ricos, em detrimento de exportadores primários como o Brasil, mas deriva, fundamentalmente, de diferenciais de produtividade entre os países capitalistas avançados e os “subdesenvolvidos”, que resultam, obviamente, da fraca escolarização e da má qualidade da educação.

Este ensaio histórico se propõe comparar a situação do Brasil nesses dois momentos de sua inserção internacional: em 1910, quando o seu prestígio regional tinha sido

estabelecido por um trabalho de estabilização econômica e de projeção diplomática realizado pelo Barão do Rio Branco; e atualmente, quando seu prestígio internacional alcança patamares inéditos, também como resultado da estabilização econômica e de uma diplomacia especialmente ativa. Apesar disso, o Brasil não parece ter conseguido superar a “barreira do desenvolvimento”, pelo menos não do ponto de vista social, em especial no campo da igualdade de chances.

A primeira questão a se colocar, portanto, é a de saber por que o Brasil não conseguiu realizar o “salto” que tinha sido feito pelo Japão e, mais recentemente, pela Coreia do Sul (que, em 1960, ostentava exatamente a metade da renda per capita dos brasileiros, quando hoje os coreanos os superam quase três vezes). É um fato que, no curso de seu processo de industrialização, o Brasil conseguiu diminuir a distância em relação aos países mais avançados, mas esta aumentou recentemente, em virtude do fraco crescimento desde a crise dos anos 1980 e a hiperinflação que se seguiu. A distribuição interna da renda continuou a ser muito desigual, tanto por causa da inflação, quanto em função do baixo nível de educação formal da maior parte da população. Mesmo continuando a ser sobretudo um exportador de produtos primários e de manufaturados simples, o Brasil situa-se entre as dez primeiras economias mundiais, prometendo desempenhar um papel decisivo no âmbito dos países emergentes. Ele já representa a metade da economia sul-americana e tornou-se um ator importante nas negociações comerciais internacionais.

O processo de estabilização, começado com o Plano Real (1994), coincidiu com a abertura econômica – privatizações, desregulamentação, diminuição do papel do Estado – e a liberalização comercial unilateral e no âmbito do Mercosul (o projeto de mercado comum do Cone Sul). Apesar dessas reformas, o Brasil continua a ocupar uma pequena fração do comércio internacional – cerca de 1% do total – e a depender do know-how estrangeiro e de tecnologia importada. Na verdade, o Brasil se apresenta, hoje, como um país totalmente industrializado, ao mesmo tempo em que preserva traços sociais típicos de uma formação pouco desenvolvida, com diferenças importantes entre as classes sociais e uma grande concentração da renda, fenômenos devidos sobretudo às deficiências educacionais.

Ao comparar os dois momentos escolhidos para este exercício de retroprojeção histórica, 1910 e 2010, no contexto do sistema internacional em cada época, este trabalho pretende discutir as condições do desenvolvimento econômico, tratando de separar, de um lado, tanto os elementos estruturais quanto os contingentes e, de outro lado, os papéis respectivos do sistema internacional e da liderança nacional no processo de desenvolvimento econômico e social. Não é certo, por exemplo, que o Brasil, que possui seguramente um

capitalismo industrial muito avançado no interior de suas fronteiras, tenha conseguido construir um sistema integrado, do ponto de vista político e social, que possa ser comparado ao do capitalismo avançado: a pobreza, a injustiça social, a corrupção política, o mau funcionamento dos poderes do Estado, são ainda muito presentes na atualidade do Brasil, para considerar que ele já pode ser integrado a clubes restritos como a OCDE ou um G7 ampliado. Ele ainda permanece no meio do caminho, meio desenvolvido, meio subdesenvolvido, apresentando traços de modernização e de atraso, em vários terrenos da vida econômica, política e social.

Do ponto de vista histórico, estamos certamente em face de um caso único e original, como o são tantas outras experiências conhecidas de desenvolvimento econômico e social. No plano econômico, entretanto, a especificidade brasileira, tanto empírica quanto teórica, está sendo dissolvida na “normalidade” da globalização capitalista, com sua inserção crescente na interdependência da economia mundial de mercado e na adoção de políticas econômicas próximas da corrente ortodoxa. Muitos dos problemas que enfrentavam, em 1910, as elites brasileiras, parecem ainda desafiar suas elites atuais. A questão permanece, portanto, a mesma: serão elas capazes de superar o não-desenvolvimento brasileiro? A questão crucial deste estudo de caso, entretanto, não é a das desigualdades em nível mundial, ou seja, a distância que separa o Brasil dos países avançados em termos econômicos, mas principalmente as distâncias sociais no interior de suas próprias fronteiras, quais sejam, as desigualdades de renda da população, de chances de trabalho digno e, em especial, de formação educacional nas diferentes camadas da população.

### **O Brasil em 1910: uma sociedade agrária atrasada, com vocação industrial**

No começo do século 20, o Brasil era uma sociedade agrária atrasada, com ilhas de comércio e de indústria ao longo da costa atlântica. Suas únicas riquezas reais eram os poucos produtos de exportação retirados de seus recursos naturais, os mesmos do período colonial (à exceção da borracha, uma febre temporária que agitou durante menos de meio século a região amazônica). Café, açúcar, carnes e couros, mate, algodão e alguns outros produtos primários compunham uma lista de exportações dominada a mais de 80% pelo café (que respondia também pela maior parte das receitas do Estado). Do ponto de vista político, o Brasil era formalmente democrático; na verdade, era uma república oligárquica, com uma aristocracia latifundiária que dominava o sistema político, cujo presidente era eleito com no máximo 1% dos votos dos cidadãos (o corpo eleitoral era composto exclusivamente pela população masculina, à exclusão dos analfabetos, que perfaziam, ainda, mais da metade da população).

A noção de democracia, evidentemente, estava restrita a uma superestrutura formal, puramente institucional, com uma representação política limitada às camadas superiores da sociedade.

No plano social, essa mesma elite política estava ativamente engajada no “branqueamento” da população, favorecendo a imigração de agricultores europeus, com uma abertura temporária aos japoneses. Tendo preservado a escravidão até o final da monarquia, a elite não tinha ainda inventado a noção de “democracia racial” pela qual o Brasil pretendia se distinguir do racismo ordinário praticado nos Estados Unidos. Do ponto de vista econômico, o atraso do Brasil era enorme, tanto em relação ao gigante norte-americano, que, nessa época já tinha se convertido na primeira potência industrial do planeta, quanto vis-à-vis da vizinha Argentina, uma sociedade agrícola e pastoril muito dinâmica, cuja renda per capita se aproximava ou suplantava a de vários países europeus. De fato, a performance relativa desses países pode ser avaliada, não tanto pela produção bruta – uma medida grosseira da capacidade produtiva dos países, mas que não leva em conta as dotações relativas dos fatores ou os níveis de produtividade – mas pela renda per capita, uma medida mais adequada de prosperidade, ou da riqueza real de sua população, e isso em sua evolução cumulativa durante um longo período (Barro; Sala-i-Martin, 2003).

A distância entre os Estados Unidos e o Brasil era apenas o dobro no começo do século 19: segundo os cálculos de Angus Maddison (2001b), a renda per capita dos americanos era, em 1820, de US\$ 1.257 (em dólares de 1990), contra somente US\$ 646 para o Brasil, ou seja, pouco mais da metade. Cem anos depois, a defasagem econômica tinha crescido cinco vezes mais: em 1909, com um renda per capita de apenas US\$ 776 – o que demonstra a quase imobilidade do Brasil em termos de produtividade durante todo esse período agroexportador – o valor brasileiro perfazia apenas 15% da renda dos americanos, então estimado em US\$ 5.017 por pessoa. Em contrapartida, a Argentina tinha conseguido chegar ao máximo de seu sucesso histórico em termos de crescimento, com uma renda per capita de US\$ 3.669, ou seja, mais de 73% daquela dos americanos (e cinco vezes superior à dos brasileiros). A distância entre os Estados Unidos e o Brasil agravou-se ainda mais, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, quando o afastamento do primeiro em relação ao segundo país chegou ao seu valor máximo de 6,5 vezes, para diminuir ao longo das décadas seguintes (Maddison, 2009).

A razão desse fraco desempenho do Brasil em relação aos Estados Unidos está, evidentemente, nas diferentes taxas de crescimento cumulativo durante a período da República oligárquica no Brasil (1890-1930): entre a primeira data e a grande crise de 1929, o

país sul-americano conheceu taxas medíocres de 0,92% ao ano, enquanto os Estados Unidos progrediam à uma taxa cumulativa anual de 1,83% per capita real, isto é, deduzida a inflação (Maddison, 2001b). A dinâmica econômica melhorou sensivelmente depois, mas, devido ao seu crescimento demográfico até os anos 1980, o Brasil não conseguiu diminuir a distância em relação ao gigante norte-americano.

Independentemente, porém, da distância entre as médias nacionais de renda per capita, os fatores verdadeiramente cruciais que podem distinguir o Brasil em relação a outros países não se situam em seus níveis de desenvolvimento econômico enquanto tais, mas nos graus respectivos de produtividade, que são quase uma função direta da capacidade educacional em cada país. Com efeito, o processo de industrialização conhecido no Brasil a partir de 1930 logrou elevar sua base material a um nível menos distante daquela dos países avançados, em comparação ao cenário existente, em termos de possibilidades produtivas, no começo do século 20, quando o Brasil ainda era um arquipélago de pequenas indústrias pouco desenvolvidas, em meio a uma paisagem agrícola muito atrasada. Entretanto, a distância ainda é enorme, se a medida de comparação é feita a partir dos níveis de educação, tanto do ponto de vista quantitativo que no plano do desempenho qualitativo.

Do ponto de vista da educação de massa, a situação do Brasil não poderia ser mais deplorável no começo do século 20, em relação não apenas aos países desenvolvidos, mas também em relação à Argentina e ao México, os dois países latino-americanos com os quais é possível fazer uma comparação. De acordo com dados coletados pelo economista Richard Easterlin (1981), em 1900, no momento em que o Brasil consolidava seu regime republicano, a taxa de matrículas na escola primária era de apenas 258 estudantes para cada 10.000 habitantes, vis-à-vis as taxas de 1.969 estudantes para os Estados Unidos e de 1.576 para a Alemanha; mas já eram de 808 para a Argentina e de 457 para o México. Para ser mais preciso, o Brasil não conseguiu alcançar um nível de cobertura quantitativa em matéria de ensino primário comparável ao dos Estados Unidos no começo do século 19 (em 1820, aproximadamente) antes dos anos 1970, ou seja, cerca de 150 anos depois.

Num outro plano, o da integração à economia mundial, o Brasil também marcou passo, em função de suas reações tímidas em relação às demandas – internas e externas – de abertura econômica e de liberalização comercial. Mesmo apresentando um coeficiente de abertura econômica – isto é, a parte do comércio exterior na formação do PIB – relativamente satisfatória durante o século 19 e o começo do seguinte, em função de sua agricultura de exportação e de suas amplas necessidades de importações, o Brasil era um dos países mais protecionistas do mundo, anteriormente por razões essencialmente fiscais – isto é, os

requerimentos do Estado em receitas do comércio exterior, sua única fonte de renda –, mais tarde em função de seus instintos introspectivos em matéria de industrialização.

Vinte e um anos antes de 1910, o Secretário de Estado James Blaine tentava vender aos países latino-americanos a ideia de uma zona de livre comércio – mais exatamente “*an hemispheric customs union*” – quando da primeira conferência internacional americana, realizada entre Novembro de 1889 até Março de 1890 (justo no momento em que o Brasil passava de um regime monárquico a um republicano). Devido à resistência do Brasil e da Argentina, o projeto teve tanto “sucesso” quanto seu sucedâneo de um século mais tarde, a *Free Trade Area of the Americas*, proposta pelos presidentes Bill Clinton e George Bush: os dois países sul-americanos temiam, tanto antes quanto depois, perder sua soberania econômica, se suas empresas tivessem de enfrentar as potentes companhias e os prodígios tecnológicos do gigante do Norte.

Existiam, evidentemente, razões mais imperiosas para isso, e elas se situavam quase todas no protecionismo extensivo que estes dois países praticavam desde muito tempo contra o ingresso de produtos estrangeiros. Com efeito, o Brasil e a Argentina estavam entre os países ostentando as tarifas alfandegárias mais elevadas do mundo, como se pode constatar por meio da tabela abaixo:

#### **Tarifas alfandegárias nacionais comparadas, 1865-1910**

(Média tarifária à partir das receitas de importações sobre as importações totais)

<b>Ano</b>	<b>G.-B.</b>	<b>EUA</b>	<b>Alem.</b>	<b>França</b>	<b>Japão</b>	<b>Argent.</b>	<b>Brasil</b>
<b>1865</b>	8,3	33,7	3,7	4,7	4,9	17,5	25,7
<b>1870</b>	7,1	40,9	3,7	2,9	1,8	24,6	31,0
<b>1880</b>	4,7	30,1	5,8	5,2	7,1	26,4	37,2
<b>1890</b>	4,8	26,6	8,8	8,0	5,4	33,4	39,4
<b>1896</b>	4,8	20,7	10,1	10,7	2,6	23,9	35,4
<b>1900</b>	4,6	27,0	8,1	8,8	5,8	26,5	30,1
<b>1905</b>	6,4	25,1	8,8	8,6	7,0	23,9	49,3
<b>1910</b>	4,5	21,0	7,4	8,2	7,8	21,6	41,9

Fonte: Clemens-Williamson, 2001.

Com exceção do imediato pós-guerra civil nos Estados Unidos – quando as necessidades da reconstrução determinaram uma elevação notável das tarifas alfandegárias, a fonte principal de renda para a administração federal –, o Brasil e a Argentina, durante todo o período considerado (e mesmo depois, no século 20), foram os verdadeiros campeões mundiais do protecionismo tarifário, sem mencionar todas as demais políticas restritivas, baseadas em limitações quantitativas e no conceito de ‘similar nacional’ (caso no qual a importação era simplesmente proibida). Os argumentos em favor da proteção comercial nos

dois países não eram muito diferentes daqueles usados por Alexander Hamilton nos Estados Unidos ou por Friedrich List na Alemanha, mas é evidente que as outras condições para o impulso industrial e o desenvolvimento econômico estavam longe de se encontrar disponíveis no Brasil e na Argentina, especialmente do ponto de vista fiscal, monetário, cambial, ou, ainda mais importante, no nível da capacidade de inovação técnica, dada a falta de recursos humanos, especialmente no Brasil.

Uma possível fonte de inovação técnica e de capacitação humana foi relativamente perdida, no Brasil, em relação às políticas mais atrativas implementadas na Argentina e, sobretudo, nos Estados Unidos: a imigração, fortemente estimulada nesses dois últimos países, e sujeita a medidas erráticas no Brasil republicano, depois de ter sido desencorajada durante quase todo o século 19 pela manutenção do sistema de trabalho escravo. Mas já em 1910, o impulso migratório surgido no início imediato da República tinha sido erodido, e os volumes eram derrisórios em relação aos fluxos maciços que se dirigiam aos Estados Unidos e à Argentina, os campeões da imigração europeia nas Américas, à exceção talvez dos ingleses em direção ao Canadá.

### **O Brasil em 2010: uma indústria desenvolvida, com uma base social atrasada**

É verdade que, pouco depois, no entre guerras, a evolução nos terrenos do comércio e da imigração iria tornar-se negativa, um pouco em quase todos os países, sobretudo a partir da crise deslanchada em 1929 e agravada após 1931. Tendo sido o mais aberto dos países, desde o período colonial, a todos os tipos de imigração, os Estados Unidos começaram a restringir o livre afluxo de candidatos no começo da terceira década do século 20, primeiro contra os asiáticos, em seguida contra todas as demais nacionalidades, segundo um sistema de quotas baseadas no estoque de cada nacionalidade já presente nos países. O Brasil copiou as mesmas políticas restritivas e também introduziu quotas nacionais desde os anos 1930: assim como no caso do protecionismo comercial, não poderia ter havido medida mais negativa do ponto de vista do desenvolvimento nacional, e ainda hoje o Brasil mantém essa política cega, ou míope, de restrição à imigração.

Não obstante a mesma miopia mantida durante muito tempo, os Estados Unidos continuam a ser, absolutamente – mas não proporcionalmente, em relação ao Canadá e a Austrália, por exemplo – o país o mais aberto aos músculos e cérebros de todas as partes do mundo. Esta característica única, e admirável, permite explicar, provavelmente, o vigor, a flexibilidade, a solidez e a inventividade formidável da economia americana, uma performance revelada pelo número excepcionalmente elevado dos prêmios Nobel capturado

pelo seu establishment científico na atualidade (aliás, confirmado no terreno tecnológico, sob a forma dos iPods, iPhones e iPads).

Não é necessário lembrar que o Brasil, durante quase todo o século 20, confirmou sua preferência por “agricultores” e sua resistência em aceitar “mercadores” – entre eles, os judeus – ou outros tipos de candidatos à imigração possuindo especializações “urbanas”. Ainda hoje, ele parece pouco disposto a abrir suas fronteiras a candidatos de países vizinhos – mesmo sendo o Mercosul um ‘projeto estratégico’ – assim como continua a impor critérios financeiros aos candidatos à imigração livre, como se o capital pudesse ser ainda medido em termos monetários (barrando, assim, o simples detentor de um diploma de doutor). Se existir um concurso mundial de atração de cérebros, os Estados Unidos são capazes de chegar em primeiro lugar, já que eles acolhem todos os tipos de pesquisadores, de todas as partes do mundo. Ao contrário, o Brasil continua a praticar um nacionalismo educacional e científico que está em contradição com as exigências de um sistema moderno de pesquisa científica.

O mesmo fechamento aos influxos e à competição estrangeira é encontrado no terreno comercial e na política de investimento direto estrangeiro. Ainda que colocando em vigor uma política protecionista, de direito e de fato, durante as primeiras fases de sua consolidação enquanto máquina industrial poderosa, os Estados Unidos abraçaram vigorosamente o livre comércio multilateral e não discriminatório depois da Segunda Guerra, contribuindo assim a promover um dos mais duráveis períodos de crescimento econômico na história mundial. Não ocorreu o mesmo com o Brasil e a maior parte dos países latino-americanos, que se revelaram os mais entusiastas defensores do protecionismo *à la* List e das subvenções defensivas em seus processos de industrialização substitutiva, fortemente marcadas por um keynesianismo exagerado, que, sob a influência intelectual de Raul Prebisch, confundiu as tarefas emergenciais de orientação contra-cíclica com uma política econômica voltada para o desenvolvimento.

Não é certamente surpreendente constatar que os dois países, o Brasil e a Argentina, continuaram a ser os campeões das tarifas alfandegárias proibitivas, além de terem implementado um conjunto heteróclito de políticas econômicas – em especial setoriais, a exemplo da indústria, mas também no terreno macroeconômico – que contribuíram para distorcer os preços relativos, aumentar as desigualdades sociais e regionais, ao mesmo tempo em que provocavam derrapagens inflacionistas, que constituíram, aliás, um dos motivos da concentração anormal de renda que os caracterizou (com a persistência da miséria e da corrupção política).

Tendo começado ou se consolidado a partir dos anos 1930, o fechamento econômico,

a aversão ao capital estrangeiro e o excesso de proteção comercial foram as características dominantes na América Latina, políticas mantidas durante mais de meio século, após o que elas foram substituídas por medidas mais liberais, bem mais por exaustão de suas supostas virtudes do que por uma mudança de convicção dos atores principais (os industriais, os intelectuais universitários e os tecnocratas do Estado). Com efeito, como se pode constatar na tabela abaixo, correspondendo ao período do entre guerras, com exceção da Alemanha nazista, explicitamente autárquica e nacionalista, e da Grã-Bretanha em crise – com seu projeto de “preferência imperial”, a partir da conferência de Ottawa, em 1932 –, os dois latino-americanos do Cone Sul persistiram no protecionismo comercial, que aliás fazia parte de suas políticas industriais. No caso do Brasil, a diminuição relativa da proteção se deve não a qualquer mudança liberalizante, mas à erosão monetária das tarifas específicas, que se descolavam dos valores das faturas de importação, o que não ocorria com as tarifas *ad valorem*.

#### **Tarifas alfandegárias nacionais comparadas, 1926-1940**

(Média tarifária à partir das receitas de importações sobre as importações totais)

<b>Ano</b>	<b>G.-B.</b>	<b>EUA</b>	<b>Alem.</b>	<b>França</b>	<b>Japão</b>	<b>Argent.</b>	<b>Brasil</b>
<b>1926</b>	8,3	13,4	9,4	2,5	6,2	15,5	21,5
<b>1929</b>	9,7	13,5	8,2	7,5	6,7	17,0	26,0
<b>1931</b>	14,1	17,8	17,1	13,8	9,0	26,5	30,8
<b>1932</b>	19,4	19,6	23,8	17,5	7,6	27,2	31,6
<b>1933</b>	24,0	19,8	25,5	15,4	6,0	25,7	30,8
<b>1935</b>	24,5	17,5	30,1	16,9	6,2	23,2	22,9
<b>1937</b>	20,6	15,6	29,0	16,4	5,2	21,4	22,1
<b>1940</b>	22,7	12,5	28,2	16,1	4,4	15,9	19,7

Fonte: Clemens-Williamson, 2001.

Para ser mais preciso, o forte protecionismo comercial subsistiu, ainda que em menor proporção, mesmo com a abertura relativa dos anos 1980 e 1990, a partir dos processos de integração regional que estimularam uma modesta flexibilização nas políticas de investimento estrangeiro. Ocorreram, inclusive, em certos casos, mudanças no nacionalismo estatizante, com privatizações de companhias públicas e desmantelamento dos monopólios de Estado. A anarquia monetária e a febre das emissões – com suas consequências imediatas em termos de inflação e de fuga do capital nacional – certamente recuaram, ainda que o peso e o papel do Estado se mantêm sob novas roupagens, por vezes travestidos em linguagem liberal. Isto se deve a que, da parte da sociedade, sobretudo dos industriais e dos intelectuais de esquerda, os apelos continuam fortes na demanda por ‘políticas públicas’ (sobretudo ‘sociais’) e em favor de tarefas de ‘planejamento’ ou de indução pelo Estado, supostamente encarregado de

‘corrigir os desequilíbrios da economia de mercado’ e as ‘desigualdades provocadas pelo capitalismo’ (quando é frequentemente o próprio Estado que provoca a concentração de renda em favor dos mais ricos).

A despeito desses fatores negativos, o Brasil logrou constituir, sobretudo no período tecnocrático do governo militar, uma estrutura industrial inédita para os padrões do Terceiro Mundo. Na verdade, no aspecto industrial, o Brasil não pode mais ser considerado um país do Terceiro Mundo; ao contrário: exibindo a modernidade tecnológica pelo lado do setor aeronáutico e de um dos mais avançados exemplos de agronegócio numa latitude tropical, o Brasil moderno supera vários países da OCDE em competitividade industrial e agrícola, mesmo se ele permanece um importador líquido de tecnologia avançada e de know-how, dada a pequena integração entre o seu establishment científico – majoritariamente universitário, mas ainda assim acompanhando o estado da arte internacional em capacitação básica – e os laboratórios industriais, ainda dependentes de aquisições no exterior.

O aspecto provavelmente mais negativo da ‘modernidade’ brasileira – além da persistência histórica das desigualdades sociais e regionais na distribuição de renda – está representado pela má qualidade da educação pública, que é o resultado das últimas décadas de negligência oficial na formação de professores e de forte concentração dos recursos no ensino superior, numa inversão completa das prioridades consideradas normais em quase todos os países. Portanto, se, finalmente, depois de mais de um século de atraso dramático nesse terreno, o Brasil conseguiu quase se igualar, no plano puramente quantitativo, aos países mais avançados, as deficiências no plano qualitativo permanecem enormes (e visíveis) e não parecem estar no caminho de sua redução. Os dados oficiais e as avaliações internacionais confirmam que um número elevado de estudantes desistem antes do final do curso – no final ou mesmo antes da conclusão do primeiro ciclo – e que os resultados brasileiros são catastróficos quando comparados com aqueles obtidos por outros países no âmbito do PISA da OCDE.

Ao cabo de todos esses processos, a distância em renda per capita em relação aos países mais avançados não recuou dramaticamente, *pari passu* aos progressos da industrialização. Com base em dados homogêneos, como aqueles processados pelo economista Angus Maddison (2009), pode-se constatar que a renda dos brasileiros permanece ainda num patamar inferior a 20% daquela dos americanos, mesmo se a distância em relação à Argentina diminuiu sensivelmente – para menos de um terço acima do Brasil. Mas isto é mais devido ao surpreendente recuo desse país, a partir dos anos 1960, do que ao rápido progresso do Brasil, afetado, do seu lado, por crises recorrentes desde os choques do petróleo e da

dívida externa, nos anos 1970 e 1980, seguida de duas décadas de estagnação ou de crescimento medíocre, passando pelas crises financeiras dos anos 1990, para chegar na lenta estabilização do plano Real, a partir de 1994, com as correções introduzidas em 1999 (sobretudo no plano cambial).

O caso mais dramático, obviamente, é o da Argentina, o país mais rico da América Latina um século antes, convertido depois em mera sombra do seu passado. De uma paridade situada em 70% do PIB per capita dos americanos, os argentinos recuaram a menos de 30% atualmente, numa demonstração rara na história econômica mundial – salvo, talvez, para a China, desde o século 18, e no caso da Grã-Bretanha, nos primeiros 80 anos do século 20 – de uma decadência exemplar sob qualquer aspecto. A história provavelmente ainda não colocou sua última palavra no que se refere ao declínio da Argentina, mas, à diferença do Brasil, o país platino, aparentemente dominado ainda pelo fantasma peronista, possui uma incrível capacidade de reincidir nos mesmos erros de um passado ainda recente, repetindo as más experiências em matéria de políticas econômicas – inflação, controle de preços, monopólios do Estado, subsídios e proteção – cujas lições, aparentemente, foram incorporadas adequadamente do lado do Brasil. A Argentina, na verdade, constitui um exemplo notável de um país bem dotado pela natureza, que conseguiu educar o seu povo, mas que insiste em perder todas as suas oportunidades de desenvolvimento.

O Brasil não foi muito mais inteligente em certos momentos de sua história: mesmo na atualidade, ele deixou passar a fase mais vigorosa de crescimento da economia mundial, que poderia ser aproveitada para ajustar definitivamente – ou pelo menos decisivamente – a situação da dívida pública interna e do equilíbrio fiscal, muito precário atualmente, assim como para continuar as privatizações e os investimentos em logística e em equipamentos sociais. Ele não o fez e a crise mundial pode dramatizar os desequilíbrios das contas públicas. Ao contrário: o governo Lula aumentou dramaticamente o número de servidores do Estado, concedeu aumentos importantes às mesmas categorias e comprometeu o Tesouro com despesas obrigatórias para os próximos 40 anos, o que diminui a capacidade de investimento do Estado (que já é medíocre). Haverá um preço a pagar em função da negligência fiscal e da prodigalidade salarial do setor público. A responsabilidade, obviamente, compete a suas elites – de todos os tipos, inclusive a aristocracia sindical, que ocupou boa parte do poder desde 2003 – que exibem, quase todas, um excepcional comportamento ‘rentista’.

## **O Brasil ao longo do século 20: um balanço qualitativo**

Visto em dois momentos de seu processo de modernização econômica e social, em 1910 e em 2010, o Brasil apresenta um retrato contraditório, feito de progressos materiais, de melhoramentos institucionais, mas também de sobrevivências políticas de uma outra era e de resistências às mudanças que se refletem na formidável desigualdade social vis-à-vis os progressos reais do lado industrial, ou simplesmente produtivo (que compreende, também, uma agricultura moderna e competitiva, depois de tantos atrasos acumulados durante tanto tempo).

Esquematizar um quadro dessas rupturas e persistências equivale a um passeio através de várias idades ‘geológicas’ nos planos econômico, político e social. De fato, vários estudiosos do Brasil, entre os quais Caio Prado Júnior (1949) e Charles Morazé (1954), já tinham registrado essa característica, não especificamente brasileira, de ser capaz de se transformar ao mesmo tempo em que são preservados traços de um passado por vezes longínquo, seja na mutação das oligarquias políticas – sempre renovadas, mas ainda oligárquicas –, seja na manutenção de estruturas econômicas e sociais herdadas de seu passado colonial ou monárquico. Este é o caso, por exemplo, da concentração da propriedade ou da renda, dois aspectos que são vinculados mas não necessariamente derivados dos mesmos mecanismos de criação e de redistribuição da riqueza social. Basta notar, por exemplo, que perto de dois quintos da riqueza criada no Brasil passa pelos cofres – nem sempre inacessíveis – do Estado; este possui, assim, uma grande capacidade de orientá-la para certos grupos sociais (e para várias outras categorias de fregueses costumeiros do Estado).

É possível, assim, dizer que o Brasil é uma economia “desenvolvida”, tendo conseguido ‘acabar’ seu processo de industrialização, mesmo se mantendo, ainda, uma sociedade atrasada do ponto de vista social e educacional, o que é demonstrado por seus indicadores sociais setoriais. O itinerário de ‘acabamento’ do processo de industrialização permitiu completar o desenvolvimento do Brasil no plano material, o que autoriza a dizer que, do ponto de vista técnico e empresarial, este fato representa um sucesso razoável. O Brasil situa-se, nesse plano, do lado dos vencedores, mesmo se no aspecto social os resultados são bastante magros.

Caso se faça um exercício de comparação internacional, se poderia dividir os países mais importantes em dois grupos: os que conseguiram se reposicionar de maneira satisfatória na ordem internacional, e os que perderam terreno ou que simplesmente estagnaram na escale do desenvolvimento. Nesse particular, é preciso notar, em primeiro lugar, o desempenho mais que satisfatório de vários países asiáticos, com distinção para os chamados “tigres” (Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong e alguns outros) e, mais recentemente, a China, para nada dizer dos

países do arco cultural anglo-saxão (EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Irlanda). A Índia veio juntar-se, desde os anos 1992, ao pelotão de países exibindo taxas elevadas de crescimento econômico, mas ela possui ainda enormes bolsões de miséria e de desigualdades internas, regionais e sociais, que constituem formidáveis desafios a suas elites dirigentes.

Um segundo grupo comporta países já desenvolvidos, que não necessariamente regrediram, mas que apresentaram um crescimento medíocre ao longo do período recente, bloco no qual se inserem vários países europeus e o Japão. As antigas economias socialistas, em transição para o capitalismo, conheceram um desempenho variado, com casos de progresso rápido – como a República Tcheca, por exemplo – e outros em declínio relativo (a Rússia, durante uma boa parte dos anos 1990, mas sempre dependente de algumas matérias primas, como o petróleo e o gás). A América Latina também conheceu um itinerário pouco satisfatório, pois ademais do crescimento reduzido – a exceção notável sendo o Chile – e das crises recorrentes, de natureza política, econômica e social, ela manteve contingentes elevadas de grupos sociais nos escalões mais baixos do progresso social, assim como conservou suas características mais tradicionais de desigualdade social, com destaque para o grau anormalmente elevado de concentração da renda. Finalmente, no capítulo da estagnação, ou mesmo do fracasso, pode-se enquadrar alguns países muçulmanos (nem todos no Oriente Próximo) e a maior parte dos países africanos, em especial os da região subsaariana, com poucas exceções.

Como regra geral, os países que tiveram sucesso no plano do crescimento econômico e do desenvolvimento social lograram combinar aspectos variados de um *mix* de políticas macroeconômicas que poderiam ser resumidas nos elementos seguintes: (a) uma macroeconomia estável, previsível e favorável aos negócios, isto é, inflação moderada, responsabilidade fiscal, regras do jogo transparentes e impostos reduzidos sobre o sistema produtivo; (b) um ambiente concorrencial no nível dos mercados, com ausência de barreiras à entrada de novos participantes e contenção adequada das tendências à concentração capitalista; (c) uma boa governança, o que significa instituições funcionais no plano da representação política, independência dos poderes, um judiciário autônomo e eficaz, um executivo blindado contra a corrupção, os grupos privilegiados e os interesses especiais; (d) investimentos importantes em capital humano, garantindo uma boa qualidade da educação de base, a capacitação técnica da força de trabalho e uma crescimento progressivo das despesas em ciência e tecnologia, o que supõe uma interação satisfatória entre os setores público e privado nos sistemas nacionais de pesquisa e desenvolvimento; finalmente, (e) uma maior

abertura às trocas globais, ou seja, a promoção das exportações e das importações, atração de investimentos diretos estrangeiros e uma taxa de câmbio favorável e competitiva; isto não quer dizer, necessariamente, aderir à uma filosofia liberal ou abrir completamente a economia, mas significa participar ativamente das correntes mais dinâmicas do comércio internacional.

Retendo estes cinco critérios enquanto requisitos de um processo sustentado de crescimento econômico, é possível de fazer uma avaliação qualitativa do itinerário brasileiro tendo em vista esses aspectos desde 1910. O adjetivo ‘qualitativo’ não deve significar que se pretende subtrair à uma verificação empírica cada um desses elementos: seria útil compilar dados objetivos sobre todos os aspectos considerados, seguindo sua evolução ao longo do século. Isto requereria, entretanto, desenvolvimentos mais amplos do que o factível de apresentar nos limites deste trabalho. É, contudo, possível traçar a evolução do Brasil, de maneira sintética, em cada um dos elementos retidos acima.

Sob o primeiro aspecto, não é ignorado pela maioria dos historiadores econômicos que o Brasil só vivenciou a estabilidade macroeconômica depois da introdução do plano Real, em 1994, que foi ainda submetido a fortes turbulências quando dos anos de crises financeiras e de transição política (respectivamente em 1995-1999 e em 2001-2002). Desde 1910, o país mudou seis vezes de moeda, sob o impacto de ciclos recorrentes de inflação que, no cômputo final, se elevou a vários quatrilhões por cento. Os governos, com poucas exceções, nunca observaram rigor fiscal compatível com a modesta capacidade de poupança da população e recorreram frequentemente ao endividamento externo como substitutivo a uma boa gestão das contas nacionais. O peso da dívida, por um lado, e a dependência do petróleo importado, por outro, sempre exerceram forte pressão no balanço de pagamentos, levando o país várias vezes aos escritórios dos banqueiros ou a negociações forçadas com o FMI. Numa outra vertente, a modesta capacidade endógena em capitais e perícia técnica levou, sobretudo durante o regime militar, a uma expansão exagerada do Estado, que consegue se apropriar, atualmente, de parte substancial da renda nacional, com uma carga tributária proporcionalmente mais pesada sobre as camadas mais pobres e sobre os empresários.

Sob o aspecto do ambiente competitivo, não é propriamente um segredo, tampouco, que a economia brasileira é dominada por cartéis e monopólios, públicos e privados, cuja consequência mais visível é o preço exagerado que os cidadãos devem pagar pela maior parte dos bens e serviços, a começar pelos setores explorados por companhias estatais ou privadas em regime de concessão (transportes, comunicações em geral), mas também em setores ditos “estratégicos” (aço, cimento, petróleo, etc.). O governo é o maior responsável por esta

regulação restritiva da concorrência e pela seleção de “campeões” nas indústrias de base e nos bens e serviços coletivos.

O capítulo governança não requer longos desenvolvimentos para demonstrar a instabilidade política e a má qualidade das instituições democráticas desde o começo da República. Depois de 80 anos de parlamentarismo monárquico – uma democracia de fachada, já que escravagista e falsamente aristocrática – a República levou a um excesso de regionalismo oligárquico e à deterioração das finanças públicas: no seguimento das revoltas militares nos anos 1920, o populismo de Vargas – com uma ditadura no meio – dominou o sistema político durante quase um quarto de século, criando novas fontes de instabilidade que resultaram em uma nova ditadura, desta vez militar. Essas duas ditaduras (1937-1945 e 1964-1985) permitiram, contraditoriamente, a modernização do aparelho de Estado, o grande promotor da industrialização nacional. A herança menos satisfatória foi a concentração do poder político e o afastamento dos representantes do “povo” em relação aos representados, alimentando a corrupção e as práticas duvidosas.

Não é preciso sublinhar, em contrapartida, as consequências nefastas que a negligência em relação ao ensino fundamental tiveram sobre a má qualidade do material humano no Brasil e seus efeitos sobre a produtividade da mão-de-obra – verdadeiramente marginal em face dos requisitos de uma indústria moderna – e, em especial, sobre a concentração da renda. Este aspecto é provavelmente o mais grave dentre todas as deficiências da sociedade brasileira, na medida em que ele compromete seriamente as chances de crescimento sólido num momento em que o Brasil atravessa sua fase de “bônus demográfico”, isto é, a relação mais favorável entre os ativos e os dependentes em toda a história da sociedade nacional: esta oportunidade será presumivelmente perdida, por causa da falta de preparação da força de trabalho no Brasil (o que prefigura uma situação complicada para as contas públicas no futuro, tendo em vista os custos acrescidos nas aposentadorias).

Finalmente, não se ignora, tampouco, que o Brasil é ainda um país relativamente fechado ao comércio e aos investimentos estrangeiros e que seu processo de abertura econômica e de liberalização comercial não foi levado a termo. Mesmo o Mercosul, uma experiência regional considerada estratégica no plano da política externa, ainda não conseguiu completar sua etapa de união alfandegária, condição essencial para passar à fase de construção de um mercado comum, que era a intenção inscrita no projeto original. Na verdade, desde a primeira e única experiência de abertura comercial, no começo dos anos 1990, as práticas defensivas e o protecionismo disfarçado foram reforçados, no Brasil e no Mercosul (sendo que a Argentina é a maior responsável por esses recuos). Todo economista

sabe que o comércio é uma das principais alavancas do progresso tecnológico e dos ganhos de produtividade, pela via da competição e da importação indireta – ou direta, pelo licenciamento de patentes –, e que, por outro lado, os investimentos diretos desempenham o mesmo papel de maneira ainda mais rápida.

### **A fratura ideológica das políticas de desenvolvimento**

Constitui uma das grandes ironias da História que os únicos países que conseguiram consolidar um processo do desenvolvimento sustentado tenham sido os asiáticos; foram os mesmos que tinham sido condenados à miséria quatro ou cinco décadas atrás por economistas do tipo de Gunnar Myrdal, caso eles não seguissem prescrições de crescimento pela via da planificação integral pelo Estado (Myrdal, 1968). É uma outra ironia do destino que a Índia não tenha efetivamente decolado para o crescimento rápido que quando finalmente decidiu abandonar as recomendações de Myrdal em favor do planejamento centralizado e do controle estatal de “setores estratégicos”; e também quando começou a se abrir à iniciativa privada e aos investimentos estrangeiros, deixando de lado o papel de guia e promotor do Estado.

A discussão se desloca então para os modelos ideais de desenvolvimento (ditos ideais no sentido weberiano de “ideal-típico”, não que eles sejam suscetíveis de existir em exclusividade ou num vazio sistêmico). Esses modelos, mesmo se isto pode parecer uma simplificação, podem ser alinhados em dois polos de conjunção de interesses e de valores nos terrenos econômico e político, ou seja: a escola liberal (que tende a colocar a ênfase sobre o poder dos mercados) e a escola intervencionista (que reconhece o poder dos mercados mas que insiste em que eles não são capazes de se corrigir a si mesmos, nem de distribuir os ganhos e as perdas de maneira equilibrada ou equitativa, necessitando, portanto, da ação do Estado). Esse tipo de maniqueísmo é, obviamente, extremamente redutor, sobretudo quando se trata de políticas públicas (macroeconômicas ou setoriais), terreno no qual os governos tendem a ser bem mais pragmáticos do que ideológicos.

De fato, na maior parte dos casos, o pragmatismo econômico tende a prevalecer, com uma combinação adequada de “receitas” de uma ou outra escola, segundo as necessidades e conveniências do momento. As circunstâncias podem tornar os homens – inclusive os homens públicos – um pouco mais inteligentes do que eles eram no começo do processo de aprendizado, mas pode-se acreditar, também, que uma boa formação acadêmica (com uma ênfase particular sobre a cultura histórica e um pouco de treino econômico) pode ajudar na tarefa de bem administrar um país.

## Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Paulo Roberto. “O *Fim da História*, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou?”, *Meridiano 47*, n. 114, janeiro 2010, p. 8-17; ISSN: 1518-1219; link: <http://meridiano47.files.wordpress.com/2010/05/v11n1a03.pdf>.
- \_\_\_\_\_. “O fim do desenvolvimento (agora só falta melhorar socialmente o Brasil)”, *Intellector*, Rio de Janeiro, Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais, v. 1, n. 2, jan/jun. 2005, disponível no link: <http://www.4shared.com/file/6388387/6f93ba6f/pauloralmeida.html>.
- BARRO, Robert; SALA-I-MARTIN, Xavier. *Economic Growth*. 2ª ed.; Cambridge, MA: The MIT Press, 2003.
- CLEMENS, Michael; WILLIAMSON, Jeffrey. “A Tariff-Growth Paradox?: Protection’s Impact the World Around, 1875-1997”; NBER Working Paper n. 8459, September 2001 (Import Duties over imports, 35 countries, 1865-1950); disponível no link: <http://www.nber.org/papers/w8459>.
- EASTERLIN, Richard A. “Why isn’t the whole world developed?”, *Journal of Economic History*, 41(1):1-19, 1981; disponível no link: <http://links.jstor.org/sici?sici=0022-0507%28198103%2941%3A1%3C1%3AWITWWD%3E2.0.CO%3B2-Y>.
- ENGELS, Friedrich. *The Condição of the Working Class in England*. Website: Marx/Engels Internet Archive, 1845; disponível no link: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1845/condition-working-class/index.htm>.
- FERGUSON, Niall. *Colossus: The Price of America’s Empire*. New York: Penguin Press, 2004.
- MADDISON, Angus. *Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1-2006 AD*; website pessoal; acesso: março 2009; disponível: <http://www.ggd.net/Maddison/>.
- \_\_\_\_\_. *World Economic Growth: The Past 1000 Years*. Washington: American Enterprise Institute for Public Policy Research, Henry Wendt Lecture, May 15, 2001a.
- \_\_\_\_\_. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: Development Centre Studies, 2001b.
- MORAZÉ, Charles. *Les Trois Âges du Brésil*. Paris: Armand Colin, 1954.
- MYRDAL, Gunnar. *Asian Drama: An inquiry into the poverty of nations*. New York: Pantheon, 1968, 3 vols.
- PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 2ª ed.; São Paulo: Brasiliense, 1949.

Brasília, 10/07/2011

Nome: Paulo Roberto de Almeida  
Endereço: SQS 213 Bloco E apt. 102 – 70292-050 Brasília, DF  
Filiação institucional: Ministério das Relações Exteriores; Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília (Uniceub)  
E-mail: [pralmeida@me.com](mailto:pralmeida@me.com)  
Telefones: (61) 3245-1997; 9208-0082

# **Pobrezas no Brasil na transição da hegemonia mundial: discursos oficiais e intelectuais<sup>1</sup>**

Jales Dantas da Costa<sup>2</sup>

## Resumo

O artigo apresenta e compara certas dimensões discursivas sobre a pobreza e a miséria no Brasil e num mundo “em desenvolvimento” durante a atual conjuntura de transição da hegemonia mundial dos Estados Unidos. O faz por meio da reconstrução tanto de discursos oficiais do atual governo brasileiro e da Organização das Nações Unidas, como de discursos intelectuais de especialistas na matéria e de estudiosos da perspectiva dos sistemas-mundo.

## *Abstract*

*The article presents and compares certain discursive dimensions over the poverty and misery in Brazil and in a world "in development" during the current conjuncture of transition of the United States' world hegemony. This is done through the reconstruction of the official speeches from the current brazilian government and the United Nations, as well as the reconstruction of intellectual speeches given by experts in the field and by scholars from the perspective of the world-systems.*

Palavras chave: Pobrezas; Brasil; discursos oficiais e intelectuais

---

<sup>1</sup> Artigo entregue em 18 de julho de 2011 para ser apresentado no V Colóquio em Economia Política dos Sistemas-Mundo, a ser realizado no Campus da Unicamp, na cidade de Campinas/SP, entre os dias 08 e 09 de agosto deste ano.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências Sociais no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), na Universidade de Brasília (UnB) e técnico na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) do governo brasileiro.

## Pobrezas nos discursos oficiais

A Organização das Nações Unidas (ONU) vem apresentando ano após ano em seus “*Informes*”<sup>i</sup> os avanços registrados bem como as tarefas ainda pendentes para o cumprimento dos “Objetivos de Desenvolvimento do milênio” (ODM)<sup>ii</sup>, e de seu “objetivo geral”<sup>iii</sup> de reduzir a pobreza absoluta à metade entre os anos de 1990 e 2015. Afirma que milhões de pessoas deixaram à condição de pobreza extrema (menos de \$1,25 por dia) nos últimos anos nas regiões ditas “em desenvolvimento”<sup>iv</sup>. O registro é de que cerca de 400 milhões de pessoas tenham abandonado a mazela de sobreviver com muito pouco entre os anos de 1990 e 2005 (a taxa de pobreza caíra de 46% para 27% neste período). Eram mais de 1,8 bilhão no início dos anos 90!

Argumenta que a região da Ásia Oriental foi a que apresentou a mais drástica redução na pobreza extrema. Estima que 475 milhões de pessoas tenham ampliado a sua renda para além desta “linha” entre os mesmos anos de 1990 e 2005, em grande parte por conta do acelerado crescimento econômico da China. E registra que nas demais regiões a ampliação da renda de muitos pobres foi mais lenta em algumas destas enquanto que em outras houve retrocesso, como nos casos da comunidade dos Estados Independentes na Ásia, da Ásia Ocidental e “países em transição” no sudeste europeu. Para a região da América Latina e Caribe, aponta que havia 11% de pobres em suas populações no ano de 1990 e cerca de 8% quinze anos depois, sendo que tal estatística permaneceu constante durante toda a década de 1990.

Ao contrário da China onde a redução da extrema pobreza se deu de forma mais acelerada em fins dos anos setenta e nos primeiros anos da década de oitenta, e continuou em bom ritmo durante a segunda metade desta década e mais além foi reduzindo-o, a América Latina assistiu a um movimento distinto, uma vez que a pobreza e indigência se ampliaram, e de forma considerável, durante toda a década de 1980, manteve-se constante nos anos noventa, para só no início do novo milênio impor uma trajetória descendente. É o que nos diz o “*Panorama Social de América Latina*”, divulgado no ano de 2007 pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Quase trinta milhões de indigentes se somaram aos mais de 60 milhões de pessoas que viviam nesta situação, e no caso da pobreza, outras mais de 60 milhões passaram a vivê-la, somando-se aos mais de 135 milhões de pobres, no decorrer da década de 1980. A pobreza continuou inclusive a crescer durante toda a década de

noventa e nos dois primeiros anos do novo milênio, passando de 200 milhões em 1990 para mais de 221 milhões em 2002, quando alcançou seu maior patamar! Embora a indigência tenha recuado nos anos noventa, para o ano de 2002 o registro é de mais de 97 milhões de pessoas, superando os mais de 93 milhões de indigentes no ano de 1990. Após 2002, o retrato da pobreza e indigência apresentado pela CEPAL foi de maior alento, ao menos para um pouco mais de 20 milhões de pessoas.

Entre os países da região, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador (áreas urbanas), México e Peru, encabeçavam a lista dos que reduziram por mais da metade à pobreza extrema, tomando por base o ano de 1990 em comparação ao ano de 2006. E enquanto Colômbia, El Salvador, Panamá, Peru e Venezuela estavam a caminho de fazê-lo, Argentina, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Paraguai e Uruguai ainda encontravam-se a menos da metade da primeira meta do milênio.

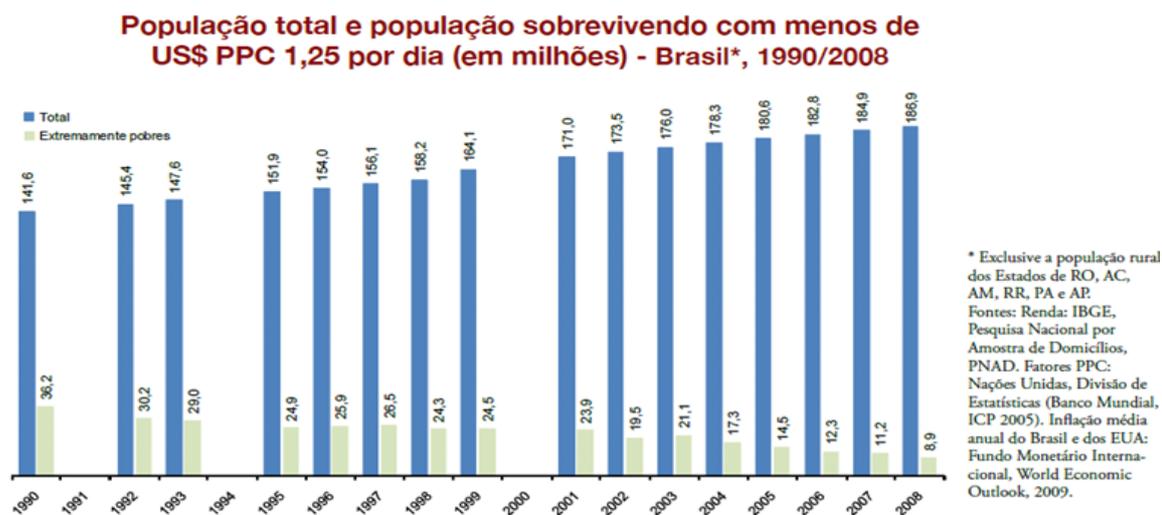
Segundo o relatório “*Panorama Social de América Latina*” da CEPAL (2009), os efeitos da mais recente crise econômica mundial apontam para uma desaceleração no processo de redução da pobreza (e até numa possível ampliação da mesma) e numa reversão do comportamento de queda da indigência, observada desde 2002. No ano de 2008, a incidência da pobreza foi de 180 milhões de pessoas pobres e 71 milhões de indigentes, o que correspondeu respectivamente a 33% e 12,9% da população pobre e indigente da região. As projeções para o ano de 2009, ainda não confirmadas, apontavam para a ampliação da pobreza e indigência, respectivamente 189 milhões de pobres (34,1% da população) e 76 milhões de indigentes (13,7% da população).

Mesmo considerando o fraco desempenho da região da América Latina na redução da pobreza e indigência em 2008/2009, a CEPAL avalia como positiva a trajetória de mais longo prazo no combate à pobreza, tanto na comparação com o início do novo século quanto em relação às últimas três décadas<sup>v</sup>. Para a esta Comissão Econômica da ONU, a região da América Latina se encontrava no ano de 2008 “bem encaminhada para cumprir a primeira meta do milênio, apesar da heterogeneidade entre distintas sub-regiões e países”.

Por esta breve descrição, e a julgar pelos documentos acima consultados, podemos afirmar que as trajetórias das duas últimas décadas no combate à pobreza e indigência no Brasil parecem bastante positivas quando comparadas a de muitos outros países, não só latino-americanos, como de outros do mundo dito não desenvolvido.

## *Pobreza e miséria no Brasil na atual ordem discursiva oficial*

O quarto Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), elaborado pela Presidência da República (março de 2010), expôs a trajetória da pobreza extrema no país nas últimas décadas, cuja síntese nos aparece por meio de um gráfico, reproduzido abaixo.



Fonte: Presidência da República: Relatório Nacional de Acompanhamento dos ODM, 2010, p.23.

O Relatório assim nos informa que no ano de 1990 cerca de 36,2 milhões de brasileiros (ou 25,6% da população de 141,6 milhões) detinham renda domiciliar abaixo da linha de pobreza internacional (US\$ PPC 1,25 por dia). Já no ano de 2008, ainda 8,9 milhões de brasileiros (ou 4,8% da população de 186,9 milhões) encontravam-se nessa triste condição de indigência.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, recentemente projetou para 2016 a possibilidade de erradicarmos a pobreza extrema e reduzirmos significativamente a pobreza.

“Nesta segunda década do século XXI, o Brasil poderá eliminar uma das principais chagas resultantes da condição de subdesenvolvimento. (...) Para isso, a combinação do crescimento econômico com avanços sociais observada no período recente precisa ser aprofundada, com o necessário aperfeiçoamento de políticas públicas de alcance nacional, sobretudo daquelas voltadas ao atendimento das regiões e estados menos desenvolvidos. (...) Se projetados os melhores desempenhos brasileiros alcançados recentemente em termos de diminuição da pobreza e da desigualdade (período 2003-2008) para o ano de 2016, o resultado seria um quadro social muito positivo. O Brasil pode praticamente superar o problema de pobreza extrema, assim como alcançar uma taxa nacional de pobreza absoluta de apenas 4%, o que significa quase sua erradicação”. (IPEA, Comunicados (nº58), 13/07/2010, p.14 e (nº38), 12/01/2010, p.06).

A atual mandatária do governo brasileiro, Dilma Rousseff, já deu sinais claros de querer antecipar a meta de erradicar a miséria para o ano de 2014, último ano de seu mandato. Ao mesmo tempo seu governo já sinalizou com um corte nos gastos públicos da ordem de R\$ 50 bilhões para este ano de 2011, alegando não haver prejuízos para o Programa de Aceleração do Crescimento, assim como para os Programas Sociais.

Em um de seus “13 Compromissos Programáticos”, seu governo se compromete contribuir para “erradicar a pobreza absoluta e prosseguir reduzindo as desigualdades. Promover a igualdade, com garantia de futuro para os setores na sociedade” (2011, p.11). E para dar conta em parte deste compromisso é que foi a poucos meses criado um Comitê Interministerial responsável por elaborar o Plano Nacional de Erradicação da Extrema Pobreza, mais recentemente batizado de Plano Brasil sem Miséria.

No discurso de lançamento do Plano Brasil sem Miséria, realizado no dia 02 de junho deste ano, Dilma assim sintetizou os avanços alcançados durante o governo Lula bem como os princípios e o grande mérito deste Plano:

“O governo do presidente Lula produziu um avanço espetacular porque descobriu que, enquanto o Brasil deixasse de fora essa imensa força construtiva que é seu povo, não se transformaria em uma grande nação. (...) o Brasil tirou 28 milhões de pessoas da pobreza e elevou a 36 milhões as classes médias. O que era um imperativo de ética, o que era um imperativo de princípios cristãos tornou-se, também, não só uma defesa concreta de direitos humanos, mas tornou-se também uma imensa força, uma poderosa chave para que a gente desenvolvesse o país e levasse o desenvolvimento econômico a um outro patamar. A ascensão social desses milhões de brasileiros diminuiu a desigualdade, sem sombra de dúvida, mas também ampliou o nosso mercado interno, tornou o nosso país mais sustentável e acelerou nosso desenvolvimento econômico. O Brasil provou ao mundo que a melhor forma de crescer era distribuindo renda e provou também que a melhor política de desenvolvimento era o combate à pobreza. O Plano Brasil sem Miséria, que estamos lançando hoje, nasce com base nessa filosofia e nesses princípios. Ele vai além, aperfeiçoando e avançando por esse caminho que nós construímos. (...) Através de cada um dos três eixos – transferência de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos, acesso a tudo o que o Estado pode dar –, nós pretendemos melhorar a vida de 16 milhões de brasileiros que ainda estão na pobreza extrema. Mas o Plano também tem um efeito: o de gritar, o de afirmar para todos nós que a miséria ainda existe no Brasil. Este, talvez, seja o grande mérito deste Plano, porque é trazer para a pauta de todos os governos o objetivo, o compromisso, a determinação de lutar, a cada dia, para que o Brasil não tenha mais miséria”. (Rousseff, 02/06/2011)

Para a Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello,

“os 16 milhões de pobres extremos têm nome, endereço e direitos. Desses, 40% têm até 14 anos, 71% são negros e 47% vivem no campo. Estão espalhados por essa imensa nação, refletindo sua diversidade nas diferentes caras da miséria. Déficits sociais históricos explicam por que os extremamente pobres não têm usufruído desse Brasil

repleto de oportunidades que o desenvolvimento econômico tem apresentado, e justificam uma ação contundente do Estado para ampliar suas capacidades”. (Campelo, 02/06/2011)

Dilma argumenta que “a pobreza levou muito tempo, mais de três séculos, para ser tornada um tema no Brasil, para entrar na pauta política ou para fazer parte do debate nas nossas universidades e academias. Foram precisos mais de quatro séculos para que seu combate se convertesse de fato em uma política prioritária de governo”. E que o Plano Brasil sem Miséria é “o Estado brasileiro dizendo que está pronto para combater a pobreza”.

## **Pobrezas nos discursos intelectuais**

A pobreza enquanto fenômeno coletivo na América Latina remonta ao processo de colonização, marcado pelo rompimento dos sistemas preexistentes de reciprocidade de comunidades e famílias, pelo extermínio e marginalização de populações indígenas e escravas. Prossegue, sob outras condições, com as formas republicanas neocoloniais durante os séculos XIX e XX. A reflexão deste permanente problema não é nova na região, majoritariamente tratado como produto de relações sociais de exploração e de uma profunda persistência da desigualdade social e étnica, como bem reconheceu a antropóloga Sonia Alvarez Leguizamón.

Já nas décadas de 1960 e 1970 a questão da pobreza foi tratada por diversas teorias, entre elas, a do subdesenvolvimento, do desenvolvimento capitalista periférico, da massa marginal, da modernização da CEPAL, da dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, da dialética dependência de Rui Mauro Marini, assim como pelas reflexões de religiosos ligados à chamada Teologia da Libertação, que a partir da reunião episcopal latino-americana de Medellín, realizada no ano de 1968, declarou “opção preferencial pelos pobres”<sup>vi</sup>, que em termos políticos se traduziu na organização das Comunidades Eclesiais de Base.

Segundo Else Oyen, ex-presidenta do Conselho Internacional de Ciências Sociais e ex-diretora científica do *Comparative Research Programme on Poverty* (CROP), a investigação sobre a pobreza no âmbito acadêmico das ciências humanas e sociais mundiais tem crescido consideravelmente nos últimos anos.

*“De manera reciente, a través de una larga tradición, diversas disciplinas de las ciencias sociales y humanidades han incorporado a la pobreza entre sus temáticas de investigación. Los estudios de la pobreza están influidos por teorías, metodologías y definiciones de acuerdo a los paradigmas dominantes de cada disciplina. La pobreza no es necesariamente un tema central, sino uno más entre los muchos estudiados. Con frecuencia, su importancia se ve relativizada por el hecho de que se busca probar las distintas herramientas metodológicas y analíticas de cada disciplina, más que entender a la pobreza misma”. (Oyen, 2009, p.20)*

Um problema nos debates atuais sobre a pobreza, abordado por Paul Spicker (2009), é o fato de que os mesmos têm sido envolvidos num “formalismo acadêmico artificial”, e insistem existir um “núcleo essencial” de significação. O problema se dá porque a pobreza não possui um significado único, mas significados relacionados por meio de uma série de similaridades. Estudioso da temática, Spicker argumenta que a pobreza é entendida nas ciências sociais com base em pelo menos doze significados<sup>vii</sup>.

Para os economistas Pierre Salama e Blandine Destremau, “a pobreza tem muitas facetas e dimensões. Medi-la significa amiúde reduzi-la e desconhecê-la” (1999, p.18). Já Mary Poovey defende que identifiquemos o que o uso dos números pretende revelar e qual o seu interesse para os governantes. Considera um equívoco termos que aceitar o que as estatísticas pretendem mostrar. Para a antropóloga Márcia Anita Sprandel, tal tese “torna-se importante para o questionamento das teses sobre a pobreza baseadas em quantificações e focalizações” (2004, p.13).

O geógrafo Milton Santos argumenta que “é inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões – agora e no futuro – serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país” (2009 [1978], p.18). Propõe não dispensarmos as informações estatísticas sem maiores considerações, mas selecioná-las e usá-las de forma crítica, o que poderia autorizar que fossem utilizadas totalmente, apenas em partes ou mesmo desprezadas.

A própria definição do que vem a ser “pobreza” é certamente objeto de controvérsias. Para Santos é “árdua [a] questão da definição da pobreza” (idem, p.09). Sabemos que foram elaborados distintos conceitos de pobreza a depender do momento histórico e do lugar de fala. O próprio modo como se percebe a pobreza e a identificação das pessoas pobres são relativos ao longo da história humana e de suas diversas culturas. Para Leguizamón, os conceitos “*deben ser historizados, si no pierden su riqueza heurística*” (2009, p.32). Nas últimas três ou quatro décadas, a compreensão do que é a pobreza ficou restrita a um limitado número de definições. O que não quer dizer que tenham inexistido esforços no sentido de ampliar os horizontes do campo

científico da investigação sobre a pobreza, mas o fato é que o discurso acadêmico e político sobre a pobreza foi dominado por um conjunto restrito de conceitos.

Parece fazer parte deste restrito universo de definições às abordagens materialistas da pobreza “monetária”, a perspectiva subjetiva da pobreza “humana” e a nova abordagem baseada nas capacidades e potencialidades do ser humano.

As abordagens materialistas da pobreza podem ser medidas de forma absoluta ou relativa. A medida absoluta ou cardeal da pobreza traz uma fronteira de rendimentos. Abaixo dessa fronteira, os indivíduos e sua família são qualificados como pobres, quer assim percebam esta situação ou não. Segundo Salama e Destremau, tal definição é no mínimo reducionista<sup>viii</sup>, embora tenha diversas vantagens, entre as quais a de sublinhar a falta de recursos que as famílias têm para se reproduzirem, e também a de apontar a profundidade de uma das muitas facetas da pobreza.

Mas tanto as medidas absoluta como a relativa não levam em consideração os aspectos patrimoniais, como habitação, acesso a serviços não pagos de saúde, educação, etc. Daí uma outra maneira de definir ou medir a pobreza, a partir da não-satisfação de um conjunto de necessidades básicas, a exemplo do acesso à água potável, aos alimentos saudáveis, a moradia decente, a educação, saúde. Esta medida não se refere aos salários monetários, mas sim a uma bateria de indicadores, e provavelmente está mais próxima da vivência objetiva da pobreza. No entanto, tal definição continua sendo materialista, e mesmo sendo útil deve ser completada por uma perspectiva subjetiva da pobreza, através de pesquisas sobre as carências sentidas pela população supostamente pobre. Tal perspectiva “permite dar uma imagem provavelmente mais exata da pobreza e da maneira como ela é sentida”, mas é praticamente “inexistente e marginal nos países subdesenvolvidos”. (Salama & Destremau, 1999, p.19).

Nos últimos anos cresceu em autoridade e credibilidade uma nova perspectiva, elaborada pelo economista indiano Amartya Sen, onde

“a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. Uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre”. (Sen, 2010, p.120)

Contudo, podemos concluir com Salama e Destremau de que o estudo da pobreza deve partir de indicadores variados e levar em considerações suas múltiplas dimensões. Limitada a um único indicador, a medida da pobreza é redutora e pouco

pertinente. Apoiada em diversos indicadores e dimensões da pobreza, torna-se mais operacional e possibilita melhor analisar sua evolução, além de permitir construir uma ideia dos esforços a serem feitos para atenuar e erradicar esta chaga.

A questão da pobreza não pode assim ficar restrita a definições parciais, a parâmetros de natureza puramente material. A pobreza é um fenômeno sintético e complexo que não pode ser compreendida através do estudo isolado de fragmentos de informações. Um desafio certamente é ultrapassar as explicações simplistas ou falsas a respeito do que ela é, de como é criada e como evolui. Outro é a influência que os mitos exercem nos investigadores sociais. Um terceiro está nas abordagens parciais, uma vez que “há muitas maneiras de esquivar-se do problema da pobreza, seja tratando o assunto como uma questão isolada, seja ignorando que a sociedade é dividida em classes”. (...) Há também aqueles que se preocupam com os aspectos políticos da pobreza, considerando-a um perigo de explosão potencial”. (Santos, 2009 [1978], p.20-21)

A definição da pobreza deve ser relativa à determinada sociedade. Importa relativizar o indivíduo ou grupo de indivíduos na sociedade a qual pertence assim como se possível na sociedade global. É o que propõe Milton Santos.

“De que adianta afirmar que um indivíduo é menos pobre agora, em comparação à situação de dez anos atrás, ou que é menos pobre na cidade em comparação à sua situação no campo, se esse indivíduo não tem mais o mesmo padrão de valores, inclusive no que se refere aos bens materiais? A única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence. (...) A medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. (...) A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social”. (Santos, 2009 [1978], p.18)

Existem diferentes tipos de pobreza, tanto a nível internacional quanto no interior cada país. O termo pobreza implica não apenas um estado de privação material como também num modo de vida e num conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas. Trata-se de um tema muito amplo, capaz de prestar-se a inúmeras possibilidades de análise. No essencial concordamos com a proposta de Santos de que

“o assunto exige um tratamento dinâmico, no qual todo o conjunto de fatores é levado em conta – pois do contrário haverá ênfase em soluções parciais que são mutuamente contraditórias. O problema essencial está na estrutura analítica escolhida, ou seja, na tentativa de uma teorização adequada”. (idem, p.19)

A proposta deste artigo é que a temática da pobreza seja teorizada por meio de algumas análises dos sistemas-mundo. É reconhecida a participação de autores como Immanuel Wallerstein, Samir Amin, Andre Gunder Frank, Terence Hopkins na formulação de conceitos e na narrativa histórica do “moderno sistema-mundo”, bem como o fato de que alguns dos argumentos desta perspectiva têm uma história mais longa, com influências oriundas da teoria revolucionária marxiana, da escola dos *Annales*, da teoria da dependência, da sociologia clássica e de teorias da evolução social (Chase-Dunn, 2001). Aqui propomos apresentar apenas certas contribuições de Giovanni Arrighi e algumas notas de um dos expoentes dos *Annales*, Fernand Braudel.

### **A riqueza e a pobreza das nações na perspectiva dos sistemas-mundo**

Para o historiador Fernand Braudel, as sociedades evoluídas consentem diversas hierarquias (religiosa, política, militar, do dinheiro) que permitem que alguns poucos privilegiados mantenham-se, não sem luta, no “alto da pirâmide” da hierarquia social.

“O que se vê imediatamente, no alto da pirâmide, é um punhado de privilegiados. Tudo converge normalmente para essa sociedade minúscula: cabe a eles o poder, a riqueza, uma grande parte dos excedentes da produção; cabe a eles governar, administrar, dirigir, tomar decisões, assegurar o processo do investimento, portanto da produção; a circulação de bens e de serviços, os fluxos monetários convergem para eles. Abaixo deles escalona-se a multidão dos *agentes* da economia, dos trabalhadores de qualquer categoria, a massa dos governados. E, abaixo de todos, um enorme detrito social: o universo dos que não têm trabalho”. (Braudel, 1998, p.415)

Ao olhar para o conjunto da sociedade, o que primeiro lhe aparece é a desigualdade intrínseca que distancia o topo da base, mais ou menos gritante conforme as sociedades e suas épocas. Admitiu a desigualdade como uma “lei contínua”, e que “as sociedades atuais, seja qual for seu sistema político, não são muito mais igualitárias do que as de outrora” (1998, p.411 e 415). Reconheceu a possibilidade de mobilidade social em épocas diversas, tanto nas fases recessivas quanto nas de bonanças. O que mais lhe surpreendeu parece ter sido o fato dos privilegiados serem uma minúscula proporção do total da população.

“O espantoso é que os privilegiados sejam *sempre* tão pouco numerosos. Uma vez que a promoção social existe, uma vez que essa minúscula sociedade depende dos excedentes que o trabalho dos não-privilegiados põe à sua disposição, se estes excedentes

umentam, a pequena população do topo deveria crescer. Ora, *hoje* como ontem, é raro isso acontecer”. (Braudel, 1998, p.415).

O problema da reprodução das elites lhe escapava às soluções fáceis, justamente por existir uma “lei insidiosa do número exíguo”, irritante por não discernirmos bem as suas razões, sejam lá quais forem (idem, p.416 e 421). De minha parte, o que mais surpreende é o fato dos desprivilegiados representarem uma grande proporção da população. O que dizer sobre a reprodução dos trabalhadores, da massa dos governados, e sobretudo do enorme “detrito social”? Será que seu problema apresenta soluções mais fáceis? Ou há uma lei insidiosa do número grande, tão ou mais irritante quanto àquela? Não serão duas leis da mesma moeda?

Para Braudel, aos não-privilegiados às “malhas” lhes são “apertadas e reforçadas” de todos os lados pela “ordem estabelecida”, isto é, pelo Estado, pelas bases da sociedade, pelos reflexos culturais e estruturais da economia, em síntese, pelo *peso da evolução múltipla do conjunto* (ibidem, p.448, grifo nosso).

“A massa da sociedade subjacente é mantida na rede da ordem estabelecida. Se se mexe demais, as malhas são apertadas e reforçadas, ou então se inventam outras maneiras de esticar a rede. O Estado está lá para salvar a desigualdade, ponto capital da ordem social. Lá estão a cultura e quem a represente, quase sempre para pregar a resignação, a submissão, a sensatez, a obrigação de dar a César o que é de César. O melhor ainda é que a massa “orgânica” da sociedade evolua por si só dentro de limites que não comprometam o equilíbrio geral. Não é proibido ir de um degrau inferior da hierarquia para o degrau baixo imediatamente superior”. (Braudel, 1998, p.440-441)

É certo que Braudel admitiu ser possível “sair do inferno”, mas nunca só e não sem aceitar uma estreita dependência “de homem para homem”, da necessidade de caminhar rumo às “margens da organização social”, ou pela invenção de alguma “contra-sociedade”, uma nova organização com suas próprias leis (idem, 457).

O sociólogo Giovanni Arrighi nos apresentou uma explicação plausível não sobre os por quês das desigualdades intrínsecas no interior das sociedades evoluídas, mas sobre uma “aparente “lei de ferro” de uma hierarquia global de riqueza que permanece no lugar, não importa o que façam ou deixem de fazer os governos situados nos degraus mais baixos da hierarquia” (1997a, p.280).

A partir de uma análise empírica que cobriu um período de quase maio século (1938-1983), observou alguns padrões de desenvolvimento da economia mundial como um todo e de cada uma de suas zonas (núcleo-orgânico/semiperiferia/periferia)<sup>ix</sup>. A visão mais geral é de uma inequívoca ampliação da diferença de renda entre ricos e pobres, mais especificamente

“de uma grande ampliação da diferença já grande de renda que, há cinquenta anos, separava os povos do Sul dos povos do núcleo orgânico da economia capitalista mundial. Certamente, a diferença se ampliou de modo muito desigual no tempo e no espaço (...). Contudo, a tendência geral de longo prazo é inequívoca: a grande maioria da população mundial se distancia cada vez mais dos padrões de riqueza do Ocidente. (...) a piora foi menor para a América Latina (independente de incluirmos ou excluirmos o Brasil) e maior para o sul da Ásia, seguida de perto pela região central e sul da África”. (Arrighi, 1997a, p.266)

Reconheceu assim que os padrões de riqueza desfrutados pelo Ocidente não podem ser generalizados. E por que não? Por se basearem em “processos relacionais de exploração e exclusão” que pressupõem a reprodução contínua da pobreza da maioria da população mundial. (idem, p.217 e 282).

“Os processos de exclusão são tão importantes quanto os processos de exploração. (...) esses últimos se referem ao fato de a pobreza absoluta ou relativa dos Estados periféricos ou semiperiféricos induz continuamente seus dirigentes e cidadãos a participar da divisão mundial do trabalho por recompensas marginais que deixam o grosso dos benefícios para os dirigentes e cidadãos dos Estados do núcleo orgânico. Os processos de exclusão, por sua vez, se referem ao fato de que a riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico fornece aos seus dirigentes e cidadãos os meios necessários para excluir os dirigentes e cidadãos dos Estados periféricos ou semiperiféricos do uso e gozo de recursos que são escassos ou estão sujeitos a acumulação anormal. Os dois processos são distintos, mas complementares. Os processos de exploração fornecem aos Estados do núcleo orgânicos e a seus agentes meios para iniciar e sustentar processos de exclusão. Os processos de exclusão geram a pobreza necessária para induzir os dirigentes e cidadãos dos Estados periféricos e semiperiféricos a buscar continuamente a re-entrada na divisão mundial do trabalho em condições favoráveis aos Estados do núcleo orgânico” (Arrighi, 1997a, p.217-218)

Admitiu que tais processos operam de modo desigual no tempo e no espaço, podendo operar ineficientemente em períodos de “crise sistêmica”, o que dá a impressão de que muitos Estados estão realmente “se desenvolvendo”, “transpondo o golfo intransponível que separa sua pobreza ou sua riqueza modesta, da riqueza oligárquica ocidental” (idem, p.283).

Esta impressão é falsa se se considera o “desenvolvimento” assim entendido para um conjunto de Estados, em outros termos, o desenvolvimento nesse sentido é pura ilusão. No entanto, Arrighi também observou em sua análise a presença de alguns poucos casos de “milagres” (e também de alguns desastres), a exemplo do “milagre” brasileiro entre fins dos anos 1960 e início dos anos 1970.

A respeito do caso brasileiro considerou que

“a característica mais notável da trajetória brasileira (...) é sua horizontalidade absoluta e quase ininterrupta. De 1938 a 1970, o PNB per capita do Brasil permaneceu estacionado em cerca de 12% do PNB per capita do núcleo orgânico. Entre 1970 e 1980, subiu até 17,5%, mas por volta de 1988 havia voltado aos seus 12% habituais. Foi

esse salto para cima temporário que, no final dos anos 70, levou muitos a anunciar que um novo milagre econômico estava em formação e que o Brasil estava a caminho da equiparação com os padrões de riqueza do núcleo orgânico. No entanto, o salto para cima não passou de um espasmo numa trajetória absolutamente plana”. (Arrighi, 1997a, p.266)

Apesar do Estado brasileiro não ter se tornado sequer um membro temporário do núcleo orgânico (considerando a temporalidade estudada), não foi um Estado pobre ao longo deste meio século. Permaneceu na mesma posição semiperiférica, portanto, um autêntico membro “orgânico” da semiperiferia.

Importa observar que a maior parte desse período corresponde justamente à ascensão da “hegemonia mundial”<sup>x</sup> dos Estados Unidos e a fase de “expansão material” da economia mundial. Tal como teorizado por Arrighi, nos momentos de expansão hegemônica o controle governamental por parte do Estado hegemônico é em muito exercido pelo consentimento, pois os grupos subordinados acreditam que o caminho tomado pelo grupo dominante atende não apenas aos interesses deste grupo, mas também aos seus interesses, a um “interesse geral”<sup>xi</sup>. Já as etapas de expansão material são mais propícias à prosperidade mais ampla, aos avanços da indústria, do transporte e do comércio, a expansão dos empregos, das rendas e das riquezas.

Recordemos que sua análise empírica evidenciou que

“a regra, para Estados e regiões de média e baixa renda, não tem sido atingir os padrões de riqueza estabelecidos pelo Ocidente (como foi o caso do Japão e da Itália), nem tampouco manter sua distância abaixo desses padrões (como foi o caso do Brasil e da Espanha). Ao contrário, a regra tem sido (i) a ampliação das diferenças entre regiões e Estados ricos e pobres e (ii) a manutenção da situação de riqueza nas regiões e Estados ricos e da situação de pobreza nos Estados e regiões pobres, sem praticamente nenhuma alteração entre os dois grupos”. (Arrighi, 1997a, p.275-276)

Curioso notar que se assim foi nos momentos de prosperidade econômica e de certo consentimento entre as nações quanto ao caminho a ser seguido, o que dizer da atual conjuntura de transição hegemônica e “expansão financeira”? Tal como teorizado por Arrighi, no curso das etapas de expansão financeira há concentração de capital em escala mundial, no duplo sentido dele direcionar-se para um centro comum e ganhar força, densidade e intensidade. Apenas uma pequena parcela elitizada de suas populações nacionais pode dividir os lucros da bolsa, dos bancos mercantis e das corretoras de valores. As finanças não podem alimentar uma grande classe média, e muito menos as camadas sociais mais baixas. (Arrighi, 1997b)

As crises hegemônicas se caracterizam por três processos distintos, estritamente relacionados: a intensificação da concorrência interestatal e interempresarial; a escalada

dos conflitos sociais devido ao surgimento de novas “camadas, classes ou grupos sociais”; e o surgimento de novas configurações de poder, e novos sistemas de empresas nas margens de ação do Estado hegemônico em declínio. Apesar da forma e da relação entre estes processos serem distintas nos diferentes períodos de crise hegemônica, todos os processos se associaram ao fenômeno da expansão financeira, e o conseqüente aumento da concentração da renda. A intensificação dessas crises tem provocado “rupturas hegemônicas”, isto é, momentos em que há uma escalada da luta pelo poder entre as nações e no interior destas, cujos principais desdobramentos são: a desintegração da organização sistêmica e do bloco social hegemônico existente; a escalada dos conflitos sociais; e a centralização da capacidade militar e financeira no Estado hegemônico em ascensão<sup>xii</sup>, bem como a consolidação do novo sistema dominante de empresas comerciais. (Arrighi & Silver, 2001).

Uma das grandes questões que norteiam o presente e o futuro próximo é saber como a intensificação da concorrência entre os Estados e entre as empresas capitalistas, durante a atual transição hegemônica, vem solapando as condições necessárias para a reprodução dos pactos sociais? As “classes sociais” e os “novos grupos” excluídos dos benefícios do pacto social hegemônico estabelecido com o tempo crescem em tamanho e em poder de ruptura. As lutas dessas classes e grupos para ampliar seus direitos foram tanto causa quanto conseqüências da escalada das competições interestatal e interempresarial durante os períodos de transição hegemônica. De um lado há crescente inquietação social vinda das “camadas inferiores”, e por outro existe um conflito crescente entre as elites como reação à intensificação da rivalidade entre os Estados e as empresas. E há ainda os esforços das “camadas médias” em defender seus privilégios nos termos do pacto social hegemônico, dada a presença da polarização da riqueza associada à expansão financeira. (idem)

O resultado de todos esses processos são longos períodos de turbulência social, que já chegaram a estender-se por mais de meio século. Tais períodos foram decisivos não só na destruição das então debilitadas bases sociais das ordens hegemônicas em colapso, como também na configuração da natureza das novas ordens hegemônicas estabelecidas. O argumento desenvolvido por Arrighi e o Grupo de Pesquisa em Hegemonias Comparadas é que o desgaste do pacto social atual de um lado – explicitado pela polarização crescente da riqueza e a conseqüente expulsão de parte das “camadas médias” que haviam se incorporado ao bloco hegemônico norte-americano, pela perda de poder e privilégios por parte da classe trabalhadora engajada na produção

em massa situada na região do núcleo – e o surgimento e fortalecimento das novas classes e grupos (particularmente as mulheres e os trabalhadores de cor) por outro, impõem novos desafios para uma possível nova hegemonia mundial. (ibidem)

Em “Adam Smith em Pequim”, Arrighi propôs a tese de que estamos em meio a uma crise terminal da hegemonia norte-americana, precipitada pela tentativa fracassada dos Estados Unidos em reverter à atual transferência de poder para o Sul global, e que

“a ordem ou a desordem mundial que acabará por se produzir depende em boa parte da capacidade dos Estados mais populosos do Sul, em primeiro lugar a China e a Índia [acrescentemos o Brasil] de abrir para si e para o mundo um caminho de desenvolvimento mais igualitário em termos sociais e mais sustentável em termos ecológicos do que o caminho que enriqueceu o Ocidente” (2008, p.25).

### **Pobrezas no Brasil na transição hegemônica atual**

A crise sinalizadora da hegemonia mundial norte-americana e de seu regime de acumulação foi assinalada entre fins dos anos 1960 e o início dos anos 1970. O desenvolvimento do desgaste da ordem monetária mundial se deu paralelamente a da hegemonia mundial norte-americana nas esferas militar e ideológica. Já em 1973 a deterioração rápida da crise nestas três frentes fez o governo norte-americano recuar em todas elas. As estratégias então adotadas ao longo do restante dos anos 1970 passaram a se caracterizar por um desprezo básico de suas funções de governo mundial. O resultado foi uma desestabilização ainda maior do que havia restado da ordem mundial construída no pós-guerra, e um profundo declínio do poder e prestígio estadunidense em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. (Arrighi, 1997b)

Os anos 1970 registraram uma súbita inversão das relações de poder no sistema mundial, em prol dos países do Terceiro e Segundo Mundos e contra os do Primeiro Mundo.<sup>xiii</sup> Os recursos naturais assim como a reserva de mão-de-obra abundante e barata daqueles Mundos obtiveram grande demanda, e o fluxo de capital do Primeiro para o Segundo e Terceiro Mundos (entre eles o Brasil), apresentou forte expansão. Também contribuiu para esta inversão repentina à rápida industrialização dos países do Terceiro Mundo, (com destaque para a industrialização brasileira) que então passara a solapar a anterior concentração de atividades fabris no Primeiro e Segundo Mundos.

Ao se sentirem mais livres para acumular seus recursos naturais e humanos, e também mobilizá-los na busca de poder interno, regional ou mundial, as nações do

Terceiro Mundo incitaram uma forte competição entre as nações do Primeiro Mundo pela garantia do abastecimento de tais recursos. A escalada igualmente repentina da competição intercapitalista, reduzindo os lucros reais do capital a baixos níveis, contribuiu para tornar esta inversão ainda mais profunda. Assim, a conjuntura econômica de boa parte dos anos 1970 pareceu favorecer a muitos países que passaram a constituir o Terceiro Mundo. Para a burguesia do Ocidente em geral, e a dos Estados Unidos em particular, o resultado fora uma experiência muito deprimente.

Financeiramente, a arrancada da atual fase de expansão financeira da economia mundial capitalista centrada nos Estados Unidos começou em 1968, quando os fundos mantidos líquidos no mercado de eurodólares, centrados em Londres, experimentaram súbito e explosivo aumento. Mais tarde se tornaria impraticável sustentar a preservação do modo de emitir e regular o dinheiro mundial que então fora estabelecido em Bretton Woods. Entre a permanência da política monetária frouxa, e o conseqüente confronto com a comunidade financeira cosmopolita que controlava o mercado de eurodivisas, e a adesão mais rigorosa aos princípios e à prática da moeda forte, o governo norte-americano optou por forjar uma nova “aliança memorável” entre o poder do Estado e o capital, abandonando a frouxidão das políticas monetárias norte-americanas que haviam caracterizado toda a era da Guerra Fria. A contra-revolução monetarista da era Reagan transformaria à crise dos anos 1970 em uma nova *belle époque* do capitalismo norte-americano e mundial.

O “momento maravilhoso” para a burguesia do Ocidente se assentava num deslocamento da crise de um conjunto de relações para outro. Os governos do Terceiro Mundo foram os mais gravemente afetados pelos impactos do novo regime monetário. Chegara o momento em que os banqueiros do Primeiro Mundo deixaram de implorar aos países do Terceiro Mundo que tomassem emprestado seu capital hiperabundante. Agora eram os países do Terceiro e Segundo Mundos (entre eles o Brasil) que competiam pelo escasso capital circulante, que imploravam aos governos e banqueiros do Primeiro que lhes concedessem o crédito necessário para se manterem à tona num mercado mundial cada vez mais integrado, competitivo e encolhido<sup>xiv</sup>.

Os países que se apressaram em se vincular aos circuitos globais do capital nos anos 1970, assumindo pesados compromissos financeiros, logo se viram em situações de desespero, a começar pela Polônia em 1980, México em 1982, e também o Brasil em 1986, além de tantas outras nações<sup>xv</sup>. As mudanças nas taxas de câmbio entre o dólar norte-americano, outras moedas de peso e as próprias moedas nacionais do Terceiro

Mundo, foram o mais importante fator isolado a determinar a posição destes países na hierarquia do valor adicionado da economia mundial capitalista.

“Os efeitos devastadores das políticas monetárias restritivas norte-americanas, das altas taxas de juros e da desregulamentação logo colocaram os países do Terceiro Mundo de joelhos, [entre eles o Brasil]. O endurecimento das políticas monetárias norte-americanas reduziu drasticamente a demanda de suprimentos oriundos do Terceiro Mundo. Como resultado, entre 1980 e 1988, os preços reais das exportações de produtos do Sul declinaram uns 40% (...). Os pagamentos latino-americanos de juros da dívida, por exemplo, subiram de menos de 1/3 de suas exportações, em 1977, para quase 2/3 em 1982. O estado generalizado de falência *de facto*, daí decorrente, selou a inversão da sorte dos países do Terceiro Mundo nos mercados financeiros mundiais”. (Arrighi, 1997b, p.334-335)

O Terceiro Mundo em geral sofreu com o severo arrocho em seus orçamentos estatais a ponto de dismantelar antigos instrumentos de luta contra o desemprego, abandonar projetos de desenvolvimento em favor de ajustes estruturais e dos programas de austeridade impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com o propósito de torná-los solventes nos mercados financeiros mundiais. O resultado foi um mal-estar social, a ampliação da pobreza, a polarização crescente da riqueza dentro e entre as nações, enquanto também se aprofundava o fosso Norte-Sul<sup>xvi</sup>, e as subseqüentes crises de legitimação das elites mundiais.

“Na década de 1980 e início da de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entreguerras que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a renda limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado”. (Hobsbawn, 2001, p.19-20)

Quanto à trajetória mais geral da proporção de pobres no Brasil – dado pelo indicador usual de insuficiência de renda – o quadro é de: “forte queda” na década de 1970 (Rocha, 2010, p.81); uma extremada oscilação durante os anos 1980 – “elevou-se ao nível de 1960 com a recessão do início dos anos 80; baixou ao nível do início da década com o “boom” de 1986; e aumentou para pouco menos de 40% em 1988, com a deterioração econômica” (Soares, 2001, p.193); uma progressiva queda durante a primeira metade dos 1990; certa estabilização na segunda metade desta década; para então seguir numa expressiva redução da pobreza extrema (Presidência da República, 2010, p.22-23).

A socióloga Anete Brito Leal Ivo (2006) nos recorda que é nesse novo contexto de mal-estar que a questão da pobreza é re-introduzida na agenda de instituições multilaterais e dos governos nacionais e subnacionais. É o momento em que os

discursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a pobreza aparecem com mais ênfase, e são propostas e aplicadas às chamadas políticas de “focalização”, operacionalizada a partir da utilização de indicadores sociais diversos, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No caso do Brasil, Anita Sprandel em seu estudo sobre “a pobreza no paraíso tropical” propôs a tese<sup>xvii</sup> de que “embora se possa aventar a hipótese de que “a pobreza” exista em nosso país há mais de 500 anos, o “problema da pobreza” ou a pobreza como problema, é uma preocupação bem mais recente” (2004, p.11). Nos recorda que é nos anos 1980 que a pobreza passou a ser um tema central de reflexões e de ação política, sobretudo com a promulgação da Constituição de 1988, que garante em seu Art. 3 que um dos objetivos fundamentais da República Federativa é “erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Mas só fora realmente tratada como “problema” durante os anos 1990, no contexto da mobilização em torno da Campanha da Fome (Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida) e da realização do “ciclo social” de conferências da ONU. Para Sônia Rocha (2010), a temática ganha clara primazia depois da estabilização econômica em meados da década de 1990.

Anete Brito argumenta que a centralidade da agenda social em favor da erradicação da pobreza não significa uma percepção unificada da(s) política(s) social(is), e que esse aparente “consenso nacional” encobre “um profundo dissenso, resultante do processo de reconversão do tratamento da questão social em curso (...) de como redefinir os laços sociais e da forma como diferentes atores sociais entendem e diagnosticam a questão social, da desigualdade e da pobreza” (2006, p.61-62).

“Se os sentidos dados à luta pela pobreza não se expressam em resultados práticos na redução da pobreza, melhoria de vida e inclusão social, então, eles não passam de “retórica confusa” que alimenta o consentimento ampliado dos diversos atores sociais ao processo de reforma e desregulação dos direitos sociais. Se a ética dos atores no compromisso com a pobreza não consegue instituir-se na produção de direitos efetivos e segurança aos indivíduos, ela se constitui, apenas, em mecanismo ideológico de hegemonia e consolidação do projeto liberal do Estado mínimo”. (Ivo Anete, 2006, p.82-83)

O avanço neoliberal no Brasil tomou a ofensiva no governo Fernando Collor de Melo, mas foi barrado pela sociedade por meio de suas organizações mais potentes. Durante a primeira parte do governo Itamar, “a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas (...) precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride” (Oliveira, 1995, p.26). E

progrediu durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e para perplexidade e frustração de uns (e o alívio de outros) prosseguiu a política econômica neoliberal nos governos Lula (2003-2010) e no atual governo Dilma (2011-?).

É fato que durante a crise terminal da hegemonia norte-americana, o projeto do Estado mínimo perdeu força no Brasil. A questão da fome, dimensão primeira da pobreza, foi colocada na agenda central do governo Lula, que inclusive criou um Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)<sup>xviii</sup> para tratar da questão. Como vimos no discurso do governo atual, Dilma se compromete contribuir na erradicação da miséria, bem como procurar suplantando os ganhos do governo Lula, que considera uma “herança bendita” pelo fato de ter reduzido significativamente a pobreza.

## **Considerações**

Pelo que vimos acompanhando dos discursos oficiais e intelectuais sobre a pobreza e a miséria no Brasil e no mundo dito em desenvolvimento, consideremos aqui apenas algumas poucas observações quanto aos conceitos de pobreza utilizados, as trajetórias apresentadas, causas atribuídas a estes males e as projeções elaboradas.

Quanto aos conceitos de pobreza e indigência adotados pelas ordens discursivas oficiais, tanto a da ONU como a do atual governo brasileiro, é evidente que sua face monetária é o que mais se destaca, ainda que o governo Dilma venha esforçando-se pela adoção de conceitos mais amplos. Vimos pelos discursos intelectuais de estudiosos na matéria, que o estudo da pobreza deve partir de indicadores variados e levar em considerações suas múltiplas dimensões, possibilitando melhor análise das trajetórias e dos esforços a serem realizados na erradicação das pobreza. E que deve também procurar relativizar o indivíduo ou grupo de indivíduos tanto na sociedade a qual pertencem como na sociedade global.

Sobre as dimensões das pobreza no Brasil relativamente às trajetórias do mundo não desenvolvido, chama à atenção o fato do país aparecer bem avaliado pela ONU no cumprimento do primeiro dos ODM, não só em comparação a maior parte do conjunto dos países latino-americanos, como de tantos outros considerados. É também notório o fato da China aparecer ao mesmo tempo como o caso exemplar no processo de redução da pobreza extrema, provavelmente o de maior destaque na trajetória dos últimos trinta

anos, e o que se apresenta nos estudos dos sistemas-mundo como o centro de expansão econômica e comercial mais dinâmico no mundo, nesta mesma temporalidade. São grandes as esperanças depositadas nestas nações!

Cabe considerar que as explicações trazidas pelas análises apresentadas não puderam corroborar as trajetórias dos dados oficiais apresentados tanto nos *Informes* das Nações Unidas quanto nos documentos oficiais divulgados pela Presidência da República do governo brasileiro. Enquanto a análise empírica elaborada por Arrighi procurou observar padrões de desenvolvimento da economia mundial como um todo e de cada uma de suas três zonas, e isso para um período anterior aos anos noventa, os dados oficiais sobre pobreza em grande parte do mundo e no Brasil não nos dizem nada sobre suas trajetórias anteriores a esta data. Além do mais, a análise empírica deste sociólogo, como ele mesmo admite, nada nos diz sobre o bem-estar dos habitantes de determinada nação. No entanto, é bastante relevante perceber que o resultado da tendência geral de longo prazo apresentado (entre fins dos anos 1930 e início dos anos 1980), de distanciamento dos padrões de riqueza do Ocidente desenvolvido pelas demais zonas semiperiféricas e periféricas, coincide com o mapa da extrema pobreza mundial do início dos anos noventa apresentado no *Informe* 2010 dos ODM.

De todo modo, consideramos relevantes as explicações dadas sobre as reproduções das pobreza, tanto no Brasil como em outras espacialidades. Os estudos sobre a temática normalmente tomam apenas o espaço do nacional nas explicações sobre os por quês dos dramas sociais vividos. Processos relacionais de exploração e exclusão para além das fronteiras do Estado nacional pouco são considerados, tanto fora do campo marxista como nos discursos oficiais. A análise do ciclo hegemônico elaborada pelo Grupo de Pesquisa em Hegemonias Comparadas nos aparece como um bom antídoto aos estudos focados nas dimensões espaciais e temporais de curto fôlego. Já quanto a considerar o peso da evolução múltipla do conjunto, a tarefa nos aparece como um desafio ainda maior. Quais discursos atualmente abordam a força da ordem estabelecida na explicação dos por quês das pobreza? Não é esta tanto a proposta de Fernand Braudel como de Milton Santos?

Do esforço desta breve exposição teórica, podemos apenas levantar a hipótese de que a dinâmica atual do sistema mundial, em sua fase de financeirização do capital, vem a décadas afetando o grau de autonomia das políticas econômicas, e consequentemente das políticas sociais, de Estados nacionais os mais diversos, entre eles, do Estado brasileiro. O peso de sua dívida pública talvez nos seja a maior marca deste legado. Não

será no contexto de disputas dos Estados nacionais pelos capitais circulantes que melhor compreendemos os comportamentos do endividamento público de certas nações, e de possíveis constrangimentos em suas políticas econômicas e sociais, das dificuldades no “combate” às pobrezaas? Importa saber em que medida a conjuntura atual do sistema mundial condicionou a política pública, em particular à política econômica, do Estado brasileiro, e, por outro, como os conflitos internos entre os principais agentes nas disputas por determinados usos dos fundos públicos condicionam as políticas sociais nos “combates” às múltiplas pobrezaas ainda não superadas.

As ordens discursivas oficiais sobre a pobreza e a miséria parecem estar limitadas num conjunto restrito de enunciados, tais como: o que se entende por pobreza; os dados que se nos apresentam quanto ao número de pessoas que viveram e vivem em situações de pobreza; a intensidade da pobreza, a diferenciação entre pobreza e pobreza extrema, bem como a distância que os separam, o hiato de pobreza; a distribuição espacial dos pobres no interior dos países, no meio rural e urbano, nas metrópoles e cidades médias e pequenas; suas divisões etárias e étnicas; dinâmicas demográficas; breves explicações quanto às causas e evoluções das pobrezaas (ciclo da pobreza); a identificação dos principais atores envolvidos com a questão; o papel do Estado e das políticas sociais no seu combate; tamanho e destinos do gasto social; e as alternativas propostas para o seu alívio e sua erradicação. Outros enunciados estão ausentes destes discursos, sobretudo daqueles que dizem respeito às explicações dos por quês das pobrezaas e misérias, tais como: as relações de exploração e exclusão; o enraizamento do capitalismo na vida social; a conformação das lutas de classes; as relações travadas com a nação hegemônica; o tamanho da dívida pública; reforma agrária, etc. Não que as mesmas estejam completamente fora das discussões oficiais atuais, mas que não aparecem associadas diretamente à temática da pobreza. Uma hipótese é a de que à maioria dos membros de nossa sociedade padeçam de alienação diante de procedimentos deliberados por suas autoridades no controle e delimitação de seus discursos, tais como os “grandes procedimentos de sujeição dos discursos” formulados pelo sociólogo Michel Foucault em sua aula inaugural no Collège de France, em 1970.

A contar pelo discurso oficial atual do governo brasileiro, o país vive um clima de expectativa, confiança e otimismo em relação à redução da pobreza e à erradicação da miséria num futuro bem próximo. Não obstante ao discurso bastante progressista e às práticas que o governo atual vem promovendo no campo social, às trajetórias das pobrezaas apontadas pela ordem discursiva oficial atual são tanto mais negativas quanto

mais ampliamos nossos conceitos de pobreza e indigência para além de sua caracterização estritamente monetária, isto é, quando os dados são outros que não apenas a renda, mas vinculados aos direitos de acesso a um amplo conjunto de necessidades básicas, e atrelados ao desenvolvimento de nossas capacidades e potencialidades. Há ainda um longo caminho a ser percorrido até que erradiquemos as misérias e pobrezas no Brasil, muito além do que os discursos oficiais de muitos de seus líderes, atuais ou passados, supõem. O tamanho do desafio é tanto mais preciso quanto mais conhecemos os papéis dos Estados nas economias e sociedades, quanto mais explicitamos os conflitos internos pela alocação de seus fundos públicos, quanto mais detalhamos a conformação dos sistemas de proteção social, e quando mais dimensionamos nossos caminhos à luz da História conjuntural e estrutural mundial.

## Referências

- ARRIGHI, Giovanni.** A ilusão do desenvolvimento. Petrópolis : Vozes, 1997a.
- \_\_\_\_\_. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro : Contraponto, 1997b.
- \_\_\_\_\_. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo : Boitempo, 2008.
- ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly J.** (Orgs). Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial. Rio de Janeiro : Contraponto ; Editora da UFRJ, 2001.
- BOFF, Leonardo.** Libertação integral: do pobre e da terra. In: BOFF, Leonardo; REGIDOR, José Ramos & BOFF, Clodovis. A teologia da libertação: balanços e perspectivas. São Paulo : Ática, 1996.
- \_\_\_\_\_. Ethos Mundial: um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro : Sextante, 2003.
- BRASIL.** Discurso da Presidenta da República Dilma Rousseff no lançamento do Plano Brasil sem Miséria. Brasília : MDS, 02/06/2011.
- \_\_\_\_\_. Discurso da Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Tereza Campello no lançamento do Plano Brasil sem Miséria. Brasília : MDS, 02/06/2011.
- BRAUDEL, Fernand.** Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII: os jogos das trocas. São Paulo : Martins Fontes, 1998.
- CEPAL.** Panorama social da América Latina. novembro/2007 e novembro/2009.
- CHASE-DUNN, Christopher.** World-Systems Theorizing. In: TURNER, Jonathan. Handbook of Sociological Theory. New York : Plenum, 2001.
- FILGUEIRA, Fernando.** *El desarrollo maniatado en América Latina: Estados superficiales y desigualdades profundas.* Buenos Aires : CLACSO, 2009.
- FOCAULT, Michael.** A ordem do discurso. 19º ed. São Paulo : Loyola, 2009.
- HOBSBAWN, Eric.** A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo : Companhia das Letras, 2001.
- IPEA.** Comunicado da Presidência do Brasil: Pobreza, desigualdade e políticas públicas, nº 38. 12/01/2010.

- \_\_\_\_\_. Comunicado da Presidência do Brasil: Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil, nº 58. 13/07/2010.
- IVO, Anete Brito Leal.** A reconversão da questão social e a retórica da pobreza nos anos 1990. In: DEAN, H., CIMADAMORE, A. & SIQUEIRA, J. A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. *Buenos Aires* : CLACSO, 2006.
- LEGUIZAMÓN, S.A.** *Una presentación desde América Latina.* In: SPICKER, P., LEGUIZAMÓN, S.A. & GORDON, D. (org.). *Pobreza; un Glosario Internacional.* Buenos Aires : CLACSO, 2009.
- NACIONES UNIDAS.** *Informes de los Objetivos de Desarrollo del Milenio.* Nueva York, 2008, 2009 y 2010.
- \_\_\_\_\_. *Objetivos de Desarrollo del Milenio: el progreso de América Latina y el Caribe hacia los ODM: desafíos para lograrlos con igualdad, 2010.*
- OYEN, Else.** *Presentando el Glosario.* In: SPICKER, P., LEGUIZAMÓN, S.A. & GORDON, D. (org.). *Pobreza; un Glosario Internacional.* Buenos Aires : CLACSO, 2009.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA.** *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: relatório nacional de acompanhamento.* Brasília : IPEA, 2010.
- ROCHA, Sônia.** *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 3.ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2010.
- ROUSSEFF, Dilma.** *Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira.* Brasília, 2011.
- SALAMA, Pierre & DESTREMAU, Blandine.** *O tamanho da pobreza : economia política da distribuição de renda.* Rio de Janeiro : Garamond Universitária, 1999.
- SANTOS, Milton.** *Pobreza urbana.* 3º ed. São Paulo : Edusp, 2009 [1978].
- SEN, Amartya.** *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo : Comp. de Bolso, 2010.
- SOARES, Laura Tavares.** *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina.* Petrópolis : Vozes, 2001.
- SPICKER, P.** *Definiciones de pobreza: doce grupos de significados.* In: SPICKER, P., LEGUIZAMÓN, S.A. & GORDON, D. (org.). *Pobreza; un Glosario Internacional.* Buenos Aires : CLACSO, 2009.
- SPRANDEL, Marcia Anita.** *Pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil.* Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2004.

## Sites consultados

- <http://www.eclac.org>  
<http://www.ipea.gov.br>  
<http://www.mdgs.un.org>  
<http://www.un.org>  
<http://www.undp.org>  
<http://www.brasilsemisericia.gov.br/noticia/leia-a-integra-do-discurso-da-presidenta-dilma/>  
<http://www.brasilsemisericia.gov.br/noticia/discurso-da-ministra-do-desenvolvimento-social-e-combate-a-fome-no-lancamento-do-plano-brasil-sem-miseria/>

## Notas

---

<sup>i</sup> Até o presente foram publicados diversos informes sobre as seguintes regiões para os anos entre 2003 e 2010: África, Estados Árabes, Ásia e Pacífico, América Latina e Caribe, Europa Central e Comunidade dos Estados Independentes e Europa. Consultar: <http://www.eclac.org>.

<sup>ii</sup> “*Los ocho objetivos de desarrollo del Milenio han sido adoptados por la comunidad internacional como un marco para las actividades de desarrollo de más de 190 países en diez regiones; éstos han sido desglosados en 20 metas y más de 60 indicadores*” (Informe 2009 de los ODM, p.04). “*Los objetivos de desarrollo del milenio (ODM) se han constituido en la agenda social de la globalización. (...) Para muchos, estas metas son modesta*”. (Filgueira, 2009, p.21)

<sup>iii</sup> A lista oficial dos indicadores dos ODM apresenta os objetivos e as metas extraídos da Declaração do Milênio, bem como os indicadores para a consecução dos progressos. Das 20 metas propostas, três são as que se relacionam mais diretamente com o objetivo geral ou primeiro: reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a porcentagem de pessoas que vivem com renda inferior a \$1,25 dólares por dia; alcançar o emprego pleno e produtivo, e o trabalho decente para todos, incluindo mulheres e jovens; e reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a porcentagem de pessoas que padecem da fome.

<sup>iv</sup> São nestas regiões onde se afirma que a pobreza extrema atinge a mais pessoas. Para ver a lista completa dos países que compõe as ditas regiões em desenvolvimento, bem como os países em cada região e sub-região, acessar [www.mdgs.un.org](http://www.mdgs.un.org).

<sup>v</sup> “O fraco desempenho na redução da pobreza e indigência em 2008 não impediu que o balanço tenha sido positivo na avaliação em relação a 2002, assim como a respeito das duas décadas passadas. Não só as atuais taxas de pobreza e indigência estão muito abaixo das de 1990, mas o número de pessoas pobres se situa cerca de 20 milhões de pessoas abaixo do registrado nesse ano. Na comparação com 1980, também se verifica uma redução apreciável da incidência da pobreza e, particularmente, da indigência, ainda que insuficiente para neutralizar completamente o elevado crescimento populacional do período”. (CEPAL, 2009, p.06 e 10)

<sup>vi</sup> “A opção pelos pobres contra a sua pobreza e em favor de sua libertação constitui e continua a constituir o núcleo axial da Teologia da Libertação. Optar pelos pobres implica uma prática: significa assumir o lugar do pobre, sua causa, sua luta e, no limite, seu destino muitas vezes trágico” (Boff, 1996, p.120). “Liberta[r] o pobre supõe: a denúncia de uma totalidade social, de um sistema fechado que exclui e produz o pobre; um opressor que produz o pobre e o excluído; o pobre injustamente feito pobre, por isso, empobrecido; levar em conta os mecanismos que reproduzem o empobrecimento; o dever de desmontar tais mecanismos; a urgência de construir um caminho de saída do sistema excludente; por fim, a obrigatoriedade de realizar o novo sistema no qual tendencialmente todos possam caber na participação, na justiça e na solidariedade”. (Boff, 2003, p.67)

<sup>vii</sup> Consultar “*Definiciones de pobreza: doce grupos de significados*”, CLACSO, 2009.

<sup>viii</sup> “... a noção de “linha de pobreza”, avaliada dessa forma por órgãos internacionais interessados em informações quantitativas, e por planejadores preocupados em oferecer soluções contábeis, não constitui um parâmetro válido e não permite comparações. Conforme salientou J. K. Galbraith, a noção de “linha de pobreza” nem ao menos conduz a uma medida precisa, sendo o defeito mais grave o seu caráter estático: “Numa economia de crescimento existe uma necessidade óbvia de definir o limiar da pobreza ou de dar uma definição de pobreza que seja ao mesmo tempo relativa e dinâmica”. (...) A noção de pobreza, ligada desde o início à noção de escassez, não pode ser estática nem válida em toda a parte”. (Santos, 2009 [1978], p.17-18)

<sup>ix</sup> “... a análise dos sistemas-mundiais afirma que [a] hierarquia de riqueza consiste de três camadas ou agrupamentos distintos. Os Estados posicionados no agrupamento superior se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão mundial do trabalho e, nesse sentido, constituem o núcleo orgânico da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento inferior colhem os benefícios que, no máximo, cobrem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho e constituem a periferia da economia capitalista mundial. Os Estados posicionados no agrupamento intermediário (Estados semiperiféricos) se apropriam dos benefícios que excedem os custos a longo prazo da participação na divisão mundial do trabalho, mas menos do que é necessário para manter o padrão de riqueza estabelecido pelos Estados do núcleo orgânico. Essas três posições são definidas não apenas em termos quantitativos (isto é, como uma posição superior, inferior e intermediária na escala de riqueza), mas qualitativamente também (como capacidades relacionais de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho)”. (Arrighi, 1997a, p.215)

<sup>x</sup> “O conceito de “hegemonia mundial” (...) refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. (Arrighi, 1997b, p.27)

---

<sup>xi</sup> “A alegação do grupo dominante de representar o interesse geral é sempre mais ou menos fraudulenta. Não obstante, seguindo Gramsci, só falaremos de hegemonia quando essa alegação for pelo menos parcialmente verdadeira e trazer alguma contribuição para o poder do grupo dominante. Quando a alegação do grupo dominante de representar o interesse geral for totalmente fraudulenta estará criada uma situação, não de hegemonia, mas de fracasso da hegemonia”. (Arrighi, 1997b, p.28,29)

<sup>xii</sup> “A transição atual tem sido caracterizada não por uma  *fusão*  de uma ordem superior, mas por uma  *fissão*  do poder militar e financeiro. (...) A novidade geopolítica mais importante da atual crise hegemônica é uma bifurcação das capacidades militares e financeiras que não tem precedentes nas transições hegemônicas anteriores. Essa bifurcação reduz a probabilidade de eclosão de uma guerra entre as unidades mais poderosas do sistema. Mas não reduz as probabilidades de que a atual crise hegemônica degenerem em um período mais ou menos prolongado de caos sistêmico”. (Arrighi & Silver, 2001, p.48 e 285)

<sup>xiii</sup> “O Terceiro Mundo foi um produto conjunto da revolta contra o Ocidente e da ordem mundial da Guerra Fria. Enquanto o mundo historicamente não-ocidental passou a se agrupar quase inteiramente no Terceiro Mundo, o Ocidente histórico se dividiu em três componentes distintos. O mais próspero (América do Norte, Europa ocidental e Austrália), além do Japão, passou a constituir o Primeiro Mundo. Um dos menos prósperos (União Soviética e Europa oriental) passou a constituir o Segundo Mundo; e o outro (América Latina) uniu-se ao mundo não-ocidental para constituir o Terceiro Mundo. Com o fim da Guerra Fria e o desaparecimento do Segundo Mundo, as expressões Primeiro e Terceiro Mundos tornaram-se anacrônicas e foram substituídas pelas expressões Norte e Sul Globais, respectivamente”. (Arrighi, 2008, p.21)

<sup>xiv</sup> Para financiar a “segunda Guerra Fria” e a “compra” de votos nas eleições internas, os Estados Unidos entraram agressivamente na competição pelo capital circulante nos mercados monetários mundiais. Isso “esvaziou” rapidamente a oferta de recursos aos países do Terceiro e Segundo Mundos e provocou uma grande contração do poder aquisitivo mundial.

<sup>xv</sup> “Só uma generalização era bastante segura: desde 1970, quase todos os países dessa região haviam mergulhado profundamente em dívida. (...) Os países mais pesadamente endividados, relativamente, não surpreendentemente se encontravam na África (...) os países que tinham de suportar o custo mais pesado do serviço dessas imensas dívidas, quer dizer, onde elas equivaliam a um quarto ou mais das exportações do país, achavam-se ainda mais regularmente espalhados. Na verdade, entre as regiões do mundo, a África subsaariana estava um tanto abaixo dessa cifra, em melhores condições sob esse aspecto do que o sul da Ásia, a América Latina e o Caribe e o Oriente Médio. (...) Enquanto suas dívidas cresciam, os bens reais ou potenciais dos Estados pobres não o faziam. A economia mundial capitalista, que julga exclusivamente por lucro ou lucro potencial, decidiu claramente cancelar, uma grande parte do Terceiro Mundo nas Décadas de Crise”. (Hobsbawn, 2001, p.411-12)

<sup>xvi</sup> “Examinando a classificação dos países de acordo com o PIB  *per capita* , as décadas de 1980 e 1990 viram a vasta maioria do Sul (...) retroceder, estagnar ou crescer mais devagar que o Norte”. (Arrighi & Silver, 2001, p.221)

<sup>xvii</sup> Tal tese fora elaborada a partir da análise dos trabalhos da Comissão Mista de Combate à Pobreza que ocorreram entre agosto e dezembro do ano de 1999, conjuntamente com a leitura de alguns textos dos clássicos do pensamento social brasileiro e documentos da ONU.

<sup>xviii</sup> O MDS foi criado no ano de 2004 integrando o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), o Ministério da Assistência Social e a Secretaria Executiva do Programa Bolsa Família, ligada à Presidência da República.

# “ESCOLA DE CAMPINAS”: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA PARA SEU ESTUDO

Fábio Pádua dos Santos<sup>1</sup>  
Leonardo Dias Nunes<sup>2</sup>

## RESUMO

No presente artigo nosso esforço foi realizar uma contextualização histórica do surgimento da “Escola de Campinas”, que será as bases para o estudo da visão do mundo e do modo de pensamento desta Escola. Partimos da hipótese segunda a qual a reestruturação do moderno sistema mundial sob a hegemonia estadunidense conforma o quadro geral no qual se desenrolaram os processos de industrialização da economia e de modernização do Estado Nacional no Brasil, pelos quais se forjou um sistema educacional, no qual a “Escola de Campinas” veio a ser um de seus componentes. Assim pensando, dividimos o artigo em três partes. Na primeira parte do trabalho, *A Estrutura*, buscamos apresentar brevemente que a idéia de desenvolvimento é parte constituinte da hegemonia estadunidense no moderno sistema mundial e que foi difundida no Brasil, em grande medida, através de instituições promotoras da modernização capitalista no país. Na segunda parte, *A Conjuntura*, partindo de uma periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, delimitamos o período desenvolvimentista e fizemos um balanço das visões acerca da sociedade brasileira na crise do desenvolvimentismo. Por fim, na terceira parte, *O Acontecimento*, sugerimos que a “Escola de Campinas” surgiu como uma instituição que veio a constituir as modernas estruturas do saber no Brasil, que resultou da dialética das transformações entre os níveis estrutural e conjuntural no moderno sistema mundial no após 2ª Guerra Mundial. Com base nesta historicização, propomos uma maneira de iniciar o estudo das idéias formuladas na “Escola de Campinas”.

**Palavras-chave:** Capitalismo, História do pensamento econômico, “Escola de Campinas”

## ABSTRACT

In the present article our effort were to produce a historical contextualization of the rise of “Campinas School”, which will be the ground to the study of the world vision and mode of think of that School. We start from the hipotesys that the modern world-system restructuration under the US hegemony shapes the general frame in which developed both process, the economic industrialization and the national State modernization in Brazil, where was established the educational system in which the “Campinas School” became a component of this system. In this way, we divided the article in three parts. In the first one, *The Structure*, we intend to present briefly that the development idea is a constitutive part of US hegemony in the modern world-system, and was largely spread in Brazil through the institutions which promoted capitalist modernization in this country. In the second part, *The Conjuncture*, from a periodization of capitalist development in Brazil, we delimited the developmentalist period and did a balance of the visions about the Brazilian society in the developmentalist crises. In the third part, *The Event*, we suggest the “Campinas School” rise as an institution that become constituted the modern structures of knowledge in Brazil, which resulted of the dialectical transformation between the structural level and the conjectural level in the modern world-system in the post-2<sup>nd</sup> World War. Taking this historicizing into account we suggest a mean of start the study of ideas formulated at “Campinas School”

**Key-words:** Capitalism, History of economic thought, “Campinas School”

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia na área de História Econômica e bolsista do Centro Internacional Celso Furtado para o Desenvolvimento Econômico. Email: [fpadua@gmail.com](mailto:fpadua@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia na área de História Econômica. Email: [leonardodiasnunes@hotmail.com](mailto:leonardodiasnunes@hotmail.com)

## Introdução

Para o tratamento da problemática das condições históricas do surgimento da “Escola de Campinas”, não nos parece necessário ir além ou aquém do mundo moderno. As transformações **no** mundo moderno devem ser nosso ponto de partida. Compreender como as formas dominantes, no espaço e no tempo, de produzir, de dominar e de pensar se apresentaram, se articularam e se transformaram, são-nos necessárias para que, em momento mais oportuno, sejamos capazes de estabelecer as características inerentes à *visão do mundo*<sup>3</sup> e ao *modo de pensamento*<sup>4</sup> da “Escola de Campinas” no que tange aos seus aspectos econômicos, políticos e do conhecimento no contexto histórico-mundial no qual esta instituição foi fundada.

Desde logo, ao nível de generalidade do qual partimos, a questão sobre desenvolvimento não se constitui *em si* nosso ponto de referência. Tal questão, por um lado, geralmente é estudada a partir da reconstrução da evolução do pensamento brasileiro forjado dentro de certos agrupamentos de intelectuais, que possuíam posições político-ideológicas e buscavam influenciar o destino do modelo de desenvolvimento do Brasil. Por outro, geralmente é estudada a partir da construção de um quadro comparativo das posições que os agrupamentos tomavam em relação às principais controvérsias no processo de desenvolvimento<sup>5</sup>. Tomamos o debate sobre o desenvolvimento como um aspecto da realidade e como um momento em nossa reflexão. Nosso esforço consiste em partir de uma noção historicizada da própria idéia de desenvolvimento, de modo a extrair o significado que esta idéia adquiriu, a partir de meados do século XIX, no moderno sistema mundial. Ainda que seja possível apreender os aspectos históricos do pensamento, entendemos que o pensamento é um aspecto da História. As idéias são, pois, feições da realidade. A idéia de

---

<sup>3</sup> Por visão do mundo tomamos o conceito de Lucien Goldmann (1967, p. 20) “Uma visão do mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente, de uma classe social) e os opõem aos outros grupos” (GOLDMANN, 1967, p. 20)

<sup>4</sup> Por modo de pensamento estamos entendendo a maneira como os homens realmente pensam. Nestes termos, estamos partindo da problemática, entretanto não exclusivamente, tal como proposta por Karl Mannheim para quem o pensamento deve ser compreendido “... dentro da moldura concreta de uma situação histórico-social, de que o pensamento individualmente diferenciado emerge mui gradualmente. Assim não são os homens em geral que pensam, nem mesmo os indivíduos isolados, mas os homens dentro de certos grupos que elaboram um estilo peculiar de pensamento graças a uma série interminável de reações a certas situações típicas, características de suas posições comuns” (MANNHEIM, 1954, p. 3).

<sup>5</sup> Vide, por exemplo, BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000 [1988]. Mais recentemente, BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005**. Texto preparada para o Seminário “Brasil-Chile: una mirada hacia América Latina y sus perspectivas”. Santiago do Chile, Julho de 2005. Ou ainda, MALTA, Maria Mello de et. al. **A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão**. In: XV Encontro Nacional de Economia Política. São Luís do Maranhão, 2010.

progresso ou desenvolvimento, em especial, figura um aspecto da realidade moderna que, para ser bem compreendida não deve ser considerada “isoladamente”, senão concomitantemente com as transformações ao nível histórico-concreto da economia, da política e da cultura.

Partimos, portanto, da idéia segundo a qual no bojo da consolidação da economia-mundo capitalista, tornou-se dominante o modo utilitário e positivista de pensar.<sup>6</sup> Deste modo, entendemos que para compreendermos a “Escola de Campinas”, devemos recuar a este passado não tão longínquo e considerá-la como um *movimento de resistência* no processo de expansão daquela forma predominantemente européia de pensar, que acompanhou o próprio processo de expansão das formas de produção especificamente capitalistas em direção às zonas periféricas do moderno sistema mundial, a partir de fins do século XIX.

Se nosso ponto de partida não está equivocado, somos levados a considerar analiticamente, ao nível estrutural, três processos: (i) o avanço do industrialismo em direção as zonas periféricas *pari passu* (ii) a transição da hegemonia britânica para a hegemonia estadunidense e (iii) as transformações nas estruturas do saber que acompanharam ambos os movimentos, sobretudo, como se constituiu nas zonas periféricas as modernas estruturas do saber. E, ao nível conjuntural, a dinâmica sócio-política em torno da formação do Estado brasileiro entre a Revolução de 1930 e o Golpe Militar de 1964.

Uma vez que já sugerimos os processos mais gerais que fundamentam nossa análise, cabe ainda indicar a necessidade de termos clareza das continuidades e rupturas nestas três esferas da existência social (a economia, a política e o conhecimento) e do modo como estas se rearticulam com a ascensão e consolidação da hegemonia estadunidense no moderno sistema mundial no pós-2ª Guerra Mundial. Partimos, portanto, da hipótese segundo a qual a re-estruturação da economia-mundo capitalista – a partir da expansão dos investimentos estrangeiros (exportações de capitais), sob a tutela e os auspícios do Estado norte-americano,

---

<sup>6</sup> Admitindo que o utilitarismo e o positivismo conformaram, do ponto de vista do conhecimento, as bases do liberalismo clássico, podemos considerar que a forma dominante de pensamento compreendia que “[...] o mundo humano estava constituído de átomos individuais com certas paixões e necessidades, cada um procurando acima de tudo aumentar ao máximo suas satisfações e diminuir seus desprazeres, nisto igual a todos os outros, e naturalmente não reconhecendo limites diretos da interferência em suas pretensões. Em outras palavras, cada homem era, ‘naturalmente’ possuído de vida, liberdade e busca da felicidade, como afirmava a Declaração de Independência dos Estados Unidos, embora os pensadores liberais mais lógicos preferissem não colocar isto nas linguagem dos ‘direitos humanos’. No curso de busca desta vantagem pessoal, e este complexo de acordos úteis – constantemente expressos na terminologia francamente comercial do ‘contrato’ – constituía a sociedade e os grupos políticos ou sociais. É claro que tais acordos e associações implicavam alguma diminuição da naturalmente ilimitada liberdade do homem para fazer aquilo que quisesse, sendo uma das tarefas da política reduzir tal interferência a uma mínimo praticável. [...] O ‘homem’ do liberalismo clássico (cujo símbolo literário foi Robson Crusoe) era um animal social somente na medida em que ele coexistia em grande número. Os objetivos sociais eram, portanto, a soma aritmética dos objetivos individuais” (HOBSBAWM, 1994, p. 256-57).

como também do esforço em consolidar efetivamente em escala mundial sistemas educacionais que reproduzissem, à semelhança das zonas centrais, as modernas estruturas do saber –, conforma o quadro geral no qual se desenrolaram os processos de industrialização da economia e de modernização do Estado Nacional no Brasil, pelos quais se forjou um sistema educacional brasileiro, no qual a “Escola de Campinas” veio a ser um de seus componentes. Por cima destes movimentos, numa realidade mais imediata, nós argumentaremos que a origem desta instituição está relacionada à anulação, provocada pelo Golpe Militar de 1964, das possíveis trajetórias de desenvolvimento econômico que estavam em disputa no Brasil desde meados da década de 1950 (ou que remontam à década de 1930, talvez), como procuraremos demonstrar através de um balanço historiográfico da produção intelectual do imediato pré e pós-Golpe Militar.

Para tanto o artigo está dividido em três partes além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte do trabalho, *A Estrutura*, buscamos apresentar brevemente que a idéia de desenvolvimento é parte constituinte da hegemonia estadunidense no moderno sistema mundial e que foi difundida no Brasil, em grande medida, através de instituições promotoras da modernização capitalista no país. Na segunda parte, *A Conjuntura*, partindo de uma periodização do desenvolvimento capitalista no Brasil, delimitamos o período desenvolvimentista e fizemos um balanço das visões acerca da sociedade brasileira na crise do desenvolvimentismo. Por fim, na terceira parte, *O Acontecimento*, sugerimos que a “Escola de Campinas” surgiu como uma instituição que veio a constituir as modernas estruturas do saber no Brasil, que resultou da dialética das transformações entre os níveis estrutural e conjuntural no moderno sistema mundial no pós 2ª Guerra Mundial. Em tal instituição de ensino e pesquisa se elaborou uma interpretação do Brasil que era crítica ao desenvolvimento capitalista instaurado após a crise do desenvolvimentismo.

## **I – A Estrutura**

A formação do mundo moderno ocidental, cujo epicentro fora a Europa, não se limitou à revolução do modo como os homens passaram a produzir sua própria existência, isto é, não se limitou à revolução do modo como os homens passaram a dominar a natureza e a si próprios. Do ponto de vista da cultura, em particular, do conhecimento, a formação do mundo moderno envolveu, contiguamente, uma revolução do modo de pensar, ou seja, uma transformação radical da maneira como os homens passaram a apreender, conceber e

significar o mundo. Em poucas palavras, a consolidação do mundo moderno ocidental tornou vil, em meados do século XIX, a concepção transcendente do mundo, elevando, em seu lugar, a concepção imanente do mundo.

Assumir a concepção imanente do mundo significou romper, do ponto de vista do conhecimento, com o princípio divino da explicação. A explicação para o estado do mundo passava a residir, portanto, no próprio mundo.<sup>7</sup>

Embora o modo moderno de pensar, como qualquer outro, estivesse sujeito às próprias condições de existências dos homens, na modernidade, a razão, manifesta no saber técnico/científico, não se apresentou como puro reflexo retardado, como tampouco se demonstrou perfeitamente sincronizada ao estado do mundo. À medida que o conhecimento sistematizado tornou-se um instrumento de domínio do homem sobre a natureza e sobre os próprios homens, a razão se tornava um elemento-chave à reprodução do moderno sistema mundial à proporção que a produção do conhecimento se convertia em elemento estruturante deste sistema social histórico.<sup>8</sup> Por um lado, a produção do conhecimento como ciência básica (física e química), converteu-se em condição necessária ao surgimento da tecnologia, que, por sua vez, passou a influir diretamente sobre o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, nos processos de acumulação de capital (formação e desenvolvimento da economia mundial capitalista) e de acumulação de poder (formação e desenvolvimento do sistema interestatal). Por outro, a produção do conhecimento como ideologias, convertia-se em condição necessária a introdução de um sistema de *dominação legal*<sup>9</sup> entre os homens, não só na relação do Estado com seus cidadãos como também entre os próprios Estados.

Nesta primeira parte, nosso esforço consistirá em apontar sucintamente, tal como sugerimos nos parágrafos acima, alguns elementos que aludem as vinculações existentes entre a economia mundial capitalista, o sistema de Estados nacionais e as modernas estruturas do saber no *longo século XX*<sup>10</sup> atentos ao modo como o Brasil se articulou a estes processos.

---

<sup>7</sup> Contudo, cabe destacar que não havia uma chave exclusiva de acesso à realidade natural e, principalmente, social. Por exemplo, o clássico liberalismo burguês dividia-se entre o materialismo e o empiricismo. Como observou Eric Hobsbawm (1994, p. 256), “Filosoficamente, inclinavam-se ao materialismo ou ao empiricismo, que condiziam com uma ideologia que devia suas forças e métodos à ciência, neste caso principalmente à matemática e à física da revolução científica do século XVII”.

<sup>8</sup> Neste ponto estamos de acordo com Max Horkheimer (2007 [1946], p.26), pra quem, “a razão tornou-se algo inteiramente aproveitado no processo social. Seu valor operacional, seu papel no domínio dos homens e da natureza tornou-se o único critério para avaliá-la. [...] É como se o próprio pensamento tivesse se reduzido ao nível do processo industrial, submetido a um programa estrito, em suma, tivesse se tornado em parte e uma parcela do processo da produção”.

<sup>9</sup> Sobre o conceito de dominação legal, ver Max Weber *Economia e sociedade*. vol.1. pp.142-47.

<sup>10</sup> Tomamos aqui a definição de longo século XX tal como formulada por Giovanni Arrighi, “[...] a idéia de um longo século XX é adotado aqui como a moldura temporal apropriada para a análise da ascensão, plena expansão e eventual superação dos agentes e estruturas do quarto ciclo sistêmico de acumulação (norte-americano). Nessas

Mais precisamente apontaremos os elementos que fundamentaram a ordem econômica e política mundial sob a hegemonia estadunidense no pós-2ª Guerra Mundial e apontaremos algumas instituições através das quais a idéia de desenvolvimento, nas seus diferentes matizes, foi difundida no Brasil. Foi em parte sobre estas instituições que se formaram e consolidaram, a partir de meados da década de 1960, as modernas estruturas do saber no Brasil, sobretudo nas ciências sociais.<sup>11</sup>

### ***1. A idéia de desenvolvimento e as modernas estruturas do saber***

No período histórico de que parte nossa exposição, o conceito de desenvolvimento (ou progresso) já era, do ponto de vista do sujeito do processo do conhecimento, o conceito dominante. Assim, julgamos necessário uma breve nota acerca de sua origem. A ascensão da idéia de progresso como conceito dominante esteve atrelada, do ponto de vista geral, a desvinculação do destino do homem de uma ordem religiosa superior. Teve origem, portanto, no longo e contraditório processo de abandono da concepção transcendente do mundo em favor da adoção da concepção imanente do mundo. Processo no qual, como destacou Wallerstein *et al.* (1996, p. 5 grifo nosso),

*[...] sabemos que el dios que se había ido no dejó tras de sí un vacío moral. Si los cielos se alejaron en forma casi ilimitada, lo mismo ocurrió con las ambiciones humanas. **La palabra operativa pasó a ser progreso** – dotada ahora del recién adquirido sentimiento de infinitud, y reforzada por las realizaciones materiales de la tecnología.*

Entre os ideólogos do progresso, Eric Hobsbawm (1994, p. 256) destaca o clássico liberalismo burguês como a formulação mais consistente e poderosa da ideologia de progresso. Segundo o autor, “[Era uma filosofia] rigorosamente racionalista e secular, isto é, convencida da capacidade dos homens em princípio para compreender tudo e solucionar todos os problemas pelo uso da razão, [...]” (HOBSBAWM, 1994, p. 256).

A ruptura fundamental com as estruturas de saber eclesiásticas em meados do século

---

condições, o longo século XX nada mais é que o último elo numa cadeia de estágios parcialmente superpostos, cada qual abrangendo um século longo, através dos quais a economia mundial capitalista européia passou a incorporar o mundo inteiro num denso sistema de trocas” (ARRIGHI, 1996, p. 218-19).

<sup>11</sup> Como podemos observar em Sérgio Miceli, “o sistema local de produção intelectual no campo das Ciências Sociais já contava com alguns elementos consistentes de vertebração institucional. Além da experiência pioneira e fecunda da escola sociológica paulista, cumpre salientar o legado do experimento isebiano no Rio de Janeiro e o ativo altamente positivo de pessoal formado através do sistema de bolsas vigente no curso de Sociologia Política da Faculdade de Ciências Econômicas em Belo Horizonte. Todos estes espaços haviam produzido lideranças intelectuais, científicas, organizacionais e corporativas de grande envergadura...” (MICELI, 1995, p. 362)

XIX engendrou também uma forma fragmentada de apreender, conceber e significar o mundo. Esta fragmentação se deu em três etapas: (i) o divórcio da filosofia com as ciências, (ii) a diferenciação entre as ciências naturais e as ciências sociais ou humanas e (iii) a especialização das ciências sociais.<sup>12</sup> A contraface destes três movimentos no plano do saber refletia, ao mesmo tempo em que dava origem, ao sistema universitário moderno, no qual a universidade raiou como instituição burocrática estruturada a partir de departamentos que, por sua vez, expressava os diferentes ramos do saber. Fundado, do ponto de vista do conhecimento, sobre os princípios da universalização<sup>13</sup> e da setorização<sup>14</sup>, o sistema universitário moderno converteu-se, em fins do século XIX, no *locus* principal da produção do conhecimento e atingiu o seu apogeu após 1945, quando foi generalizado mundialmente.<sup>15</sup>

No Brasil, contudo, as instituições de ensino não se vincularam em sua origem ao processo de estruturação das modernas estruturas do saber. De acordo com Fausto Castilho (2008, p. 36-7),

O século XIX brasileiro representa todo ele uma permanente mobilização para impedir a criação da universidade. E isso ocorre desde o momento em que o conceito de universidade tradicional é abandonado e a universidade moderna se expande pela Europa, pela América do Norte e, depois, pelas diferentes partes do mundo. Em nenhum país terá havido tanto quanto no Brasil do século XIX uma atitude tão ostensiva, pertinaz e duradoura a se opor à introdução da universidade moderna.

Dom João VI, lembra-nos Castilho (2008, p. 37), “[...] em lugar de propor-se a criação de uma universidade moderna [...], passa a criar ‘escolas isoladas’ de mero treinamento profissional para preparar servidores do Estado”. Para este autor, portanto, a grande hipoteca legada pelo século XIX ao século XX foram as escolas profissionais isoladas de ensino superior que obstaculizaram a introdução da universidade moderna no Brasil. (CASTILHO, 2008, p. 41-2).

Isto, em parte, pode explicar porque a idéia de desenvolvimento, como veremos mais adiante, se disseminou no Brasil por canais institucionais não-universitários até meados década de 1960. Nos ajuda também a compreender sobre quais bases veio a se consolidar o

---

<sup>12</sup> Embora seja importante para a compreensão de nosso argumento desenvolver as mediações que envolvem estes três movimentos, não as apresentaremos no presente artigo, pois escaparia ao escopo da presente proposta. Por ora é suficiente deixarmos indicado nosso argumento e sugerir as referências que embasam a nossa argumentação. Vide Hobsbawm (1994, 1996, 1998); Wallerstein et al. (1996); Wallerstein (1984); e Snow (1995).

<sup>13</sup> “*Universalization is the presumption that there exist universal laws applicable to all human society or rather all human societies*” (WALLERSTEIN, 1984, p. 177).

<sup>14</sup> “*Sectorization is the presumption that social science are divided into a number of separate ‘disciplines,’ each of which comprises an intellectually defensible distinct focus of discourse*” (WALLERSTEIN, 1984, p. 178).

<sup>15</sup> Para uma descrição desse processo ver Wallerstein et al. (1996, capítulos 1 e 2) e Wallerstein (2007, capítulos 2 e 3).

sistema universitário moderno brasileiro, que esteve vinculado à “[...] vontade nacionalista crescente das zonas periféricas de ‘alcançar’ as zonas que lideravam o sistema-mundo [...]”, como bem observou Wallerstein (2007, p. 96).

Vejamos agora como se estruturou o moderno sistema mundial sob a hegemonia estadunidense e como a idéia de desenvolvimento do pós-2ª Guerra Mundial difundiu-se no Brasil por meio de algumas instituições não-universitárias, mas que se constituíram também em *locus* da produção do conhecimento no país.

## ***2. Elementos da hegemonia estadunidense<sup>16</sup>***

A crise sinalizadora que deu origem a fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação britânico, em 1873, marcou o início da disputa pelo poder hegemônico no sistema interestatal no qual os Estados Unidos saíram vencedores ao final da 2ª Guerra Mundial. Esta crise de proporções catastróficas – como, por exemplo, a 1ª e 2ª Guerra Mundial, bem como o colapso financeiro de 1929 – se manifestou de diferentes formas nas zonas periféricas da economia-mundo capitalista, provocando contingências históricas, cujas soluções variaram de acordo com o tipo de vínculo previamente estabelecido de cada região com a economia-mundo capitalista. No Brasil, por exemplo, observou-se um surto de crescimento industrial considerável, bem como a constituição das bases do Estado desenvolvimentista brasileiro a partir da Revolução de 1930.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos encontravam-se em uma posição privilegiada. Pela primeira vez os direitos dos estadunidenses sobre as rendas geradas no exterior tornaram-se significativamente superiores aos direitos do exterior sobre as rendas geradas nos Estados Unidos. Isto expressava a condição monopolista sobre a liquidez mundial (70% das reservas de ouro), a concentração de grande parte da capacidade produtiva mundial, além de se constituírem como o principal mercado consumidor dos produtos globalmente produzidos, isto é, centralizarem a demanda efetiva mundial.

Sobre todos esses predicados e apoiados na versão mundializada do *New Deal*,<sup>17</sup> os

---

<sup>16</sup> Nesta seção estamos nos baseando em Arrighi (1996), em particular nos capítulos 1 e 4.

<sup>17</sup> Por versão mundializada do *New Deal* estamos entendendo, em acordo com Arrighi, a adaptação realizada pela Doutrina Trumann da ideologia unimundista de Roosevelt. Esta “[...] falava de dois mundos irremediavelmente opostos entre si: de um lado, um mundo comunista agressivamente expansionistas, e de outro, um mundo livre, que somente os Estados Unidos eram capazes de organizar e dotar de capacidade de autodefesa” (ARRIGHI, 1996, p. 286). A idéia essencial, portanto, era a de que “[...] os grandes governos deveriam gastar com liberdade para conquistar a segurança e o progresso” (SCHURMANN, 1974, p. 67 *apud* ARRIGHI, 1996, p.285).

Estados Unidos ordenaram o mundo através do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e do Acordo de Bretton Woods. Com o GATT, os parâmetros da integração mundial via comércio foram redefinidos e resguardados aos governos nacionais, que definiriam o ritmo da liberalização comercial de acordo com seus interesses. Com o Acordo de Bretton Woods procurou-se solucionar o problema da liquidez mundial através de uma distribuição mais equitativa do poder de compra por meio da instauração de sistemas monetários nacionais e de relações salariais nas economias domésticas dos Estados membros do sistema interestatal, articuladas via um regime monetário mundial de câmbio fixo, o padrão dólar-ouro. Para tanto, foram criados, sob o véu da ONU, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, instituições cujos objetivos eram ramificar o meio circulante e assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos, respectivamente.

Esta forma de reestruturar a economia-mundo capitalista impulsionou e foi impulsionada pelos investimentos estrangeiros privados estadunidenses no exterior, os quais se revelaram mais eficazes à redistribuição da liquidez mundial. Tal expansão constituiu-se na base para a transnacionalização do capital (muitas vezes chamado de processo de internacionalização) em cuja base esteve a “Revolução Organizacional”. Esta revolução deu origem às grandes corporações verticalmente integradas que, ao integrarem processos produtivos em escala mundial, eliminaram os custos de transação, os riscos e as incertezas inerentes ao livre mercado, e estabeleceram um novo padrão de competição intercapitalista. Com isso as empresas transnacionais, sobretudo as estadunidenses, isolaram-se das pressões competitivas do regime de acumulação britânico e converteram-se nos principais agentes da acumulação no século XX. A fonte de competitividade destas empresas residia, pois, nas técnicas de planejamento, bem como na regulação mercantil favorável aos Estados Unidos. Ambas possibilitaram às empresas transnacionais a extraírem maiores vantagens da divisão técnica e social do trabalho em nível mundial, superando deste modo o imperialismo do livre comércio.

Enfim, se os controles da liberalização do comércio e da liquidez mundial formavam a bases dos princípios de legitimação do Estado norte-americano frente aos capitais estadunidenses da mesma forma que o bem-estar social (interpretado como consumo de massa) legitimava este mesmo Estado frente aos seus cidadãos. Nas relações com os Estados semiperiféricos e periféricos, o direito da autodeterminação nacional<sup>18</sup> e a provisão da

---

<sup>18</sup> “Depois da Segunda Guerra Mundial, concedeu-se a todos os povos, ‘ocidentais’ ou ‘não ocidentais’, o direito à autodeterminação nacional, ou seja, a se constituírem em comunidades nacionais, e uma vez constituídas, a serem aceitos como membros plenos do sistema interestatal” (ARRIGHI, 1996, p. 66).

subsistência a todos os cidadãos formaram as bases da legitimação dos Estados Unidos frente aos demais Estados do sistema interestatal e seus respectivos grupos de iniciativa.

Assim como a ideologia liberal da hegemonia britânica havia elevado a busca da riqueza dos súditos proprietários acima dos direitos absolutos do governo dos governantes, a ideologia da hegemonia norte-americana elevou o bem-estar de todos os cidadãos (o 'consumo de massa' em alto grau) acima dos direitos absolutos de propriedade e dos direitos absolutos de governo. Se a hegemonia britânica havia expandido o sistema interestatal de modo a acomodar a 'democratização' do nacionalismo, a hegemonia norte-americana levou esta expansão adiante, acomodando a 'proletarização' do nacionalismo. (ARRIGHI, 1996, p.66)

O fato dos Estados Unidos não ter criado, a princípio, restrições ao fortalecimento dos Estados periféricos por meio do fortalecimento de seus mercados internos não significava que o Estado norte-americano não dispunha de meios para restringir qualquer ameaça ao equilíbrio global do poder. À medida que as instituições da hegemonia estadunidense viabilizavam o desenvolvimento industrial em países da periferia, elas próprias bloqueavam o acesso a "riqueza oligárquica"<sup>19</sup>. A autodeterminação nacional dos Estados nas zonas periféricas do moderno sistema mundial deveria ser requerida e alcançada, porém, respeitando a disciplina monetária determinada pelo Acordo de Bretton Woods. O mesmo se passou com o mercado interno, cuja constituição e fortalecimento deveria estar ancorado no capital estrangeiro, através dos investimentos estrangeiros diretos ou através de financiamento direto aos governos mediante a um conjunto de condicionalidades.

Nas tensões que envolveram a consolidação da hegemonia estadunidense no moderno sistema mundial, as instituições produtoras do conhecimento, universitárias ou não, cumpriram um papel fundamental na legitimação da nova ordem mundial, constituindo-se como mecanismos de difusão da idéia de desenvolvimento. A generalização do sistema universitário moderno constituiu-se no principal mecanismo de difusão desta idéia, sobretudo a partir de 1945. Como observa Wallerstein (2007, p. 96):

O apoio social ao sistema universitário mundial veio de três fontes: elites e governos, que precisavam de mais pessoal treinado e mais pesquisa básica; empresas produtivas, que precisavam de avanços tecnológicos que pudessem aproveitar; e todos aqueles que viam o sistema universitário como uma forma de ascensão social.

No Brasil, a observação de Wallerstein é pertinente e nos ajuda a perceber vinculação existente entre as estruturas do saber com o desenvolvimento da economia mundial capitalista

---

<sup>19</sup> Em uma economia-mundo do tipo capitalista a riqueza da qual desfruta a zona central é "oligárquica", ou seja, "... não tem qualquer relação com a intensidade e eficiência dos esforços de seus receptores e nunca está disponível para todos, não importa quão intensos e eficientes são seus esforços" (ARRIGHI, 1997, p. 216).

e do sistema interestatal. Porém, prescindimos de nuances. Como já sugerimos acima e apontaremos na próxima seção, no período que compreende a consolidação da hegemonia estadunidense e o Golpe Militar de 1964, ainda que esforços de consolidação da universidade moderna no Brasil já pudessem ser observados desde a década de 1930, como simboliza o caso da Universidade de São Paulo, a idéia de desenvolvimento se difundiu, no imediato pós-2ª Guerra Mundial, predominantemente em instituições não-universitárias.

### ***3. As instituições difusoras da idéia de desenvolvimento no Brasil***

Os princípios e os mecanismos que legitimaram a ordem mundial sob a hegemonia estadunidense, embora fundamentais, não são suficientes para compreendermos os condicionantes ao surgimento da “Escola de Campinas”. É necessário levar em conta também o surgimento de algumas instituições por meio das quais se difundiram as idéias de desenvolvimento que auxiliaram na estruturação do moderno sistema mundial, do ponto de vista ideológico, no período em questão.

No Brasil, por exemplo, vinculados a ordem econômica e política mundial, surgiram instituições como a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada em 1945, por exigência do FMI, e destinada a promover a estabilidade monetária no país. Poucos anos depois, em 1948, a partir da Organização das Nações Unidas, estabeleceu-se no Chile a Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CEPAL), criada com o objetivo de assessorar as iniciativas de desenvolvimento econômico da região. Em 1952, a CEPAL se estabeleceu no Brasil por meio de um acordo de colaboração com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado no mesmo ano e com o objetivo de financiar o desenvolvimento econômico no país. Também foi importante a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955, órgão de pesquisa vinculado diretamente ao Ministério de Educação e Cultura, reservado ao estudo e a difusão das ciências sociais no Brasil, que acabou se convertendo em um dos principais centros produtores da ideologia nacional-desenvolvimentista. A partir da ONU se ramificou ainda a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), estabelecida no Chile, e o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), estabelecido no Brasil, ambas foram criadas em 1957 e pertenciam ao conjunto de agências especializadas da UNESCO que tinham por objetivo disseminar “a solidariedade intelectual e moral da humanidade”. No bojo desta propagação, cabe ressaltar ainda a criação, em 1946, das primeiras faculdades de

ciências econômica no Brasil, bem como a instituição da profissão de Economista em 13 de agosto de 1951 pelo Decreto Lei nº. 1.411.

Não se pode esquecer também que, neste contexto, o Partido Comunista Brasileiro também se constituía como espaço de discussão, no qual a idéia de desenvolvimento era discutida sob outros parâmetros. Apesar disso, neste contexto, dada a aliança entre o PCB e o nacionalismo, “era como se o marxismo entregasse a tarefa de analisar a evolução do capitalismo brasileiro aos keynesianos [...]” (SADER, 2004, p. 12).

Todos estes exemplos ilustram as relações existentes entre a esfera do saber e as esferas da economia e da política. Instituições como a SUMOC e o BNDE, por exemplo, além de participarem do aparelhamento do Estado desenvolvimentista brasileiro e de intervirem diretamente no processo de desenvolvimento, também foram responsáveis por parte da produção da literatura econômica do país no período. Todas aquelas instituições em conjunto se constituíram como o *locus* do debate sobre o desenvolvimento no Brasil e como um componente das modernas estruturas do saber no transcurso da consolidação da hegemonia estadunidense, em nível mundial, e o Golpe Militar de 1964 no Brasil.

O fato do debate sobre o desenvolvimento, no período em questão, estar localizado nas instituições não-universitárias, revela para nós um aspectos *sui generis* do ponto de vista das estruturas do saber que distingue o Brasil, no seu desenvolvimento, não só da antiga América espanhola como sobretudo do velho continente: a ausência da universidade tradicional (do tipo medieval). Desde logo, é importante ressaltar que não estamos atribuindo a esta especificidade qualquer caráter determinante, senão constitutivo, do modo como veio a se formar as estruturas do saber no Brasil. Isto significa reconhecer que, por muito tempo, o *locus* da produção cultural, em particular o saber social, fora produzido em instituições não-universitárias. Portanto, a universidade moderna no Brasil é um fenômeno recente, cuja consolidação ocorreu sobre as “escolas profissionais isoladas de ensino superior” e articulada à ascensão e manutenção da ordem mundial sob a hegemonia estadunidense, que se apoiou na questão do desenvolvimento econômico – isto é, da consolidação das formas especificamente capitalistas de produção – como condição indispensável à autodeterminação dos povos.

## II – A Conjuntura

Nesta seção buscamos deslocar nossa reflexão do nível estrutural do moderno sistema mundial para o nível conjuntural da sociedade brasileira ao focar na conjuntura que se iniciou

a partir da Revolução de 1930. Particularmente, daremos atenção ao momento da crise do desenvolvimentismo na primeira metade da década de 1960. Após este passo, na próxima seção, seguiremos nosso trabalho com a apresentação do surgimento da “Escola de Campinas” como um fato decorrente desta conjuntura.

Como foi mostrado na seção anterior, o desenvolvimento do capitalismo não consolidou apenas forças produtivas e tecnologias, mas que também desenvolveu uma forma particular de pensar; utilitária e positivista,<sup>20</sup> no qual a idéia de progresso ou desenvolvimento legitimava o estabelecimento das formas modernas de produzir e dominar.

No Brasil, pós-1945, este pensamento não foi importado diretamente pelas universidades. O modo de pensar burocrático e racional chegou às terras brasileiras através de instituições de fomento ao desenvolvimento econômico, como sugerimos anteriormente. Entretanto, logo que as universidades foram criadas, o saber burocrático racional lá se instalou, e seus estudantes ali receberam um excelente ensino para formarem-se como técnicos de um Estado que buscava o desenvolvimento econômico. Assim, técnicos, empresários, autodidatas, representantes de agremiações políticas que muitas vezes também participavam de ambientes acadêmicos, discutiam a crise em que o país estava inserido na primeira metade da década de 1960 e faziam seus prognósticos. É isto que podemos perceber no debate por nós recuperado.

### ***1. Desenvolvimento capitalista e crise do desenvolvimentismo***

Após a 2ª Guerra Mundial, o processo de modernização da estrutura econômica brasileira continuava sua rota ascendente. Entretanto, na primeira metade da década de 1960, tal processo mostrava seus limites. Foi neste momento que muitos técnicos e intelectuais analisavam a realidade brasileira da época com o objetivo de diagnosticar seus principais problemas e propor as devidas soluções.

Pensamos que ao analisar as obras de autores que observavam um período de mudanças sociais relevantes podemos observar padrões nas relações entre os homens, nas suas idéias e em suas instituições deste momento histórico. Esta é a inteligente e difícil sugestão do historiador E. P. Thompson (1988) para se fazer a análise da história. Afinal de contas, os processos históricos são resultantes de inúmeras tensões que ocorrem na sociedade e que nem sempre são visíveis para todos os olhos.

---

<sup>20</sup> Vide nota número 6.

De fato, pensando assim, encontrar períodos de grandes mudanças sociais em determinada sociedade não é tarefa difícil. Se olharmos para o passado e focarmos nos momentos em que a forma da subordinação do trabalho ao capital se transformava, encontraremos farta matéria-prima para a análise histórica.

No Brasil, podemos encontrar tais períodos entre 1890 e 1930 e entendê-lo como o momento da consolidação das forças das forças produtivas capitalistas. Já o período compreendido entre 1930 e 1980, observamos o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial. E, finalmente, podemos perceber o início da hegemonia do capital financeiro nas décadas de 1980 e 1990 (POCHMANN, 2010).

Através desta brevíssima síntese, podemos perceber que as mudanças estruturais de nossa sociedade ocorreram num curto intervalo de tempo, *pari passu* a transição da hegemonia britânica para a hegemonia estadunidense. Percebemos, em particular, que o tempo transcorrido entre a abolição da escravidão e a consolidação da indústria de bens de capital no Brasil foi de menos de cem anos.

No que se refere ao chamado desenvolvimentismo, Ricardo Bielschowsky (2000) nos apresenta uma periodização de seu ciclo ideológico. Sua origem, após a Revolução de 1930 até 1945, esteve associada à possibilidade do surgimento do Estado burguês no Brasil. Seus aportes ideológicos foram: (i) a crescente percepção da necessidade e da viabilidade de se implementar no país um setor industrial integrado, (ii) o entendimento de que era necessário criar mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial, (iii) o desenvolvimento da idéia de que o Estado era o guardião dos interesses coletivos da nação e promotor da unificação nacional, e por fim, (iv) o nacionalismo econômico.

De 1945 à 1955, o desenvolvimentismo amadureceu ao enfrentar, de 1945 à 1947, o reflorescimento do liberalismo com o final do Estado Novo, os limites da Constituição de 1946 e da democracia no período da Guerra Fria. Entre 1948 e 1952, os desenvolvimentistas fizeram a campanha nacionalista pelo petróleo e ganham apoio popular com a frustração do liberalismo de Gaspar Dutra. E, de 1953 a 1955, o debate acerca da industrialização planejada amadureceu e o foco da discussão passou a ser o ritmo desenvolvimento urbano industrial.

O auge do período ocorreu entre 1956 e 1960. Com o Plano de Metas, Juscelino Kubitschek incorporou a ideologia desenvolvimentista à retórica oficial do governo. Naquele momento, a discussão econômica ficou centralizada na temática do desenvolvimento econômico e o tema da literatura especializada era a industrialização planejada.

Por fim, entre 1961 e 1964, o desenvolvimentismo entrou em crise e a reflexão deste

momento ficou subordinada a duas questões: (i) inflação, crise do balanço de pagamentos e (ii) reformas de base. As preocupações desenvolvimentistas foram minimizadas e as mudanças institucionais e a distribuição da renda ganharam maior importância na discussão.

## **2. *As interpretações das tensões da sociedade brasileira na crise do desenvolvimentismo***

Nesse último período, que é o foco de nosso trabalho, o autor Daniel Aarão Reis Filho soube ler muito bem as transformações sociais deste momento ao dizer que “na noite do dia 30 de março de 1964, quando as tropas do general Mourão Filho, desde Juiz de Fora, Minas Gerais, começaram a se movimentar, estavam sendo lançados, afinal, os dados que decidiriam a sorte do país durante décadas.” (REIS FILHO, 2001, p. 321).

Como poderemos perceber abaixo, as obras dos autores deste contexto expressavam uma tensão latente entre a dimensão subjetiva do sujeito do processo do conhecimento e a dimensão objetiva na qual estavam inscritos, e a partir da qual emanavam suas reflexões. Compreendemos que toda obra é uma expressão parcial da consciência dos homens a respeito de seu próprio tempo. Deste modo, buscamos apreender, a partir da leitura dos livros de grandes intérpretes da economia e sociedade brasileira, as tensões nela existentes no início da década de 1960. Tal atividade nos faz crer que o Golpe de 1964 foi o desfecho de antigas tensões que borbulhavam na sociedade brasileira e a origem de tantas outras.

Ao lermos as páginas da obra de Wanderley Guilherme dos Santos, **Quem dará o golpe no Brasil?**, escrita em fevereiro de 1962, percebemos que, assim como no Reino da Dinamarca, havia algo de podre na sociedade brasileira. O autor, ao recordar dos acontecimentos de 1954 e daqueles de agosto e setembro de 1961, afirmava que a sociedade brasileira estava na iminência de um golpe. Entretanto, ainda não tinha certeza se seu desfecho seria uma Ditadura Militar ou um governo de Estado Forte, por isso, já alertava a vanguarda do povo brasileiro para o quê estava por trás da cortina de fumaça da *Doutrina de Segurança Nacional* e da necessidade de um Estado Forte: a busca da supremacia da vontade de uma minoria da população sobre a vontade da maioria.

No mês de junho do mesmo ano, Celso Furtado escreve o livro **A pré-revolução brasileira**, e defendia a idéia de que o país estava passando por um momento pré-revolucionário, pois, com o desenvolvimento da economia brasileira, os centros de decisão da vida econômica do país já não estavam mais alhures, encontravam-se em território nacional. Desta forma, afirmava que a economia brasileira não estava mais sujeita aos solavancos

internacionais e que tínhamos o controle do destino da economia nacional. Por isso, o autor criticava a recepção acrítica do pensamento econômico estrangeiro em países subdesenvolvidos, pois defendia a idéia de que as teorias sociais possuíam capacidade de explicação em espaço geográfico e tempo determinado. Logo, a utilização de uma teoria estrangeira em nossa realidade teria grandes chances de fracassar.

Já em 1963, Ignácio Rangel sustentava a tese de que o desenvolvimento da economia brasileira seria comandado pelo capital financeiro que estava surgindo devido à oferta de capitais a uma taxa negativa de juros. Em sua obra **A inflação brasileira**, defendia a idéia de que o desenvolvimento do capitalismo brasileiro havia ocorrido sem uma modernização da estrutura agrária. Assim, a produtividade do trabalho crescia de forma mais rápida que os salários, causando uma baixíssima propensão a consumir; uma demanda insuficiente; uma oferta excessiva de capitais; e uma alta capacidade produtiva ociosa. Neste contexto, a inflação havia se institucionalizado como um mecanismo de defesa da economia, pois diminuía a preferência pela liquidez dos empresários e os forçava a continuar investindo o capital. Mesmo tendo um retorno negativo, tal investimento possuía uma desvalorização menor que a manutenção do dinheiro. Rangel também criticava as medidas de política econômica que buscavam rapidamente acabar com a inflação, pois, à época, ainda não existia outro instrumento para proteger a economia brasileira da depressão.

Após os acontecimentos de março e abril, em novembro de 1964, Mario Henrique Simonsen escreve **A experiência inflacionária brasileira** e nos mostra como o Brasil, ao contrário da teoria tradicional, pôde se desenvolver com uma elevada inflação até 1961. Para o autor, após este período, devido atitudes demagógicas do presidente Goulart, o país entrou numa crise econômica que foi uma das molas propulsoras da “Revolução de 1964”. Diagnosticava que as raízes do processo inflacionário brasileiro, por um lado, encontravam-se na incompatibilidade da política distributiva do governo e na necessidade de destinar uma maior parcela do PIB para a formação de capital. Por outro, havia déficits nos gastos do governo, expansão do crédito, reajustes salariais demagógicos e a queda na relação de trocas do setor externo. Além disso, criticava as concepções ortodoxas e heterodoxas de análise da inflação brasileira e, em linhas gerais, explicava como o plano econômico do novo governo estabelecido trabalharia para atenuar a inflação e sanear a economia.

Em 1966, Ruy Mauro Marini publica o artigo **La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil**, onde defendia a idéia de que o Golpe de 1964 foi o desfecho de dois tipos de antagonismos existentes na sociedade brasileira. Por um lado, havia o conflito entre a burguesia industrial e o setor agroexportador que estava ligado aos grupos estrangeiros. Por

outro lado, havia o conflito entre as classes dominantes e as massas trabalhadoras da cidade e do campo. Para o autor, foi o primeiro conflito citado que levou Getúlio Vargas ao suicídio. O segundo foi crescendo após este evento, durante os governos de Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, onde a economia brasileira crescia e se industrializava, onde se aumentava a produtividade do trabalho e da indústria, todavia, onde também crescia o desemprego.

Diante deste cenário, João Goulart tinha que resolver o seguinte impasse: primeiro, ter apoio dos trabalhadores para fazer uma política externa e as reformas de base, ambas favoráveis à burguesia; depois, conter as reivindicações salariais do proletariado. No desenrolar da história, para Marini, a burguesia preferiu se aliar ao grupo dos exportadores ligado ao capital externo para garantir sua rentabilidade, mesmo sabendo que estaria ocupando uma posição secundária na hierarquia do poder. Diante deste fato e dos fatos ocorridos em abril de 1964, o autor afirma que não existia outra alternativa aos trabalhadores a não ser a luta armada pelo socialismo, pois qualquer aliança legal com a burguesia estaria fadada ao fracasso.

Neste mesmo ano, Caio Prado Júnior escreve o livro **A revolução brasileira**, obra em que fez uma incisiva crítica à esquerda brasileira, cuja análise partia da transposição acrítica de modelos criados na Europa e Ásia. Assim, ao não partir da realidade do país, buscavam encaixar fatos históricos dentro daqueles modelos. Caio Prado criticava ardentemente a transposição dos conceitos de feudalismo e burguesia nacional para o Brasil, pois o Estado aqui formado, sob a égide do Antigo Sistema Colonial, desde seu início era uma empresa capitalista. Desta forma, no Brasil não havia feudos, mas havia um trabalho extremamente precário, assim como, aqui não havia se formado uma burguesia nacional, e sim uma burguesia associada à burguesia da metrópole. Entretanto, tal burguesia sempre tomou conta dos postos estatais, processo histórico nomeado pelo autor de capitalismo burocrático. Este que, nos idos da década de 1960, associou-se à esquerda, fato que fez diminuir a polarização da luta de classes, e, com a chegada do golpe de 1964, a luta foi desarticulada. O autor esperava que fosse reatada a luta de classes após os acontecimentos de abril, e propunha como tarefa revolucionária da esquerda, lutar por melhores condições de trabalho no campo, local onde estava concentrada a maior herança colonial do país. Caio Prado focava-se nesta luta, pois ainda não via condições objetivas para que a terra fosse reivindicada de forma revolucionária.

Finalmente, foi em de outubro de 1967 que a **Revista Temps Modernes** publicou uma edição sobre o Brasil. Solicitada por Jean-Paul Sartre, editor da revista, e organizada por

Celso Furtado, a edição conta com artigos de intelectuais das mais diversas áreas do conhecimento.<sup>21</sup> Em seu artigo, **Brasil: da República Oligárquica ao Estado Militar**, Celso Furtado se questiona sobre o futuro do país após os acontecimentos de 1964 e afirmava como havia sido grande a transformação da sociedade brasileira. Em pouco tempo, a base econômica foi da plantação à indústria; a estrutura social passou dos senhores e escravos ao proletariado e grupos médios. E, na política, a formação do Estado Nacional continuou lenta. Toda esta transformação ocorria numa sociedade com uma estrutura agrária arcaica, por isso, os novos fluxos imigratórios que chegavam ao país rapidamente se urbanizavam.

Para o autor, este cenário foi transformado com o advento da Segunda Guerra Mundial. Antes deste conflito, havia uma consciência de nacionalidade acima do grupo ou da classe, após, a noção de identidade foi perdida com as doutrinas racionalizadoras da Guerra Fria. Fortemente influenciadas pela idéia de geopolítica, tais doutrinas fizeram com que o Brasil aceitasse a posição de satélite dos Estados Unidos dentro das relações de poder em escala mundial. Dentro deste contexto, Celso Furtado afirmava que o governo instaurado pós-1964 levaria o país à estabilidade social pela pastorização, pois novas terras seriam ocupadas no interior do país e seus produtos seriam orientados às cidades. Aumentaria a atividade da pecuária nos latifúndios próximos às cidades e haveria um aumento do investimento na infraestrutura de transporte. Entretanto, diminuiria o investimento na indústria, fato que levaria ao enfraquecimento da atração que as cidades provocam nos habitantes das áreas rurais e, então, aumentaria as formas de produção através da subsistência.

Como pode ser percebido, diante da complexidade do período, da quantidade e da qualidade de seus interlocutores, poderíamos citar muitas outras obras nestas páginas. Mas pensamos que esta seleção de obras já é o suficiente para nosso objetivo, conhecer as tensões sociais da sociedade brasileira àquele período, estas que eram intensas e extremas, pois grandes reivindicações sociais ocorriam na medida em que a polarização política se dava.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Os autores que escreveram nesta edição são: Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Francisco C. Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, J. Leite Lopes, Otto Maria Carpeaux, Jean-Claude Bernardet e Antônio Callado.

<sup>22</sup> O debate sobre educação nos idos da década de 1950 e desenvolvimento ilustra um destas grandes reivindicações. O Manifesto escrito por Fernando de Azevedo e intitulado **Mais uma vez convocados** nos dá o diapasão do que se estava buscando construir no Brasil. Afirma o manifesto: “mas a educação pública por que nos debatemos, ontem como hoje, é a educação fundada em princípios e sob a inspiração de ideais democráticos. A idéia de educação pública – conquista irreversível das sociedades modernas; a de uma educação liberal e democrática, e a de educação para o trabalho e o desenvolvimento econômico e, portanto, para o progresso da ciência e da técnica residem à base da civilização industrial, são três teses fundamentais defendidas por educadores progressistas do mundo inteiro” (AZEVEDO, 1959). Àquela época, de acordo com Helena Bomeny (2011), “[...] ‘Mais uma vez convocados’ se posiciona contra o discurso da igreja católica sobre a ‘liberdade de ensino’, discurso esse que se transformou a plataforma política do deputado Carlos Lacerda, para defender a atuação da rede privada de ensino na oferta da educação básica”.

Tudo apontava para uma mudança, que ainda não estava socialmente organizada nem politicamente acordada. Percebemos que este não era apenas uma situação política brasileira. Em 1961, no encontro de *Punta del Leste*, Raúl Prebisch expressava: “revolução na América Latina é inevitável. Não pode ser detida nem limitada. Não sabemos se poderá ser realizada nos quadros constitucionais existentes ou se, por falta de uma política esclarecida, fora desses quadros.” (PREBISCH, 1961, p. 12 )

Em síntese feita há pouco tempo, Marcio Pochmann, nos afirma que nestes anos foi percebido na sociedade brasileira um processo de fuga para frente, onde existia o consenso de que havia a necessidade do crescimento econômico para que a sociedade brasileira pudesse manter suas estruturas sem fazer as reformas de base. Neste cenário, a sociabilidade construída no país estava assentada sob uma imensa “desregulamentação da competição no interior do mercado de trabalho e pela persistência da monopolização do acesso às oportunidades.” (POCHMANN, 2010, p. 47-8) O autor também afirma que no Brasil vigia um regime plutocrático, onde o Estado estava a serviço dos interesses dos mais ricos. (POCHMANN, 2010, p. 58)

Percebemos que, até meados de 1960, uma trajetória estava sendo construída e debatida quanto aos rumos do desenvolvimento econômico do Brasil. Nestes anos já eram percebidos os limites da industrialização como forma de transformação da sociedade brasileira. Entretanto, o Golpe Militar fez com que outra trajetória fosse tomada no que se refere à dinâmica deste processo. O debate acima citado foi desarticulado após o Golpe, pois um dos interlocutores estava munido com armas de fogo. Como muitos pensadores continuaram a criticar o novo regime instaurado, tiveram que fazer o uso da pena e da palavra no exílio. Os outros que aqui ficaram, dentro dos estreitos limites impostos à tarefa de pensar, também criticaram o novo regime instaurado.

### **III – O Acontecimento: o surgimento da “Escola de Campinas”**

Neste delicado momento, após o Golpe Militar de 1964, foi se constituindo dentro da Universidade Estadual de Campinas, a corrente de pensamento que escolhemos estudar. Em tal instituição foi elaborada uma interpretação de Brasil diferente da postulada pelos militares.

De acordo com Joseph Comblin<sup>23</sup>, a visão de Brasil dos militares era de um Estado militar criado pela *Doutrina de Segurança Nacional* que levava o elitismo ao extremo, pois

---

<sup>23</sup> COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

não reconhecia as classes sociais, mas sim massas. Defendia a idéia de que segurança nacional e desenvolvimento eram tarefas de elites, não acreditavam em governos civis e buscavam reconstruir o Estado. Tal elitismo era fundamentado na noção de que os militares possuíam coragem, desinteresse, incorruptibilidade e os únicos capazes de fazer a guerra. Por fim, o exercício do poder deste Estado militar e elitista era fundamentado na luta contra a subversão e a guerrilha causada pelo comunismo internacional. Nesta luta, as principais instituições vigiadas eram o movimento sindical, as universidades e a igreja católica.

O impulso gerador da “Escola de Campinas” foi a criação, em 1967, do DEPES – Departamento de Planejamento Econômico e Social<sup>24</sup>. Wilson Cano (2008) nos conta que o DEPES surgia dentro da Unicamp com o objetivo de fazer críticas à política econômica da ditadura militar. Entretanto, estas críticas deveriam ser feitas com cuidado, através de pesquisas, pois eles não queriam perder a oportunidade de criar uma escola de economia crítica aos ditames dos manuais estrangeiros. E, para João Manuel Cardoso de Mello (MANTEGA, 1999, p.183-216), a oportunidade de criar cursos universitários críticos ao regime deve-se à atuação de Zeferino Vaz, que a despeito de seu posicionamento político conservador, não autorizou a instalação do escritório do SNI – Serviço Nacional de Informações – dentro da universidade e prezava pela liberdade de pensamento, autonomia universitária, liberdade de ensino e pesquisa e mérito acadêmico.

Muitos foram os pesquisadores que se aglutinaram em torno do DEPES<sup>25</sup>, departamento que futuramente viria dar origem ao Instituto de Economia. Tais pesquisadores expressavam suas idéias através de suas teses de doutorado, e também através de periódicos como o **Ensaio de Opinião**<sup>26</sup>.

De acordo com João Manuel Cardoso de Mello (MANTEGA, 1999, p. 200-201), àquela época, a grande preocupação deles não era apenas fazer uma crítica à política econômica da ditadura militar, mas sim, fazer a crítica **do** capitalismo no Brasil. Por isso, em primeiro lugar, buscaram fazer uma releitura dos clássicos do pensamento econômico, tais como Schumpeter, Kalecki, Keynes e Marx. Depois, contrapor as determinações gerais da formação do

---

<sup>24</sup> De acordo com Ata da Décima Quarta Reunião do Conselho Diretor da Universidade de Campinas, de trinta e um de agosto de 1967. Anexo do livro escrito por Fausto Castilho **O conceito de Universidade no Projeto da Unicamp**.

<sup>25</sup> Os nove primeiros integrantes do DEPES foram: Fausto de Castilho, João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Carlos Eduardo Gonçalves, Osmar Marchese, Eolo Pagnani, Wilson Cano, Ferdinando Figueredo e Lucas Gamboa. Nos anos de 1973-74, Liana Aureliano, Carlos Alonso, José Carlos Braga e Paulo Baltar, chegaram do Chile e adensaram o grupo. Luciano Coutinho e Sergio Silva, após terminarem o doutorado, respectivamente, nos Estados Unidos e na França, se juntaram ao grupo. Carlos Lessa e Maria da Conceição Tavares também deram importante colaboração para o departamento.

<sup>26</sup> Periódico, sem periodicidade fixa, publicado de 1975 à 1979, editado por Fernando Gasparian.

capitalismo em Marx com as idéias da teoria do desenvolvimento. Em seguida, acertar as contas com a Economia Política da CEPAL, de quem, com orgulho, eram filhos. E, finalmente, repensar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil através da crítica da política econômica e renovar as propostas de reforma econômica e social.

Diante disso, originava-se este grande plano de trabalho. As tarefas foram divididas e, com o tempo, foi crescendo a chamada “Escola de Campinas”. De fins da década de 1960, passando pela década de setenta e pelo início da década de 1980, a “Escola de Campinas” se consolidou no debate econômico brasileiro.

## **Considerações Finais**

A estrutura histórico-mundial, apresentada na primeira parte deste artigo, relacionada à conjuntura histórico-nacional, apresentado na segunda, conformam o quadro que julgamos necessário para compreender o surgimento da “Escola de Campinas”. Assim, para compreendermos a visão do mundo e o modo de pensamento que conformam esta instituição, entendemos que é necessário considerá-la como uma certa consciência e como um acontecimento peculiar dentro de um momento da totalidade histórica à qual pertenceu, não apenas em sua dimensão histórico-nacional, mas, sobretudo, em âmbito histórico-mundial.

Desta forma entendido, sugerimos que o pensamento formulado na “Escola de Campinas”, para ser bem compreendido, deve ser concebido como uma visão no conjunto das tensões ideológicas que caracterizavam a luta pelo desenvolvimento nas estruturas do saber do moderno sistema mundial. Portanto, o modo como era interpretada cada etapa da formação e desenvolvimento do Brasil pela “Escola de Campinas”, nas diferentes etapas de seu pensamento, esteve relacionado ao momento particular do sistema social histórico do qual o Brasil faz parte e no qual os autores encontravam-se inseridos.

## **Bibliografia**

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. In: **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 1ª de julho de 1959.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal – uma resenha. In:

- Bielschowsky, R. (org.). **Cinqüenta anos de pensamento na Cepal**. Vol.1 Rio de Janeiro: Record, 2000. pp.13-68
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOMENY, Helena. **Manifesto “Mais uma vez convocados”**. CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoMaisUmaVez>>. Acessado em: 19 de maio de 2011.
- BRASIL : tempos modernos. Coautoria de Celso Furtado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração, 1958, pp. 41-77. In: BRAUDEL. F. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Interpretações sobre o Brasil. In Maria Rita Loureiro (org.). **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997, pp.17-69
- CANO, Wilson. A economia bem-temperada de Wilson Cano. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 26 de maio a 1º de junho de 2008. p. 3.
- CASTILHO, Fausto; SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de (org.). **O conceito de universidade no projeto da UNICAMP**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na America Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.
- GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GUILHERME, Vanderley. **Quem dará o golpe no Brasil?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. 98p.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Centauro, 2002 [1946].
- LUKÁCS, György. A consciência de classe. In: LUKÁCS, György. **Historia e consciência de classe: estudos de dialética marxista**. 2. ed. Porto: Elfos, 1989.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia: introdução a sociologia do conhecimento**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954, p.3.
- MANTEGA, Guido; RÊGO, José Márcio. **Conversas com economistas brasileiros II**. São Paulo: 34, 1999. p. 183-216.
- MARINI, Ruy Mauro. **La dialética del desarrollo capitalista em Brasil (1966)**. En publicación: América Latina, dependência y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antologia y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre – CLACSO, 2008.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3ª Ed. São Paulo: Martin Claret,

2005.

- MICELI, Sérgio. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil, 1962-1992. In: MICELE, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol.2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995b, pp. 341-95.
- MICELI, Sérgio. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELE, S. (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol.2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995a, pp. 7-24.
- MICELI, Sérgio. Por uma sociologia das ciências sociais. In: MICELE, S. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol.1. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais : IDESP, 1989, pp. 5-19.
- NOVAIS, Fernando A. Anotações sobre a vida cultural na época do Antigo Regime. In: NOVAIS, F. A. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Cosac Naify, 2005
- PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da Universidade**. São Paulo: Cortez, 1986 (1961).
- POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- PREBISCH, Raúl. Advertência à América Latina. In: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 ago. 1961. Primeiro Caderno, p. 12.
- RANGEL, Ignácio. A inflação brasileira. In: RANGEL, Ignácio. **Obras Reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. Vol. 1, pp. 551-679.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- RODRÍGUEZ, Octavio. **El estructuralismo latinoamericano**. México: Siglo XXI: CEPAL, 2006.
- SADER, Emir. O Marxismo Ocidental no Brasil. In: ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental; Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004, pp.7-13.
- SIMONSEN, Mario Henrique. **A experiência inflacionária no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, 1964.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operaria inglesa**. Rio de Janeiro ; São Paulo: Paz e Terra, 1988-97.
- WALLERSTEIN, Immanuel et al. **Abrir las ciencias sociales: informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales**. México: Siglo XXI, 1996.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007,
- WALLERSTEIN, Immanuel. **SpaceTime as Basis of Knowledge**. 1997 (notas enviadas ao Congresso Mundial de Convergência realizando em Cartagena, Colômbia).
- WEBER. Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol.1. 4ª Ed. Brasília: Editora UnB, 2000.

# Revisitando a *tese do capitalismo tardio*: crítica a razão endogenista a partir do conceito de ciclos sistêmicos de acumulação

Marcelo Arend  
Professor Adjunto da UFSM  
[marceloarend@yahoo.com.br](mailto:marceloarend@yahoo.com.br)

## INTRODUÇÃO

O artigo procura avançar na crítica a perspectiva nacional a partir da noção de economia-mundo. Especificamente, procura-se reler as teses de Maria da Conceição Tavares e de João Manuel Cardoso de Mello, confrontando-as com a perspectiva dos ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi. A intenção é avaliar se a análise da dinâmica mundial, do período do pós-guerra até o final da década de 1970, de Arrighi em “O longo século XX”, acorda com as principais conclusões das referidas teses para o mesmo período.

As duas teses são complementares, e repercutiram no meio acadêmico brasileiro e latino-americano de forma destacada. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, defendida em 1974 por Tavares, e *O Capitalismo tardio*, defendida por Cardoso de Mello, em 1975, buscam avançar no debate a respeito do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. As teses de Mello (1982) e de Tavares (1986), denominadas doravante como “tese do capitalismo tardio”, resgatam a contribuição do conceito de “dependência” de Cardoso e Falleto (1977) e avançam na elucidação do processo de industrialização, caracterizando-o como eminentemente capitalista e propondo uma nova periodização para o movimento da economia brasileira no longo prazo. Ambos os estudos explicitam o caráter predominantemente *endógeno* que adquirira o processo de acumulação de capital nacional a partir de meados do século XX. Percebem que, a partir do Plano de Metas do governo JK, a estrutura industrial brasileira passa a ser entendida como dinâmica, com impulsos endógenos próprios, responsáveis pela geração de ciclos econômicos internos. Depois de **finalizado** o processo de industrialização, um futuro extremamente otimista, no que se refere à capacidade interna de acumulação de capital, pode ser conjeturado, por meio de um desenvolvimento dependente-associado.

Entretanto, faz-se necessário retomar as principais hipóteses dessa interpretação, pois foi exatamente depois da divulgação e da ampla aceitação da tese do capitalismo tardio no meio acadêmico nacional que a economia brasileira iniciou sua trajetória de relativa estagnação, que já perdura por praticamente três décadas. Desde a constatação de que a economia brasileira possui, a partir de “fatores internos”, mecanismos para desencadear ciclos endógenos e autodeterminar seu processo de acumulação, as taxas de crescimento econômico tenderam à estagnar, com relação ao

seu padrão histórico. O que vem a ser, afinal, a endogenia do processo de acumulação nacional presente na tese do capitalismo tardio? Como Tavares e Mello a entendiam?

Dessa forma, é importante retornar as principais conclusões dessa interpretação, a partir de uma perspectiva que não eleja a economia nacional como unidade de análise. Em lugar de supor uma “economia nacional”, neste artigo se considerará que os processos de acumulação são processos mundiais, que obviamente, ocorrem dentro de fronteiras nacionais. Nesta perspectiva, a “economia brasileira” passará a ser vista como parte da economia-mundo capitalista. Os processos econômicos ocorridos dentro do espaço nacional não serão percebidos como originários deste espaço, mas da economia-mundo e das forças que a dirigem; serão profundamente condicionados pelas fases de expansão material e de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação sob hegemonia norte-americana, no pós-guerra. Assim, a hipótese defendida no presente artigo é a de que a interpretação da *tese do capitalismo tardio* percebe o caráter predominantemente *endógeno* do processo de acumulação de capital nacional a partir de meados do século XX em decorrência da unidade de análise escolhida, que é abertamente a economia nacional.

A escolha da economia nacional como unidade de análise é similar ao que Medeiros (2010) define como a problemática do “*nacionalismo metodológico*” nos estudos sobre as trajetórias de desenvolvimento. Na perspectiva do *nacionalismo metodológico* a nação é referida como unidade auto-suficiente e inserida num ambiente internacional indiferenciado. Todavia, para o autor não existe apenas uma relação de mão dupla entre o Estado e as classes sociais e grupos de interesses no país, que limita e condiciona as estratégias de desenvolvimento, mas também uma relação política entre Estados territoriais, o que leva, nos exames sobre as trajetórias nacionais de desenvolvimento, a um necessário diálogo com as questões examinadas na “economia política internacional”. Seguindo essa recomendação de Medeiros (2010), no presente artigo analisa-se as afirmativas presentes na *tese do capitalismo tardio* relacionando-as com a dinâmica da economia política internacional a partir da perspectiva da Economia Política do Sistema-Mundo.

Com base no que já foi mencionado, além desta introdução o artigo foi dividido em cinco seções. Na seção 1, apresenta-se o conceito de ciclo sistêmico de acumulação, de Arrighi. Na seção 2, faz-se uma breve apresentação das principais teses das teorias cepalina e da dependência. Na seção 3, aborda-se a lógica interpretativa da tese do capitalismo tardio para a realidade brasileira. Em seguida, na seção 4, traz-se à baila algumas hipóteses avaliadas como problemáticas, quando se percebe o Brasil nos quadros da economia-mundo capitalista. Mostrar-se que a tese do capitalismo tardio adota hipóteses paralelas, porém necessárias, para a caracterização dos ciclos endógenos da economia brasileira no período pós-Plano de Metas. A afirmativa da ocorrência de ciclos econômicos endógenos necessita de hipóteses adicionais, como a endogenização da restrição externa. Por fim, na seção 5 reservam-se as principais conclusões.

## 1. CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NO LONGO SÉCULO XX

Para Arrighi (1996), a idéia de “ciclos sistêmicos de acumulação” sucessivos, como “padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial”, derivou da observação de Fernand Braudel “de que todas as grandes expansões comerciais da economia capitalista mundial anunciaram sua “maturidade” ao chegarem ao estágio de expansão financeira”. O conceito de ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), de Arrighi, é construído a partir da afirmativa de Braudel de que “as características essenciais do capitalismo histórico em sua *longue durée* – isto é, durante toda a sua existência – foram a ‘flexibilidade’ e o ‘ecletismo’ do capital” (ARRIGHI, 1996, p.4).

Para a explicação teórica de um ciclo sistêmico de acumulação Arrighi faz menção a fórmula D-M-D’ de Marx, e a constatação histórica de Braudel de que o grande capital é caracterizado pela sua flexibilidade, por suas várias especializações e pelas múltiplas formas de acumular e expandir. A flexibilidade e a mobilidade levaram o capital a assumir especializações em determinados períodos, dada à possibilidade de auferir lucros extraordinários na atividade.<sup>1</sup>

Os ciclos sistêmicos de acumulação podem ser sumarizados com a utilização da formulação marxista DMD’: a fase de expansão material é uma fase DM, enquanto a fase de expansão financeira é uma fase MD’. Nas fases de expansão financeira, observa-se não só o deslocamento de capital da forma produtiva para a forma financeira, mas também se constata uma abreviação da fórmula DMD’ para DD’: o capital passa a prescindir do processo produtivo para se reproduzir. A fase de expansão financeira indica que as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico encontram-se esgotadas, isto é, não proporcionam mais expectativas de lucros extraordinários nas suas estruturas produtivas.<sup>2</sup>

Dessa forma, cada ciclo sistêmico de acumulação constitui-se de uma fase inicial, de expansão material, seguida de uma fase final, de expansão financeira. Além do conceito de ciclos sistêmicos de acumulação nortear a análise da alternância entre fases de expansão material e expansão financeira dentro de um mesmo ciclo, ele também orienta a descrição da ascensão e queda

---

<sup>1</sup> “Permitam-me identificar aquilo que me parece ser um aspecto essencial da história geral do capitalismo: sua flexibilidade ilimitada, sua capacidade de mudança e de adaptação. Se há, segundo creio, uma certa unidade no capitalismo, da Itália do século XIII até o Ocidente dos dias atuais, é aí, acima de tudo, que essa unidade deve ser situada e observada. (Braudel apud Arrighi, 1996, p. 4). (...) A esfera superior do capitalismo, com a aliança capital e Estado que se realizou na Europa, a partir do século XVI, transformou-se no “monstruoso modelador da história mundial” (Braudel apud Arrighi, 1996, p. 11).

<sup>2</sup> “O aspecto central deste padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD’). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação” (ARRIGHI, 1996, p.6).

das hegemonias. Segundo Arrighi, ao longo da história, observaram-se a formação e o desenvolvimento de quatro CSA cada qual com características políticas, econômicas e sociais distintas. Em cada ciclo, identificou-se também certo tipo de padrão tecnológico, além da liderança de uma nação hegemônica. De acordo com Arrighi (1996), houve quatro ciclos sistêmicos de acumulação, ciclos de 150 a 200 anos aproximadamente, caracterizados por uma forte concentração de capital numa região geográfica que exerceu a hegemonia sobre o sistema mundial de seu tempo. O primeiro liderado pelas cidades italianas, com destaque para Gênova e Veneza, sendo substituída depois pela Holanda, Inglaterra e, finalmente, Estados Unidos.

Segundo Arrighi e Silver (2001):

“em toda e qualquer expansão financeira, o capitalismo mundial reorganizou-se ainda mais fundamentalmente sob uma nova liderança. (...) elas [as fases de expansão financeiras] foram um aspecto integrante das crises hegemônicas e da eventual transformação dessas crises em colapsos hegemônicos” (Arrighi e Silver, 2001, p.41).

As expansões financeiras são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto as negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista. (ARRIGHI, 1996, p.8). No que concerne à relação das expansões financeiras com as crises hegemônicas, Arrighi advoga que as expansões financeiras “foram um aspecto integrante das crises hegemônicas e da eventual transformação dessas crises em colapsos hegemônicos” (Arrighi e Silver, 2001, p.41). Para este autor, as expansões financeiras assinalaram não só o fim dos grandes avanços capitalistas, mas ainda “o outono das estruturas hegemônicas em que se inserem estes avanços”.<sup>3</sup>

Para Arrighi, a formação e expansão do sistema mundial moderno não seguiu uma trajetória única, estabelecida há quatrocentos ou quinhentos anos, mas passou “por diversas mudanças para novos trilhos, instalados por complexos específicos de órgãos governamentais e empresariais”. As reorganizações sistêmicas lideradas pelas sucessivas potências hegemônicas conduziram cada qual o sistema por uma nova direção (Arrighi e Silver, 2001, p.31).

“Sob a liderança holandesa, o sistema emergente de Estados europeus foi formalmente instituído pelos tratados de Westfalia. Sob a liderança britânica, o sistema eurocêntrico de Estados soberanos avançou para uma dominação global. Sob a liderança norte-americana, o sistema perdeu seu eurocentrismo e ganhou mais alcance e penetração”. (Arrighi e Silver, 2001, p.32)

Somente um Estado nacional que for capaz de ofertar “governabilidade mundial” em uma situação de caos sistêmico pode vir a se tornar mundialmente hegemônico. Historicamente, Arrighi defende que os Estados que foram capazes de ofertar “governabilidade mundial” (Holanda, Grã-

---

<sup>3</sup> São o momento em que o líder de uma grande expansão do comércio e da produção mundiais que está chegando ao fim colhe os frutos de sua liderança, sob a forma de um acesso privilegiado à liquidez hiperabundante que se acumula nos mercados financeiros mundiais. Esse acesso privilegiado permite que a nação hegemônica em declínio barre, pelo menos por algum tempo, as forças que desafiam a continuidade de sua dominação”. (Arrighi e Silver, 2001, p.42)

bretanha e Estados Unidos) reconstituíram o sistema em “bases novas e mais amplas” e restabeleceram uma certa medida de cooperação interestatal. Dessa forma, o surgimento de uma nova nação hegemônica no sistema interestatal está atrelado ao início de um novo período de “expansão sistêmica”, em que o Estado hegemônico promove a expansão conduzindo o sistema interestatal a “uma divisão do trabalho mais ampla ou mais profunda”, apoiado (imitado) por outros Estados que mobilizavam energias e recursos nesse processo. (Arrighi e Silver, 2001). O Estado hegemônico lidera o sistema interestatal, e seus agentes capitalistas lideram as principais cadeias de mercadorias, tornando-se os líderes dos processos sistêmicos de acumulação de capital e poder na escala do sistema-mundo.

Para Arrighi (1996), a transição da hegemonia mundial britânica para a norte-americana ocorreu entre 1873 a 1945/1950. A primeira data marca o início da Grande Depressão do século XIX e a segunda marca o período do término da Segunda Guerra Mundial à construção da nova ordem mundial. Ao final da Segunda Guerra Mundial havia no sistema interestatal uma demanda generalizada por ordem e governabilidade. Os Estados Unidos tornaram-se mundialmente hegemônicos ao atenderem essa demanda. Inicialmente, conduziram o sistema interestatal à restauração dos princípios, normas e regras do Sistema de Vestfália. Depois da Segunda Guerra Mundial, concedeu-se a todos os povos, ‘ocidentais’ ou ‘não-ocidentais’, o direito à autodeterminação, ou seja, a se constituírem em comunidades nacionais e, uma vez constituídos, a serem aceitos como membros plenos do sistema interestatal. (ARRIGHI, 1996, p. 66).

Após a 2ª Guerra Mundial, o mundo passou por uma forte estruturação política e econômica e, na década de 1940, o governo americano detinha o monopólio da liquidez internacional. A partir daí, sob a gestão do governo Roosevelt, a concepção da Doutrina Truman entra em vigor, pela qual o mundo foi dividido em dois grandes blocos: o lado ocidental, com seu modelo capitalista, liderado pelos Estados Unidos e o lado oriental, com a proposta comunista, comandado pela antiga União Soviética. Um fator marcante deste período foi o Sistema de Bretton Woods (SBW), pelo qual foram criados a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD). A criação do FMI significou a passagem das finanças do setor privado (Wall Street) para o público, através dos Bancos Centrais de cada país.

Tão logo o capital excedente nos Estados Unidos se libertou de sua esfera nacional, teve início uma nova expansão do comércio e da produção mundiais durante a chamada era de ouro do capitalismo nas décadas de 1950 e 1960 (Arrighi, 1996). Estas décadas representaram o auge da hegemonia mundial norte-americana e uma nova fase de expansão material da economia mundial capitalista. Esse novo regime de acumulação supera o sistema de empresas comerciais familiares da hegemonia britânica pela integração vertical da empresa capitalista. A empresa capitalista verticalizada que caracteriza o CSA norte-americano tinha como objetivo internalizar atividades e

transações antes executadas por várias outras empresas em um único campo organizacional para reduzir custos de transação e riscos da movimentação de insumos e distribuição. As empresas norte-americanas cresceram e ocuparam todo o mercado interno dos Estados Unidos até que elas sentiram a necessidade de se internacionalizar para continuar expandindo suas altas de lucros. Ao se expandirem transnacionalmente, as corporações norte-americanas transformaram-se num punhado de “cavalos de Tróia” nos mercados internos de outros Estados. A transnacionalização das corporações norte-americanas traduz o que Arrighi chama de “centralidade do investimento direto”. Conforme Gilpin (apud ARRIGHI, 1996, p. 73) a essência do investimento direto das empresas multinacionais norte-americanas “tem sido a transferência do controle administrativo de setores substanciais das economias estrangeiras para cidadãos norte-americanos”.

Com todo o seu sucesso e com a efetiva recuperação de grandes economias nacionais como a Europa ocidental e o Japão, que também criaram as suas próprias empresas transnacionais, as décadas de 1960 e 1970 assistiram a explosão destas organizações de poder econômico por todo o mundo. 1950 e 1960, como 1850 e 1860, constituem a fase de expansão material (DM) da economia mundial capitalista. Capital excedente reinvestido na produção e comércio, em escala maciça, criando condições de uma cooperação e divisão do trabalho renovadas.

## 2. DA AUTONOMIA À DEPENDÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

O esquema clássico cepalino, elaborado para caracterizar a dinâmica centro/periferia, e, conseqüentemente a situação do subdesenvolvimento, atribui importância particular à dinâmica tecnológica. Segundo Prebisch (2000b), em razão da “difusão lenta e desigual” do progresso técnico, em escala internacional, manifesta-se, em países especializados na produção de produtos primários, a tendência à deterioração dos termos de troca e, conseqüentemente, a tendência ao estrangulamento externo. Em linhas gerais, o progresso técnico direcionado a produtos industriais proporcionava aumentos de salários e lucros para os países especializados nessa produção, ou seja, aumento de renda *per capita*, e o progresso técnico na agricultura resultava tão somente em queda nos preços do produtos primários, da qual se beneficiavam os países desenvolvidos. O argumento original da Cepal era de que o padrão de especialização da periferia fazia com que a elasticidade-renda de suas exportações fosse inferior a elasticidade-renda de suas importações, o que tendia a gerar desequilíbrios na balança comercial nas fases do ciclo econômico.

Prebisch (2000b), justificando a necessidade de industrialização da América Latina, menciona que somente por meio do progresso técnico seria possível agregar valor às mercadorias e romper com a deterioração das relações de troca. Esse autor encontrara uma lacuna na teoria do comércio internacional e questionou a generalidade do argumento de que o comércio internacional tende ao equilíbrio e à distribuição de progresso técnico. A “[...] industrialização dos novos países

[...] não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas.” (PREBISCH, 2000b, p. 72). A industrialização desempenhava um papel dinâmico, ao absorver diretamente uma parcela substancial da população e estimular outras atividades, inclusive a agricultura de consumo interno: “[...] através do progresso técnico e da industrialização, vai crescendo a renda global e melhorando a renda per capita.” (PREBISCH, 2000d, p. 196).

Deve-se ressaltar que o otimismo inicial em relação à industrialização por substituição de importações, já na década de 1960 arrefeceu. A hipótese-chave da teoria cepalina, de que a industrialização seria capaz de absorver o excesso de mão-de-obra no setor moderno e de maior produtividade da economia, na realidade, não se concretizou. A partir dessa constatação, os textos cepalinos, nos anos, 1960 adquiriram um tom pessimista em relação à industrialização, surgindo interpretações relativas à insuficiência dinâmica e à estagnação.

Em razão do debilitamento explicativo da teoria cepalina original, novas interpretações sobre o processo de industrialização latino-americano, derivadas desse mesmo ideário, começam a ganhar destaque no meio acadêmico. O prestígio alcançado pela abordagem da dependência, já no final da década de 1960, elaborada por Cardoso e Faletto (1977), é marca incontestável disso. Para a “teoria da dependência”, seria possível haver desenvolvimento capitalista com aprofundamento de laços de dependência. Dessa forma, a análise de Cardoso e Faletto (1977) surge após a desilusão da perspectiva otimista da Cepal perante a industrialização e sua guinada interpretativa para questões relacionadas à insuficiência dinâmica e à estagnação dos países latino-americanos. Para esses autores, na abordagem cepalina “[...] falta uma análise integrada que forneça elementos para dar resposta de forma mais ampla e matizada às questões gerais sobre as possibilidades do desenvolvimento ou estagnação.” (CARDOSO; FALLETO, 1977, p. 15).

Em *Desenvolvimento e dependência na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (1977), Cardoso e Faletto apontam para a análise a respeito da mudança das estruturas sociais, que implica um processo de relações entre grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns tentam impor determinada forma de dominação, que lhes é própria, ao conjunto da sociedade. Metodologicamente, atestam que se deve caracterizar principalmente o modo de relação entre os grupos sociais no plano nacional.

Na “teoria da dependência”, o “externo” se expressa também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É por isso que a análise da dependência deve se centrar em sua manifestação interna, ou nos “fatores internos”, segundo Cardoso e Faletto (1977). Faz-se necessário analisar como as economias subdesenvolvidas se vincularam historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior.

Os autores enfatizam que interpretar as relações derivadas da relação centro-periferia requer a necessidade da incorporação da ideia de dependência. É a noção de dependência que auxiliará Cardoso e Faletto (1977) na compreensão do desenvolvimento capitalista latino-americano, no sentido de um avanço interpretativo. A crítica à Cepal deve-se ao fato de que ela teria simplificado a noção de subdesenvolvimento, pois atentava tão somente para a configuração econômica do sistema produtivo. Também a Cepal dirigia sua interpretação para as relações entre países, o que prejudicava a compreensão da dependência, já que a influência de classes e grupos internos era o principal condicionante do processo: “[...] não existe uma relação metafísica de dependência entre uma Nação e outra, um Estado e outro.” (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 140). Assim, a incorporação de fatores políticos e sociais requer a adoção do conceito de dependência.

Portanto, a tese de Cardoso e Faletto (1977), especificamente ao retratar o período posterior à internacionalização do mercado interno brasileiro, sugere um “novo caráter da dependência”, que não colide com o seu desenvolvimento. Desse modo, diante da situação de dependência, seria possível haver desenvolvimento (leia-se: desenvolvimento capitalista). Com isso, a versão do desenvolvimento dependente e associado é enfática ao afirmar que o processo de industrialização pode trazer miséria e marginalização, mas também riqueza; pode significar perda de autonomia, mas trazer desenvolvimento capitalista.

Nesse enfoque, o importante para as economias dependentes, que buscam se desenvolver, é o capital do centro que migra para a periferia. Portanto, **uma condição necessária para o desenvolvimento dos países latino-americanos seria o influxo de poupança externa**. Esse ponto é relevante para a discussão que será realizada posteriormente sobre a tese do capitalismo tardio. Deve ser enfatizado que, para Cardoso e Faletto (1977), a área de manobra dos países dependentes é restringida por **limites estruturais dados pelo sistema capitalista internacional**. Nesses termos, está claramente explicitado o entendimento de que o desenvolvimento capitalista da periferia, sob uma estratégia de desenvolvimento dependente-associado, pode ser não sustentável no longo prazo, pois depende constantemente de sua integração ao sistema internacional, que pode se reconfigurar ou se modificar. Apesar da internacionalização do mercado e da diversificação produtiva, “tanto o fluxo de capitais quanto o controle das decisões econômicas ‘passam’ pelo exterior.” (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 126). Nesses termos, a “unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional”, mas tal quadro progressista para o desenvolvimento da periferia pode se desmantelar, pois “[...] a possibilidade de manter esse jogo torna-se mais precária à medida que diminua o fluxo de investimentos estrangeiros — que se reduz em função do movimento internacional de capitais.” (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 131). Desse modo, um país periférico é dependente do ritmo do desenvolvimento tecnológico dos países centrais, sobretudo da **disposição** desses países em liberar ou não tais inovações e da viabilidade

dessa transferência. Ou seja, o “desenvolvimento dependente” necessita do apoio dos países centrais para continuar.

É importante ressaltar que, para Cardoso e Faletto (1977), seria possível o desenvolvimento capitalista, no sentido de diferenciação do sistema produtivo, sem a existência, ou formação, de um centro autônomo de decisão, interno, como reivindica Furtado em grande parte de sua obra. Como será apresentado a seguir, **a tese do capitalismo tardio, além de explicitamente “comprar” essa ideia, irá extrapolá-la** ao admitir um endogenismo do processo de acumulação de capital nacional a partir de meados do século XX. Para Mello (1982) e Tavares (1986), a partir de determinado momento histórico, a Nação, apesar de dependente, passa a possuir capacidade de se autodeterminar capitalisticamente. Há a ideia de Nação, além de a mesma deter capacidade de configurar de ciclos endógenos de crescimento e de acumulação de capital, independente do movimento da economia internacional.

### 3. AUTODETERMINAÇÃO E ENDOGENISMO DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO: A TESE DO CAPITALISMO TARDIO

A tese do capitalismo tardio seguirá o caminho proposto por Cardoso e Faletto (1977), no sentido de criticar o pensamento cepalino principalmente no que se refere à problemática da industrialização nacional. Segundo Mello (1982, p. 20), “[...] todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da ideia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma ‘situação periférica’”. Mello (1982), adotando o estilo da análise de Cardoso e Faletto (1977), busca caracterizar que o desenvolvimento latino-americano deve ser tratado como um desenvolvimento capitalista, mas também específico, por ser periférico. Para ele,

[...] **Dependência e Desenvolvimento** representa uma tentativa de constituir uma nova problemática, a problemática da “instauração de um modo de produção capitalista em formações sociais que encontram na dependência seu traço histórico particular”, **a problemática da formação e do desenvolvimento do modo de produção na América Latina**. Mais que isto, traz, a meu juízo, entre outras, uma contribuição fundamental: a ideia de que a dinâmica social latino-americana é determinada, em primeira instância, por “fatores internos”, e, em última instância, por “fatores externos”, a partir do momento em que se estabelece o Estado Nacional (MELLO, 1982, p. 25, grifo do autor).

Dessa forma, a tese do capitalismo tardio procura avançar na análise interpretativa do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Segundo Mello (1982), apesar do avanço interpretativo da “teoria da dependência”, restava ainda fazer a crítica à Economia Política da Cepal “pelas raízes”; basicamente faltava o julgamento da periodização histórica, não realizada por Cardoso e Faletto (1977). A crítica às interpretações cepalinas e dependentistas reside, então, na elaboração de uma nova periodização do processo histórico e na produção de conceitos capazes de estruturá-la em cada período.

A nova periodização elaborada por Mello (1982) é a seguinte:

1. Economia colonial: até Independência política.
2. Economia mercantil-escravista nacional: de 1822 até a abolição da escravatura.
3. Economia exportadora capitalista — retardatária em suas três fases:
  - a) Nascimento e consolidação da grande indústria (1888-1933).
  - b) Industrialização restringida (1933-1955).
  - c) Industrialização pesada (pós 1956).<sup>17</sup>

Interessa ao presente artigo discutir o processo de industrialização nacional, que se inicia em 1933. A partir desse momento histórico, há industrialização para Tavares (1986) e Mello (1982), porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial. No entanto, até 1955, a industrialização se encontra restringida, porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, **num golpe**, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial (MELLO, 1982, p. 110).<sup>18</sup>

Em linguagem marxista, o que Tavares (1986) e Mello (1982) buscam na nova periodização é identificar o período histórico em que o “ciclo do capital” se completa internamente. Procuram em que momento da história as necessidades técnicas internas são suficientes para autodeterminar o

---

<sup>17</sup> Segundo Mello (1982), para o mais perfeito entendimento do nascimento do capitalismo no Brasil, é necessário negar o formalismo do paradigma cepalino: “[...] há, mesmo, duas e não uma economia primário-exportadora, a apoiada no trabalho escravo e a organizada com trabalho assalariado. Formalismo, acrescento, que é mera decorrência do conceito de capital de que se parte: não há capital, isto é, instrumentos de trabalho, e mão-de-obra, quer dizer homens, tanto numa quanto na outra?”. Assim, a diferença fundamental entre economia colonial e economia primário-exportadora, que os cepalinos não fazem, para Mello (1982), está nas distintas relações sociais básicas a saber, trabalho compulsório e trabalho assalariado. É somente a partir da economia exportadora capitalista cafeeira que o modo de produção capitalista se torna dominante no Brasil. Entretanto, no período 1888-1933 existe um processo de auto-bloqueio, restrito, do capitalismo brasileiro, que explica-se, segundo Mello (1982) e Tavares (1982), pelo fato histórico e relativamente endógeno de que a acumulação industrial submete-se, desde o início do processo, ao desenvolvimento da produção e do capital mercantil exportador. Essa submissão não é, porém, apenas, como é sugerida em certas teorias da dependência, uma submissão ao capitalismo internacional, mas decorre da própria dinâmica interna de acumulação do café, segundo Tavares (1986). Essa dependência frente ao setor exportador, pelo lado da acumulação, é decisiva, pois, se bem o modo de produção capitalista se torna dominante no Brasil, por força da própria expansão cafeeira, não se geram, em simultâneo, forças produtivas capitalistas capazes de reproduzir, endogenamente, o conjunto do sistema, vale dizer, não se passa, ao mesmo tempo, ao ‘modo especificamente capitalista’ de produção, o chamado ‘capitalismo industrial’.” (TAVARES, 1986, p. 99-100).

<sup>18</sup> Assim, “[...] pela primeira vez na história da economia brasileira, combinam-se dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a “autodeterminação” do processo de desenvolvimento.” (TAVARES, 1986, p. 103).

processo de desenvolvimento capitalista da Nação. O ciclo do capital e sua reprodução ampliada, de acordo com a periodização histórica elaborada pelos autores, podem ser expressos pelo seguinte esquema:

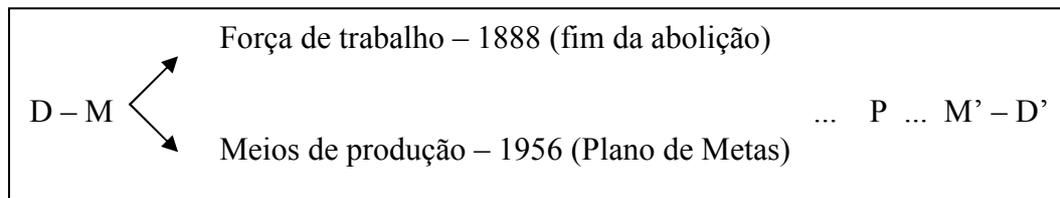


Figura 1 - Esquema Marxista da Periodização Histórica do Desenvolvimento Capitalista Brasileiro da Tese do Capitalismo Tardio

Fonte: Elaborada pelo autor.

O capitalismo é *tardio* porque demora a se constituir um mercado de trabalho. O “mercado de trabalho está vazio” até 1888, segundo Mello (1982), porque havia um “problema de falta de braços”. Por meio de uma política imigratória, financiada pelo Estado, obteve-se “trabalhadores carentes de meios sociais de produção”, criando-se um mercado de trabalho em moldes capitalistas. No entanto, a especificidade do aparecimento do capitalismo brasileiro reside no fato de que ele nasceu desacompanhado das forças produtivas clássicas, consolidando-se sem contar com um departamento produtor de bens de produção. Com a mudança no “centro dinâmico”, ocorrida na década de 1930, tem-se um processo de industrialização, retardatária em relação à economia mundial capitalista, mas ainda não em moldes “especificamente capitalistas”, pois faltava internamente o setor produtor de bens de capital. Por isso, a industrialização é restringida até 1955. Assim, pelo entendimento de que o setor produtor de bens de produção se instala definitivamente na economia brasileira a partir de 1955, o ciclo do capital se completa internamente. Somente depois desse ponto no tempo, seria possível, segundo Mello (1982) e Tavares (1986), ocorrer ciclos endógenos internamente, pois o processo de industrialização não sofreria mais com o autobloqueio da carência da força de trabalho, nem com a insuficiência de meios de produção. Por isso, “**A industrialização chegara ao fim e a autodeterminação do capital estava, doravante, assegurada.**” (MELLO, 1982, p. 122, grifo nosso).

Mello e Belluzzo (1998) contribuem para a elucidação da interpretação da tese do capitalismo tardio com o seguinte comentário:

Faz-se mister definir o caráter particular que assumiu o capitalismo monopolista de Estado no Brasil, bem como desvendar sua dinâmica no período recente, a partir daquilo que consideramos as **leis gerais de movimento do capitalismo, em sua última etapa**. O capitalismo monopolista de Estado se instaura, no Brasil, ao término do período Juscelino, que marca a **última fase da industrialização**. Isto porque só então são constituídas **integralmente** as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital, cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que impõe uma dinâmica

especificamente capitalista ao processo de acumulação. A partir daí, então, a acumulação de capital só encontra as barreiras colocadas por ela mesma. (MELLO; BELLUZZO, 1998, p. 164, grifo nosso).

Dessa forma, somente a partir do Plano de Metas do governo JK, apresentam-se condições internas completas de acumulação. Superam-se os constrangimentos impostos pela falta da produção interna de bens de capital e de bens duráveis, constituindo-se todas as etapas e meios necessários ao processo de acumulação. Note que está implícito que não havia mais barreiras estruturais no processo de acumulação decorrentes de insuficiência técnica e restrição externa.

O novo caráter da “associação subordinada”, segundo Tavares (1986), trouxe consigo um rearranjo na estrutura industrial brasileira capaz de suscitar ciclos internos, basicamente pela presença de três estruturas oligopólicas industriais: o oligopólio competitivo (indústrias tradicionais de bens de consumo duráveis – DIII); o oligopólio diferenciado concentrado (bens de consumo duráveis e parte dos bens de capital – DII); o oligopólio puro concentrado (bens intermediários e de capital – DI). A segunda estrutura, o oligopólio diferenciado concentrado, representa a “**máquina de crescimento’ no sentido schumpeteriano**”, para Tavares (1986, p. 69; grifo nosso), pois incorpora os ramos “metal-mecânicos que mais têm crescido à escala mundial, em particular o automobilístico e de material elétrico”. A internalização do oligopólio diferenciado é que passaria a afetar de forma decisiva a taxa de crescimento econômico e a diferenciação da estrutura industrial.

O movimento da economia, a partir da instalação das três estruturas oligopólicas industriais (no sentido kaleckiano dos três departamentos – DI, DII e DIII), teria sua lógica de expansão determinada essencialmente pelo movimento intraindustrial. A dinâmica econômica passaria a apresentar um comportamento **cíclico** em razão da incompatibilidade entre as taxas de acumulação e de crescimento da demanda efetiva dos três departamentos recém instalados; isto é, o ciclo seria decorrente de a economia ter um potencial de acumulação superior à sua capacidade de crescimento efetivo. A redução das taxas de crescimento do oligopólio diferenciado concentrado (DII) precipitava a redução das demandas intersetoriais, já que representava efeito indireto sobre a demanda dos bens de consumo generalizado e bens de produção. Segundo Tavares (1986, p.134; grifo da autora), o setor de bens de consumo duráveis não apresentava “problemas de demanda corrente [...] Trata-se mais especificamente de um desajuste potencial, em sentido dinâmico, entre o ritmo de expansão da demanda e a capacidade interna de produção e de acumulação”. Ou seja, havia uma tendência permanente de excesso de acumulação frente à desaceleração natural da demanda.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> A dinâmica cíclica dar-se-ia da seguinte forma: como as taxas de crescimento apoiavam-se no setor de bens de consumo duráveis, a economia brasileira tendia a deparar-se com problemas de realização dinâmica. Isso porque, mesmo diante da existência de capacidade ociosa e da expansão das margens de endividamento das famílias, o crescimento acelerado da indústria de bens duráveis era de “fôlego curto”, pois, no Brasil, a base da pirâmide salarial não pode ter acesso generalizado aos bens por esse setor produzidos. Todavia, a expansão acelerada da indústria de bens

Deve-se ressaltar o papel do investimento público na dinâmica cíclica. Na etapa de expansão econômica acelerada, o investimento público estaria obrigado a aumentar mais que proporcionalmente seus gastos em infraestrutura e na indústria pesada de insumos básicos para romper estrangulamentos existentes, os quais se agravam com a expansão e para evitar bloqueios futuros ao crescimento. Nos períodos de expansão, o investimento público poderia aumentar, pois a capacidade de endividamento público aumentava na etapa expansiva e diminuía drasticamente na etapa declinante do ciclo, segundo Tavares (1986). No entanto, a dificuldade de elevar os níveis absolutos de gastos em termos reais, uma vez passado o auge de expansão, tornar-se-ia praticamente inviável. Passando a ocorrer crescimento desproporcional entre os três setores fundamentais, o setor público, mesmo programando a sua demanda de bens de capital, não conseguiria “[...] resolver os problemas da distribuição global da renda em termos dinâmicos, de modo a compatibilizar as relações intersetoriais em ‘um modelo de crescimento desequilibrado’.” (TAVARES, 1986, p. 84).

O ciclo seria inexorável, pois o investimento público não poderia manter a taxa de crescimento global da economia elevada para sempre; entretanto, a demanda autônoma do governo “[...] passa a funcionar como um limite de segurança que impede, ou pelo menos pode evitar, uma estagnação prolongada e ajuda a manter uma taxa de crescimento mínima, mesmo em períodos de depressão.” (TAVARES, 1986, p. 81-82). **“Passado o período de crise e da suposta ‘destruição criadora’, sempre poderá recomencar-se um novo ciclo de expansão com características similares.”** (TAVARES, 1986, p. 86, grifo nosso). A tendência à estagnação de longo prazo, como anteriormente apregoou Furtado (1966), estava afastada da dinâmica econômica nacional para a tese do capitalismo tardio. A demanda autônoma do governo, apesar de não conseguir compensar a redução da atividade privada, mantém uma taxa de crescimento mínima e impede a estagnação econômica.<sup>20</sup>

O capitalismo maduro, presente já na economia brasileira sob a forma do oligopólio diferenciado concentrado, é “[...] entendido como aquele que já não encontra limites a sua expansão

---

duráveis acabava por alavancar a produção do setor de bens de capital, a qual indiretamente acabava promovendo um reforço na expansão da demanda de duráveis. Contudo, seria inevitável a desaceleração da indústria de bens de consumo duráveis, mas seu declínio acentuado era impedido pelo ritmo da acumulação da indústria de bens de produção e pelos investimentos do Estado. Assim, o auge cíclico era explicado pela combinação da aceleração do crescimento da indústria de bens de produção e pela política econômica, que conseguiam manter a demanda de duráveis em um patamar bastante elevado, ainda que a uma taxa declinante. No entanto, com o passar do tempo, o declínio da taxa de acumulação do departamento produtor de bens duráveis começava a arrastar as taxas de crescimento dos demais setores, embarcando a economia para a fase recessão. Via mecanismos institucionais, o Estado reconcentrava renda nas classes superiores, estimulando novamente o consumo de bens de consumo duráveis, refazendo-se o ciclo.

<sup>20</sup> “[...] a hipótese de que a taxa de crescimento da demanda é dada exogenamente pelas condições de expansão global da economia não é válida para as grandes empresas oligopólicas estrangeiras nem para as do setor público. Particularmente, quando as decisões estratégicas de crescimento da capacidade, na frente da demanda, são tomadas em conjunto com vistas a uma complementaridade de longo prazo, isso garante uma componente ‘autônoma’ do investimento em curso, que dá um patamar mínimo à taxa de crescimento industrial. Esta pode flutuar violentamente, com ciclos de aceleração e desaceleração de crescimento, mas **difícilmente a indústria, em seu conjunto, encontrar-se-á em ‘estagnação’.**” (TAVARES, 1986, p. 65, grifo nosso).

pelo lado da estrutura técnica do capital.” (TAVARES, 1986, p. 30). Assim, a nova interpretação para o desenvolvimento capitalista do Brasil tem como elemento basilar o fato de a reprodução ampliada do capital se tornar endógena e dominante. A endogenia presente na dinâmica cíclica do processo de acumulação é a ideia de que a produção dos departamentos de bens de produção e consumo duráveis “alavancam” a economia, já devidamente diversificada pela presença de empresas multinacionais modernas e pela figura forte do Estado desenvolvimentista. É a partir dessa constatação que, com a instalação dos departamentos produtores de bens de produção (DI) e consumo duráveis (DII), desde 1956, a economia brasileira também está sujeita a ciclos de expansão e a crises de realização.

#### 4. LIMITES DA RAZÃO ENDOGENISTA E SUPOSIÇÕES PROBLEMÁTICAS PARA UMA ANÁLISE A PARTIR DA ECONOMIA POLITICA DOS SISTEMAS-MUNDO

A seguir, apresentam-se algumas críticas a interpretação da tese do capitalismo tardio. Conforme foi explicitado, a tese do capitalismo tardio induz a crer que a economia brasileira, a partir de meados do século XX, adquiriu um relativo *status* de economia madura. Como se verá, problemas relacionados ao “estrangulamento externo” e/ou à dependência tecnológica deixaram de ser os mais preocupantes.<sup>21</sup> As questões relevantes para o processo de industrialização nacional passavam a esbarrar em problemas de insuficiência de demanda efetiva, e a problemática atrelada a restrições de capacidade de oferta interna não mais parecia inquietar os autores. Observa-se, então, de que forma Mello (1982) e Tavares (1986) conseguiram arquitetar esse cenário.

##### 4.1 O modelo de Kalecki e a endogenização do ciclo

A percepção de que a economia brasileira conseguiu endogeneizar seu ciclo de desenvolvimento apresenta uma série de fragilidades. Primeiramente, o marco conceitual em que se expressou, basicamente a teoria da demanda efetiva de Kalecki, não foi concebido para expressar crescimento no longo prazo. Antes disso, é tentativa de explicar teoricamente (ou por meio de um modelo de curto prazo) como as decisões descentralizadas do mercado podem alcançar um grau de coerência que permita ao sistema se reproduzir.<sup>4</sup>

<sup>21</sup> A seguinte citação explicita essa afirmativa: “A economia brasileira, depois que seu processo de acumulação passou a estar basicamente determinado endogenamente pela expansão e diversificação do setor industrial, vale dizer, alcançada determinada dimensão dos setores produtores de bens de produção e de consumo duráveis, está sujeita a ciclos de expansão e a problemas de realização que podem ou não se desenvolver numa crise, como em qualquer economia capitalista.” (TAVARES, 1986, p. 117).

<sup>4</sup> A esse respeito, Possas (1999) defende que o modelo “de Kalecki é teórico, e não aplicado”. Isso porque, segundo ele, “[...] é fundamental assinalar desde já o que acredito ser uma *premissa metodológica central* (ainda que em boa medida implícita), não só do modelo de investimento de Kalecki, mas de *toda* a sua teoria da dinâmica econômica capitalista, a saber: a *estrutura econômica estável* — significando ausência de mudanças tecnológicas, das estruturas produtiva e de mercado, e da política econômica.” (POSSAS, 1999, p. 32, grifo do autor). O progresso técnico adquire um tratamento **exógeno** no modelo, e é coerente com a análise sistemática de uma estrutura econômica estável adotada pelo autor.

Dentre as conclusões teóricas derivadas do modelo de Kalecki, a central é que a dinâmica “associada à demanda efetiva” da economia capitalista — isto é, abstraindo-se o progresso técnico e as mudanças estruturais — é caracterizada pela ocorrência de flutuações. Isso significa que é possível explicar o ciclo econômico apenas com o comportamento “rotineiro” do nível de atividade, sem as armas poderosas da mudança estrutural e do progresso técnico como fez Schumpeter, ou da análise de processo históricos sistêmicos da economia-mundo, como fez Arrighi. O próprio Kalecki, nos capítulos finais de sua *Teoria da Dinâmica Econômica* (1978), é enfático ao esclarecer que sua construção teórica, relativa aos ciclos econômicos, refere-se a uma situação estática.<sup>5</sup> Para Kalecki (1978), o exame do desenvolvimento no longo prazo deve recair, fundamentalmente, nos “fatores de desenvolvimento”, os quais remetem à capacidade de uma economia introduzir progresso técnico na atividade econômica e provocar mudanças estruturais.<sup>6</sup>

A tese do capitalismo tardio, ao afirmar categoricamente que não havia mais limitações pelo lado da oferta, ou que os problemas presentes na economia brasileira, pós Plano de Metas, decorriam de insuficiência de demanda efetiva, implicitamente admite que internamente estejam presentes os “fatores do desenvolvimento”, já que é enfática ao afirmar a não-possibilidade de estagnação, mas sim a existência de uma tendência ascendente de crescimento no longo prazo.

Ao retratar novamente a forma como a tese do capitalismo tardio “aplica” o modelo de Kalecki para o processo de industrialização de longo prazo da economia brasileira, nota-se que Tavares (1986) e Mello (1982) tiveram a preocupação de trabalhar com os dois componentes do modelo: as flutuações de curto prazo, ou os ciclos endógenos, e a tendência ascendente de longo prazo. A possibilidade de adotar o modelo surge do entendimento da plena existência de um departamento produtor de bens de produção, o DI, e de um produtor de bens de consumo duráveis, o DII. Ou seja, é a partir do modelo kaleckiano que a periodização é construída. Antes da instalação

---

<sup>5</sup> Ao discutir o mecanismo da recuperação econômica, Kalecki (1977, p. 25) assinala que a saída da depressão é “[...] resultante do investimento estimulado por uma importante invenção tecnológica, o que em parte é uma questão de acaso.” A solução para uma insuficiência de progresso técnico, no modelo teórico do autor ocorre da seguinte forma: “[...] basta substituir os empresários estimulados a investir — por causa da nova invenção — pelo governo realizador do investimento” (Id., Ibid., p. 27), para que se dê a recuperação econômica. O “truque” para a recuperação econômica, como dizia Kalecki, era que o Estado poderia agir adequadamente no sentido de estimular a produção e o emprego. Todavia, segundo o próprio Kalecki (Ibid., p. 29), dessa forma, sua teoria do ciclo econômico considera um sistema econômico fechado e desprovido de tendência, isto é, um sistema que, depois de cada ciclo, retorna ao seu estado original, pois não há progresso técnico ou mudança estrutural.

<sup>6</sup> Kalecki, depois de estabelecer uma série de relações entre o investimento, os lucros e o montante da produção, salienta: “[...] certas constantes dessa relação se acham sujeitas a modificações econômicas a longo prazo, apesar de termos suposto como sendo estáveis para fins da análise do ciclo econômico [...]. A passagem da situação estática à tendência ascendente a longo prazo corresponde à alteração do valor da intensidade dos “fatores do desenvolvimento” [...]. Pode-se concluir portanto que na ausência dos “fatores do desenvolvimento”, o sistema descamba para o estado estacionário [...]. Sustentamos que as inovações tendem a elevar o nível de investimento a longo prazo e portanto produzem uma tendência ascendente a longo prazo [...]. As invenções, portanto transformam o sistema estático em outro, sujeito a uma tendência ascendente. O enfraquecimento do crescimento das economias capitalistas nos últimos estágios de seu desenvolvimento se explica provavelmente, pelo menos em parte, pelo declínio da intensidade das inovações [...]. Como já apontamos, **nossa análise demonstra que o desenvolvimento a longo prazo não é inerente à economia capitalista. Dessa forma, torna-se necessário a presença de “fatores de desenvolvimento” específicos para sustentar um movimento ascendente a longo prazo.** (KALECKI, 1978, cap. 14-15, grifo nosso).

(internacionalização) desses departamentos, na fase de nascimento e consolidação do capitalismo (1888-1933) e na fase de industrialização restringida (1933-1955), os gastos em bens de produção e de consumo duráveis pelo capitalista “nativo” não geravam renda no Brasil. Antes os gastos feitos em investimentos e consumo de luxo eram “vazados” para fora, operando uma flutuação cíclica nas regiões receptoras desses gastos, e não internamente. Com a existência dos três departamentos internamente, surge para os autores a possibilidade da ocorrência dos ciclos internos. Assim, ao se instalarem o DI e o DII na economia nacional, os gastos em bens de investimento e de consumo duráveis passaram a ser determinantes do nível de renda no Brasil, e como os ciclos são função desses gastos, ocorreu uma **endogenização da demanda efetiva e do padrão cíclico**.

Nessa perspectiva, está bem claro que a continuidade da viabilidade do padrão de industrialização dependeria de políticas econômicas internas estimuladoras da demanda efetiva ( $C + I + G$ ), com destaque para ação do Estado em promover fases de ascensão e atenuar o impacto das fases de descenso da economia. Logo, problemas de continuidade dependeriam de políticas internas adotadas. Enfatiza-se que, a despeito de a industrialização ser periférica e dependente, a problemática referente à capacidade do sistema em prover progresso técnico não é questionada pelos autores, já que se assume que “novo” capital estrangeiro o fará.

Também, a racionalidade do Estado nacional brasileiro é exagerada no que concerne a sua capacidade de gestão da demanda efetiva. Deve-se ter em mente, conforme lembra Arrighi (1996), que a internacionalização das empresas norte-americanas limitaram, em muito a capacidade de decisão de Estado nacionais, principalmente (semi)periféricos. Ao se expandirem transnacionalmente, as corporações norte-americanas transformaram-se num punhado de “cavalos de Tróia” nos mercados internos de outros Estados. Isso porque, conforme Gilpin (apud ARRIGHI, 1996, p. 73), a essência do investimento direto das empresas multinacionais norte-americanas “tem sido a transferência do controle administrativo de setores substanciais das economias estrangeiras para cidadãos norte-americanos”.

Há o entendimento na tese do capitalismo tardio de que, com a implantação do setor de bens de produção, em um só golpe, estariam postas as condições para um crescimento permanente de longo prazo, similar às economias desenvolvidas com flutuações cíclicas ocorrendo sob uma tendência ascendente. Em uma perspectiva sistêmica, essa interpretação cairia no erro de considerar o capitalismo estático. Tudo leva a crer que a tese do capitalismo tardio percebeu o movimento da dinâmica oligopólica internacional dos anos 1960 e 1970, marcado pela internacionalização da produção nos países periféricos, como um movimento permanente.

A partir dessa exposição, torna-se aparente que o conceito de interno, presente na Teoria da Dependência, não tem o mesmo significado do conceito de endógeno utilizado por Tavares (1986) e

Mello (1982).<sup>23</sup> “Interno”, para Cardoso e Faletto (1977), significa que as classes internas comandam o processo histórico, mas não que comandam o comportamento dos ciclos econômicos, isto é, as classes internas não têm o poder de reverter os ciclos. A contribuição fundamental da teoria da dependência é a ideia de que a **dinâmica social** latino-americana é determinada por “fatores internos”. No entanto, a **dinâmica econômica**, ou o circuito da acumulação, para Cardoso e Faletto (1977), passa pelo exterior, não se completando exclusivamente dentro do Estado Nacional; por isso, a relevância dos determinantes externos.<sup>24</sup> A noção de endógeno, em contrapartida, transmite a ideia de autonomia econômica interna por meio de um novo padrão de acumulação, garantido pela ação decisiva do Estado e pela transferência de tecnologia das empresas multinacionais. Transparece, na análise, também, uma ideia de “independência” em relação ao processo de acumulação capitalista mundial, o que não é verdadeiro para a teoria da dependência. Tavares (1986) e Mello (1982) parecem confundir implantação de um departamento de bens de produção com autonomia tecnológica, o que leva à ideia de um processo endógeno de acumulação de capital.<sup>25</sup>

#### 4.2 A Endogenização da Restrição Externa

Restrições ao crescimento derivadas de desequilíbrios nas contas externas também não representavam mais o problema maior da economia brasileira, segundo a interpretação de Tavares

<sup>23</sup> Essa problemática foi inicialmente identificada em Aldworth (1988, p. 88).

<sup>24</sup> Esta é a finalidade da análise integrada proposta por Cardoso e Faletto (1977): determinar as vinculações econômicas e político-sociais que se dão no âmbito da Nação. A dinâmica que pode adquirir o sistema econômico dependente, no âmbito da Nação, está determinada pela capacidade de os sistemas internos estabelecerem alianças para proporcionar-lhe capacidade de expansão. Na situação do subdesenvolvimento, as classes sociais estabelecem alianças para sustentar uma estrutura de poder e gerar a dinâmica social e econômica. Deve-se compreender o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o *status quo* como aquelas que pressionam para que se produza a mudança social. Assim, a atuação das forças, grupos e instituições sociais, interna a Nação, passa a ser decisiva para a análise do desenvolvimento. Apesar da aceitação da dependência relacionada à difusão e à internacionalização de técnicas, cabe refletir se Cardoso e Faletto (1977) não exageraram quanto às possibilidades de desenvolvimento coexistindo com a dependência. Isso porque a tese calca-se na ideia de que o desenvolvimento capitalista periférico é determinado, em primeira instância, pelas variáveis políticas internas e, em última instância, pelo movimento mais geral do capitalismo internacional. São os fatores político-sociais internos que podem produzir políticas para que sejam aproveitadas as “novas condições”, ou as novas oportunidades, de desenvolvimento econômico.

<sup>25</sup> Assim, os autores da tese do capitalismo tardio, além da crítica à periodização histórica ao pensamento cepalino, contestam também a “teoria da dependência” de Cardoso e Faletto (1977). Tavares (1986), ao buscar esclarecer a “nova situação de dependência” e a “associação subordinada” do capitalismo nacional, evidente a partir de meados do século XX, afirma categoricamente que não há razão para preocupações relativas à queda da taxa de acumulação no longo prazo. Apesar do aumento do processo de concentração relativa em favor do capital internacional e das empresas estatais, segundo Tavares (1986, p. 115), isso “[...] não prejudicou, em termos absolutos, o conjunto do capital de propriedade de ‘nacionais’. Pode-se mesmo dizer que o salvou de uma tendência maior à estagnação relativa, embora submetendo-o a crises conjunturais mais agudas.” Descartada a possibilidade de estagnação de longo prazo, questões relacionadas a ciclos curtos “[...] parecem-me hoje mais relevantes como mecanismo indutor dinâmico do processo de industrialização do que a situação de estrangulamento externo”. Esses fatos inegáveis, segundo Tavares (1986, p. 110), “[...] servem apenas para iluminar o debate histórico e tentar mostrar que nem as interpretações do tipo ‘substituição de importações’ nem tampouco as de ‘dependência’ são suficientes para esclarecer satisfatoriamente a especificidade histórica e teórica do subdesenvolvimento.” Conforme demonstrado anteriormente, para Cardoso e Faletto (1977) a possibilidade de restrições no balanço de pagamentos ainda é latente na industrialização pesada, fato explícito aos autores afirmarem que o “novo caráter da dependência” passa por questões relativas à dependência técnica e financeira.

(1986) e Mello (1982). Como destacam Medeiros e Serrano (2001, p. 116), na tese do capitalismo tardio ocorre uma “endogenização” da restrição externa. Novamente, a questão do “ciclo endógeno” é resultado de dois fatores, segundo os autores: 1) a importância que o setor de bens de capital no país alcançou com os investimentos do Plano de Metas, e; 2) o grande volume de investimento direto estrangeiro que se dirigia ao país fundamentalmente pelo tamanho e dinamismo do mercado interno. A percepção de que o setor produtor de bens de produção estaria internalizado definitivamente já foi discutida nas seções anteriores. Além desse fato, a tese do capitalismo tardio, ao se apoiar na alegação de que os fluxos de capitais internacionais dirigir-se-iam ao Brasil em razão do dinamismo do mercado interno, acabou minimizando a problemática da restrição externa ao crescimento.

A endogenização da restrição externa na tese do capitalismo tardio foi arquitetada a partir do seguinte raciocínio: a pressão sobre as importações só ocorria nas fases expansivas do ciclo de industrial, mas era justamente nessas fases que aumentava o aporte de recursos externos (via empréstimos internacionais e investimentos estrangeiros diretos (IED)) e diminuía a saída de divisas sob o título de transferência e remessas de lucro, em razão da dinâmica economia interna. Também, a partir do entendimento de que as empresas líderes na fase expansiva eram, em grande parte, filiais de empresas multinacionais, sempre que houvesse expectativas de rentabilidade positiva, a necessidade de divisas que excedessem as receitas usuais das exportações seria suprida pelas próprias empresas e bancos coligados (novamente, surge a presença da “máquina de crescimento schumpeteriana” do oligopólio diferenciado e da conglomeração financeira). Dessa forma, **a expansão da demanda efetiva acabava por induzir endogenamente um fluxo de recursos externos que financiava com facilidade a expansão.** Na reversão do ciclo, o aumento das saídas na conta de serviços era acompanhado por uma queda nas importações de bens de capital, encontrando-se relativamente equilibrado o balanço de pagamentos. Ou seja, estaria assegurada a plena capacidade de financiamento da economia brasileira por meio do investimento direto e do endividamento externo (MEDEIROS; SERRANO, 2001).

**Os desequilíbrios agudos no balanço de pagamentos** e a aceleração inflacionária que caracterizam o final dos períodos relativamente curtos de expansão, mais que determinantes da crise interna, **são uma manifestação do esgotamento da fase expansiva.** Dito de outra maneira, os mecanismos endógenos de expansão e realimentação dinâmica se esgotam, agravam-se as tensões inflacionárias e se tornam mais agudos os problemas de pagamento da dívida interna e externa, **e não o revés, como é corrente em certas interpretações do tipo limites externos do crescimento ou crise de crédito.** Em apoio a esta segunda hipótese, convém lembrar que embora os desequilíbrios do balanço de pagamentos em conta corrente se tornem mais agudos nos períodos de aceleração dos investimentos quando aumenta a demanda complementar por bens de capital importados, **nunca ocorreram limitações por parte dos supridores externos de equipamentos.** Mesmo quando o poder de compra das exportações estava estancado ou declinante, **o capital de risco e o suprimento de créditos dos fornecedores sempre reforçaram a capacidade de importar desde que a economia estivesse crescendo rapidamente.** (TAVARES; BELLUZZO, 1998, p. 140, grifo nosso).

Pressupõe-se que a tese do capitalismo tardio entendia que a dinâmica do tripé capital estatal/capital privado nacional/capital privado estrangeiro, implantado pelo Estado desenvolvimentista, reprimia a autonomia do capital internacional a lógica dos ciclos industriais nacional, pois sempre preponderava a dinâmica de acumulação interna. Discorrendo a respeito do comportamento da entrada de capitais estrangeiros privados de risco, ou de financiamento bancário internacional, Tavares (1986, p. 146) aponta que “é necessário expandir-se” para que ocorra uma entrada de capitais de risco. Ou seja, tanto o investimento direto estrangeiro quanto o financiamento bancário internacional só ocorrem depois que a economia voltar a se recuperar. Nessa ótica, desequilíbrios externos não são fatores primários das crises, ou seja, não há restrições externas ao crescimento. Os desequilíbrios no balanço de pagamentos são apenas sintomas de taxas decrescentes de expansão interna, decorrentes da inexorabilidade dos ciclos industriais. Nitidamente nota-se que o crescimento econômico, ou a expansão, é determinado por fatores internos, em especial pela habilidade do Estado desenvolvimentista de articular coerentemente blocos de investimentos públicos, privados e externos. O tamanho do mercado interno e as perspectivas de investimento criadas pelo Estado desenvolvimentista conduziam a ciclos de endividamento e de atração de capital externo, que sancionava endogenamente a dinâmica expansiva interna.

Deve-se ressaltar que o período de expansão e de mudança estrutural do Plano de Metas não pode ser entendido sem a percepção da expansão material do quarto ciclo sistêmico de acumulação, sob a hegemonia norte-americana.

As décadas de 1950 e 1960, como as de 1850 e 1860, constituem outra fase de expansão material (DM) da economia mundial capitalista – ou seja, um período durante o qual o capital excedente foi reinvestido no comércio e na produção de mercadorias, em escala suficientemente maciça para criar uma cooperação e uma divisão do trabalho renovadas, dentro e entre as distintas organizações governamentais e empresariais da economia mundial capitalista. Sem dúvida, a velocidade, a escala e o alcance da conversão do capital excedente em mercadorias foram maiores no ciclo norte-americano do que em qualquer ciclo anterior. (ARRIGHI, 1996, p.308).

Este ciclo de acumulação, inicialmente foi marcado pela expansão material de empresas norte-americanas para a Europa e Japão e, posteriormente, pelo acirramento da concorrência e conseqüente transbordamento dos oligopólios internacionais norte-americanos, europeus e japoneses para a periferia mundial. Também, no período de aceleração do crescimento dos anos 1970, não se deve subestimar a importância da abundância de liquidez financeira internacional proporcionada pela dinâmica do mercado de eurodólares e petrodólares (ARRIGHI, 1996). Crer que esses eventos sistêmicos de âmbito mundial, que proporcionaram um enorme fluxo de capitais ao Brasil e relaxaram a restrição externa, são resultados do dinamismo econômico nacional é, no mínimo, uma hipótese heroica.

A importância do papel desempenhado pelo Estado desenvolvimentista seguramente é exagerada na tese do capitalismo tardio. Negligencia-se a dinâmica internacional na qual a

economia se industrializou, e o Estado aparece como uma entidade acima da própria nação e do complexo maior da economia mundial. Lembra algo como um *Estado-ex-machina*. A partir daí, pode-se até mesmo inferir a ideia de uma nação fechada, pois o essencial é a lógica interna da acumulação alcançada por meio do desenvolvimento e da interação dos três grandes setores produtivos. Conseqüentemente, o sistema econômico mundial também é visto, por Tavares (1986) e Mello (1982), como um agregado de Nações, e, dentro de seu esquema “endogenista”, perde-se o movimento, a totalidade e as contradições inerentes ao capitalismo como um sistema-mundo, que ficam relegados a um segundo plano, já que as nações têm o poder de comandar seu próprio processo de acumulação capitalista. A tese do capitalismo tardio fica, neste ponto, aquém da ideia cepalina, pois tende a negligenciar os fatores externos, os quais a Cepal não deixou de incorporar ao tratar dos estrangulamentos externos e dos termos de intercâmbio (ALDWORTH, 1988).

O movimento de internacionalização do capital, ocorrido no imediato pós-guerra, dá-se diante do funcionamento das regras do Sistema Bretton Woods (SBW), as quais foram criadas com a finalidade de estabilizar a economia internacional.<sup>18</sup> O comportamento dos países europeus de restringir importações diante do problema da “escassez de dólares” incentivou o processo de internacionalização do capital já na década de 1950. Não sendo possível penetrar no mercado europeu por meio de exportações, a estratégia adotada pelas empresas norte-americanas realizou-se por meio de investimentos diretos. Entretanto, logo grandes empresas europeias iniciaram um movimento de fusões e associações de escala continental, com a intenção de se fortalecerem e iniciar investimentos também em novos territórios. Nesses termos, a resposta das empresas europeias foi rápida diante do movimento já iniciado pelas empresas americanas no imediato pós-guerra. É a partir desse movimento de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação, sob a hegemonia norte-americana, que deve ser percebido o processo de “industrialização pesada” brasileiro.

---

<sup>18</sup> Órgãos multilaterais como o BIRD e o FMI foram criados na tentativa de harmonizar o sistema capitalista, bem como para buscar um controle maior sobre os países membros. Enquanto o BIRD tinha a função de ofertar divisas para o desenvolvimento econômico, o FMI encarregava-se de regular a política cambial e o equilíbrio do balanço de pagamentos dos países deficitários. As regras para o comércio mundial, firmadas em Genebra em 1947, basearam-se no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que estabelecia princípios multilaterais para o comércio mundial. Todavia, os princípios liberalizantes para o comércio mundial inicialmente colidiam com a própria estratégia norte-americana de reestruturação das economias européia e japonesa perante a ameaça do avanço dos ideais soviéticos. Na verdade, as regras do SBW serviam mais para disciplinar as condutas políticas de países periféricos. O FMI, por exemplo, sendo criado para apoiar países com problemas estruturais no balanço de pagamentos, não foi acionado na reconstrução européia, pois, para essa região, era necessária a disponibilidade de um grande volume de recursos em face da ameaça soviética. Para a Europa Ocidental, através do Plano Marshall, recursos foram disponibilizados por intermédio do Banco Mundial. O direito aos empréstimos para países latino-americanos por meio das agências multilaterais dava-se com a pressão para o “alinhamento automático” diante dos interesses norte-americanos. O Banco Mundial e o FMI, nesse sentido, serviram como forma de disciplinar países periféricos. A conjuntura do segundo governo Vargas indica isso. De fato, no início, as regras do SBW não foram plenamente adotadas. As barreiras comerciais, por exemplo, estabelecidas pelas economias da Europa Ocidental no imediato pós-guerra, na intenção de proteger seus mercados em reconstrução, iam contra as regras do GATT.

Assim, o primeiro surto de liquidez internacional no pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana, ocorreu já na década de 1950. Após a reconstrução europeia, a economia mundial assistiu a um acirramento da concorrência entre capitais oligopólicos das principais economias desenvolvidas, que buscavam novos espaços para a intensificação de seu processo de acumulação. A consequência dessa dinâmica oligopólica foi o processo de internacionalização do capital para a periferia capitalista mundial, resultando no transbordamento da estrutura produtiva dos países centrais para os países periféricos.

Durante mais de uma década, os investimentos externos diretos norte-americanos haviam crescido com rapidez, tendo mais que duplicado entre meados da década de 1950 e meados da de 1960; os investimentos externos diretos europeus haviam crescido em paralelo, de um valor modesto para uma soma respeitável. (ARRIGHI, 1996, p.314).

Segundo Arrighi (1996), o SBW, apoiado no dólar como moeda convertível em ouro, começou, já na década de 1960, a apresentar problemas. A questão residia no fato de que o excesso de dólares no sistema monetário internacional, seja por um elevado fluxo de IED, seja por déficits em transações correntes da economia norte-americana, deveria ser absorvido pelos demais países sob pena de verem suas moedas valorizadas. Nesse sentido, diante da necessidade de obter competitividade perante a economia dos EUA, as economias europeias acumularam grandes somas de divisas em dólares, não deixando suas taxas cambiais valorizarem. Ocorre que bancos privados norte-americanos se instalaram na Europa, fora do alcance das autoridades monetárias desse país, aproveitando a possibilidade de ampliarem seus negócios diante dessa janela de liquidez. A consequência disso foi a geração de uma enorme liquidez internacional na forma de empréstimos bancários em moeda, e o aumento da liquidez transbordou para a periferia do sistema capitalista: “Os bancos do mercado monetário europeu passaram a emprestar livremente aos países em desenvolvimento, praticamente pela primeira vez, durante o período pós-guerra. Brasil, México, Coreia do Sul, Zaire, Peru e outros foram cortejados por banqueiros europeus.” (KINDLEBERGER, 1992, p. 254). Portanto, a relação de causalidade deve ser entendida da seguinte forma: foi o movimento sistêmico de expansão material (D-M – processo de internacionalização do capital) e posteriormente o início do movimento de expansão financeira (M-D’ – processo de liquidez internacional decorrente do mercado de eurodivisas) que impactaram no desenvolvimento de países periféricos, como foi o caso do Brasil, e não a dinâmica econômica interna brasileira que promovia ingressos de IEDs e empréstimos internacionais.

Sob o mando do II PND, aliado novamente a um novo impulso do mercado de eurodólares — incentivado agora pelos petrodólares — a estratégia de crescimento com recursos externos foi reposta até o findar da década de 1970.<sup>7</sup> Dessa forma, até o final dos anos 1970, em razão do

---

<sup>7</sup> Segundo Furtado (1992, p. 68), as taxas de juros em 1973 não passavam de 2% negativos, no ano seguinte alcançaram 6% negativos, e até fins do decênio se mantiveram extremamente baixas. Enquanto houve liquidez financeira

ambiente externo favorável, o governo brasileiro programou medidas que uniram o sistema financeiro doméstico ao sistema financeiro internacional, em especial ao euromercado e à lógica de expansão das empresas multinacionais. Entretanto, o mercado de crédito bancário, que fazia circular uma grande quantidade de recursos e no qual foi alicerçado todo o arranjo de financiamento de longo prazo da economia brasileira, era desregulamentado, tendo elevada propensão ao risco. O segundo choque do petróleo, a subida nas taxas de juros internacionais no final dos anos 1970 e a consequente recessão mundial provocaram o encerramento dos financiamentos internacionais via bancos privados. O deslumbramento de que o sistema financeiro internacional baseado em bancos privados poderia substituir o sistema oficial multilateral montado em Bretton Woods acabara, e com ele a via de financiamento de longo prazo do processo de industrialização.

Sobre o desempenho da economia brasileira nos anos 1980, caracterizado pela transferência de recursos reais ao exterior e pela estagnação das taxas de crescimento econômico, Carneiro (1993) argumenta que a estratégia do II PND acarretou uma ruptura do ciclo endógeno que ditava a dinâmica de crescimento da economia desde meados da década de 1950. Retomando o ideário da tese do capitalismo tardio, tal qual Tavares (1986) e Mello (1982), Carneiro (1993) indica que a dinâmica cíclica da economia brasileira no período foi caracterizada por um comportamento do coeficiente de importação pró-cíclico, que aumentou nas fases expansivas, e do coeficiente de exportação anticíclico, isto é, as exportações diminuía conforme aumentava a absorção doméstica.<sup>8</sup> Nesse sentido, para esse autor, a compulsoriedade da transferência de recursos reais ao exterior pela necessidade da geração de megasuperávits comerciais para o pagamento da dívida externa tornou impossível a restauração do ciclo endógeno, conduzindo a economia brasileira à estagnação nos anos 1980. Em razão da dinâmica do ciclo endógeno, passou a existir um forte *trade-off* entre a continuidade do crescimento e a preservação do superávit comercial ou a incompatibilidade da manutenção dos saldos comerciais com o crescimento econômico a taxas históricas.<sup>9</sup>

Conforme discutido anteriormente, a tese do ciclo endógeno na estrutura produtiva brasileira necessita de hipóteses paralelas que invertam o entendimento da lógica expansiva do capital

---

internacional, a estratégia foi levada adiante e os desequilíbrios externos puderam ser financiados por recursos internacionais.

<sup>8</sup> Segundo Carneiro (1993, p. 145), retratando o período pós-Plano de Metas, “[...] a autodeterminação do capital estaria assegurada no sentido de que as decisões de investir comandam o processo de crescimento, que não se encontraria limitado quer por restrições externas – o limite à capacidade para importar –, quer por condições internas – como a distribuição de renda e o perfil da demanda.”. Esse autor menciona ainda que, “[...] a dinâmica é dada pelo investimento e não há barreiras à acumulação advindas da capacidade para importar, seja porque uma parcela decisiva do capital constante é produzida internamente, seja porque as importações necessárias à expansão da capacidade produtiva são diretamente financiadas pelas filiais das multinacionais aqui instaladas.” (Id., *Ibid.*, p. 146).

<sup>9</sup> “Dada a complexidade da estrutura produtiva da economia brasileira, os efeitos multiplicadores do superávit comercial desencadeiam o restabelecimento do ciclo endógeno – liderado pelas indústrias de bens de capital e de consumo durável – aumentando a absorção doméstica e comprometendo o desempenho da exportações e do superávit. [...] O crescimento sustentado através da restauração do ciclo endógeno, assentado na indústria pesada, encontra limitações imediatas na incompatibilidade entre absorção doméstica e transferência de recursos reais ao exterior”. (CARNEIRO, 1993, p. 168).

internacional, pressupondo ser o capital externo (seja na forma de IED, seja na forma de financiamento) que se ajuste à dinâmica do mercado interno brasileiro, e não o país que é forçado a constantemente se adequar a sua dinâmica cíclica. Essa visão contradiz todo o argumento desenvolvido neste artigo. Afinal, foi a partir do movimento da internacionalização do capital, manifestado na conjuntura internacional a partir dos anos 1950, que o surto de expansão do Plano de Metas se realizou. Também foi, a partir do desenvolvimento do mercado de eurodólares, nos anos 1960 e 1970, que a economia brasileira “resolveu” seu problema de financiamento de longo prazo.

Por isso, a estagnação da década de 1980 não é produto de uma herança do II PND que desarticulou a lógica de crescimento tri-departamental da economia brasileira. Os anos 1980 emanam do esfacelamento de um padrão de financiamento alicerçado em capitais externos, definido em meados dos anos 1960, para dar fôlego a uma estrutura industrial implantada uma década antes. Assim, a expansão que vai de meados dos anos 1950 até o final da década de 1970 é muito mais reflexa da dinâmica cíclica internacional do que de uma dinâmica cíclica própria e autodeterminada da economia nacional. Os surtos expansivos da economia brasileira não foram decorrentes de uma inexorabilidade dos ciclos endógenos, mas, ao contrário, todas as evidências vão no sentido de que foram ciclos reflexos do movimento de alargamento de capitais dos países centrais para a periferia.

## 5. CONCLUSÃO

A periodização do capitalismo tardio, desenhada por Tavares (1986) e Mello (1982), ao dar destaque à implantação do Departamento de Bens de Produção (DI), enfatiza que a **industrialização chegou ao fim e que a autodeterminação do capital estava assegurada no Brasil pós-Plano de Metas**. Para isso, foi necessário assumir algumas hipóteses adicionais: a) o núcleo fundamental do DI foi implantado num só golpe, se concretizando na década de 1950; b) a consolidação do DI significava autonomia frente aos ciclos internacionais; portanto, os ciclos da economia brasileira, a partir da implantação do departamento de bens de produção, podiam ser configurados independentemente dos ciclos internacionais; c) o Estado seria capaz de reverter as fases recessivas dos ciclos econômicos, ou de garantir uma taxa de crescimento mínima para a economia, por meio de políticas econômicas corretas; d) a tendência ascendente de longo prazo estaria assegurada pelo motivo da presença da “máquina de crescimento” do oligopólio diferenciado e da conglomeração financeira, que transferiria progresso técnico; e) a restrição externa ao crescimento estaria também endogenizada, pois, no momento em que ocorresse uma expansão da demanda efetiva interna, um fluxo de recursos externos (IED e empréstimos) financiaria o déficit em transações correntes em razão da dinâmica econômica nacional; f) a produtividade do capital não tendia à queda, o que assegurava a não possibilidade de estagnação econômica no longo prazo.

Essas conjecturas são necessárias para assegurar a ocorrência de ciclos endógenos. No entanto, constituem uma caricatura da realidade, próxima à estrutura econômica estável do modelo de Kalecki, o qual se distancia e não representa a dinâmica do capitalismo mundial assimétrico. A utilização de um ferramental teórico como o de Kalecki para a compreensão de um processo de industrialização retardatária, de longo prazo ou secular, levou os autores a destacar a dinâmica referente à insuficiência de demanda efetiva e a relegar a um segundo plano os dois problemas maiores das nações ditas subdesenvolvidas: a fraqueza extrema de geração de progresso técnico em estrutura industrial interna e a restrição externa. Apesar da intensa transferência de tecnologia promovida pelas empresas multinacionais no período 1950-1970, tais técnicas proporcionavam ganhos de produtividade limitados por estarem em maturidade, já que correspondem a tecnologias da fase terminal da expansão material do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano.

A “máquina de crescimento”, no sentido schumpeteriano, por exemplo, em que Tavares (1986) se apoia e que estaria internalizada definitivamente no Brasil, incorporava os ramos automotriz e eletromecânico, emblemáticos do paradigma metal-mecânico-químico. Tais setores industriais nasceram com o movimento de internalização de custos de transação na economia norte-americana já no final do século XIX, caracterizando a “nova” empresa verticalmente integrada. Como bem mostra Arrighi (1997, p.186), nas décadas de 1960 e 1970 “as atividades industriais estavam sendo periféricas – isto é, estavam perdendo seu status de núcleo orgânico anterior”. Já, nos anos 1980, não eram esses ramos o motor do crescimento nas economias desenvolvidas, e sim o complexo eletrônico baseado em tecnologias da microeletrônica. Segundo Arrighi (1997) a “Revolução da Informação”, que marcou a ascensão do leste asiático na estrutura produtiva mundial, reordenou novamente os fluxos de capitais na economia-mundo. Passados praticamente três décadas desde o surgimento do paradigma microeletrônico, esses ramos ainda não foram internalizados na estrutura industrial brasileira.

Assim, não se considera apropriado utilizar ilações de tendências extremamente otimistas como Tavares (1986, p. 114), admitindo categoricamente que “as filiais estrangeiras que se instalaram no período 1956/61 vieram para ficar” e, sendo elas “máquinas de crescimento no sentido schumpeteriano”, garantem o progresso técnico e a diversificação produtiva para a periferia. Também não se entende como válida *a priori* a afirmativa de que a estrutura industrial interna brasileira tem uma dinâmica própria e que, “[...] muitas vezes, porém, é justamente quando a situação internacional é desfavorável que certos mecanismos de expansão se reajustam endogenamente e permitem uma nova rearticulação, favorável à acumulação de capital posterior.” (TAVARES, 1986, p. 111, grifo da autora). A internalização de tecnologias via empresas multinacionais que se verificam em uma fase de maturidade tecnológica pode deixar de ocorrer em

direção a determinadas regiões periféricas, pois as empresas dos países centrais começam a buscar novos espaços internos e externos para a valorização do capital.

Na tese do capitalismo tardio, está evidente que uma condição necessária para o desenvolvimento da economia brasileira seria o influxo de poupança externa. De fato, durante praticamente todo o período que vai de 1955 até princípio da década de 1980, a economia brasileira cresceu ancorada no forte ingresso de recursos externos. No entanto, é importante reter que foi a fase de expansão material que possibilitou a industrialização pesada do Brasil, bem como foi no início da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano que ocorreu o relaxamento da restrição externa ao crescimento da economia brasileira. Os investimentos estrangeiros diretos e a liquidez internacional das décadas de 1960 e 1970 nas economias centrais minimizaram a debilidade do sistema financeiro nacional. Na verdade, a estratégia de desenvolvimento cristalizada em meados da década de 1950 não somente delegou setores dinâmicos da economia brasileira às empresas multinacionais, mas também atrelou fortemente o padrão de financiamento nacional a dinâmica do sistema financeiro internacional.

O Brasil, a partir do governo JK, apresentou aproximadamente 25 anos de crescimento elevado, porém sem que este crescimento viesse a criar condições endógenas suficientes para sua autodeterminação ou auto-suficiência. Por mais que leis, normas, regras e políticas fossem implementadas, estas se mostraram insuficientes, pois a dinâmica capitalista, em permanente mudança, não pôde contar só e somente com condições internas, mas também com determinantes externos, o que contraria as teses de João Manuel Cardoso de Mello e de Maria da Conceição Tavares.

## BIBLIOGRAFIA

- ALDWORTH, R. G. **Ensaio crítico a razão endogenista**. 1988. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1988.
- ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. Rio de Janeiro; São Paulo: Contraponto; UNESP, 1996.
- ARRIGHI, G; SILVER, B. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.
- CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. **Desenvolvimento e dependência na América Latina**: um ensaio de interpretação sociológica. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CARNEIRO, R. Crise, ajustamento e estagnação: a economia brasileira no período 1974-89. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 2, p. 145-169, ago. 1993.
- FURTADO, C. **Brasil**: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- KALECKI, M. Teoria da Dinâmica Econômica. In: **Kaynes/Kalecki**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores). p. 49-188
- KINDLEBERGER, C P. **Manias, pânico e crashes**: um histórico das crises financeiras. Porto Alegre: Ortiz, 1992.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. Instituições e desenvolvimento econômico: uma nota crítica ao "nacionalismo metodológico". In: **Economia e Sociedade**, vol.19 no.3 Campinas dez. 2010.

- MEDEIROS, C.; SERRANO, F. Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil. In: FIORI, J. L.; MEDEIROS, C. (Org.) **Polarização mundial e crescimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, J. M.; BELLUZZO, L. G. M. Reflexões sobre a crise atual. In: BELLUZZO, L.G.M.; COUTINHO, R. (Org.) **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. Campinas: Unicamp, 1998. 1 v.
- POSSAS, M. Demanda efetiva, investimento e dinâmica: a atualidade de Kalecki para a teoria macroeconômica. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2. p. 17-46, jul./dez. 1999.
- PREBISCH, R. Estudo Econômico da América Latina, 1949. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de Pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000a. cap. 2.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de Pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000b. cap. 1.
- PREBISCH, R. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de Pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000c. cap. 12.
- PREBISCH, R. Problemas Teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de Pensamento da Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000d. cap. 3.
- TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1986.
- TAVARES, M. C.; BELLUZZO, L. G. M. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. M.; COUTINHO, R. (Org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. Campinas: Unicamp, 1998. 1 v.

# A contribuição da Teoria do Sistema-Mundo para a controvérsia sobre a Revolução Burguesa no Brasil

Tiago Camarinha Lopes<sup>1</sup>  
Niemeyer Almeida Filho<sup>2</sup>

## Resumo

O artigo pretende explicitar em que medida a Teoria do Sistema-Mundo contribui para a discussão sobre a revolução burguesa no Brasil. A partir da apresentação da controvérsia sobre os modos de produção da economia brasileira pré-capitalista, o texto busca atingir dois objetivos. Primeiro, mostrar que a solução teórica para tal debate encontra suporte na Teoria do Sistema-Mundo e segundo, indicar que, apesar desse avanço abstrato, a controvérsia permanece no âmbito prático, pois ela não é apenas uma questão metodológica, mas também política.

**Palavras-chave:** sistema-mundo, modo de produção, revolução capitalista, materialismo histórico

**Códigos JEL:** N00, P10

## Abstract

This paper aims at revealing how the World-System analysis contributes to the discussion about the capitalist revolution in Brazil. After presenting the controversy about the modes of production of the pre-capitalist Brazilian economy, the article follows two objectives. First, to show that the theoretical solution to this debate has support from the World-System analysis and second, to indicate that, in spite of this abstract progress, the controversy remains at the practical level, because it is not only a methodological question, but also a political one.

**Key-words:** world-system, mode of production, capitalist revolution, historical materialism

**JEL:** N00, P10

---

<sup>1</sup> Mestrando do Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, MG. IEUFU Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE). Av. João Naves de Ávila, 2121, bloco 1J.  
Contato: tiagocamarinhalopes@gmail.com

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, MG.

## Introdução

O debate sobre o caráter exato da revolução burguesa no Brasil, ou mais especificamente, a maneira pela qual o capitalismo teve início no território brasileiro, esconde dilemas que ainda não foram completamente solucionados.<sup>3</sup> Se por um lado, é consenso que a ascensão do Estado capitalista no Brasil foi um processo longo e sem viradas bruscas, por outro, a controvérsia permanece em um ponto específico: aquele que busca classificar o modo de produção no Brasil “pré-capitalista”. A questão em geral é se houve feudalismo no Brasil, se houve um modo de produção escravista ou se a economia brasileira anterior às transformações de 1930 já operava na lógica do modo de produção capitalista. Apesar de a questão parecer ser inequívoca, ela engendra uma grande dificuldade devido ao fato de se querer associar sem mediações adequadas um modo de produção ideal abstrato a certa economia nacional concreta.

Sabe-se que níveis históricos diferentes se sobrepõem durante a formação do modo de produção do capital. O fato de haver formas sociais novas (expressas na crescente importância do capital comercial na metrópole) e velhas (visíveis no emprego de mão de obra escrava nas colônias) agindo sobre a formação econômica e histórica do Brasil cria grandes desafios para o economista e historiador. Por esse motivo, ao invés desse enfoque classificatório da economia real em algum modo de produção descrito em teoria pura, seria aconselhável adotar um enfoque mais adequado ao procedimento de mediação entre o abstrato e o concreto.

Em linha com esse raciocínio, é argumentado que o capitalismo só pode ser concebido como modo de produção global. Desse modo, não se considera os países ou economias nacionais isoladamente na hora de analisar a formação e generalização das relações sociais mercantis, mas sim em seu conjunto, já que na prática, elas compõem a mesma economia nascente, a economia capitalista. Essa perspectiva se assemelha à abordagem dos sistemas-mundo enquanto interpretação histórica do capitalismo e que

---

<sup>3</sup> Por questões de organização da história do pensamento, é possível situar o debate mencionado a partir da organização das interpretações do Brasil apresentada por Bresser-Pereira (1982). Aqui, a controvérsia pode ser identificada como o diálogo existente entre as duas principais correntes interpretativas da esquerda durante o processo de industrialização: a nacional-burguesa dos anos 1940 e 1950, representada pelo PCB, pelos componentes do ISEB e parcialmente pela CEPAL e as várias vertentes de oposição à interpretação autoritária modernizante (de sustentação do regime militar) que se desenvolveram nos anos 1960 e 1970. Tudo gira em torno da tentativa de se posicionar àquela interpretação inicial fortemente influenciada pelo marxismo ortodoxo de que seria possível no Brasil obter uma aliança burguesia-proletariado para atingir um capitalismo desenvolvido.

se desenvolveu a partir dos trabalhos de Gunder Frank (1967), Immanuel Wallerstein (1979) e Arrighi (1994).

No entanto, ainda que a teoria dos sistemas-mundo resolva teoricamente o assunto, o debate permanece segundo Sodré ([1989] 2010) porque a problemática dos modos de produ o no Brasil não seria meramente uma questão formal ou acadêmica, mas essencialmente política. A controvérsia derivaria em parte de posi es políticas distintas e teria implica es importantes para a formula o de táticas de revolu o.

O artigo combina a teoria dos sistemas-mundo com a análise de Nelson Werneck Sodré sobre a revolu o burguesa no Brasil para atingir dois objetivos: mostrar que a soluço teórica para a controvérsia sobre os modos de produ o no Brasil encontra suporte na teoria dos sistemas-mundo e indicar que, apesar da controvérsia poder ser solucionada em teoria, ela permanece devido ao fato de não ser apenas uma questão metodológica, mas também política. O resultado final   que, se a inten o for abranger ambos os aspectos da atividade científica, ou seja, o lado teórico e o prático, a análise dos sistemas mundo precisa, de um lado, ser classificada como enfática no aspecto descritivo, e de outro, receber apoio em sua crítica às análises de rela es internacionais que justificam o *status quo* internacional.<sup>4</sup>

### **A controvérsia sobre a Revolu o Burguesa no Brasil**

Com as transforma es graduais da estrutura produtiva brasileira, visíveis já ao longo dos anos 1920, vieram os sinais de esgotamentos da Primeira República do Brasil. A forma o das unidades típicas do que posteriormente viria a ser o setor industrial colocava a sustentac o do Estado de então em cheque. A passagem da também chamada República Velha para Era Vargas   um episódio de transforma es históricas decisivas que determina em grande medida o caráter próprio do Estado brasileiro tipicamente capitalista. A partir de uma visão mais abrangente, este momento faz parte daquele processo designado como revolu o burguesa brasileira e que   fundamental para a compreensão da forma o da economia brasileira contemporânea.

As características do Brasil de hoje são resultados dessas transforma es que fizeram da colônia uma economia capitalista. Na análise histórica de Marx sobre a forma o do

---

<sup>4</sup> A apresenta o de Voigt (2007), por exemplo, deve, nessa linha estratégica, ser difundida nos cursos de rela es internacionais que vêm se expandindo no Brasil como maneira de clarificar as distintas escolas no campo de RI. O apoio crítico serve como passo inicial para incentivar uma atividade intelectual mais próxima da práxis.

modo de produção do capital, a centralidade plena das relações mercantis é o resultado de um longo processo que constitui o trabalho assalariado como forma predominante do trabalho social. A transição da sociedade pré-capitalista para o capitalismo foi estudada por Marx da perspectiva da Europa ocidental, ou seja, a partir da consolidação do modo de produção capitalista nesta parte do globo. O fato de o capitalismo ter se firmado pela primeira vez na história justamente neste continente é corroborado pela Revolução Industrial Originária, que abre a possibilidade do modo de produção em questão se desenvolver finalmente em plenitude. As circunstâncias que fizeram com que o capitalismo afluísse justamente no continente europeu fazem com que os historiadores estudando a transição de formas pré-capitalistas para a sociedade capitalista adotem em geral uma perspectiva eurocêntrica.

Mas, como a mesma ordem econômica começa a partir de então a se alastrar pelos outros cantos do mundo, torna-se necessário estudar como as regiões inicialmente periféricas entram no capitalismo. Para tanto, é preciso ressaltar as diferenças dessas regiões em relação ao processo de transição clássica, que pode ser pensado como sendo a revolução burguesa tradicional.

As dificuldades dessa atividade não são desprezíveis. No Brasil, o debate sobre as características precisas da formação do Estado capitalista prossegue, visto que novas interpretações surgem como maneira de descobrir as falhas da interpretação marxista ortodoxa e que era a visão prevalecente da esquerda intelectual nos anos 1940 e 1950.<sup>5</sup> Sabe-se que a revolução burguesa no Brasil ocorreu ao longo de um processo extenso, que encadeia episódios de pequenos avanços. Por essa razão, existe unanimidade entre os estudiosos de que a iniciação do capitalismo no Brasil não se deu por meio de uma transformação pontual, como na Revolução Francesa em 1789, mas por um conjunto de mudanças que parecem ter enorme dificuldade de serem concluídas.<sup>6</sup>

Por outro lado, é possível focar na passagem da Primeira República para a Era Vargas como maneira de ilustrar o momento histórico da revolução burguesa no Brasil.

---

<sup>5</sup> De acordo com Bresser-Pereira (1982), faziam parte da intelectualidade da esquerda dos anos 1940 e 1950, Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Alberto Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto e Edwaldo Correa Lima, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Caio Prado Jr. É importante ressaltar que embora partilhem vários aspectos em comum, cada autor tem suas especificidades que devem ser levadas em conta se o objetivo for fazer um estudo acurado sobre o pensamento econômico e histórico brasileiro. Aqui, vale lembrar que as novas interpretações a partir dos anos 1960 ressaltam as particularidades dos autores e explicitam a busca por um “acerto de contas” com a visão prevalecente nos anos 1940 e 1950.

<sup>6</sup> Para interpretações clássicas da “revolução-restauração” no Brasil, ver, por exemplo, Fernandes (2006) e Oliveira (1981). Sobre a controvérsia e o posicionamento de alguns autores, ver: Bandeira (2005). Para uma introdução mais ampla do debate sobre modos de produção no Brasil, ver: Figueiredo (2004).

Com segurança, a virada de 1930 que terminou com a República Velha parece incorporar e decidir o movimento em direção à sociedade capitalista e urbana, ainda que muitas dificuldades coloquem entraves a superação derradeira do modelo de economia agro-exportadora típico da colônia.

No Prefácio para a Crítica da Economia Política, Marx ([1859] 1971) chegou à conclusão de que o nível de desenvolvimento das forças produtivas delimitava as possibilidades de organização das relações sociais de produção e distribuição. Em outras palavras, uma sociedade com instrumentos escassos e ação sobre a natureza altamente limitada tinha uma estrutura social e ideológica conforme, e por isso, no passado, a ciência não podia ser utilizada plenamente como força produtiva. Os desenvolvimentos e incrementos disso que viria a ser a concepção materialista da história acabaram resumindo a história da civilização a uma sucessão de etapas, ou de modos de produção, que se diferenciavam de acordo com o nível de domínio que a sociedade tinha sobre a natureza.

Nesse contexto, foi descoberto, e por Marx adequadamente explicado e teorizado, que o modo de produção do capital surgira de uma composição social mais antiga. Como Figueiredo (2004) destaca corretamente, a noção da história da civilização como um processo progressivo que parte da sociedade primitiva, passa por etapas intermediárias e chega ao capitalismo é hoje amplamente difundido pelo ensino básico de história. No caso da Europa, essa configuração precedente era facilmente identificada com o feudalismo e os anos escuros da Idade Média.

O problema que surge neste instante é o seguinte: como hoje, o capitalismo abarca todo o globo, é necessário explicar a forma específica de transição para o capitalismo destas áreas que não tiveram o feudalismo europeu como forma social anterior. Por isso, a tarefa consiste em utilizar a matriz teórica por trás da análise da revolução burguesa clássica para dar conta da revolução capitalista fora da Europa. Bandeira (2005), por exemplo, lembra que na Rússia esse problema ocupou um espaço importante na agenda dos estudiosos locais. Como aqui o enfoque é no Brasil, o desafio consiste em explicar como a formação do Estado brasileiro se relaciona com a constituição de relações sociais de produção especificamente capitalistas neste território. Assim está posta, em termos abstratos, a questão sobre a revolução burguesa no Brasil.

Concretizando a problemática, o dilema poderia ser resumido assim: quando o território brasileiro é anexado ao sistema mundial por meio dos grandes descobrimentos nos séculos XV e XVI, o capital comercial já exercia uma função altamente relevante na

determinação das ações do Estado português. Da mesma maneira para as demais colônias e suas respectivas metrópoles. Assim, enquanto ocorria a acumulação primitiva por meio do sistema colonial, o antigo modo de produção feudal era dissolvido por completo. A lógica econômica da interrelação entre colônia e metrópole, como se sabe, se insere no âmbito mais amplo do mercantilismo, cuja expressão política concreta era a acumulação de metais preciosos. Esse movimento revela que o sistema atende um objetivo bastante claro, que é o aumento da riqueza disponível para o recém-formado Estado nacional garantido pelo exclusivo metropolitano. Esse acúmulo de metais, de fato, indica que os esforços empregados no comércio marítimo visam lucro, e que está, portanto de acordo com a lógica de valorização do capital.

Por este motivo, o nascimento das colônias de exploração está inteiramente subordinado ao processo nuclear do capital, que é o aumento de valor. Nesse sentido, tem-se a impressão de que a economia do Brasil é capitalista desde o início. Se considerarmos que o próprio trabalho escravo estava conectado ao sistema mundial, podemos inferir que ele existia somente para cumprir sua parte no processo de acumulação de capital que culminará na Revolução Industrial. Com efeito, a determinação precisa de quando o capital surge na história esconde complicações que devem ser tratadas com cuidado. Ainda que o capital, isoladamente, exista antes do capitalismo, por exemplo, na forma de capital comercial e capital usurário na própria sociedade feudal, em geral, o dinheiro só virava capital em condições avulsas. Mas a possibilidade da conversão de dinheiro em capital está posta já nas sociedades cujos produtos começam a se confundir com mercadoria, e isto ocorre muito antes de qualquer capitalismo. Há sempre de se distinguir a conceituação lógico-teórica de capital de sua consolidação como modo de produção, ou seja, da análise histórica. Apesar de capital ser uma relação possível de ser encontrada isoladamente nos confins da história, o capitalismo, ou o modo de produção do capital, só existe de fato recentemente, quando esta relação se torna o centro de toda dinâmica econômico-social.

Portanto, por um lado, existe um forte indício de que as determinações globais já descrevem o funcionamento do modo de produção capitalista. Mas, por outro lado, as relações sociais de produção entre os indivíduos nas colônias de economia agrário-exportadora eram determinadas fora do mercado de trabalho, porque este não é predominante assalariado, mas escravo. Isso causa problemas, pois as formas do trabalho social nas diferentes localidades do mundo são distintas, embora essas economias nacionais façam parte de um mesmo sistema. Assim, se olharmos apenas

para dentro da colônia, veremos um sistema pré-capitalista de produção, já que esta sociedade é caracterizada por relações típicas de dominação via tradição. Agora, observando o Brasil em conjunto com a metrópole, percebemos que esta economia específica faz parte de um sistema mais amplo, qual seja, do sistema capitalista enquanto modo de produção global. Em termos mais concretos, esse é o núcleo da controvérsia sobre modos de produção e a formação da economia brasileira.

O início do debate se confunde com os esforços de pensadores que buscaram caracterizar o Brasil antes mesmo da divulgação do materialismo histórico no país. Entre os autores mais destacados que participaram dessa fase inicial estão Euclides da Cunha, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. Neste momento, como a metodologia não segue um padrão, cada análise focaliza aspectos particulares da totalidade brasileira. Os avanços aqui são, portanto, no sentido de arquivar a história da formação do Brasil enquanto economia e sociedade. É então que, após os desenvolvimentos iniciados por Marx e prosseguidos por Engels, Lenin e outros, o ferramental marxista passa a ter grande influência no debate em geral. Ainda assim, os resultados da controvérsia não são claros, o que indica que existe uma necessidade científica de explicar os entraves para progresso nesta questão. Em todo paradigma existem dois elementos que obstruem a solução do problema: o teórico e o prático. Para explicitar esses dois componentes da controvérsia sobre a revolução burguesa no Brasil, é preciso separá-los com cuidado para verificar em que medida cada um é responsável pela obstrução do avanço da discussão.

Em relação à parte teórica, Nelson Werneck Sodré ([1989] 2010) destaca que, durante a consolidação do modo de produção do capital no mundo, diferentes estágios históricos coexistem dentro de um mesmo sistema internacional. Desse modo, enquanto na Europa a dissolução dos antigos feudos criava o Estado nação moderno que iniciava o processo de acumulação original por meio das trocas com suas colônias, o escravismo servia justamente a essa mesma transformação. Afinal, houve ou não houve feudalismo no Brasil? Ou, mais especificamente, houve ou não houve um período em que as relações sociais de produção no Brasil eram regidas por parâmetros extra-mercado com forte lastro nos vínculos de tradição? Embora para alguns a pergunta pareça não fazer sentido, ela é relevante à medida que explicita o seguinte problema: a colônia, observada no contexto da economia internacional, já opera de forma subordinada à lógica da valorização. Isso leva, por exemplo, alguns autores a concluir que o Brasil é capitalista desde o momento em que integra a historiografia oficial no século XVI.

Mas como pensar já no capitalismo aqui antes mesmo da Revolução Burguesa no centro?

Ao que parece, a tentativa de determinar com precisão qual modo de produção opera no Brasil pré-capitalista é uma tarefa inglória, devido ao fato dessas complicações que surgem quando a periferia é posta em relação com a dinâmica da economia mundial. Como sistemas econômicos novos e velhos agem conjuntamente sobre a formação econômica do Brasil, ou seja, como o já importante capital comercial das metrópoles e o trabalho escravo nas colônias incidem ao mesmo tempo sobre a economia brasileira, os historiadores encontram enormes dificuldades para definir abstratamente o modelo de transição para o modo de produção deste Estado.

É por esse motivo que muito mais adequado do que buscar classificar a economia real em algum modo de produção descrito apenas em teoria, é tentar entender de que maneira a periferia se insere no processo de constituição de forças produtivas especificamente capitalistas no centro. Além disso tornar mais simples a explicação sobre o porque a industrialização originária é a contrapartida da exploração colonial e da formação da periferia capitalista subdesenvolvida, o problema nuclear da controvérsia é evitado, pois não se faz mais necessário classificar os países de modo independente nesse ou naquele modo de produção.

Com efeito, o resultado atingido por séculos da expansão comercial mundial a partir das grandes navegações evoca uma análise já a partir de uma perspectiva global. Torna-se necessário assim, observar o modo de produção do capital e suas origens como se tratássemos de uma única sociedade, em outras palavras, de uma “humanidade socializada”, cuja construção é justamente uma das tarefas históricas do capital, como Marx argumentou. Portanto, para resolver a parte teórica da controvérsia, não se podem considerar os Estados isoladamente no contexto da generalização das relações mercantis, pois eles constituem um único sistema, que pode ser compreendido como a economia capitalista mundial.<sup>7</sup>

### **A Teoria do Sistema-Mundo e o capitalismo como forma de organização social global**

---

<sup>7</sup> A consideração de países separadamente, como modos de produção distintos parece advir da transposição da análise política para a econômica, devido ao fato de se tratar de diferentes Estados. Essa idéia pode ser explorada em outra ocasião para explicar os fundamentos da controvérsia em teoria.

A perspectiva sugerida implica que a análise deve ter a economia mundial como unidade básica de estudo, e não os Estados nacionais. Ora, essa proposta de solução teórica para a controvérsia sobre a revolução burguesa no Brasil se aproxima da interpretação histórica do capitalismo que foi desenvolvida, por exemplo, por Immanuel Wallerstein (1979).<sup>8</sup>

A solução lógica para a controvérsia esboçada parece estar fortemente de acordo com os princípios da teoria do sistema-mundo, visto que aqui, o modo de produção capitalista só pode ser estudado como um sistema mundial que engloba, ao longo do tempo, todas as áreas com civilização. Os estudos de antropologia indicam que o mercado é uma instituição bastante antiga e que em diferentes épocas, teve uma participação maior ou menor na dinâmica socioeconômica das sociedades em diferentes pontos do globo. Por outro lado, sabe-se que as relações de comércio superaram os limites tradicionais em um momento específico que acabou levando posteriormente à primeira experiência de industrialização na Inglaterra. Esse nítido ponto geográfico e temporal, a Europa no final do século XV, marca o início do capitalismo como sistema-mundo para Wallerstein (2001). Desde então, a organização social do capital se expandiu de tal maneira a colocar todas as sociedades subjacentes em alinhamento com a dinâmica do modo de produção do capital.

Um dos mistérios em história é justamente o de explicar porque o movimento de expansão que culminou na conexão de toda humanidade teve início no continente Europeu e não na Ásia ou até mesmo em outros continentes que abrigaram antigas civilizações.<sup>9</sup> A questão, para que fique clara, não é resolvida ao se responder que foi na Europa que as relações de mercado se tornaram centrais de forma mais contundente, pois é preciso explicitar porque as relações mercantis também existentes em outras regiões não puderam se transformar em relações capitalistas. Arrighi (1994) explicita

---

<sup>8</sup> Para uma introdução à Economia Política do moderno sistema mundial e as especificidades dos autores participantes da construção da teoria, ver Arienti e Filomeno (2007). Como a meta aqui não é fazer uma avaliação em história do pensamento, mas apontar que a corrente da teoria do sistema mundo em geral pode ser utilizada para criar clareza em um debate pontual, apontamos que as diferenças entre os autores não invalida o argumento de que a perspectiva mundial auxilia na solução do dilema sobre os modos de produção pré-capitalista no Brasil. O principal representante da escola no Brasil, em cuja obra nos apoiamos mais à frente, é Theotonio dos Santos, que, de acordo com Baptista Filho (2009) passa a fazer parte da corrente depois do declínio de popularidade da teoria da dependência durante os anos de neoliberalismo.

<sup>9</sup> Concordamos com Wallerstein (2001) que a fase inicial do desenvolvimento do sistema-mundo contemporâneo ocupa o século XVI com as grandes navegações e com a descoberta do continente americano. Existem outros autores que escolhem outros momentos e espaços para ser a largada do desenvolvimento daquilo que virá ser o capitalismo, como Gunder Frank e Gills (1999) que acham que o sistema-mundo com centro na China e com ocupação na Ásia, Europa e África pode ser posto em ligação com o sistema global de hoje.

este problema ao analisar a dinâmica de impérios territoriais com a lógica de valorização do capital. Tal debate, que contrapõe a expansão de domínio sobre terrenos e a expansão de valor como núcleos lógicos de sistemas, é atualmente explorado por Harvey (2004) e constitui um tópico em aberto. O fundamental aqui é que as perguntas sobre o motivo pelo qual a expansão capitalista derradeira a todo globo tem início neste momento e neste local ficam expostas de modo direto por Arrighi (1994), que busca entender o mecanismo lógico de domínio territorial não-capitalista que todos os impérios também exercem.

Apesar de chegarmos à teoria dos sistemas-mundo utilizando o materialismo histórico para solucionar a controvérsia teórica sobre o início do capitalismo no Brasil, as duas aproximações são geralmente consideradas como estruturas teóricas distintas. De fato, quando se pretende detalhar as metodologias de análise, surgem algumas questões que podem interessar pesquisadores interessados na história das idéias. Ainda assim, para a questão aqui perseguida, as diferenças se tornam irrelevantes quando se estabelece que tanto a análise de sistemas-mundo quanto a concepção materialista da história compartilham a noção de que o capitalismo é uma forma de organização social global.<sup>10</sup>

Nas apresentações mais desenvolvidas encontradas em Wallerstein (2004), o sistema-mundo aparece como uma categoria abstrata cujas contrapartidas concretas em história podem ser subdivididas em sistemas-mundo do tipo economias-mundiais ou impérios-mundiais. O Império Romano e a Dinastia Han na China teriam sido exemplos desta segunda classificação. Wallerstein (2004) resume que “o sistema-mundo não é um sistema *do mundo*, mas um sistema *que é* um mundo, e que pode, como em geral foi, estar localizado em uma área menor do que a de todo o globo”.<sup>11</sup> Isso significa que o capitalismo é um dos sistemas-mundo da história e que tem uma característica peculiar: é um sistema que de fato se estendeu por todo o planeta. Ao que parece, os esforços da análise de sistemas-mundo parecem se centrar na catalogação e descrição dos diversos

---

<sup>10</sup> Para uma crítica à teoria do sistema-mundo a partir de uma posição contrário ao marxismo, ver Savchenko (2007), que refuta a análise de Wallerstein por considerá-lo muito próximo à teoria de Marx. Aqui, adotamos a posição contrária, e apoiamos a teoria do sistema-mundo justamente por ela se aproximar do materialismo histórico. Para que nossa posição não fique ambígua, vemos que o materialismo histórico é uma classificação mais abrangente do método de pesquisa, na qual a teoria do sistema mundo precisa se encaixar.

<sup>11</sup> Citação original: “A world-system is not the system *of the* world, but a system *that is a* world and which can be, most often has been, located in an area less than the entire globe.” Wallerstein (2004).

sistemas que existiram no passado, que estão hoje presentes e que poderão nascer no futuro.<sup>12</sup>

Nesse sentido, Wallerstein (2001) argumenta que o capitalismo encontra sua especificidade enquanto sistema-mundo no fato de que seu objetivo econômico é a acumulação incessante de capital, ainda que essa característica possa ter aparecido marginalmente em outros sistemas:

Capitalismo histórico é o lócus concreto (...) de atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital; esta acumulação é a “lei” que tem governado a atividade econômica fundamental, ou tem prevalecido nela. (...) É o sistema social em que o alcance dessas regras (a lei do valor) se ampliou cada vez mais. (Wallerstein (2001), p. 18)

Já o materialismo histórico, ao invés de tentar classificar as diversas civilizações enquanto sistemas econômicos, políticos e sociais, objetiva algo mais abstrato e menos descritivo. O foco aqui seria descobrir de que forma se dá a mudança de um sistema para outro e por qual razão cada sistema-mundo (ou melhor, cada modo de produção) teria as características que tem. De toda forma, aqui também o capitalismo (ou o modo de produção do capital, para usar a terminologia mais apropriada para essa metodologia) é a primeira forma de organização social que abarcou todos os continentes da Terra.

As relações entre as duas metodologias são parcialmente exploradas pela exposição de Samir Amin sobre a lei do valor e o materialismo histórico. Amin ([1977] 1981) defende que o materialismo histórico abarca o estudo de diversos componentes, entre eles o das leis econômicas. Aqui, existiriam apenas duas subcategorias, as leis pré-capitalistas e as leis capitalistas. Amin ([1977] 1981) argumenta que em termos estritos, as leis econômicas só existem no capitalismo, e que elas são dirigidas em última instância pela lei do valor. É possível buscar o sentido dessa posição nos desenvolvimentos originais da metodologia utilizada por Marx para descrever o modo de produção capitalista, ainda que alguns argumentem que existe forte discrepância no uso do materialismo histórico nessa questão. A fundamentação das leis econômicas a esta única lei remonta à interpretação histórica do *Capital* posta à frente por Engels ([1895/96] 1986) e que parece ter sido mais incorporada por Gunder Frank e Gills

---

<sup>12</sup> Essa atividade parece ter grande potencial de fornecer dados precisos sobre as inter-relações entre as economias reais em épocas determinadas, como ilustram Lima (2007) e Vieira (2010).

(1999).<sup>13</sup> O debate sobre a origem histórica da lei do valor e seu desenvolvimento ocupa um espaço importante na análise os sistemas-mundo que busca desvendar a gênese do sistema contemporâneo, ou seja, do capitalismo. Fica evidente assim a forte conexão da teoria dos sistemas-mundo com o método de estudo marxista da história.

Com isso em mente e, de volta ao embate sobre a revolução burguesa no Brasil, nota-se que a teoria dos sistemas-mundo pode ser usada como forma de aperfeiçoar o tratamento dado à controvérsia sobre a ascensão do capitalismo no país. Em particular, a relação centro-periferia pode ficar mais nítida quando se destaca as diferenças de foco dado às sociedades locais e ao sistema mundial.

Em sua síntese do debate no Brasil, Cardoso (1980) enfatiza que os estudos sobre as colônias na América Latina enfrentam um dilema: ou a concentração é na sociedade local, periférica; ou no sistema econômico mundial, ou seja, na dinâmica determinada pelo centro. Mas, apesar de indicar corretamente no que consiste o problema metodológico, Cardoso (1980) opta pela primeira alternativa e se afasta assim dos esforços de construção de uma análise mundial. O distanciamento da análise do sistema-mundo parece existir devido à grande dificuldade de se demonstrar exatamente de que modo a extração do excedente da periferia para o centro se deu. Não que isso não seja um resultado claramente observável, pois na verdade, é difícil contestar empiricamente que a formação do centro e da periferia capitalista foi justamente o resultado de um processo de acumulação em que os dois pólos cumpriam funções próprias para esse fim. Ocorre que teoricamente, se adotamos a visão global, as especificidades locais se perdem, ainda que a lógica totalizante seja contemplada plenamente. A solução para o dilema precisa por isso contemplar os dois lados: as características locais e sua inserção na lógica do sistema-mundo a que pertence. É, por isso, uma questão de alojar adequadamente a sociedade em questão na configuração social mais ampla.

O mesmo problema é apontado por Ianni (1980) em sua tentativa de explicar o trabalho escravo no Brasil e sua relação com o sistema capitalista. Resumidamente, toda controvérsia emerge porque não há consenso sobre as categorias “modo de produção” e “formação social”, de tal modo que a gênese e a própria definição do capitalismo pode

---

<sup>13</sup> Para Engels ([1895/96] 1986) “A lei do valor de Marx tem (...) validade econômica geral para um período que dura desde os primórdios da troca que transforma os produtos em mercadorias até o século XV de nossa era. A troca de mercadorias data, porém, de uma época anterior a toda História escrita, que remonta, no Egito, a pelo menos 3500, talvez 5000 anos, na Babilônia, a 4000 e talvez 6000 anos, antes de nossa era; a lei do valor vigorou (...) durante um período de cinco a sete milênios.” (Engels ([1895/96] 1986), p. 328). Sobre a controvérsia da leitura histórica e lógica do *Capital* ver Nordahl (1982) e Weeks (2010), que aborda com cuidado as diferenças entre Marx e Engels neste ponto.

variar de autor para autor. Por outro lado, Ianni (1980) se aproxima da perspectiva da análise do sistema-mundo ao afirmar que “de qualquer maneira, desde o princípio as sociedades do Novo Mundo estão atadas à economia mundial: primeiro à mercantilista e depois à capitalista” (Ianni (1980), p. 162). Nesse sentido, a consolidação da economia capitalista avançada colocava as contradições de coexistência entre trabalho assalariado e trabalho escravo em situação de fragilidade, e que acabavam se resolvendo pela conversão desta segunda forma para a primeira nas áreas periféricas, à medida que o avanço do capital sobre as áreas periféricas forçava a constituição de “trabalhadores livres”. Isso ajuda a ilustrar o argumento aqui apresentado de que, para compreender a revolução burguesa no Brasil, é necessário estar a todo o momento atento ao movimento da economia mundial, tanto no âmbito econômico como no político.

Podemos ainda utilizar a análise de Amin (1976) sobre a formação da periferia capitalista para nos aproximarmos do caso específico da formação do capitalismo brasileiro. A tese defendida por Amin (1976), inclusive, vem reaparecendo nas análises de economia política internacional. É a de que o centro do novo sistema-mundo emerge da periferia do sistema-mundo antigo. De forma resumida, Samir Amin vai contra a idéia difundida dentro do marxismo ortodoxo de que a nova sociedade começa a se desenvolver no centro do atual sistema-mundo e dá dois exemplos que sustentam sua posição: o fato de o capitalismo ter se originado na periferia dos sistemas-mundo anteriores e a observação de que o desenvolvimento dos países emergentes pode abrir possibilidades de movimentos sociais com força para encontrar uma alternativa ao capitalismo.

Na classificação dos modos de produção de Amin (1976), a configuração social mais corrente que abarca todas as formações pré-capitalistas, é chamada de “modo de produção tributário”. Esta categoria se subdivide em outras duas: as formas precoces e as formas evoluídas, que caracterizavam as grandes civilizações como Egito, China e Índia. Sua idéia fundamental é a de que foi a partir de um dos pontos pertencentes à periferia do sistema antecedente que o capitalismo pôde se desenvolver. Dessa maneira, o centro do novo sistema-mundo emergiu da periferia do antigo. Amin (1976) enfatiza que é necessário observar tanto o centro como a periferia como sendo dois elementos de uma mesma unidade, e não como duas entidades independentes:

O centro e a periferia pertencem ao mesmo sistema. Para dar conta deste conjunto de fenômenos interligados, não é necessário raciocinar em termos de nações, como se estas constituíssem

conjuntos autônomos, mas em termos de sistema mundial (de quadro mundial da luta de classes).  
(Amin (1976), p. 308)

A idéia de uma suposta independência é na verdade a base das teorias de desenvolvimento do *mainstream* que não reconhecem os laços de dependência constituídos durante a era colonial. Por isso, não é de surpreender que a temática da dependência tratada em consonância com a perspectiva mundial, eixo central da análise dos sistemas-mundo, é tratada sistematicamente por Theotonio dos Santos.<sup>14</sup>

A estrutura da dependência de acordo com Santos (1970) é o resultado do processo mundial que segue a lógica capitalista. Em oposição às análises que interpretam o subdesenvolvimento como uma “falha” dos países periféricos em mimetizar os padrões avançados de produção do centro, Theotonio dos Santos enfatiza que a polarização entre países dominantes, que atingem expansão auto-sustentável, e nações dependentes, cuja expansão é meramente um reflexo do que ocorre no centro, é o produto condizente com o movimento do próprio capitalismo. Uma das preocupações deste artigo de 1970 é justamente o de mostrar que a dependência, antes de ser uma característica estranha ao sistema global, é parte integrante do processo normal do desenvolvimento capitalista. Neste sentido, a categoria “dependência” só ganha sentido quando o país particular periférico é posto no contexto da economia mundial.

Com base nessa perspectiva, fica claro que entre centro e periferia existem relações muito peculiares, às quais se podem caracterizar como “desiguais” e “combinadas”. Resumidamente, a diferença de função no sistema mundial somada com a transferência de excedente da periferia para o centro cria o desenvolvimento combinado de duas partes estruturalmente distintas. Disso resulta uma limitação ao desenvolvimento interno dos países periféricos no sentido econômico, social e cultural. As relações internacionais esboçadas por Santos (1970) podem ser classificadas em três características gerais que correspondem a períodos específicos da formação econômica do capitalismo e que salientam a perspectiva do funcionamento de um sistema mundial enquanto condicionante das relações internas aos países da periferia. Assim, a dependência passou da forma colonial para a dependência financeiro-industrial que se consolidou no final do século XIX. A nova forma de dependência é chamada por Theotonio dos Santos de “dependência tecnológico-industrial”, e teve início a partir do

---

<sup>14</sup> Sobre o movimento de Theotonio dos Santos da teoria da dependência para a análise dos sistemas-mundo, ver Baptista Filho (2009).

pós-guerra, quando as grandes corporações multinacionais passaram a ser o centro dinâmico da economia.

Em todas essas formas, Santos (1970) deixa claro que a configuração das relações internacionais limitam estruturalmente o desenvolvimento da periferia, por meio da manutenção de setores tradicionais e da dependência de divisas estrangeiras para investimento interno. Portanto,

(...) vemos que o suposto atraso dessas economias não se deve a uma falha de integração com o capitalismo, mas que, pelo contrário, os mais poderosos obstáculos ao seu pleno desenvolvimento provêm da maneira como estão inseridos nesse sistema internacional e a suas leis de desenvolvimento. (Santos (1970), p. 235, tradução de Luciana Pudenzi)

Assim, a compreensão do subdesenvolvimento deve se apoiar na análise da economia mundial composta por economias nacionais cujas interrelações obedecem leis de desenvolvimento específicas ao sistema capitalista global. O Brasil e sua transformação em economia capitalista podem assim ser estudados a partir do movimento geral do capital em nível mundial sem que se percam as particularidades locais em questão. Como isso ocorre? A controvérsia sobre os modos de produção no Brasil gira em torno de determinar qual a forma prevalecente de organização social neste território. Mas, na visão abrangente do sistema-mundo capitalista, a classificação de uma economia nacional está diretamente subordinada à lógica que domina a economia mundial como um todo.

Por isso, o foco passa a ser na descoberta dos mecanismos concretos que causam o subdesenvolvimento capitalista, e não na categorização em modos de produção. Em outras palavras, o conceito de modo de produção e sua classificação só fazem sentido para sistemas-mundo, não para economias locais que constituem esse sistema. Nesse sentido, pode-se afirmar que o debate sobre a revolução capitalista no Brasil encontra suporte teórico sólido na teoria dos sistemas-mundo.

### **A controvérsia enquanto questão política**

Entretanto, a controvérsia sobre os modos de produção e a ascensão do capitalismo no Brasil não é simplesmente uma questão formal ou apenas de interesse acadêmico. De fato, sua persistência ocorre devido ao vínculo político que engendra, e não às

dificuldades de descrição histórica do processo de consolidação do capitalismo no país. Nesse sentido, a discussão, muito mais do que restrita a um aspecto particular da compreensão da formação do Brasil capitalista, é na verdade uma das ramificações do problema básico explicitado originalmente por Luxemburg ([1900] 1986), qual seja, o da relação dialética entre reforma e revolução.

Por isso, na análise de Nelson Werneck Sodré, a controvérsia seria no fundo derivada de posições políticas diferentes que explicitariam uma disputa sobre táticas de revolução. A idéia é a de que, conforme a burguesia conquista os espaços do Estado brasileiro, os comunistas locais se vêem no seguinte dilema: apoiar integralmente os burgueses para assegurar a formação do capitalismo ou arriscar um avanço mais ousado para uma transição para o Estado dos trabalhadores? Sodré ([1989] 2010) mantém essa análise política todo tempo, de tal modo que a caracterização econômica, apesar de também presente, se torna apenas mais um aspecto da avaliação. Quanto a isso, Sodré ([1989] 2010) argumenta que é preciso pensar na transformação da colônia escravista em uma economia servil, para que as relações de servidão possam ser combatidas com nitidez pelos ativistas políticos. A interpretação de que no Brasil já existiria capitalismo desde o início inibi a ação de eliminação total das relações senhoris porque confunde o movimento político: em uma economia como a brasileira, existe o risco das relações típicas da colônia sobreviverem às transformações econômicas que formam as estruturas capitalistas locais. Por isso, Sodré dá grande importância em acabar com as relações de domínio extra-mercado, de tal forma que sua interpretação econômica fica condicionada a esse plano de ação política.

A defesa de que no Brasil há a passagem do escravismo para o feudalismo e deste para o capitalismo, não quer dizer que os modos produção sejam iguais aos encontrados no centro, pois as especificidades históricas do Brasil inserido na economia mundial precisam ser consideradas. O fundamental seria ter sempre em mente que as relações sociais de tradição marcaram a sociedade brasileira profundamente, ainda que sua inserção no sistema mundial já esteja em conformidade com a lógica do capital desde o início. Os vínculos de tradição e servidão permanecem após a ascensão do mercado no Brasil e podem ser facilmente encontrados nos dias de hoje, na figura de agregados e trabalhadores domésticos sem carteira com forte dependência interpessoal em relação ao domicílio empregador. Essa é apenas outra forma de averiguar como a estrutura social pré-capitalista perdura como o produto da revolução burguesa incompleta.

Como exposto, a passagem do Brasil para o capitalismo, ou melhor, o crescimento das relações sociais determinadas diretamente pelo trabalho assalariado ocorre de modo bastante conservador em oposição ao episódio clássico, revolucionário. Isso faz com que os padrões antecedentes às formas de organização requeridas pelo mercado de trabalho tenham um alto grau de determinação sobre o Brasil contemporâneo. Pela análise de Sodré ([1989] 2010), a burguesa brasileira é em parte responsável por isto, pois ela deixou várias tarefas de lado, como a efetiva abolição das relações sociais de senhoria. Como a revolução burguesa no Brasil é realizada tardiamente, nas primeiras décadas do século XX, surge um dilema que impede a classe capitalista de se associar com os trabalhadores na corrente de avanço da história. Em sua esquerda, os burgueses encontram o nascente proletariado e as alternativas de industrialização, em sua direita, estão os proprietários de terra que buscam manter os privilégios e vantagens individuais a partir de uma economia tipicamente colonial. A burguesia se encontra entre duas forças opostas que expressam a contradição básica de formação de relações sociais de produção interna especificamente capitalista. Mas aqui o imbróglio:

Nos países centrais, a nascente classe capitalista contou de forma inequívoca com a nascente classe dos trabalhadores assalariados para superar o domínio da classe dos senhores de terra. Mas, estabelecida essa vitória inicial da burguesia simbolizada na Revolução Francesa de 1789, todo esforço da nova classe dirigente é voltado para segurar o avanço da revolução no estágio capitalista, ou seja, impedi-lo de proceder para formas de Estado desejadas pelos trabalhadores. É preciso compreender o processo de transição entre modos de produção como uma seqüência conduzida ativamente pelo movimento político revolucionário, e que o momento de transição cessa quando um cenário de relativa estabilidade entre as classes é constituído. Assim, não podemos esquecer que o movimento de mudança social continua após a revolução burguesa, só que, inicialmente de modo despercebido. Nesse sentido, não é inadequado afirmar que já no século XIX o processo de mudança coloca a classe trabalhadora como condutora principal do movimento contra a classe capitalista, agora conservadora. Esse é o sentido do que Nelson Werneck Sodré diz quando afirma que “no fim do século XX, a república assinala um avanço burguês na vertente mais conservadora” (Sodré ([1989] 2010)).

Conseqüentemente, se na Europa a burguesia ascendia com o suporte maciço da base da sociedade, na periferia a consolidação da burguesia como classe dominante já entra em conflito com a força desta mesma base, devido ao avanço de poder da classe trabalhadora assalariada sobre o Estado. Aqui se percebe como é necessário analisar o

histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista a partir de uma visão que abranja todos os países. Somente assim é possível encaixar os eventos locais na história geral e depreender corretamente a luta de classes em nível mundial. Este esforço está em total conformidade com o estudo de economia política baseado na teoria dos sistemas-mundo. Por quê? A unidade do sistema obriga a vinculação não apenas econômica entre as nações, mas também política.

Por isso, para entender por qual motivo a disputa sobre a transformação capitalista no Brasil está lastreada à disputa política, é imprescindível observar os conflitos que existem em regiões distintas do globo, mas que estão em conexão. O argumento aqui apresentado se assenta na idéia de que a luta de classes nas regiões capitalisticamente mais avançadas está em um nível mais maduro de desenvolvimento, o que acaba tornando a revolução burguesa tardia uma transformação social conservadora. Portanto, além de admitir que as condições técnicas na periferia contribuem para dar um caráter contraditório à formação do capitalismo no Brasil, há de se ressaltar que as disputas políticas no centro está colocando as elites da periferia em alerta em relação às transformações sociais que vão na direção de fortalecimento e unificação do proletariado. É isso que criaria a dualidade característica da revolução burguesa no Brasil.

De forma semelhante, Oliveira (1981) enfatiza a luta de classes como explicação para a decadência da economia de base agrária e para a transição ao modo de produção especificamente capitalista. Este enfoque guarda também uma crítica à perspectiva cepalina tal como esta se difundiu, pois aqui o foco é na oposição entre classes sociais, não entre nações. O argumento é o de que, adotando-se uma interpretação de dicotomia entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, uma perspectiva contemplativa dominaria a análise. Além disso, tal noção abriria espaço para enxergar a contradição entre o passado arcaico e o futuro industrial como um aspecto de “falha” do processo de desenvolvimento da periferia, quando na verdade esse é o modo normal de configuração de relações capitalistas nos países de industrialização retardatária.

A ênfase na luta entre as classes, tanto em sua composição interna a uma nação quanto em seu aspecto internacional, torna claro que o debate sobre os modos de produção no Brasil no fundo baliza e sustenta estratégias distintas de mudança social. Aqueles que argumentam que houve uma estrutura social de tradição enfatizam a importância de eliminá-las por completo, enquanto aqueles que acreditam que o capitalismo já era presente no Brasil tendem a dar pouca atenção para os esforços de

destruição dos laços de dominação baseados em mecanismos de coerção fora do mercado. Como estes últimos parecem ser ainda fortemente presentes na contemporaneidade, pode-se inferir que a primeira posição não teve sucesso em pôr um fim definitivo àquela estrutura social de controle do tipo senhor-servo, no que resultou uma sociedade que mistura o moderno com o velho. Foi assim que uma revolução sem avanço foi possível durante a transformação do Brasil em economia industrializada.

As análises das lutas políticas durante a transição da Primeira República para a Era Vargas indicam de fato que os acontecimentos no Brasil estavam fortemente ligados à dinâmica política do centro. A tentativa de revolução em 1935, por exemplo, que ficou conhecida na historiografia oficial como Intentona Comunista, foi um episódio que deixou nítido como o proletariado brasileiro estava alheio à condução do movimento, como endossa o estudo de Cavalcanti (2010). Isso nos permite concluir que existe um fator determinante estrangeiro muito forte no cenário político e que, da mesma maneira que o modo de produção capitalista só pode ser pensado em termos mundiais, também a luta de classes da era capitalista.<sup>15</sup>

Então, ainda que seja possível resolver o problema sobre o modo de produção no Brasil de forma abstrata com o auxílio da teoria dos sistemas-mundo, e até descrever adequadamente de que modo o movimento político interno se insere na lógica da luta de classes em nível mundial, a determinação inequívoca da situação brasileira permanece, pois ela mesma está dentro de um processo em mudança.

É nesse sentido que, apesar da análise dos sistemas-mundo contribuir para solucionar teoricamente a controvérsia sobre a revolução burguesa no Brasil, o debate prossegue no nível prático visto que as posições intelectuais são usadas para sustentar estratégias políticas diferentes de transformação social. Isso significa que, se a meta for abarcar tanto o lado teórico quanto prático da questão, ou seja, tanto a compreensão quanto a transformação do Brasil, a aproximação hoje conhecida como análise dos sistemas-mundo precisa, mais do que manter seu rigor metodológico de estudo e descrição, avançar para áreas de proposições políticas para poder participar de trocas de experiências de práxis revolucionária.

## Referências

---

<sup>15</sup> Sobre o movimento político da classe trabalhadora no Brasil, ver ainda Giannotti (2007) e Gorender (1987).

- Amin, Samir ([1977] 1981). *La ley del valor y el materialismo histórico*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Amin, Samir (1976). *O Desenvolvimento Desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense – Universitária.
- Arienti, W. L. e Filomeno, F. A. (2007). Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, vol. 28, no. 1, pp. 99-126.
- Arrighi, Giovanni (1994). *The Long Twentieth Century: Money, Power and the Origins of Our Times*. London and New York: Verso.
- Bandeira, Luiz Alberto Moniz (2005). Aspectos feudais da colonização no Brasil. *Revista Espaço Acadêmico*, no. 52, setembro 2005.
- Baptista Filho, Almir Cezar de Carvalho (2009). *Dinâmica, Determinações e Sistema Mundial no Desenvolvimento do Capitalismo nos Termos de Theotônio dos Santos: da Teoria da Dependência à Teoria dos Sistemas-mundo*. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: IEUFU. Disponível em [http://www.ie.ufu.br/mestrado/ie\\_dissertacoes/2009/10.pdf](http://www.ie.ufu.br/mestrado/ie_dissertacoes/2009/10.pdf)
- Bresser-Pereira, L. C. (1982). Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 25, no. 3, pp. 269-306.
- Cardoso, Ciro Flamarion (1980). As concepções acerca do “sistema econômico mundial” e do “antigo sistema colonial”: a preocupação excessiva com a “extração de excedente”. In: Lapa, José Roberto do Amaral (Org.) (1980). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- Cavalcanti, Bartolomeu (2010). A Revolução Frustrada: o levante comunista de 1935 em Pernambuco. *Revista Ararobá: Pesquisa, Ensaios e Críticas Literárias*. Ano 4, no. 4. Disponível em: <http://isepnet.com.br/site/revista/> [03/02/2011]
- Costa, Emília Viotti da (1978) A revolução burguesa no Brasil. In: Félix, Moacir et al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Engels, F. ([1895/96] 1986). Suplemento ao Livro Terceiro de “O Capital”. In: Marx, K ([1894] 1986). *O Capital*. Livro Terceiro. São Paulo: Nova Cultural.
- Fernandes, Florestan (2006). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo.
- Figueiredo, José Ricardo (2004). *Modos de ver a Produção do Brasil*. São Paulo: Educ, Campinas, SP: Editora Autores Associados.
- Furtado, Celso (2001). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Giannotti, Vito (2007). *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Gorender, Jacob (1987) *Combate nas trevas: a esquerda brasileira das ilusões perdidas a luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- Gunder Frank, André (1967). *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press.
- Gunder Frank, Andre e Gills, Barry K. (1999). The 5000-Year World System: An interdisciplinary introduction. In: Gunder Frank, Andre e Gills, Barry K. (Orgs.)

- (1999). *The World System: Five hundred years or five thousand?* New York: Routledge.
- Harvey, D. (2004). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- Ianni, Octavio. (1980). Aspectos da Formação Social Escravista. In: Lapa, José Roberto do Amaral (Org.) (1980). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes.
- Lima, P. G. (2007). Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. *Textos de Economia*, Florianópolis, vol. 10, no. 2, pp. 58-85.
- Luxemburg, R. ([1900] 1986). *Reform or Revolution*. London: Militant Publications. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/luxemburg/1900/reform-revolution/index.htm>
- Marx, Karl ([1859] 1971). Vorwort Zur Kritik der Politischen Ökonomie. In: *Karl Marx/Friedrich Engels Werke Band 13*, Berlin, DDR: Dietz Verlag.
- Nordahl, Richard (1984). Marx on the use of history in the analysis of capitalism. *History of Political Economy*, vol. 14, no. 3, pp. 342-365.
- Oliveira, Francisco (1981). *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes.
- Prado Jr, Caio ([1945] 1979). Prefácio. In: Moreira Lima, Lourenço ([1934] 1979). *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega
- Santos, Theotonio dos (1970). The Structure of Dependence. *American Economic Review*, vol. 60, no. 2: 231-236.
- Savchenko, Andrew (2007). Constructing a World Fit for Marxism: Utopia and Utopistics of Professor Wallerstein. *American Journal of Economics and Sociology*, vol. 66, no. 5, 1033-1052.
- Sodré, Nelson Werneck ([1989] 2010). Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil. In: Sodré, O. (Org.) *Desenvolvimento Brasileiro e Luta pela Cultura Nacional*. Ipea.
- Vieira, P. A. (2010). A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. *Economia e Sociedade*, Campinas, vol. 19, no. 3(40), pp. 499-527.
- Voigt, M. R. (2007). A Análise dos Sistemas-Mundo e a Política Internacional: Uma abordagem alternativa das Teorias das Relações Internacionais. *Textos de Economia*, Florianópolis, vol. 10, no. 2, pp. 101-118.
- Wallerstein, I. (2004). World-System Analysis. In: Modelski, George (Org.). *World System History. Encyclopedia of Life Support Systems (EOLSS)*. Oxford, UK: Eolss Publishers. Disponível em <http://www.uop.edu.jo/download/PdfCourses/SA/E6-94-01.pdf>.
- Wallerstein, Immanuel (1979). *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wallerstein, Immanuel (2001). *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Weeks, John (2010). *Capital, Exploitation and Economic Crisis*. London and New York: Routledge.